



Assembleia Geral Extraordinária (AGE)

MANUAL PARA PARTICIPAÇÃO DE ACIONISTAS

04 de março de 2020

ÍNDICE

Convite	3
Edital de Convocação	4
Como votar via Boletim de Voto a Distância	6
Matérias a serem deliberadas na AGE	
I. Incorporação da Petrobras Negócios Eletrônicos S.A. (e-PETRO) na Petrobras	9
Anexo I – Protocolo e Justificação	11
Anexo II – Laudo de Avaliação Contábil	23
Anexo III – Contrato firmado com a Loudon Blomquist	30
Anexo IV – Ata de Reunião e Parecer do Conselho Fiscal sobre a incorporação da e-PETRO	61
Anexo V – Informações Relativas à Incorporação (conforme anexos 20A e 21 da ICVM 481/09)	65
Anexo VI – Extrato do reporte do Comitê de Investimentos sobre a incorporação da e-PETRO	85
Anexo VII – Certidão da Reunião do Conselho de Administração sobre a incorporação da e-PETRO	87
Anexo VIII – Demonstrações Financeiras em 31/12/2018 – e-PETRO	90
II. Proposta de reforma do Estatuto Social da Petrobras	134
Anexo I – Quadro comparativo com as alterações propostas no Estatuto Social	136
Anexo II – Estatuto Social com proposição de alterações	144
Anexo III – Estatuto Social consolidado após as alterações	168
III. Eleição de membro do Conselho de Administração indicado pelo acionista controlador	192
Anexo I – Informações sobre o membro indicado pelo acionista controlador para o Conselho de Administração	193
Verificação dos Requisitos e Vedações Legais e Estatutários exigidos para a Indicação de Conselheiro de Administração	195

CONVITE

Data: 04 de março de 2020

Horário: 15:00hs

Local: Auditório do Edifício-Sede da Companhia, na Avenida República do Chile nº 65, 1º andar, na cidade do Rio de Janeiro (RJ).

Matérias:

Assembleia Geral Extraordinária

I. Incorporação da Petrobras Negócios Eletrônicos S.A. (e-PETRO) pela Petrobras para:

(i) Ratificar a contratação da Loudon Blomquist Auditores Independentes (Loudon) pela Petrobras para a elaboração do Laudo de Avaliação, a valor contábil, do patrimônio líquido da e-PETRO, nos termos do parágrafo 1º do artigo 227 da Lei 6.404, de 15.12.1976;

(ii) Aprovar o Laudo de Avaliação elaborado pela Loudon para avaliação, a valor contábil, do patrimônio líquido da e-PETRO;

(iii) Aprovar, em todos os seus termos e condições, o Protocolo e Justificação da Incorporação, firmado entre a e-PETRO e a Petrobras em 05.12.2019;

(iv) Aprovar a incorporação da e-PETRO pela Petrobras, com a sua consequente extinção, sem aumento do capital social da Petrobras; e

(v) Autorizar a Diretoria Executiva da Petrobras a praticar todos os atos necessários à efetivação da incorporação e regularização da situação da incorporada e da incorporadora perante os órgãos competentes, no que for necessário.

II. Proposta de reforma do Estatuto Social da Petrobras para alterar os artigos 18, 21, 22, 23, 30, 34, 60, 63, 64 e 65 do Estatuto Social, e consequente consolidação do Estatuto Social, conforme proposta da Administração arquivada nos endereços eletrônicos da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e da Companhia.

III. Eleição de 1 (um) membro do Conselho de Administração indicado pelo acionista controlador.

ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

O Conselho de Administração da Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras (Petrobras) convoca os acionistas da Companhia para se reunirem em **Assembleia Geral Extraordinária**, no dia **04 de março de 2020**, às **15 horas**, no auditório do Edifício-Sede, na Avenida República do Chile 65, 1º andar, na cidade do Rio de Janeiro (RJ), a fim de deliberar sobre as seguintes matérias:

I. Incorporação da Petrobras Negócios Eletrônicos S.A. (e-PETRO) pela Petrobras para:

- (1) Ratificar a contratação da Loudon Blomquist Auditores Independentes (Loudon) pela Petrobras para a elaboração do Laudo de Avaliação, a valor contábil, do patrimônio líquido da e-PETRO, nos termos do parágrafo 1º do artigo 227 da Lei 6.404, de 15.12.1976;
- (2) Aprovar o Laudo de Avaliação elaborado pela Loudon para avaliação, a valor contábil, do patrimônio líquido da e-PETRO;
- (3) Aprovar, em todos os seus termos e condições, o Protocolo e Justificação da Incorporação, firmado entre a e-PETRO e a Petrobras em 05.12.2019;
- (4) Aprovar a incorporação da e-PETRO pela Petrobras, com a sua consequente extinção, sem aumento do capital social da Petrobras; e
- (5) Autorizar a Diretoria Executiva da Petrobras a praticar todos os atos necessários à efetivação da incorporação e regularização da situação da incorporada e da incorporadora perante os órgãos competentes, no que for necessário.

II. Proposta de reforma do Estatuto Social da Petrobras para alterar os artigos 18, 21, 22, 23, 30, 34, 60, 63, 64 e 65 do Estatuto Social, e consequente consolidação do Estatuto Social, conforme proposta da Administração arquivada nos endereços eletrônicos da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e da Companhia.

III. Eleição de 1 (um) membro do Conselho de Administração indicado pelo acionista controlador.

O percentual mínimo de participação no capital social necessário à requisição da adoção do voto múltiplo para eleição dos membros do Conselho de Administração é de 5% (cinco por cento) do capital votante, conforme Instrução CVM nº 165, de 11 de dezembro de 1991 com a redação que lhe deu a Instrução CVM nº 282, de 26 de junho de 1998. A faculdade para requerer a adoção do processo de voto múltiplo deverá ser exercida nos termos estabelecidos no § 1º do artigo 141 da Lei 6.404, de 15 de dezembro de 1976.

A pessoa presente à Assembleia deverá provar a sua qualidade de acionista, nos termos do artigo 126 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976. Desejando ser representado, o acionista deverá atender aos preceitos do parágrafo 1º do artigo 126 da referida Lei e do artigo 13 do Estatuto Social da Petrobras, exibindo os seguintes documentos:

- i) Documento de identidade do representante;

- ii) Procuração com poderes especiais do representado com firma reconhecida em cartório (original ou cópia autenticada);
- iii) Cópia do contrato/estatuto social do representado ou do regulamento do fundo, se aplicável;
- iv) Cópia do termo de posse ou de documento equivalente que comprove os poderes do outorgante da procuração, se aplicável.

Solicita-se que os acionistas representados por procuradores depositem, com antecedência mínima de três dias úteis, os documentos acima elencados na sala 1803 (Atendimento ao Acionista) do Edifício-Sede. Para aqueles que apresentarão a documentação no dia da Assembleia, a Companhia informa que estará apta a recebê-la desde as 11 horas, no local onde a reunião será realizada.

O exercício do direito de voto no caso do empréstimo de ações ficará a cargo do tomador do empréstimo, exceto se o contrato firmado entre as partes dispuser de forma diversa.

A Companhia informa que as instruções para o voto a distância, de que trata a Instrução CVM nº 481, de 17 de dezembro de 2009, constam do Manual da Assembleia.

Encontra-se à disposição dos acionistas, na sala 1803 (Atendimento ao Acionista) do Edifício-Sede da Companhia, e nos endereços eletrônicos da Companhia (<http://www.investidorpetrobras.com.br>) e da Comissão de Valores Mobiliários - CVM (<http://www.cvm.gov.br>), toda a documentação pertinente às matérias que serão deliberadas nesta Assembleia Geral Extraordinária, nos termos da Instrução CVM nº 481, de 17 de dezembro de 2009.

Rio de Janeiro, 29 de janeiro de 2020.

Eduardo Bacellar Leal Ferreira
Presidente do Conselho de Administração

COMO VOTAR VIA BOLETIM DE VOTO A DISTÂNCIA

O boletim deve ser preenchido caso o acionista opte por exercer o seu direito de voto a distância, nos termos da Instrução CVM nº 481/09.

Nesse caso, é imprescindível que o boletim, disponível no site www.investidorpetrobras.com.br, seja preenchido com o nome (ou denominação social) completo do acionista e o número do Cadastro no Ministério da Fazenda, seja de pessoa jurídica (CNPJ) ou de pessoa física (CPF), além de um endereço de e-mail para eventual contato.

Além disso, para que o boletim de voto seja considerado válido e os votos nele proferidos sejam contabilizados no quórum da Assembleia Geral, as seguintes instruções deverão ser observadas:

(i) os campos do boletim deverão estar devidamente preenchidos, de acordo com a classe de ações do acionista. Para melhor identificação de cada item, os campos de votação estarão apresentados da seguinte forma:

- a) [Apenas ON]: Apenas detentores de ações ON (PETR3) deverão votar;
- b) [Apenas PN]: Apenas detentores de ações PN (PETR4) deverão votar;
- c) [ON e PN]: Detentores de ações ON (PETR3) e PN (PETR4) deverão votar.

(ii) o acionista ou seu(s) representante(s) legal(is), conforme o caso e nos termos da legislação vigente, deverá(ão) assinar o boletim; e

(iii) será exigido o reconhecimento das firmas apostas ao boletim e, nos casos de estrangeiros, a respectiva consularização e a tradução juramentada dos documentos.

Orientações para envio do boletim

O acionista que optar por exercer o seu direito de voto a distância poderá:

- (i) preencher e enviar o presente boletim diretamente à Companhia; ou
- (ii) transmitir as instruções de preenchimento para prestadores de serviços aptos, conforme orientações a seguir:

Exercício do voto a distância por meio do custodiante

O acionista que optar por exercer o seu direito de voto a distância por intermédio de seu agente de custódia deverá transmitir as suas instruções de voto observando as regras determinadas pelo subcustodiante, o qual encaminhará as referidas manifestações de voto à Central Depositária da [B]³. Para tanto, os acionistas deverão entrar em contato com seus agentes de custódia a fim de verificarem os devidos procedimentos.

Nos termos da Instrução CVM nº 481/09, o acionista deverá transmitir as instruções de preenchimento do boletim para seus agentes de custódia em até sete dias antes da data de realização da Assembleia, ou seja, até 26/02/2020 (inclusive), salvo se prazo diverso for estabelecido por seus agentes de custódia.

A Petrobras tem até três dias do recebimento do boletim para comunicar ao acionista que os documentos enviados estão aptos para que o voto seja considerado válido ou para avisar a necessidade de retificação e reenvio do boletim ou dos documentos que o acompanham, informando o prazo de recebimento dos mesmos em até sete dias antes da Assembleia.

É recomendável, portanto, que o acionista envie o boletim de voto, que estará disponível pelo menos um mês antes da Assembleia, e os documentos relativos, com a maior antecedência possível, para que haja tempo suficiente para a avaliação pela Petrobras, e eventual retorno com motivos para retificação, correção e ressubmissão dos mesmos.

Vale notar que, conforme determinado pela Instrução CVM nº 481/09, a Central Depositária da [B]³, ao receber as instruções de voto dos acionistas por meio de seus respectivos agentes de custódia, desconsiderará eventuais instruções divergentes em relação a uma mesma deliberação que tenham sido emitidas pelo mesmo número de inscrição no CPF ou CNPJ.

Exercício do voto a distância por meio do administrador das ações escriturais

Adicionalmente às opções anteriores, o acionista com ações no sistema escritural pode exercer o seu direito de voto a distância por meio do Banco Bradesco, instituição que administra o sistema de Ações Escriturais da Petrobras. Neste caso, o acionista/procurador deverá se dirigir a qualquer agência do Banco Bradesco para entregar o boletim de voto a distância, devidamente preenchido.

Exercício do voto a distância por meio de envio do boletim pelo acionista diretamente à Petrobras

O acionista que optar por exercer o seu direito de voto a distância poderá, alternativamente, fazê-lo diretamente à Companhia, devendo, para tanto, encaminhar os seguintes documentos à Av. República do Chile, 65, 18º andar – sala 1803, Centro, CEP: 20031-912, Rio de Janeiro/RJ – Brasil, aos cuidados da Gerência de Relações com Investidores Individuais – Suporte ao Acionista:

- (i) via física do presente boletim devidamente preenchido, assinado e com todas as páginas rubricadas;
- (ii) cópia autenticada dos seguintes documentos:
 - (a) para pessoas físicas:
 - documento válido de identidade com foto e número do CPF;

- no caso de procurador (constituído a menos de um ano da data da Assembleia), enviar procuração com firma reconhecida e a identidade do procurador.
- (b) para pessoas jurídicas:
- último estatuto social ou contrato social consolidado e os documentos societários que comprovem a representação legal do acionista;
 - CNPJ; e
 - documento de identidade com foto do representante legal.
- (c) para fundos de investimento:
- último regulamento consolidado do fundo com CNPJ;
 - estatuto ou contrato social do seu administrador ou gestor, conforme o caso, observada a política de voto do fundo e documentos societários que comprovem os poderes de representação; e
 - documento de identidade com foto do representante legal.

Uma vez recebidos o boletim e respectivas documentações exigidas, a Companhia avisará ao acionista acerca de sua aceitação ou necessidade de retificação, nos termos da Instrução CVM nº 481/09.

Caso o boletim seja encaminhado diretamente à Companhia, e não esteja adequadamente preenchido ou não esteja acompanhado dos documentos comprobatórios, este poderá ser desconsiderado e o acionista será informado por meio do endereço de e-mail indicado.

O boletim e demais documentos comprobatórios deverão ser protocolados na Companhia em até sete dias antes da data da Assembleia Geral, ou seja, até 26/02/2020 (inclusive). Eventuais boletins recepcionados pela Companhia após essa data também serão desconsiderados.

**À
ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA**

EXPOSIÇÃO AOS ACIONISTAS

ITEM I

**INCORPORAÇÃO DA PETROBRAS NEGÓCIOS ELETRÔNICOS S.A. ("E-PETRO") NA
PETROBRAS**

Senhores Acionistas,

O Conselho de Administração da Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras (Companhia) vem apresentar as seguintes informações em relação à incorporação da Petrobras Negócios Eletrônicos S.A. (e-PETRO) pela Petrobras, matéria da Ordem do Dia da Assembleia Geral Extraordinária que ocorrerá em 04/03/2020:

A e-PETRO é sociedade anônima, com capital social totalmente subscrito e integralizado no valor de R\$ 21.000.000,00 (vinte e um milhões de reais), dividido em 20.989.500 (vinte milhões, novecentos e oitenta e nove mil e quinhentas) ações, todas de titularidade da Petrobras.

A incorporação da e-PETRO pela Petrobras está inserida no cenário de reorganização e otimização do portfólio de participações da Companhia, a fim de racionalizar custos, através da consolidação de suas atividades.

A manutenção de diversas estruturas administrativas, além de levar a um acréscimo de custos operacionais, implica perda de sinergias relevantes na condução dos assuntos de interesse da Companhia.

Portanto, a incorporação visa à transferência da totalidade dos ativos, direitos e obrigações da e-PETRO para a Companhia e faz parte de um processo de reorganização cujo objetivo é a simplificação da estrutura societária, redução de custos e gestão mais eficiente dos ativos.

Tendo em vista que a Companhia é titular de 100% (cem por cento) das ações representativas do capital social da e-PETRO, não haverá alteração do capital social da Petrobras, na medida em que suas demonstrações financeiras já consolidam os registros contábeis da sociedade a ser incorporada.

Desta forma, o Conselho de Administração submete à apreciação e deliberação dessa Assembleia Geral Extraordinária, com parecer favorável do Conselho Fiscal, a proposta de incorporação da e-PETRO pela Petrobras, na forma do Protocolo de Incorporação e Justificação firmado entre a Companhia e a e-PETRO em 05 de dezembro de 2019, respectivo Laudo de Avaliação, elaborado

pela Loudon Blomquist Auditores Independentes (Loudon) e das demais providências contidas no item I na Ordem do Dia constante no Edital de Convocação.

Em anexo: Protocolo e Justificação de Incorporação da Petrobras Negócios Eletrônicos S.A. pela Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras; Laudo de Avaliação do patrimônio líquido da e-PETRO, a valor contábil, elaborado pela Loudon Blomquist Auditores Independentes; Contrato firmado com a Loudon Blomquist Auditores Independentes; cópia do parecer do Conselho Fiscal; formulários nos termos do Anexo 20A e 21 da Instrução CVM nº 481.

Rio de Janeiro, 29 de janeiro de 2020.

Presidente
Roberto Castello Branco

ANEXO I

Protocolo e Justificação da Incorporação da e-PETRO

**PROTOCOLO E JUSTIFICAÇÃO DE INCORPORAÇÃO DA PETROBRAS
NEGÓCIOS ELETRONICOS S.A. PELA PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. –
PETROBRAS**

Que entre si celebram

I. PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. – PETROBRAS, sociedade de economia mista, com sede na Avenida República do Chile n.º 65, Centro, na Cidade e Estado do Rio de Janeiro, inscrita junto ao Cadastro Nacional das Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda (CNPJ/MF) sob o n.º 33.000.167/0001-01, neste ato devidamente representada na forma do seu Estatuto Social, doravante denominada "**PETROBRAS**", ou, ainda, "**Incorporadora**"; e

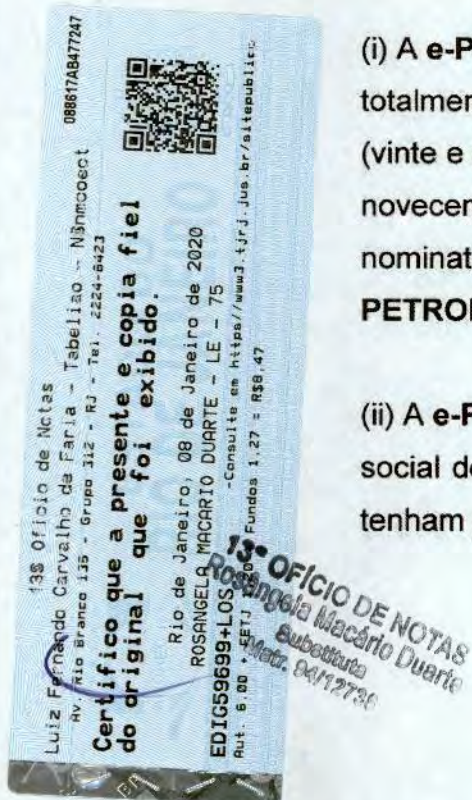
II. PETROBRAS NEGÓCIOS ELETRÔNICOS S.A., sociedade anônima de capital fechado, com sede na Avenida República do Chile n.º 65, 16º andar, Centro, Rio de Janeiro, RJ, inscrita no Cadastro Nacional das Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda (CNPJ/MF) sob o n.º 05.070.908/0001-95, neste ato representada na forma do seu Estatuto Social, doravante denominada **e-PETRO**, ou, ainda, "**Incorporada**";

Sendo **PETROBRAS** e **e-PETRO** doravante denominadas, em conjunto, como "**PARTES**", ou qualquer delas, isoladamente, como "**PARTE**";

Considerando que:

(i) A **e-PETRO** é uma sociedade anônima fechada, com capital social totalmente subscrito e integralizado no valor de R\$ 21.000.000,00 (vinte e um milhões de reais), dividido em 20.989.500 (vinte milhões, novecentos e oitenta e nove mil e quinhentas) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, todas de titularidade da **PETROBRAS**;

(ii) A **e-PETRO** foi constituída com o propósito de participar no capital social de outras sociedades, como sócio, quotista ou acionista, que tenham por objeto atividades realizadas pela Internet ou outros meios



Luis Antonio Pereira de Araújo
Gerente Geral de TIC para Processos Corporativos
Matrícula: 080902-2

Página 1 de 11

eletrônicos que venham a ser criados, inclusive pelo provimento de serviços relacionados à Internet, tais como desenvolvimento, desenho, e gerência de web-sites, bem como quaisquer outras atividades correlatas ou afins, principalmente no que pertine aos setores petrolífero e petroquímico

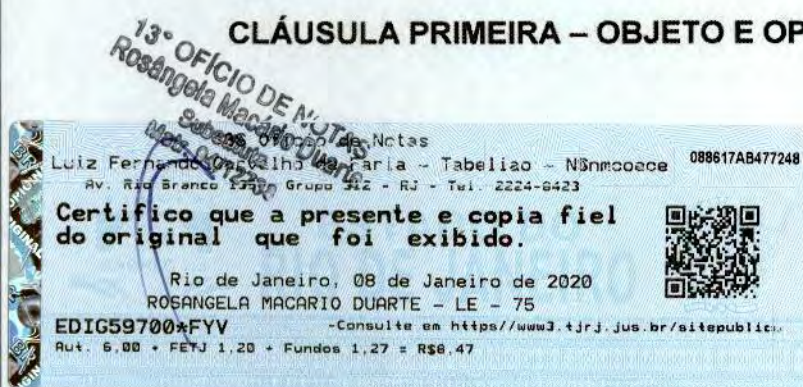
(iii) As **PARTES** pretendem realizar uma operação de incorporação, por meio da qual a **PETROBRAS** incorporará a **e-PETRO**, com a extinção de pleno direito desta, a qual será universalmente sucedida em todos os direitos e obrigações pela **PETROBRAS**, na forma do Artigo 227, da Lei n.º 6.404, de 15 de dezembro de 1976 ("Lei nº 6.404/76" ou "LSA");


(iv) A Incorporação resultará na simplificação da estrutura societária do Sistema **PETROBRAS** por meio da consolidação, na **Incorporadora**, dos ativos da **Incorporada**, com a consequente redução custos e racionalização de atividades;


(v) A Incorporação não implicará aumento de capital social da **PETROBRAS** e não terá impacto sobre seu resultado;

RESOLVEM as **PARTES**, tendo entre si certo e ajustado, celebrar o presente Protocolo e Justificação de Incorporação ("Protocolo e Justificação"), de acordo com os Artigos 224, 225 e 227 da Lei nº 6.404/76, e em observância ao disposto na Instrução da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) nº 565, de 15 de junho de 2015 ("ICVM 565/2015") e no Ofício-Circular/CVM/SEP/Nº03/2019, de 28 de fevereiro de 2019 ("Ofício Circular SEP 03/2019"), cujos seguintes termos e condições nortearão a proposta de incorporação a ser encaminhada aos seus respectivos acionistas:

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO E OPERAÇÃO




Luis Antonio Pereira de Araújo
Gerente Geral de TIC para Processos Corporativos
Matrícula: 080902-2

Página 2 de 11 

1.1. Objeto. O presente Protocolo e Justificação tem por objeto a definição das bases da proposta de incorporação que será levada à deliberação dos acionistas das **PARTES**.

1.2. Operação Proposta. A operação consiste na incorporação da **e-PETRO** pela **PETROBRAS**, com a versão integral do patrimônio líquido da **e-PETRO**, avaliado a valor contábil, para a **PETROBRAS** ("Operação" ou "Incorporação").

1.2.1. Em decorrência da Operação, a **e-PETRO** será extinta de pleno direito, para todos os fins e efeitos legais, de maneira que a **Incorporadora** sucederá a **e-PETRO** universalmente em todos os seus direitos e obrigações, na forma do Artigo 227, da Lei nº 6.404/76.

CLÁUSULA SEGUNDA – JUSTIFICAÇÃO DA INCORPORAÇÃO

2.1. Justificação da Operação. A administração das sociedades envolvidas na Operação tem analisado alternativas para a melhor condução de suas atividades e políticas gerenciais, levando-se em conta a intenção de racionalizar custos através da consolidação de suas atividades, tendo em vista que a manutenção de diversas estruturas administrativas leva a um acréscimo em seus custos operacionais, ao mesmo tempo em que implica na perda de sinergias relevantes na condução dos assuntos de seu interesse.

2.2. Tendo em vista que as **PARTES** pertencem ao mesmo grupo de fato, sendo a **Incorporada** subsidiária integral da **Incorporadora**, a qual detém as 20.989.500 (vinte milhões, novecentos e oitenta e nove mil e quinhentas) ações emitidas pela **Incorporada**, a Incorporação trará consideráveis benefícios de ordem administrativa, econômica e financeira às **PARTES**, na medida em que:

2.2.1. A Incorporação tem por objetivo a transferência da totalidade dos ativos, direitos e obrigações da **e-PETRO** para a **PETROBRAS** e faz parte de um processo de reorganização societária cujo objetivo é

Luis Antonio Pereira de Araújo
Gerente Geral de TIC para Processos Corporativos
Matrícula: 080902-2

Página 3 de 11



a simplificação da estrutura societária, racionalização das atividades da **PETROBRAS**, redução de custos e gestão mais eficiente dos ativos envolvidos.

2.2.2. A integração operacional das **PARTES** permitirá um melhor aproveitamento de sinergias já existentes, uma maior flexibilidade para novos investimentos e uma maior eficiência na execução das decisões estratégicas, sendo, portanto, de todo benéfica aos interesses sociais das **PARTES**;

2.2.3. Além disso, a união dos recursos empresariais e dos patrimônios das **PARTES** permitirá melhor gestão de operações, ativos e fluxos de caixa, resultando na otimização do emprego dos recursos operacionais e financeiros e, por conseguinte, na obtenção de maiores benefícios para as atividades sociais desempenhadas pelas **PARTES**, os quais não seriam possíveis se fosse adotada outra modalidade de operação societária.

2.3. Tendo em vista que a **PETROBRAS** é titular de 100% (cem por cento) das ações representativas do capital social da **e-PETRO**, a Incorporação proposta não implicará alteração do capital social da **PETROBRAS**, na medida em que as demonstrações financeiras da **PETROBRAS** consolidam os registros contábeis da **e-PETRO**.

CLÁUSULA TERCEIRA – AVALIAÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DA e-PETRO E DATA-BASE DA AVALIAÇÃO

3.1. Empresa Avaliadora. Consoante o disposto no artigo 226 da Lei nº 6.404/76, as **PARTES** contrataram a empresa especializada LOUDON BLOMQUIST – AUDITORES INDEPENDENTES, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 33.179.672/0004-08, com sede na Rua Senador Paulo Egídio, 72 – Conj. 1.009 – Sé, na cidade São Paulo, SP (“Empresa Avaliadora”), para a elaboração do

Página 4 de 11

Luis Antonio Pereira de Araújo
Gerente Geral de TIC para Processos Corporativos
Matrícula: 020902-2

laudo de avaliação contábil do patrimônio líquido da **Incorporada** a ser vertido para a **Incorporadora** ("Laudo de Avaliação Contábil").

3.1.1. A indicação e nomeação da empresa especializada LOUDON BLOMQUIST – AUDITORES INDEPENDENTES como responsável pela elaboração do Laudo de Avaliação Contábil deverá ser ratificada por deliberação da Assembleia Geral Extraordinária da **e-PETRO** e da **PETROBRAS**, nos termos do artigo 227, § 1º da Lei 6.404/76.

3.1.2. Consoante o Anexo III, item X, "d", da Instrução CVM nº 361/2002, a Empresa Avaliadora, responsável pela elaboração do Laudo de Avaliação Contábil, declarou no referido documento: (i) não possuir, diretamente, por meio de seu controlador, e pessoas a eles vinculadas, na data de emissão do Laudo de Avaliação Contábil, quaisquer valores mobiliários, ou derivativos neles referenciados, de emissão das **PARTES**, seja em nome próprio ou sob sua administração discricionária; (ii) não possuir, com as **PARTES**, relações comerciais e creditícias de qualquer natureza que possam impactar o Laudo de Avaliação Contábil; (iii) não ter conflito de interesses que lhe diminua a independência necessária ao desempenho de suas funções; (iv) ter recebido, pelos serviços de avaliação, a remuneração fixa líquida, em moeda corrente nacional, no valor de equivalente a R\$ 14.989,99 (quatorze mil, novecentos e oitenta e nove reais e noventa e nove centavos); e (v) não ter recebido das **PARTES** nos 12 (doze) meses anteriores à data do Laudo de Avaliação Contábil, qualquer outro valor, além do mencionado acima, a título de remuneração por quaisquer serviços de consultoria, avaliação, auditoria e assemelhados.

3.2. CrITÉrio de Avaliação. Considerando o disposto no item 7.2 do Ofício Circular/CVM/SEP/Nº 03/2019, de 28/02/2019, que informa que em reunião de 15/02/2018, no âmbito do processo 19957.011351/2017-21, por unanimidade, o Colegiado da CVM manifestou ser inaplicável o artigo 264 da Lei 6.404/1976 em operações de incorporação de controlada subsidiária integral por controladora de companhia aberta, uma vez que, inexistindo acionistas não controladores, não estaria presente a condição fundamental prevista no dispositivo, as **PARTES**

Luis Antonio Pereira de Araújo
Gerente Geral de TIC para Processos Corporativos
Matrícula: 080902-2

Página 5 de 11



optaram por adotar o critério contábil para avaliação do patrimônio líquido da **Incorporada**.

3.3 Data-Base da Incorporação. A **LOUDON BLOMQUIST – AUDITORES INDEPENDENTES** é uma empresa especializada em avaliações contábeis, tendo procedido, a pedido da administração das **PARTES**, (i) à avaliação do patrimônio líquido da **e-PETRO** pelo valor contábil, com base nos elementos constantes do Balanço Patrimonial da **e-PETRO**, levantado em 31/12/2018 (“Data-Base da Incorporação”), constituindo, assim, o valor do patrimônio líquido a ser vertido para a **PETROBRAS**, e (ii) à elaboração do Laudo de Avaliação Contábil, o qual constitui o Anexo I ao presente Protocolo e Justificação, ficando os valores subordinados à prévia análise e aprovação dos acionistas da **PETROBRAS**, nos termos da lei.

3.4. Demonstrações Financeiras. Foi dispensada a elaboração de demonstrações financeiras auditadas por auditor independente registrado na CVM, nos termos do artigo 6º da ICVM 565/2015, e das informações financeiras *pro forma*, nos termos do artigo 7º também da ICVM 565/2015, uma vez que os efeitos da Incorporação observam o disposto no artigo 10, *caput*, da referida Instrução.

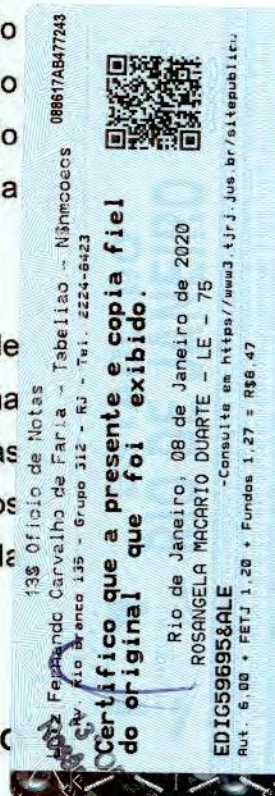
CLÁUSULA QUARTA – DO MONTANTE GLOBAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO A SER INCORPORADO

4.1. De acordo com a avaliação efetuada consubstanciada no Laudo de Avaliação do Acervo Líquido Contábil, o valor contábil do patrimônio líquido da **e-PETRO** a ser vertido para a **PETROBRAS**, já ajustado para adequação às normas IFRS é de R\$ 39.397.000,00 (trinta e nove milhões, trezentos e noventa e sete mil reais), observado o disposto na Cláusula Quinta abaixo.

4.2. O valor do patrimônio líquido apurado corresponde exatamente à conta ativa de investimento da **PETROBRAS**, uma vez que a **e-PETRO** é sociedade

Luis Antonio Pereira de Araújo
Gerente Geral de TIC para Processos Corporativos
Matrícula: 080902-2

Página 6 de 11



controlada da **PETROBRAS**. Desta forma, como consequência da Incorporação, operar-se-á, na contabilidade da **PETROBRAS**, mera substituição dos ativos da **PETROBRAS** representados por sua conta de investimento referente à participação no capital social da **e-PETRO** pelos elementos ativos e passivos integrantes do Balanço Patrimonial da **e-PETRO**.

4.3. A substituição de investimentos da **PETROBRAS** na **e-PETRO** pelos elementos ativos e passivos constantes do Balanço Patrimonial da **e-PETRO** não implicará alteração no valor do patrimônio líquido da **PETROBRAS**.

4.4. Os bens, direitos e obrigações da **e-PETRO**, que compõem o patrimônio líquido a ser vertido para a **PETROBRAS**, são aqueles indicados no Laudo de Avaliação Contábil.

4.5. Os saldos das contas credoras e devedoras da **Incorporada** passarão para os livros contábeis da **Incorporadora**, fazendo-se as necessárias adaptações.

CLÁUSULA QUINTA – TRATAMENTO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS ATÉ A DATA DA INCORPORAÇÃO

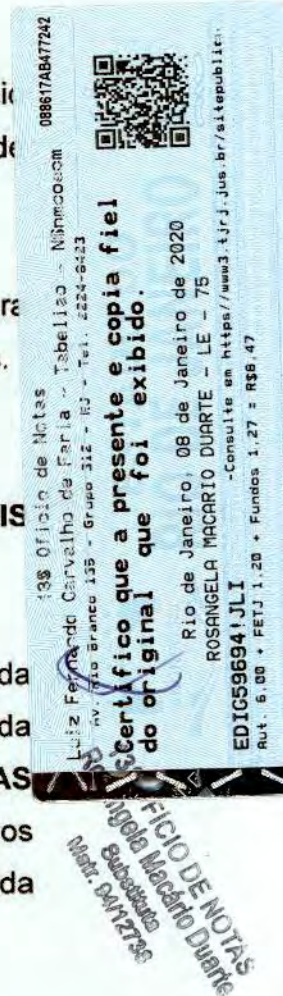
5.1. As variações patrimoniais apuradas no período entre a Data-Base da Incorporação e a efetiva Incorporação permanecerão registradas nos livros da **e-PETRO** e serão absorvidas e transferidas para os livros da **PETROBRAS** pelos seus respectivos valores na data da Incorporação, não modificando os valores adotados no presente Protocolo e Justificação para a realização da Incorporação.

CLÁUSULA SEXTA – EXTINÇÃO DA e-PETRO

6.1. Inexistência de Relação de Substituição. Para efeitos da Incorporação proposta no presente Protocolo e Justificação, não serão atribuídas ações da

Luis Antonio Pereira de Araújo
Gerente Geral de TIC para Processos Corporativos
Matrícula: 080902-2

Página 7 de 11



PETROBRAS aos sócios da **e-PETRO**, tendo em vista que a **PETROBRAS** é titular da totalidade das ações de emissão da **Incorporada**.

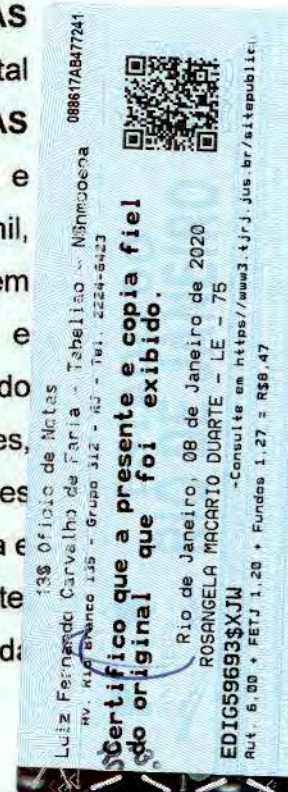
6.1.2. Por consequência, a totalidade das ações de emissão da **e-PETRO**, serão extintas, com base no artigo 226, §1º da Lei nº 6.404/76, procedendo-se aos necessários ajustes e adaptações nos registros contábeis da **PETROBRAS**.

6.1.3. Não ocorrerá cancelamento ou emissão de novas ações da **PETROBRAS** em virtude da Incorporação, tampouco haverá alteração no valor de seu capital social, de forma que, ao final da Incorporação, o capital social da **PETROBRAS** permanecerá inalterado no montante de R\$ 205.431.960.490,52 (duzentos e cinco bilhões, quatrocentos e trinta e um milhões, novecentos e sessenta mil, quatrocentos e noventa reais e cinquenta e dois centavos), dividido em 13.044.496.930 (treze bilhões, quarenta e quatro milhões, quatrocentas e noventa e seis mil e novecentas e trinta) ações sem valor nominal, sendo 7.442.454.142 (sete bilhões, quatrocentos e quarenta e dois milhões, quatrocentas e cinquenta e quatro mil e cento e quarenta e duas) ações ordinárias e 5.602.042.788 (cinco bilhões, seiscentos e dois milhões, quarenta e duas mil e setecentas e oitenta e oito) ações preferenciais. Consequentemente não haverá qualquer alteração no Estatuto Social da **PETROBRAS** em razão da Incorporação.

6.2. Direito de Retirada. Considerando que a **Incorporadora** é a única acionista da **Incorporada**, a aprovação da Incorporação na assembleia geral da **Incorporada** dependerá do voto afirmativo da sua única acionista. Desse modo, inexistirá acionista dissidente, nos termos do artigo 137 e do artigo 230 da Lei nº 6.404/76. Ademais, nos termos dos artigos 136 c/c 137 da Lei nº 6.404/76, os acionistas da **Incorporadora** não farão jus a direito de retirada decorrente da aprovação da Incorporação pela assembleia geral de acionistas. Assim, não serão necessários quaisquer ajustes de participações societárias em razão do exercício do direito de retirada.

Luis Antonio Pereira de Araújo
Gerente Geral de TIC para Processos Corporativos
Matrícula: 080902-2

Página 8 de 11



Ofício de Notas
Substituta
Matr. 0412726

6.3. Ações de uma Sociedade Detidas por Outra. A **Incorporada** não é titular de ações de emissão da **Incorporadora**.

6.4. Extinção da e-PETRO e Sucessão. A **e-PETRO** extinguir-se-á de pleno direito, na forma da lei, com a aprovação da Incorporação pela **Incorporadora**. Com o registro dos atos da Incorporação na Junta Comercial e a sua publicação, será dado conhecimento a terceiros de sua cessação legal. Nos termos do art. 234 da Lei 6.404/76, a certidão da Incorporação, passada pela Junta Comercial, será documento hábil para a averbação, nos registros públicos e privados competentes, da sucessão universal pela **PETROBRAS** em todos os bens, direitos e obrigações da **e-PETRO**.

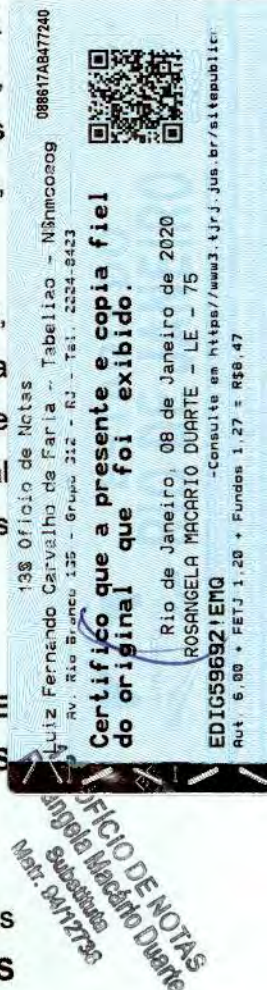
6.5. Competirá aos administradores da **PETROBRAS** praticar todos os atos, registros e averbações necessários para a regularização, formalização e a implementação da Incorporação e do estabelecido no presente Protocolo e Justificação, correndo por sua conta todos os custos e despesas oriundos de tal implementação, incluindo despesas com publicações, registros e averbações necessários.

CLÁUSULA SÉTIMA – CONHECIMENTO AOS ADMINISTRADORES E CONSELHEIROS FISCAIS, E APROVAÇÃO PELAS ASSEMBLEIAS GERAIS DA PETROBRAS E DA e-PETRO

7.1. Administradores e Conselheiros Fiscais. Em observância às determinações do artigo 163, inciso III, da Lei nº 6.404/76 e ao Estatuto Social da **PETROBRAS** e da **e-PETRO**, os Conselhos Fiscais da **PETROBRAS** e da **e-PETRO** deverão opinar sobre a Operação, sendo que a Diretoria Executiva e o Conselho de Administração da **PETROBRAS** e a Diretoria da **e-PETRO** deverão aprovar o Protocolo e Justificação da Incorporação, aprovando ou ratificando, ainda, conforme o caso, a contratação da empresa para avaliação do patrimônio líquido da **e-PETRO**, além de convocar as Assembleias Gerais Extraordinárias que deliberarão sobre a Operação.

Luis Antonio Pereira de Araújo
Gerente Geral de TIC para Processos Corporativos
Matrícula: 080902-2

Página 9 de 11




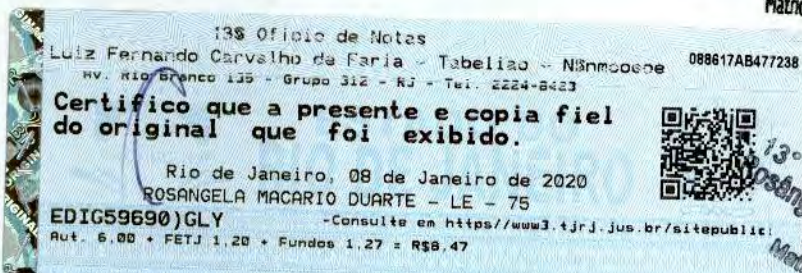
7.2. Assembleia Geral Extraordinária. Para a implementação da Operação, serão convocadas a Assembleia Geral Extraordinária dos acionistas da **PETROBRAS** e da **e-PETRO**, observados os prazos e demais procedimentos previstos em lei, para: (i) aprovar o presente Protocolo e Justificação da Incorporação; (ii) ratificar a contratação da Empresa Avaliadora para a elaboração do Laudo de Avaliação Contábil; (iii) aprovar o Laudo de Avaliação Contábil; (iv) aprovar a Incorporação, com a consequente extinção da **Incorporada**; e (v) autorizar os administradores a praticarem todos os atos necessários à efetivação da Incorporação.


CLÁUSULA OITAVA – DISPOSIÇÕES GERAIS

8.1. Documentos à Disposição dos Acionistas. Todos os documentos mencionados neste Protocolo e Justificação estarão à disposição dos acionistas da **PETROBRAS** e poderão ser consultados na sede social e no *website* da **PETROBRAS** (www.petrobras.com.br), na Comissão de Valores Mobiliários – CVM, na Rua Sete de Setembro, nº 111, 5º andar – Centro de Consultas, Centro, Rio de Janeiro/RJ ou na Rua Cincinato Braga, nº 340, 2º a 4º andares – Ed. Delta Plaza, São Paulo/SP e no seu *website* (www.cvm.gov.br) e na BM&FBOVESPA, na Rua XV de Novembro, nº 275, São Paulo/SP e no seu *website* (www.bmfbovespa.com.br).

8.1.1. Para acesso aos referidos documentos, os acionistas da **PETROBRAS** (ou seus procuradores devidamente constituídos) deverão comprovar a sua condição de acionista, nos termos do artigo 126 da Lei nº 6.404/76.


Luis Antonio Pereira de Araújo
Gerente Geral de TK para Processos Corporativos
Matrícula: 080902-2



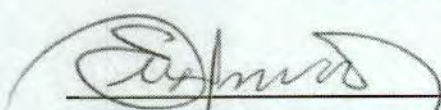

13º OFÍCIO DE NOTAS
Rosângela Macário Duarte
Substituta
Matr. 04/12730


Página 10 de 11

E, por estarem assim justas e contratadas, as **PARTES** assinam o presente Protocolo e Justificação, em 2 (duas) vias de igual teor e forma e para um só efeito, juntamente com duas testemunhas abaixo identificadas.


Rio de Janeiro, 05 de dezembro de 2019.

PETROLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS


EBERALDO DE ALMEIDA NETO
Diretor Executivo de Assuntos
Corporativos


ANELISE QUINTÃO LARA
Diretora Executiva de Refino e Gás
Natural

PETROBRAS NEGÓCIOS ELETRÔNICOS S.A. – e-PETRO


CESAR CUNHA DE SOUZA
Diretor-Presidente


LUÍS ANTÔNIO PEREIRA DE
ARAÚJO
Diretor

Testemunhas:

Nome:

CPF:

Nome:

CPF:

Anexo I – Laudo de Avaliação



ANEXO II

Laudo de Avaliação da Contratada

Head Office
São Paulo - SP

72 Senador Paulo Egídio St, 1.009 Conj – Sé
São Paulo – SP – Zip Code: 01.006-904
E-mail: loudonsp@loudon.com.br
Phone number: +55 (11) 3104-8303/3101-7782
Fax: (11) 3104-3420

Affiliate
Rio de Janeiro - RJ

509 Presidente Vargas Ave, 3rd floor – Centro
Rio de Janeiro – RJ – Zip Code: 20.071-003
E-mail: secretaria@loudon.com.br
Phone number: +55 (21) 2509-8658
Fax: (21) 2242-7212

Office
Brasília - DF

SCS – Quadra 06 – Bl. A – Conj. 402
Edifício Carioca – Brasília – DF – Zip Code: 70.325-900
E-mail: projetos@loudon.com.br
Phone number: +55 (61) 3225-0120 / 3963-0705

LAUDO DE AVALIAÇÃO

LOUDON BLOMQUIST AUDITORES INDEPENDENTES, com filial na Avenida Presidente Vargas, nº 509, 3º andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ, CEP. 20.071-003, CNPJ nº 33.179.672/0004-08 e com registro no CRC-RJ sob o nº 000064/F-8, como PERITA CONTÁBIL, solicitada pela Diretoria da **PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. – PETROBRAS**, CNPJ 33.000.167/0001-01, doravante denominada **PETROBRAS**, para proceder à avaliação do patrimônio líquido contábil da **PETROBRAS NEGÓCIOS ELETRÔNICOS S.A. – E-Petro**, doravante denominada **E-Petro**, CNPJ nº 05.070.908/0001-95, para fins de incorporação, vem, nos termos do Artigo 226 da Lei das Sociedades por Ações (nº 6.404/76), apresentar a seguir o presente Laudo de Avaliação:

1) **Critério de Avaliação:**

Adotamos o critério de avaliação contábil do Patrimônio Líquido da **E-Petro**, a ser incorporado pela **Petrobras**, obtido através das Demonstrações Financeiras (DF's) levantadas em 31/12/2018 e auditadas pela KPMG Auditores Independentes, ou seja, com fundamento nos valores constantes dos registros contábeis e demais elementos próprios da Contabilidade da **E-Petro**.

Obtivemos os referidos registros e discutimos com os Administradores os critérios adotados na elaboração do Balancete Analítico e do Balanço Patrimonial levantados em 31 de dezembro de 2018, atentando, em especial, para as principais contas relacionadas nos mesmos e constatamos que as práticas contábeis emanadas da legislação societária brasileira foram observadas.

Procedemos à avaliação contábil do acervo líquido com base nos procedimentos de revisão limitada, em concordância com as Normas e Procedimentos de Auditoria (NPA nº 04), emitidas pelo Instituto Brasileiro dos Auditores Independentes – IBRACON, conforme descrito abaixo:

1. Conferência das demonstrações contábeis com os seus respectivos registros contábeis, incluindo cálculos de avaliação dos investimentos pelo método de equivalência patrimonial, baseado nas demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2018.
2. Verificação se – baseado nas informações obtidas durante a revisão – as demonstrações contábeis foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com uniformidade em relação àquelas usadas no exercício anterior.

Os princípios básicos da economia nos permitem criar a seguinte técnica de avaliação:

- i. O valor definido para os ativos menos o valor definido para os passivos é igual ao valor definido para o patrimônio líquido de uma empresa. Cabe ressaltar que não foram objeto de nossos trabalhos a identificação de passivos não registrados ou não revelados pela Administração da empresa.
- ii. Dentro de uma perspectiva de avaliação, as definições relevantes de valor são aquelas apropriadas ao objetivo da avaliação.
- iii. Na presente avaliação, a metodologia e o escopo adotados tiveram como objetivo avaliar uma empresa em marcha (*going concern*), portanto, os gastos incorridos na realização de ativos ou exigência de passivos, bem como os relacionados a processo de liquidação da empresa não foram considerados.
- iv. O presente Laudo foi elaborado com a finalidade de atender ao disposto no artigo 264 da Lei 6.404/76 (Lei das S.A.), de forma a avaliar o patrimônio da **E-Petro** em 31/12/2018.
- v. As demonstrações contábeis tomadas como base para o presente Laudo foram preparadas pela Sociedade, já com a adoção pelo cumprimento integral da Lei 11.638/07.
- vi. Apresentamos a seguir os critérios gerais definidos para avaliação por grupos de contas. Critério de avaliação pela metodologia contábil:
 - a) Caixa e equivalentes de caixa:
Estão avaliados a valor justo, isto é, os respectivos saldos contábeis demonstram a exatidão dos valores disponíveis, à disposição da **E-Petro** junto às instituições financeiras com as quais a empresa opera.
 - b) Investimento:
Representado por participação societária em empresa de capital fechado, avaliado em 31/12/2018 por equivalência patrimonial.
 - c) Fornecedores e outras contas a pagar
Estão avaliados a valores de saída, isto é, os respectivos saldos contábeis estão compostos pelos montantes das faturas a pagar, sem ajustes a valor presente ou por outro procedimento porventura exigido pelas normas IFRS.

2) Avaliação do Patrimônio Líquido Contábil da E-Petro

Consideramos através dos nossos exames, que as demonstrações financeiras da **E-Petro**, na data base de 31 de dezembro de 2018, foram preparadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil pela Comissão de Pronunciamento Contábeis (CPC), conforme descrito na Nota Explicativa nº 2 do Relatório Anual.

2.1) Elementos de Ativo e Passivo (Expressos em milhares de reais):

ATIVO **43.448**

CIRCULANTE **4.154**

Caixa e Equivalente de Caixa (Nota 'a')	2.333
Contas a Receber – Clientes	283
Imp. Renda, Cont. Social e Outros Trib. Recuperar	3
Dividendos a Receber	1.535

NÃO CIRCULANTE **39.294**

Imp. Renda, Cont. Social e Outros Trib. Recuperar	100
Investimento (Notas 'b' e 'c')	39.194

Menos:

PASSIVO **4.051**

CIRCULANTE

Fornecedores	2.599
Imp. Renda, Cont. Social e Outros Trib. Recolher	15
Dividendos Propostos	1.437

PATRIMÔNIO LÍQUIDO **39.397**

2.2) Elementos do Patrimônio Líquido:

Elementos que compõem o patrimônio líquido contábil da **E-Petro** a ser incorporado pela **PETROBRAS**:

Capital Social Realizado	21.000
Reserva de Lucros	18.397
Patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2018	<u>39.397</u>

Nota (a) - Caixa e Equivalente de Caixa:

Aplicações financeiras representadas por quotas de fundo de investimento do Banco do Brasil S.A., com rendimento atrelado à variação do Certificado de Depósito Bancário (CDI). O saldo dessas aplicações no montante de R\$ 2.333 mil, encontra-se atualizado até 31/12/2018, não excedendo o seu valor de mercado.

Nota (b) – Investimento:

Participação societária de 72% no capital social, da empresa PROCUREMENT NEGÓCIOS ELETRÔNICOS S.A. – **PETRONECT**, CNPJ nº 05.370.858/0001-61, sociedade por ações, de capital fechado, com sede na cidade e estado do Rio de Janeiro, constituída em 18/10/2002, tendo como objetivo atuar no provimento de serviços de comércio eletrônico, compreendendo o desenvolvimento de sistemas e gerência de portais eletrônicos, relacionados ao processo de aquisição de materiais, serviços e produtos.

As suas operações substancialmente são realizadas com empresas do sistema **Petrobras**.

Nota (c) – Informações sobre a investida (**Petronect**):

Participação no capital social	72%	
Participação no capital votante	49%	- Ações Ordinárias
Participação no capital sem direito a voto	95%	- Ações Preferenciais

Quantidade de ações detidas:

Ordinárias	-	11.919.978
Preferenciais	-	23.110.161

Capital Social Integralizado	-	34.057
Patrimônio Líquido	-	54.468
Lucro Líquido do Exercício	-	8.839

Valor do investimento avaliado por equivalência patrimonial: **R\$ 39.194 mil.**

Nota (d) – Relatório dos Auditores Independentes:

- i. As demonstrações financeiras da **E-Petro**, relativas a 31/12/2018, que serviram de base para o preparo do presente laudo de avaliação, foram examinadas pela KPMG Auditores Independentes, cujo “relatório de auditoria”, datado de 19/03/2019, não possui ressalvas.
 - ii. As demonstrações financeiras da **Petronect**, relativas a 31/12/2018, foram examinadas por auditores independentes, cujo “Relatório de Auditoria”, datado de 19/03/2019, não possui ressalvas.
- 3) A sociedade incorporadora (**PETROBRAS**) sucederá a incorporada (**E-Petro**), que será extinta desta feita, ficando a incorporadora responsável pela sucessão de todos os direitos e obrigações, à luz do Art. 227, parágrafo terceiro da Lei 6.404/76.
- 4) Avaliamos o Patrimônio Líquido Contábil da **PETROBRAS NEGÓCIOS ELETRÔNICOS S.A. – E-Petro**, para fins de incorporação pela empresa **PETROLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS**, em **R\$ 39.397.000,00 (trinta e nove milhões, trezentos e noventa e sete mil reais)**.
- 5) Declaramos, para fins de avaliação que não temos conhecimento da ocorrência de qualquer fato relevante entre 31 de dezembro de 2018 e a presente data que nos termos da legislação atual devam ser ajustados, consoante declaração da Administração datada de 20/03/2019.
- 6) Princípios e Ressalvas:
O relatório objeto deste trabalho obedece criteriosamente aos princípios fundamentais descritos a seguir:
- i. Este Laudo foi elaborado pela **Loudon Blomquist Auditores Independentes** (doravante “**Loudon**”), CNPJ nº 33.179.672/0004-08 e ninguém, a não ser os seus próprios consultores, preparou as análises e correspondentes conclusões inerentes ao seu objeto, com base nas informações que lhes foram disponibilizadas;
 - ii. A **Loudon** não possui, diretamente ou por meio dos seus controladores, e pessoas a eles vinculadas, na data de emissão deste Laudo de Avaliação do Acervo Líquido Contábil, quaisquer valores imobiliários, ou derivados neles referenciados, de emissão das companhias envolvidas, seja em nome próprio ou sob sua administração discricionária;
 - iii. A **Loudon** não possui, com as companhias envolvidas, relações comerciais e creditícias de qualquer natureza, que possam impactar neste Laudo de Avaliação do Acervo Líquido Contábil;
 - iv. A **Loudon** não possui, com as companhias envolvidas, conflito de interesses que lhe diminua a independência necessária ao desempenho de suas funções;

- v. Os honorários profissionais da **Loudon**, pelos serviços de elaboração deste Laudo de Avaliação do Acervo Líquido Contábil, foram fixados em parcela única de **R\$ 14.989,99** (quatorze mil, novecentos e oitenta e nove reais e noventa e nove centavos) e não estão, de forma alguma, sujeitos às conclusões deste relatório;
- vi. A **Loudon** não recebeu, das companhias envolvidas, nos 12 (doze) meses anteriores à data de emissão deste Laudo de Avaliação do Acervo Líquido Contábil, qualquer outro valor, além do mencionado acima, a título de remuneração por quaisquer serviços de consultoria, avaliação, auditoria e assemelhados;
- vii. No melhor conhecimento e crédito dos consultores, as análises, opiniões e conclusões expressas no presente Laudo são baseadas em dados, diligências e levantamentos;
- viii. Assumem-se como corretas as informações recebidas de terceiros, sendo que as fontes das mesmas estão contidas e citadas neste Laudo;
- ix. Este Laudo apresenta todas as condições limitativas impostas pelas metodologias adotadas, quando houver, que possam afetar as análises, opiniões e conclusões contidas no mesmo;
- x. O presente Laudo atende a recomendações e critérios adotados, o qual está fundamentado no artigo 264 da Lei 6.404/76, que requer a sua elaboração por empresa especializada, demonstrando os critérios de avaliação e os elementos de comparação adotados, bem como os documentos relativos ao objeto avaliado;
- xi. O controlador e os administradores das companhias envolvidas não direcionaram, limitaram, dificultaram ou praticaram quaisquer atos que tenham ou possam ter comprometido o acesso, a utilização ou o conhecimento de informações, bens, documentos ou metodologias de trabalho, relevantes para a qualidade das conclusões contidas neste Laudo.

O abaixo assinado, representante legal da **Loudon Blomquist Auditores Independentes**, coloca-se à disposição da Assembleia Geral, para prestar-lhes quaisquer esclarecimentos adicionais sobre o presente Laudo de Avaliação.

Rio de Janeiro, 10 de abril de 2019

Loudon Blomquist Auditores Independentes

CRC-RJ-000064/F-8



Noel Luiz Ferreira

Contador – Sócio

CRC-RJ-23.317-T-SP-1458-S-RJ

ANEXO III

Contrato firmado com a Loudon Blomquist
Auditores Independentes

CARTA- CONTRATO E-PETRO

N.º Pedido 4509054275

PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. – PETROBRAS, sociedade de economia mista, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda sob o nº 33.000.167/0001-01, com sede na Avenida República do Chile, 65, Rio de Janeiro – RJ, , doravante denominada PETROBRAS, neste ato representada pelo Gerente Geral Cesar Cunha de Souza, CPF nº 032.959.197-55.

LOUDON BLOUMQUIST - AUDITORES, com sede na Rua Senador Paul Egidio, 1009, Sé, São Paulo-SP e filial na Avenida Presidente Vargas, 509, 3º andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda sob o nº 33.179.167/0001-01, doravante denominada CONTRATADA, neste ato representada pelo seu sócio-administrador Noel Luiz Ferreira, CPF nº 045.199.737-91.

São sócios da **CONTRATADA**: Noel Luiz Ferreira, CPF nº 045.199.737-91; Luiz Carlos da Costa, CPF nº 069.594.317-00; Flávio Henrique Costa Nogueira, CPF nº 532.892.427-49; Jorge Luiz Ferreira Moraes, CPF nº 337.135.537-34; Edio Paulo Brevilieri, CPF nº 041.791.617-53 e Sérgio dos Santos Gonçalves, CPF nº 228.907.347-49.

A **PETROBRAS** autoriza a CONTRATADA a executar os serviços descrito no item abaixo - OBJETO - e discriminados nos Anexos que integram e complementam esta CARTA-CONTRATO.

1. OBJETO: Serviços de elaboração de laudos de avaliação de acervo líquido contábil para a Empresa PETROBRAS NEGÓCIOS ELETRÔNICOS S.A. (E-PETRO) de acordo com as condições aqui estabelecidas e com as Condições Gerais Contratuais, anexadas à presente CARTA-CONTRATO.

2. ENQUADRAMENTO: DISPENSA, artigo 120 e 126, item II. do Regulamento de Licitações e Contratos da Petrobras, de acordo com o artigo 29 da Lei 13.303/16.

3. PREÇO: R\$ 14.989,99 (quatorze mil novecentos e oitenta e nove reais e noventa e nove centavos) nele considerados todos os custos, insumos, despesas e demais obrigações legais e tributárias para cumprir as disposições contratuais até o termo final desta CARTA-CONTRATO, não cabendo reivindicações a título de revisão de preço, compensação ou reembolso, ressalvadas as hipóteses de reembolso, quando previstas no Anexo de Especificação do Serviço e ressalvado o disposto no item 6 – INCIDÊNCIAS TRIBUTÁRIAS do Anexo nº 1 – Condições Gerais Contratuais.

3.1. Os custos referentes à mão-de-obra refletem os preços atualizados no

mês da proposta, não cabendo, portanto, qualquer reivindicação que tenha por base revisão salarial por conta de acordos, convenções ou dissídios ocorridos no curso da contratação.

4. DATA DA PROPOSTA: 27/02/2019

5. MULTAS:

5.1. MORATÓRIA – 0,5% (zero virgula cinco por cento) sobre o valor contratual, por dia de atraso na entrega do serviço ou no atendimento às exigências contratuais, desde que os motivos causadores sejam imputáveis à **CONTRATADA**.

5.1.1. A falta de informação à **PETROBRAS** da ocorrência de acidente de trabalho nas dependências da **PETROBRAS**, com seus empregados ou terceiros a seu serviço, vinculados à execução desta CARTA-CONTRATO e a não emissão da Comunicação de Acidente de Trabalho – CAT, nas condições e nos prazos legais, ensejam a aplicação de multa de R\$ 1.200,00 (mil e duzentos reais), por cada ocorrência.

5.1.2. A soma dos valores das multas moratórias fica limitada a 30% (trinta por cento) do valor contratual.

5.2. COMPENSATÓRIAS – A **PETROBRAS** poderá aplicar à **CONTRATADA** as seguintes multas compensatórias, respondendo ainda a **CONTRATADA** por qualquer indenização suplementar no montante equivalente ao prejuízo excedente que causar, na forma do Parágrafo Único, do art. 416, do Código Civil:

5.2.1 – Pelo descumprimento total do objeto contratual: 30% (trinta por cento) incidentes sobre o valor do contrato.

5.2.2 – Pelo descumprimento, cumprimento irregular ou defeituoso de parte do objeto contratual: 15% (quinze por cento) incidentes sobre o valor do contrato.

5.3. Para a aplicação de qualquer multa, moratória ou compensatória, a **CONTRATADA** será previamente notificada, por escrito, sendo-lhe assegurado o prazo de 10 (dez) dias úteis para defesa.

6. PREÇOS FIXOS E IRREAJUSTÁVEIS: Os preços contratuais são fixos e irremovíveis.

7. DADOS BANCÁRIOS:

Código Banco: ITAÚ (341), Agência: 8584, Conta-Corrente: 24357-3

8. PRAZO PARA EXECUÇÃO DO SERVIÇO: 15 (quinze) dias úteis após a solicitação dos laudos.

8.1 O PRAZO DA VIGÊNCIA DA CARTA-CONTRATO: 30 (trinta) dias.

INÍCIO: 27/02/2019 TÉRMINO: 26/03/2019

Serão acrescidos ao prazo acima indicado, os dias de paralisação do serviço por causas que independam da vontade ou do controle da contratada, verificados e aceitos pela fiscalização da Petrobras.

9. FORO

O Foro da Comarca da Capital do Estado do Rio de Janeiro será o competente para dirimir quaisquer questões decorrentes desta CARTA-CONTRATO ou de sua execução, renunciando as partes, expressamente, a qualquer outro por mais privilegiado que seja.

10. DISPOSIÇÕES GERAIS

10.1 – Integram a presente CARTA-CONTRATO os seguintes anexos:

- Anexo nº 01 – Condições Gerais Contratuais
- Anexo nº 02 – Planilha de Preços
- Anexo nº 03 – Especificação dos Serviços
- Anexo nº 04 – Critérios de Medição de Serviço
- Anexo nº 05 – Instruções para Utilização das Instalações da Petrobras
- Anexo nº 06 – Proposta da Contratada

10.2 – Havendo divergência entre as disposições contidas nos Anexos e as deste instrumento, prevalecerão as deste último.

10.3 – As alterações das disposições contratuais serão realizadas por aditivo, quando decorrerem de fatores supervenientes ou oportunidades que impuserem sua revisão.

10.4 – A presente CARTA-CONTRATO também é regida pela Lei 13303/16 de 30 de junho de 2016, e pelo Regulamento de Licitações e Contratos da Petrobras.

Rio de Janeiro, 27 de fevereiro de 2019.

Petróleo Brasileiro S/A
Cesar Cunha de Souza
CPF: 032.959.197-55

Loudon Bloumquist - Auditores
Noel Luiz Ferreira
CPF: 045.199.737-91

TESTEMUNHAS:

Nome: Davidson Carneiro de Oliveira
CPF: 052.132.126-38

Nome: Charles de Carvalho Ferreira
CPF: 029.694.317-77

CONDIÇÕES GERAIS CONTRATUAIS

ANEXO Nº 1

1. ESPECIFICAÇÕES

1.1 – Na execução do serviço, a **CONTRATADA** deverá obedecer rigorosamente às especificações integrantes desta CARTA-CONTRATO e seus Anexos. Qualquer alteração só poderá ser feita mediante prévio e escrito consentimento da **PETROBRAS**.

2. FORMA DE PAGAMENTO

2.1 – Os pagamentos devidos serão efetuados pela **PETROBRAS**, por meio de boleto de cobrança emitido por instituição bancária (modalidade de cobrança simples e registrada no padrão “CNAB240”) em nome da **CONTRATADA**, cujo vencimento se dará no 30º (trigésimo) dia, contado da data da aceitação pela Petrobras conforme o anexo 03, desde que a **CONTRATADA** apresente, até o 4º (quarto) dia útil do mês seguinte da aceitação, os documentos de cobrança (nota fiscal e/ou fatura que contenha indicação expressa do estabelecimento da PETROBRAS tomador do serviço) indispensáveis à regularidade do pagamento.

2.1.1 – Eventualmente os pagamentos poderão ser efetuados por meio de depósito em conta-corrente da **CONTRATADA**.

2.1.2 – A apresentação do documento de cobrança fora do prazo previsto no item 2.1 ou em desconformidade com as disposições do item 2.1.4 implicará o adiamento do pagamento por período idêntico ao do atraso na entrega da referida documentação.

2.1.3 – Nenhum faturamento da **CONTRATADA** será processado sem que tenha sido previamente emitido o respectivo Relatório de Medição.

2.1.4 – Nas faturas deverão constar obrigatoriamente, além da data de assinatura desta CARTA-CONTRATO, as seguintes informações:

- . O número do instrumento contratual - ICJ;
- . O número do Relatório de Medição;
- . O nome e código do banco;
- . Agência, código e endereço;
- . Número da conta corrente da **CONTRATADA**.

2.1.4.1 – Sempre que for apresentada fatura com informações bancárias diferentes daquelas indicadas por força do item 2.1.4, estas alterações só serão consideradas se acompanhadas de comunicação formal da **CONTRATADA** e somente prevalecerão para o fim específico deste pagamento.

2.1.4.2. – Não há remuneração pelo transcurso de prazo necessário ao pagamento das faturas.

2.2 – Fica assegurado à **PETROBRAS** o direito de deduzir do pagamento devido à **CONTRATADA**, por força desta CARTA-CONTRATO ou em qualquer contrato mantido com a **PETROBRAS**, comunicando-lhe, em qualquer hipótese, a decisão, com antecedência de 05 (cinco) dias úteis, por escrito, importâncias correspondentes a:

2.2.1 – todos os débitos a que tiver dado causa, notadamente multas de qualquer espécie e os decorrentes de obrigações tributárias, previdenciárias e trabalhistas, acrescidos de consectários;

2.2.2 – despesas relativas à correção de falhas;

2.2.3 – insumos de sua responsabilidade não fornecidos;

2.2.4 – utilização de materiais ou equipamentos da **PETROBRAS** cujo fornecimento seja obrigação da **CONTRATADA**.

2.2.5 – Caso a **PETROBRAS** realize deduções nas faturas da **CONTRATADA** que, posteriormente, verifiquem-se incorretas ou em desacordo com o determinado nesta CARTA-CONTRATO, os valores incorretamente deduzidos deverão ser devolvidos no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados da conclusão do procedimento interno da **PETROBRAS** que reconhecer a realização de deduções indevidas, atualizados exclusivamente com base na Taxa SELIC, considerando o período compreendido entre o dia da dedução realizada e o dia anterior ao da devolução dos valores deduzidos.

2.3 – Os valores dos preços básicos deverão constar de modo destacado, em um único documento de cobrança.

3. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

3.1 – São obrigações da **CONTRATADA**, sem prejuízo das demais especificadas nesta CARTA-CONTRATO ou em seus Anexos:

3.1.1 – Manter durante a execução desta CARTA-CONTRATO a regularidade perante a Justiça do Trabalho, periodicamente comprovada pela Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – ou Positiva com Efeitos de Negativa.

3.1.2 – Executar o serviço ora contratados, de acordo com o estabelecido nesta CARTA-CONTRATO e seus Anexos, nos prazos e condições neles estabelecidos.

3.1.3 – Facilitar a ação da Fiscalização da **PETROBRAS**, fornecendo informações e documentos relacionados com o serviço em execução e atendendo prontamente às observações e exigências por ela apresentadas.

3.1.4 – Refazer ou reparar, às suas expensas e nos prazos estipulados pela Fiscalização, todo e qualquer serviço realizado em desconformidade com esta CARTA-CONTRATO e seus Anexos, mesmo aqueles já registrados em Relatório de Medição.

3.1.4.1 – Sendo necessário refazer o serviço, a **CONTRATADA** fica obrigada a realizá-lo nas condições contratadas, correndo por sua conta as respectivas despesas. Deixando a **CONTRATADA** de refazê-lo, a **PETROBRAS** poderá contratar terceiro para executar o serviço, reconhecendo a **CONTRATADA** sua responsabilidade pelo ressarcimento à **PETROBRAS** do valor pago ao terceiro contratado, não se aplicando, para fins deste item, o disposto no item 9 – RESPONSABILIDADE DAS PARTES.

3.1.5 – Responder por qualquer dano ou prejuízo causado à **PETROBRAS** ou a terceiros, observado o disposto no item 9 – RESPONSABILIDADE DAS PARTES.

3.1.6 – Arcar com todos os encargos das Leis Trabalhistas e da Previdência Social e outros, devidos ao seu pessoal.

3.1.7 – Garantir que nenhum empregado de seu quadro, por ação ou omissão, oculte, participe da ocultação ou tolere que seja ocultado acidente de trabalho ocorrido em decorrência da execução desta CARTA-CONTRATO.

3.1.8 – Emitir Comunicação de Acidente do Trabalho – CAT, nas condições e prazos legais, em caso de acidente de trabalho ocorrido com seus empregados que laborem nas instalações da **PETROBRAS**.

3.1.9 – Informar à **PETROBRAS**, em até 02 (dois) dias corridos, após a ocorrência, qualquer acidente de trabalho com seus empregados ou com empregados de suas subcontratadas ou cessionárias, que laborem nas instalações da **PETROBRAS**.

3.1.10 – A **PETROBRAS** se reserva o direito de fiscalizar o cumprimento da obrigação prevista no item 3.1.9, podendo exigir da **CONTRATADA** a comprovação de que emitiu a Comunicação de Acidente do Trabalho – CAT, nas condições e nos prazos legais.

3.1.11 – Facilitar e não obstar a ação de fiscalização pela **PETROBRAS** quanto ao cumprimento das obrigações previstas nos itens 3.1.9 e 3.1.10, podendo ser-lhe exigida a comprovação de que a própria, bem como eventual subcontratada, emitiram a Comunicação de Acidente do Trabalho – CAT, nas condições e nos prazos legais.

3.1.12 – Utilizar-se, exclusivamente, de seus empregados, para a realização dos serviços contratados, ressalvado o caso de subcontratação previamente autorizado pela **PETROBRAS**.

3.1.13 – Abster-se de utilizar, em todas as atividades relacionadas com a execução desta CARTA-CONTRATO, mão de obra infantil, nos termos do inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição da República, bem como não utilizar mão de obra em condição análoga à de escravo, devendo fazer constar cláusula específica nesse sentido nos contratos firmados com os fornecedores de seus insumos e/ou prestadores de serviços, sob pena de multa ou rescisão desta CARTA-CONTRATO, sem prejuízo da adoção de outras medidas cabíveis.

3.1.13.1 – A **CONTRATADA** se obriga, sempre que solicitado pela **PETROBRAS**, a emitir declaração escrita, de que cumpriu ou vem cumprindo a exigência contida no item 3.1.13.

3.1.14 – Apresentar, sempre que solicitada, a documentação comprobatória do adimplemento de suas obrigações trabalhistas, contribuições previdenciárias e depósitos do FGTS, relativos a seus empregados.

3.1.15 – Fornecer, sob pena de ser retido o Relatório de Medição – RM:

a) Cópia da GFIP – Guia de Recolhimento do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço e Informações à Previdência Social completa, referente a esta CARTA-CONTRATO e seu respectivo comprovante de entrega, nos termos da legislação vigente. Adicionalmente, fornecer semestralmente, certidões negativas ou equivalentes, referentes ao FGTS.

b) Cópia autenticada da GPS – Guia da Previdência Social quitada com o valor indicado no relatório da GFIP. Caso o pagamento dessa guia tenha sido feito pela internet, deverá ser apresentado apenas o comprovante de pagamento, acompanhado da GPS.

3.1.15.1 – Não será necessária a apresentação dos documentos mencionados nos itens acima, quando da emissão do Relatório de Medição – RM do primeiro evento de pagamento, se não transcorrido o prazo de competência para recolhimento das verbas devidas à Receita Federal do Brasil (RFB), devendo ser entregues os documentos na medição seguinte.

3.1.15 .2 – Encerrada a execução desta CARTA-CONTRATO, para a assinatura do Termo de Recebimento Definitivo (TRD), a

CONTRATADA deverá apresentar, em até 60 (sessenta) dias, os documentos mencionados nas alíneas “a” e “b”, referentes ao último mês de medição, sob pena de aplicação das sanções administrativas cabíveis.

3.1.16 – Assumir todas e quaisquer obrigações trabalhistas, previdenciárias, tributárias e fundiárias, oriundas da execução do objeto contratual, arcando com todos os custos e despesas relativos aos processos administrativos, judiciais e arbitrais, em qualquer instância ou tribunal, que venham a ser ajuizadas em face da **PETROBRAS**, assumindo, em juízo ou fora dele, toda a responsabilidade relacionada a estas obrigações, resguardando os interesses da **PETROBRAS**, prestando, inclusive, as garantias necessárias a sua desoneração.

3.1.16.1 – O disposto no item 3.1.16 não exige a **CONTRATADA** de restituir à **PETROBRAS** o valor que lhe for imputado em condenação, proferida pelo Poder Judiciário, por Juízo Arbitral ou outras instâncias competentes, a título de obrigações trabalhistas, previdenciárias, tributárias e dos depósitos de FGTS referentes aos empregados da **CONTRATADA**. O referido valor será acrescido de todos os acessórios, tais como despesas processuais, honorários advocatícios, despesas extrajudiciais, correção monetária e juros.

3.1.17 – Apresentar à Fiscalização, cópia do Registro na Junta Comercial ou Cartório de Registro das Pessoas Jurídicas, quando houver modificação na composição societária da **CONTRATADA**.

3.1.18 – Custear integralmente Plano Privado de Assistência à Saúde para todos os seus empregados ligados diretamente à prestação do serviço objeto desta CARTA-CONTRATO, extensivo aos seus dependentes, conforme estabelecido nesta CARTA-CONTRATO.

3.1.18.1 – O empregado poderá participar com até 25% (vinte e cinco por cento) do custo no Plano de Saúde em relação aos atendimentos previstos no rol da ANS para o Plano Ambulatorial, desde que o valor dessa participação pecuniária não configure impedimento de acesso dos pacientes à assistência

3.1.18.2 – O Plano Privado de Assistência à Saúde deve atender aos seguintes critérios

- a) Possuir número do registro da Operadora e do produto (Plano de Saúde) na Agência Nacional de Saúde Complementar – ANS;
- b) Regime ou tipo de contratação: Coletivo Empresarial;
- c) Modelo de assistência: Plano referência com cobertura assistencial ambulatorial e hospitalar compreendendo obstetrícia e plano odontológico conforme definido na legislação vigente;

d) Cobertura para procedimentos relacionados aos acidentes de trabalho e suas consequências, bem como doenças profissionais e do trabalho;

e) Abrangência Geográfica: a critério da Contratada, garantindo abrangência mínima no local da realização do trabalho;

f) Extensivo ao cônjuge ou companheiro (a) e filhos até 21 (vinte e um) anos de idade, desde que não-emancipados;

g) Não exigir cumprimento de carência de qualquer natureza.

3.1.18.3 – A **CONTRATADA** deverá divulgar o benefício e as normas que o regem a todos os seus empregados vinculados à presente CARTA-CONTRATO.

3.1.18.4 – A **CONTRATADA** deverá apresentar à Fiscalização, sempre que solicitada, a comprovação da manutenção do Plano de Saúde, nos termos deste item 3.1.18.

3.1.18.5 – A **CONTRATADA** deverá adotar práticas que promovam o exercício da responsabilidade social, evitando a manipulação intencional e de impacto representativo nos níveis percentuais do estado civil no quadro funcional dos empregados contratados, apresentando, para tanto, quanto aos empregados vinculados à presente CARTA-CONTRATO, indicativo de tais percentuais, atualizado a cada 03 (três) meses.

3.1.19 – Não manter, durante a execução da CARTA-CONTRATO, administrador ou sócio com poder de direção que seja cônjuge, companheiro(a) ou parente em linha reta ou colateral, por consanguinidade ou afinidade, até o terceiro grau, de empregado(a) da **PETROBRAS** detentor(a) de função de confiança: (i) que autorizou a contratação; (ii) que assinou a CARTA-CONTRATO; (iii) responsável pela demanda; (iv) responsável pela contratação; (v) hierarquicamente imediatamente superior ao responsável pela demanda; (vi) hierarquicamente imediatamente superior ao responsável pela contratação.

3.1.19.1 – O descumprimento da obrigação acima acarretará multa ou rescisão contratual.

3.1.20 – Não utilizar, na execução do serviço, objeto desta CARTA-CONTRATO, sob pena de multa ou rescisão contratual, profissional que seja cônjuge, companheiro(a) ou parente em linha reta ou colateral, por consanguinidade ou afinidade, até o terceiro grau de empregado da **PETROBRAS** detentor(a) de função de confiança: (i) que autorizou a contratação; (ii) que assinou a CARTA-CONTRATO; (iii) responsável pela demanda; (iv) responsável pela contratação; (v) hierarquicamente imediatamente superior ao responsável pela demanda; (vi)

hierarquicamente imediatamente superior ao responsável pela contratação.

3.1.20.1– O descumprimento da obrigação acima acarretará multa ou rescisão contratual.

3.1. 21 – Cumprir os Procedimentos, Políticas, Diretrizes e as Normas de Segurança da Informação da **PETROBRAS**.

3.1.21.1 – Os Procedimentos, Políticas, Diretrizes e as Normas de Segurança da Informação da PETROBRAS estão disponíveis no Portal Petronect na Internet, no endereço www.petronect.com.br, para usuários cadastrados com chave e senha.

3.1.21.2 – Dar o adequado tratamento à informação recebida ou gerada, direta ou indiretamente, em razão desta CARTA-CONTRATO, de acordo com o grau de sigilo estabelecido pela **PETROBRAS**.

3.1.21.3 – Manter o seu pessoal informado acerca dos Procedimentos, Políticas, Diretrizes e Normas de Segurança da Informação da **PETROBRAS**.

3.1.21.4 – Comunicar imediatamente à **PETROBRAS** possíveis casos de descumprimento de norma relativa à Segurança da Informação da **PETROBRAS**, mantendo a **PETROBRAS** informada do tratamento dado ao incidente.

3.1.21.5 – Para fins de Segurança da Informação, a **CONTRATADA** obriga-se por seus administradores, empregados, prepostos a qualquer título, sucessores e comissários, assim como por terceiros por ela contratados.

3.1.21.6 – Permitir que a **PETROBRAS** fiscalize as práticas adotadas pela **CONTRATADA** em relação à Segurança da Informação.

3.1.22 – Não fazer uso do nome **PETROBRAS**, da marca **PETROBRAS**, da expressão “a serviço da **PETROBRAS**” ou expressões similares, em especial em uniformes, veículos, ferramentas e equipamentos, de propriedade ou não da **CONTRATADA**, salvo quando prévia e expressamente autorizada, por escrito, pela **PETROBRAS**.

3.1.23 – Em relação às operações, atividades e serviço previstos nesta CARTA-CONTRATO, a **CONTRATADA**:

3.1.23.1 – Declara que não realizou, não ofereceu nem autorizou, direta ou indiretamente, bem como se compromete a não realizar, não oferecer nem autorizar, direta ou indiretamente, qualquer pagamento, presente, entretenimento, viagem, promessa ou outra

vantagem para o uso ou benefício, direto ou indireto, de qualquer autoridade ou funcionário público, conforme definido no art. 327, caput, §§ 1º e 2º, do Código Penal Brasileiro, qualquer indivíduo ou entidade, nacional ou estrangeiro, pertencentes ou não à administração pública, nacional ou estrangeira, ou a elas relacionadas, inclusive partido político, membro de partido político, candidato a cargo eletivo, quando tal pagamento, oferta ou promessa de presente, entretenimento ou viagem, ou qualquer outra vantagem, constituírem um ilícito previsto nas leis brasileiras, no Foreign Corrupt Practices Act de 1977 – FCPA ou UK Bribery Act de 2010 – UKBA.

3.1.23.2 – Informará imediatamente à **PETROBRAS** sobre a instauração e andamento de qualquer investigação ou processo administrativo ou judicial para apuração de prática dos atos ilícitos descritos no item 3.1.24.1, imputados à **CONTRATADA** ou às suas controladas, controladoras e sociedades sob controle comum, seus respectivos administradores, prepostos, empregados, representantes e terceiros a seu serviço, referentes a operações, atividades e serviço previstos nesta CARTA-CONTRATO.

3.1.23.3 – Declara que informou a seus administradores, prepostos, representantes, empregados e terceiros a seu serviço, bem como aos de suas controladas, controladoras e sociedades sob controle comum, de seu compromisso em relação ao disposto nesta cláusula, bem como tomou medidas para que os mesmos se comprometam a não praticar condutas ou omissões que possam resultar em responsabilidade para a **PETROBRAS**.

3.1.23.4 – Responsabiliza-se pelos atos praticados em descumprimento ao disposto nesta cláusula, por si e suas controladas, controladoras e sociedades sob controle comum, seus respectivos administradores, prepostos, empregados, representantes e terceiros a seu serviço, no que se refere às operações, atividades e serviço previstos nesta CARTA-CONTRATO.

3.1.23.5 – Fornecerá declaração, sempre que solicitado pela **PETROBRAS**, no sentido de que vem cumprindo com o estabelecido nesta cláusula.

3.1.23.6 – Declara que tomou conhecimento e está de acordo com as disposições contidas no Código de Ética do Sistema Petrobras, no Guia de Conduta da Petrobras e na Política de Responsabilidade Social da Petrobras, disponíveis no endereço eletrônico <http://www.petrobras.com.br>

4. MEDIÇÃO

4.1 – A **PETROBRAS** procederá à medição dos serviços executados,

reunindo os resultados encontrados em Relatório de Medição (RM) assinado por ambas as partes e entregue à **CONTRATADA** até 1º (primeiro) dia do mês seguinte ao da medição, para fins de apresentação dos documentos de cobrança.

4.1.1 – O período de execução dos serviços a ser considerado é do dia 26 (vinte e seis) do mês anterior até o dia 25 (vinte e cinco) do mês de competência.

4.1.2 – O RM referente à última medição ficará retido até que a **CONTRATADA** envie à **PETROBRAS** os comprovantes de pagamento das verbas rescisórias dos empregados dispensados e uma declaração formal da continuidade dos contratos de trabalho remanescentes.

5. FISCALIZAÇÃO

5.1 – A Fiscalização será exercida por preposto da **PETROBRAS** encarregado de verificar o cumprimento das obrigações da **CONTRATADA**, visando assegurar que os serviços sejam executados atendendo ao estipulado nesta CARTA-CONTRATO e seus Anexos.

5.2 – A ação ou omissão, total ou parcial, da Fiscalização não exime a **CONTRATADA** da total responsabilidade execução do serviço contratados.

5.3 – Quando atendidos os termos desta CARTA-CONTRATO, o exercício da Fiscalização, pela **PETROBRAS**, não importará em abuso de direito.

6. INCIDÊNCIAS TRIBUTÁRIAS

6.1 – Os tributos de qualquer natureza, que sejam devidos em decorrência direta desta CARTA-CONTRATO ou de sua execução, são de exclusiva responsabilidade do contribuinte, assim definido na norma tributária, sem direito a reembolso.

6.1.1 – Não se entende como tributos devidos em decorrência direta desta CARTA-CONTRATO aqueles cujo ônus econômico deve ser suportado pela **CONTRATADA**, tais como: IRPJ, CSLL, IOF, contribuições previdenciárias sobre folha de pagamentos, dentre outros.

6.1.2 – A **CONTRATADA** declara haver levado em conta, na apresentação de sua proposta, os tributos incidentes sobre a execução execução do serviço, não cabendo qualquer reivindicação fundada em erro nessa avaliação, para efeito de solicitar revisão de preço ou reembolso por recolhimentos determinados pela autoridade competente.

6.1.3 – A **CONTRATADA** se compromete a reduzir o preço contratual em virtude do acréscimo indevido de valores correspondentes a tributos de qualquer natureza, de não aproveitamento de benefícios fiscais, de não realização de deduções ou de não aproveitamento de créditos autorizados por lei, com a consequente restituição ou compensação à

PETROBRAS dos valores porventura pagos à **CONTRATADA**, atualizados exclusivamente com base na Taxa SELIC, considerando o período compreendido entre o dia do pagamento efetuado à **CONTRATADA** e o dia anterior ao da restituição ou compensação de que trata esta Cláusula.

6.2 – A **PETROBRAS**, quando fonte retentora, irá descontar e recolher dos pagamentos que efetuar, nos prazos da legislação, os tributos a que esteja obrigada pela legislação vigente, não tendo a **CONTRATADA** direito à majoração da base de cálculo nem à revisão mencionada no item 6.3.

6.2.1 – A **CONTRATADA** fornecerá previamente todos os documentos necessários para a eventual redução ou eliminação da retenção a ser efetuada pela **PETROBRAS**, sem necessidade de notificação ou aviso prévio.

6.3 – Se durante o prazo de vigência desta CARTA-CONTRATO ocorrer a criação de novos tributos, a alteração de alíquotas e/ou alteração de base de cálculo, ou ainda a extinção de tributos existentes, a instituição de incentivos fiscais de qualquer natureza e/ou a isenção ou redução de tributos, que, de forma direta, venham a majorar ou reduzir, comprovadamente, o ônus da **CONTRATADA**, o preço será revisto proporcionalmente à majoração ou redução ocorrida, compensando-se, na primeira oportunidade, a diferença decorrente das respectivas alterações.

6.3.1 – A revisão prevista no item 6.3, para majorar o preço contratual, somente ocorrerá se o aumento da carga tributária não for resultante de decisão da **CONTRATADA**, tais como a modificação do estabelecimento prestador dos serviços, a adesão a sistema simplificado de tributação, entre outros, ou ainda de mera circunstância econômica, como o enquadramento em nível de tributação superior em função do crescimento da receita, já existente quando da apresentação da proposta.

6.3.2 – A **CONTRATADA** fornecerá todos os documentos necessários para evitar os ônus decorrentes da responsabilidade solidária da **PETROBRAS**, prevista em lei, inclusive os relativos a suas empresas subcontratadas, sem necessidade de notificação ou aviso prévio, sob pena de sofrer a compensação, na primeira oportunidade, do valor dos tributos em relação aos quais se aplicam a responsabilidade solidária prevista na legislação.

6.4 – O preço contratual será imediatamente ajustado, com vistas a expurgar o valor do tributo indevido, nos casos em que qualquer tributo que o componha deixar de ser devido, total ou parcialmente, em razão de: (i) ato declaratório do Procurador Geral de Fazenda Nacional, aprovado pelo Ministro de Estado de Fazenda, autorizando a não interposição de recurso ou a desistência de recurso interposto pela União; (ii) súmula

vinculante; (iii) decisão definitiva do Supremo Tribunal Federal, pela via da Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) ou Ação Declaratória de Constitucionalidade (ADC); (iv) suspensão de execução da norma pelo Senado Federal ou (v) habilitação ou enquadramento em regime de incentivo fiscal.

7. SIGILO

7.1 – A **CONTRATADA** se obriga, pelo prazo de 20 (vinte) anos, a manter sob sigilo todas as informações ou dados confidenciais que lhe forem transmitidos ou a que tiver acesso em razão da execução do objeto contratual, ressalvada a hipóteses descrita no item 7.1.2.

7.1.1 – São consideradas confidenciais as informações e dados armazenados a que a **CONTRATADA** tenha acesso, e também aqueles transmitidos oralmente, por escrito ou eletronicamente, em razão da execução desta CARTA-CONTRATO.

7.1.2 – O prazo previsto no item 7.1 não se aplica às informações e aos dados relativos ao segredo de negócio (*know how; trade secret*), à estratégia comercial e a tudo que represente diferencial competitivo para a **PETROBRAS**, que deverão ser mantidos sob sigilo, pela **CONTRATADA**, por prazo indeterminado, salvo autorização expressa da **PETROBRAS**.

7.1.3 – A **CONTRATADA**, para fins de sigilo, se obriga por seus administradores, empregados, prepostos, a qualquer título, sucessores e comissários.

7.1.4 – Quaisquer informações obtidas pela **CONTRATADA** durante a execução contratual, nas dependências da **PETROBRAS** ou dela originárias, que não tenham relação direta com o objeto desta CARTA-CONTRATO, devem ser mantidas em sigilo nos termos e prazos desta Cláusula.

7.2 – O descumprimento da obrigação de sigilo, revelando informações e dados confidenciais ou facilitando sua revelação, importará:

- a) em rescisão contratual, se vigente a CARTA-CONTRATO;
- b) em qualquer hipótese, na responsabilidade por perdas e danos, não se aplicando, nesse caso, eventual limite de valor, se previsto no item 9 – RESPONSABILIDADES DAS PARTES;
- c) na adoção das medidas judiciais cabíveis por força da Lei nº 9.279/96 e legislação aplicável;
- d) em aplicação de multa compensatória no montante de 10% (dez por cento) do valor contratual, independentemente da indenização de que trata a alínea “b”, deste item contratual, se vigente a CARTA-

CONTRATO.

7.2.1 – O descumprimento, pela **CONTRATADA**, da obrigação de sigilo prevista neste item caracteriza irregularidade grave, para fins de inscrição cadastral, participação em licitações e contratação.

7.3 – Só configuram exceção à obrigatoriedade de sigilo as seguintes hipóteses:

a) informação comprovadamente conhecida antes das tratativas de contratação, tanto diretas quanto por meio de procedimento licitatório;

b) prévia e expressa anuência da titular das informações, mediante autorização da maior autoridade do órgão responsável pela CARTA-CONTRATO, quanto à liberação da obrigação de sigilo;

c) informação comprovadamente conhecida por outra fonte, de forma legal e legítima, independentemente da presente CARTA-CONTRATO;

d) determinação judicial e/ou administrativa para conhecimento das informações, desde que notificada imediatamente a respectiva titular, previamente à liberação, e sendo requerido segredo de justiça no seu trato judicial e/ou administrativo.

7.4 – Toda divulgação sobre qualquer informação ou dado relacionados à presente CARTA-CONTRATO dependerá de prévia autorização da **PETROBRAS**, ressalvada a mera notícia de sua existência.

8. ACEITAÇÃO DOS SERVIÇOS

8.1 – A aceitação definitiva dos serviços prestados dar-se-á na sua conclusão e após a assinatura, pelas partes contratantes, do Termo de Recebimento Definitivo (TRD).

8.1.1 – Antes da assinatura do Termo de Recebimento Definitivo, a **CONTRATADA** deve atender a todas as exigências da Fiscalização relativas a pendências, sem ônus para a **PETROBRAS**.

8.1.2 – A critério exclusivo da **PETROBRAS**, poderão ser lavrados e assinados pelas partes contratantes Termos de Recebimento Provisórios, quando o todo ou uma parte bem definida dos serviços estiver concluída, e já realizada a respectiva medição.

8.1.3 – Os serviços registrados no documento de medição serão considerados como provisoriamente aceitos apenas para efeito de pagamento parcial.

8.1.4 – A assinatura do Termo de Recebimento Definitivo (TRD) não

exime a **CONTRATADA** das responsabilidades que lhe são cometidas pela legislação em vigor e pela CARTA-CONTRATO, nem exclui as garantias legais e contratuais, as quais podem ser arguidas pela **PETROBRAS**.

9. RESPONSABILIDADE DAS PARTES

9.1 – A responsabilidade da **PETROBRAS** e da **CONTRATADA** por perdas e danos será limitada aos danos diretos de acordo com o Código Civil e legislação aplicável, excluídos os lucros cessantes e os danos indiretos, ficando os danos diretos limitados a 10% (dez por cento) do valor contratual reajustado.

9.2 – As partes se obrigam a indenizar os danos ambientais e os prejuízos sofridos por terceiros, em decorrência da execução desta CARTA-CONTRATO, da seguinte forma:

9.2.1 – A **CONTRATADA** se obriga, quando der causa ao dano, a indenizar até o limite de 10% do valor contratual reajustado.

9.2.1.1 – Não se aplicará o limite acima aos danos ambientais decorrentes de descumprimento da legislação ambiental.

9.2.2 – A **PETROBRAS** se obriga a indenizar pelo valor que ultrapassar o limite de responsabilidade da **CONTRATADA**.

9.2.3 – Cada parte terá o seu direito de regresso assegurado, na forma da lei, para ressarcir-se dos valores eventualmente pagos a terceiros, em virtude de condenação judicial, transitada em julgado, que sejam obrigação contratual da outra parte, até os limites definidos acima.

9.2.3.1 – Respeitado o limite fixado no item 9.2.1, será objeto de regresso o que efetivamente o terceiro vier a obter judicialmente, acrescido de todos os acessórios, tais como despesas judiciais e honorários advocatícios.

9.3 – Não se aplicarão aos danos diretos, previstos nos itens 9.1 e 9.2, os limites estabelecidos nesta cláusula, nas hipóteses abaixo discriminadas:

9.3.1 – Dolo por qualquer das partes na execução do objeto contratual, que cause danos à outra ou a terceiros, observando-se o disposto nos artigos 927 e 932, inciso III, do Código Civil;

9.3.2 – Descumprimento da legislação ambiental, fiscal, trabalhista e previdenciária.

9.4 – Para fins do disposto exclusivamente nesta cláusula, entende-se por valor contratual reajustado o valor inicial da CARTA-CONTRATO acrescido de seus reajustes e aditivos.

10. RESCISÃO

10.1 – A **PETROBRAS** poderá rescindir esta CARTA-CONTRATO, sem que caiba à **CONTRATADA** direito de indenização e retenção dos serviços, nas hipóteses abaixo:

10.1.1 – Descumprimento ou cumprimento irregular de cláusulas contratuais, especificações, projetos ou prazos.

10.1.2 – Lentidão no seu cumprimento, levando a **PETROBRAS** a presumir a impossibilidade de conclusão do serviço nos prazos estipulados.

10.1.3 – Atraso injustificado no início do serviço.

10.1.4 – Paralisação do serviço sem justa causa e prévia comunicação à **PETROBRAS**.

10.1.5 – Cessão ou subcontratação total ou parcial do seu objeto sem a prévia e expressa anuência da **PETROBRAS**.

10.1.6 – Cessão ou dação em garantia dos direitos desta CARTA-CONTRATO, total ou parcialmente, sem prévia e expressa anuência da **PETROBRAS**.

10.1.7 – Associação, fusão, cisão ou incorporação da **CONTRATADA** sem prévia comunicação à **PETROBRAS**.

10.1.8 – Desatendimento das determinações regulares do preposto da **PETROBRAS** designado para acompanhar e fiscalizar sua execução, assim como as de seus superiores.

10.1.9 – Cometimento reiterado de faltas na sua execução, anotadas em registro próprio, desde que atingido o limite estabelecido na CARTA-CONTRATO para a soma dos valores das multas aplicadas.

10.1.10 – Decretação da falência, dissolução, alteração social ou modificação da finalidade ou da estrutura da empresa, que, a juízo da **PETROBRAS**, prejudique a execução da obra ou serviço.

10.1.11 – Não prestação de caução suficiente para garantir o cumprimento das obrigações contratuais, a critério da **PETROBRAS**, nos casos de homologação de plano de recuperação judicial.

10.1.12 – Suspensão dos serviços por determinação de autoridades competentes, motivada pela **CONTRATADA**, a qual responderá por eventual aumento de custos daí decorrentes e por perdas e danos que a **PETROBRAS**, como consequência, vier a sofrer.

10.1.13 – Não apresentação, pela **CONTRATADA**, de comprovação

de adimplemento das obrigações trabalhistas, inclusive contribuições previdenciárias e depósitos do FGTS, para com seus empregados, quando solicitada pela Fiscalização, sem prejuízo da respectiva multa.

10.2 – Havendo causa para rescisão, a **PETROBRAS** se imitirá na posse imediata e exclusiva dos serviços executados, entregando-os a quem lhe convier, independentemente de autorização judicial e sem qualquer consulta ou interferência da **CONTRATADA**, que responderá na forma legal e contratual pela infração ou execução inadequada que tenha dado causa a rescisão.

10.2.1 – Na hipótese prevista no item 10.2, a **CONTRATADA** se obriga a reparar as perdas e danos que advierem da rescisão, incluindo o que PETROBRAS tiver de despende além do valor contratual, para execução do remanescente do objeto, observado o disposto na **CLÁUSULA NONA – RESPONSABILIDADE DAS PARTES**.

10.2.2 – Rescindida a CARTA-CONTRATO, a **PETROBRAS**, se assim desejar, poderá contratar com outrem os serviços objeto desta, independentemente de autorização da **CONTRATADA**.

10.3 – A rescisão acarretará a retenção dos créditos decorrentes da CARTA-CONTRATO, até o limite dos prejuízos causados à **PETROBRAS**.

10.4 – Sem prejuízo das penalidades previstas na presente CARTA-CONTRATO, a **PETROBRAS** poderá suspender a sua execução – até que a **CONTRATADA** cumpra integralmente a condição contratual infringida – executar ou mandar executar a obrigação por terceiro a condição contratual infringida, à custa da **CONTRATADA**, comunicando-lhe a decisão.

10.5 – A **CONTRATADA** poderá rescindir a CARTA-CONTRATO nos casos de:

10.5.1 – Suspensão de sua execução, por ordem escrita da **PETROBRAS**, por prazo superior a cento e vinte dias, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra.

10.5.2 – Atraso superior a 90 dias nos pagamentos devidos pela **PETROBRAS**, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra.

10.5.3 – Não liberação, por culpa da **PETROBRAS**, de área, local ou equipamento para execução do serviço nos termos e prazos contratuais.

10.6 – Em qualquer hipótese de rescisão contratual, a **CONTRATADA** receberá os valores devidos e não pagos pela **PETROBRAS**, pelos serviços executados ou em execução até a data da efetiva rescisão, caso não haja necessidade de qualquer desconto ou retenção, nos termos desta CARTA-CONTRATO.

11. CESSÃO OU SUBCONTRATAÇÃO

11.1 – A **CONTRATADA** só poderá ceder, total ou parcialmente, ou subcontratar, mediante prévia autorização, por escrito, da **PETROBRAS**, o que não a exime de quaisquer de suas responsabilidades contratuais.

12. DECLARAÇÕES DAS PARTES

12.1 – As partes declaram que exercem a sua liberdade de contratar, observados os preceitos de ordem pública e o princípio da função social da CARTA-CONTRATO, que atende também aos princípios da economicidade, razoabilidade, probidade e boa-fé, não importando, em nenhuma hipótese, em abuso de direito, a qualquer título que seja.

13. DA PROPRIEDADE SOBRE OS RESULTADOS E DO DIREITO DE AUTOR

13.1 – A **PETROBRAS** será a única e exclusiva proprietária dos resultados oriundos do cumprimento da CARTA-CONTRATO, sejam tais resultados passíveis ou não de proteção legal através do Direito de Propriedade Intelectual.

13.1.1 – A **CONTRATADA**, para efeito do disposto no item anterior, se compromete a manter sigilo pelo prazo necessário à obtenção da proteção legal (privilegio).

13.1.2 – Fica garantida à **PETROBRAS** a apropriação dos direitos patrimoniais e os conexos, inclusive uso e exploração econômica, sobre os resultados decorrentes da execução do objeto contratual, que importem em direitos autorais, respeitada a nomeação do autor. Caso os resultados importem em elaboração de bem de informática, a **PETROBRAS** titularizará o direito autoral sobre aquele bem, respeitada a nomeação do autor.

13.1.3 – A **CONTRATADA** se obriga a obter autorização prévia e expressa de autor de obra que utilizar, por qualquer modalidade, tais como reprodução parcial ou integral, edição, adaptação e tradução, em qualquer meio, bem como a transferência dos direitos do autor para a **PETROBRAS**, nos termos da Lei nº 9.610/98, por vinte anos e sem limitação de país.

13.1.4 – A **CONTRATADA** se obriga a nomear o autor e a arcar com todos os ônus pelo uso da obra.

13.2 – A Fiscalização da **PETROBRAS** poderá, a qualquer momento,

exigir a apresentação, pela **CONTRATADA**, das autorizações, cessões, licenças, concessões, contratos e a prova de pagamento pelo uso da obra ao autor ou seus sucessores.

PLANILHA DE PREÇOS
ANEXO Nº 2

CONTRATADA: LOUDON BLOUMQUIST - AUDITORES					
N.º Pedido 4509054275					
Item	Descrição de Serviço	Unid.	Quantidade	Preços unitários (R\$)	Totais (R\$)
01	Elaboração de laudo de avaliação contábil do patrimônio líquido da Empresa E-PETRO. a ser incorporada pela PETROBRAS, emitido em português, inglês e espanhol em 4 (quatro) vias para cada idioma.	UN	1	14.989,99	14.989,99
Total (R\$):				14.989,99	14.989,99

Petróleo Brasileiro S/A
Cesar Cunha de Souza
CPF: 032.959.197-55

Loudon Bloumquist - Auditores
Noel Luiz Ferreira
CPF: 045.199.737-91

TESTEMUNHAS

Nome: Davidson Carneiro de Oliveira
CPF: 052.132.126-38

Nome: Charles de Carvalho Ferreira
CPF: 029.694.317-77

ESPECIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS

ANEXO Nº 3

- Descrição dos Serviços:

Serviços de elaboração de laudo de avaliação de acervo líquido contábil em português para a E-PETRO, objetivando a incorporação da mesma na Petrobras, com versões em 4 (quatro) vias em espanhol e 4 (quatro) vias em inglês, de acordo com a legislação e instruções normativas vigentes para a emissão dos mesmos.

- Prazo para a elaboração do Laudo:

O serviço para a emissão do laudo, será iniciado após a demanda por email pela contratante do laudo, sendo o prazo para a conclusão da elaboração de de 15 (quinze) dias úteis após a demanda .

- Local de execução do Serviço

O serviço mencionado no objeto da CARTA-CONTRATO e nesse anexo 03, será realizado nas dependências da contratada, não obstante, eventuais vindas de seus empregados a sede da Contratante, com o propósito de reuniões e para certificação de informações e na Assembleia Geral Extraordinária que deliberar sobre a incorporação mencionada.



CRITÉRIO DE MEDIÇÃO

ANEXO Nº 4

A medição pela Petrobras dos serviços objeto deste contrato, detalhado no anexo 3 – Especificação dos Serviços, será feita quando da entrega pela contratada do laudo de avaliação e suas respectivas versões, observado os procedimentos contidos no anexo 1, item 4 – Medição.

O pagamento será efetuado quando da entrega pela contratada do laudo de avaliação em Português e suas respectivas versões em inglês e espanhol recebido e aprovado pela Petrobras, seguindo os procedimentos contidos no anexo 1, item 2 – Forma de Pagamento.

INSTRUÇÕES PARA UTILIZAÇÃO DAS INSTALAÇÕES DA PETROBRAS ANEXO Nº 5

	Anexo de SMS – Padrão PP-1PBR-00230	Nº DO CONTRATO / Especificação Técnica	
	SETOR EMITENTE: SMS/SGC/IAC:134/2018		
AS INFORMAÇÕES DESTE ANEXO Nº 5 SÃO PROPRIEDADE DA PETROBRAS, SENDO PROIBIDA A UTILIZAÇÃO FORA DA SUA FINALIDADE. Gestor: SMS/ISGC/IAC			

1. OBJETIVOS

Esta especificação técnica tem por objetivo prevenir a ocorrência de desvios, incidentes e/ou acidentes, para a proteção das pessoas, do meio ambiente, dos equipamentos e instalações da PETROBRAS, da CONTRATADA e das comunidades circunvizinhas à área de influência das áreas gerenciadas pela PETROBRAS.

O presente Anexo de SMS deve integrar-se ao contrato de: Serviços de elaboração de laudos de avaliação de acervo líquido contábil para as Empresa E-PETRO Offshore S/A de acordo com as condições aqui estabelecidas e com as Condições Gerais Contratuais.

2. DOCUMENTOS DE REFERÊNCIA E/OU COMPLEMENTARES

- Constituição Federal em seus aspectos de Segurança, Meio Ambiente e Saúde Ocupacional;
- Leis, Decretos, Portarias, Instruções Normativas e Resoluções no âmbito federal, estadual e municipal;
- Portaria nº. 3214 de 08/06/1978 do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) e suas Normas Regulamentadoras (NR);
- Políticas, Procedimentos e Normas de SMS da PETROBRAS;
- PP-1PBR-00230 – Gerir Aspectos de SMS em Contratos de Serviços;
- PP-1PBR-00150 – Análise e Tratamento de Anomalias de SMS.

2.1 - Cabe à CONTRATADA atender aos requisitos legais, aplicáveis às suas atividades, mesmo aqueles não previstos neste Anexo.

2.2 - Não serão aceitas alegações de desconhecimento por parte da CONTRATADA das leis, normas, regulamentos e procedimentos de SMS vigentes na PETROBRAS e pertinentes ao contrato.

3. APRESENTAÇÃO

Este documento relaciona os requisitos básicos de SMS que devem ser cumpridos pela Contratada, durante a execução dos serviços contratados pela Petrobras, com vistas à prevenção de acidentes pessoais, de danos aos equipamentos e às instalações da Petrobras e Contratada, de danos e incômodo a terceiros, e para a preservação da Saúde e do Meio Ambiente.

3.1 - A Contratada deve realizar a sua gestão de Segurança, Meio Ambiente e Saúde (SMS) assegurando o cumprimento dos requisitos legais aplicáveis e específicos da atividade contratada;

3.2 - A Contratada deve planejar suas atividades e cumprir os Padrões de SMS da Petrobras aplicáveis que devem ser disponibilizados pela Gerência Contratante;

3.3 - A Contratada deve orientar seus empregados a, tão logo tenham conhecimento de qualquer emergência, informar o evento, pelo telefone de emergência local ou por radiocomunicador, à Fiscalização da Petrobras ou empregado responsável pela atividade ou ainda a qualquer outro empregado da Petrobras na ausência destes para um plano de ações corretivas e preventivas negociadas com a CONTRATADA, sendo seu andamento fiscalizado e o resultado informado à Fiscalização do Contrato.

3.4 - A CONTRATADA deve criar e apresentar à Fiscalização do Contrato, fluxo de comunicação de anomalias e evidência de treinamento da força de trabalho nestes procedimentos.

3.5 - Em caso de acidente, com ou sem afastamento, a Contratada deve comunicar ao Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS), através da emissão de Comunicação de Acidente do Trabalho (CAT), atendendo o Prazo Legal, com cópia entregue à Fiscalização da Petrobras;

3.6 - A Contratada deve comunicar de imediato, pessoalmente ou por telefone, à Fiscalização da Petrobras, todo acidente com ou sem afastamento e incidente, independente das comunicações obrigatórias previstas na legislação;

3.7 - Cabe à Contratada, no prazo máximo de 24 horas (vinte e quatro horas) após a ocorrência de acidente, com ou sem afastamento, ou incidente, encaminhar à Fiscalização da Petrobras a notificação formal sobre a ocorrência.

4. INÍCIO DOS TRABALHOS

4.1 - Como condição de acesso dos empregados da CONTRATADA e autorização do início dos serviços, a CONTRATADA deve atender e apresentar à FISCALIZAÇÃO as exigências descritas abaixo, em função das áreas e locais, quando aplicável:

- a) Apresentar o Programa de Prevenção de Riscos Ambientais – PPRA (NR-09);
- b) Apresentar o Programa de Controle Médico e Saúde Ocupacional – PCMSO (NR-07) e Atestado de Saúde Ocupacional – ASO;
- c) Apresentar a relação nominal e comprovação de vínculo empregatício de todos os empregados que trabalharão neste contrato, os quais devem participar de Instruções de SMS ou Curso Básico de Segurança.

Nota 1: Cabe ressaltar que independentemente dos cuidados acima relacionados, aspectos relativos ao cumprimento dos requisitos legais aplicáveis ou outros julgados necessários, a exemplo dos riscos potenciais envolvidos, devem ser considerados.

Nota 2: Quando da evidencia de riscos existentes na atividade não estarem contemplados nos programas legais da contratada, torna-se obrigatório a identificação destes riscos e a estipulação de medidas de controle para prevenção de acidentes e doenças pela CONTRATADA, a ser cobrado pela fiscalização.

4.2 - A CONTRATADA, quando solicitada, deve apresentar os documentos acima citados nos formatos exigidos pelas unidades da PETROBRAS onde o serviço for executado. Para tal, deverá buscar junto aos setores de SMS, as informações necessárias ao cumprimento desta exigência.

5. DISPOSIÇÕES COMPLEMENTARES

5.1 - A PETROBRAS se reserva o direito de fazer outras exigências com respeito a SMS sempre que julgue necessário para a proteção do pessoal, dos equipamentos e comunidades abrangidas pela execução do Contrato.

5.2 - A PETROBRAS pode realizar inspeções de verificação e comprovação dos requisitos de SMS a qualquer tempo nas áreas de trabalho da CONTRATADA. O relatório desta inspeção deve servir de base

5.3 - A CONTRATADA deve assinar a (s) lista (s) de verificação de SMS do acompanhamento das atividades e providenciar os documentos decorrentes de anomalias que ocorram durante a execução das atividades. Deve ser preenchida uma lista para cada estação onde forem realizadas as atividades, devendo as mesmas conter as assinaturas dos representantes da PETROBRAS que acompanharam as execuções dos serviços;

5.4 - A CONTRATADA, ao firmar o Contrato com a PETROBRAS, obriga-se a cumprir integralmente o que preceituam as exigências presentes e todos os Regulamentos e Procedimentos de trabalho concernente à SMS vigentes na PETROBRAS, permitindo ampla e total Fiscalização em suas instalações e serviços, por Prepostos da mesma.

PROPOSTA DA CONTRATADA ANEXO Nº 6

	Relatório do Processo: Serviço de Auditoria	Id da Oportunidade: 7002422443 Número Edital: 7002422443	
---	---	---	---

Dados da Oportunidade

Evento	Data / Hora	Responsável
Data de Publicação	18.02.2019 / 14:28:32	BEE6
Data de Início	18.02.2019 / 18:00:00	BEE6
Data de Fim	25.02.2019 / 18:00:00	BEE6
Abertura das Propostas Comerciais	26.02.2019 / 18:00:00	BEE6

Data / Hora da Prequalificação	Data / Hora Final	Nova Data / Hora Final	Responsável
20.02.2018 / 15:37:50	21.02.2019 / 15:00:00	25.02.2019 / 18:00:00	BEE6

Resumo do Processo

Fornecedor	Item	Valor Total Estimado	Valor Total Líquido	Diferença % (Tot Est / Líq Tot)	Valor Total do Julgamento	Valor Total do Pedido
LONDON BLANCHIST - AUTORES INDEPENDENT	B001	25.000,00	14.890,00	40,36%	14.890,00	14.890,00
	Total para o Fornecedor	25.000,00	14.890,00	40,36%	14.890,00	14.890,00
	Valor Total do Contrato	25.000,00	14.890,00	40,36%	14.890,00	14.890,00

Título do arquivo original

CARTA CONTRATO - LAUDO INCORPORAÇÃO E-PETRO

Identificação

100005183

Participantes do Processo

Nome	Função	Status	Data da assinatura
CESAR CUNHA DE SOUZA	Signatário	Assinado	29.01.2020 - 12:22:09
CHARLES DE CARVALHO FERREIRA	Signatário	Assinado	29.01.2020 - 14:02:11
DAVIDSON CARNEIRO DE OLIVEIRA	Signatário	Assinado	29.01.2020 - 11:18:02
NOEL LUIZ FERREIRA	Signatário	Assinado	29.01.2020 - 14:11:40

Informações adicionais



Consulta realizada em 29/01/20 às 14:24:08 horário de Brasília.



Nome do arquivo do documento original:

CARTA-CONTRATO - E-PETRO..PDF



Hash do documento:

[SHA-256]:192A20650EFBA21C324BA87AA65EE43F3F79E81B05712E7730930764DB7D0AD2

[SHA-512]:36B24BCA3F57E95E0AF99F4F2710C5935F62C3318EA0A69C89D0365454C883550117FC9700FE7FC0792AB165
0DC90BE96D0D5F81394A22C10D3B9F0E9D010514

As informações autenticadas, que comprovam o processo de assinatura eletrônica, podem ser consultadas no Certificado de Assinatura disponibilizado pela Petronect.

CARTA-CONTRATO - E-PETRO..PDF

Código do documento 50db843a-7f49-48cb-acbc-b1c33e83f83e

Assinaturas



CESAR CUNHA DE SOUZA
cesar.souza@petrobras.com.br
Assinou

CESAR CUNHA DE SOUZA



DAVIDSON CARNEIRO DE OLIVEIRA
davidsonco@petrobras.com.br
Assinou

DAVIDSON CARNEIRO DE OLIVEIRA



CHARLES DE CARVALHO FERREIRA
charles.ferreira@loudonconsulting.com.br
Assinou

CHARLES DE CARVALHO FERREIRA



NOEL LUIZ FERREIRA
noel@lbai.com.br
Assinou

NOEL LUIZ FERREIRA

Eventos do documento

29 Jan 2020, 11:07:56

Documento número 50db843a-7f49-48cb-acbc-b1c33e83f83e **criado** por PETRONECT (Conta 308deb2c-4941-4d56-a95f-5f5feee2d40e). Email :assinatureletronica@petronect.com.br. - DATE_ATOM: 2020-01-29T11:07:56-03:00

29 Jan 2020, 11:12:46

Lista de assinatura **iniciada** por PETRONECT (Conta 308deb2c-4941-4d56-a95f-5f5feee2d40e). Email: assinaturaeletronica@petronect.com.br. - DATE_ATOM: 2020-01-29T11:12:46-03:00

29 Jan 2020, 11:18:02

DAVIDSON CARNEIRO DE OLIVEIRA **Assinou** (Conta 9b7aab6c-92f1-420f-8975-ce1289bba46a) - Email: davidsonco@petrobras.com.br - IP: 177.25.191.220 (ip-177-25-191-220.user.vivozap.com.br porta: 18532) - Documento de identificação informado: 052.132.126-38 - **Assinado com EMBED** - Token validado por **sms** enviado para **+5521996372199** - DATE_ATOM: 2020-01-29T11:18:02-03:00

29 Jan 2020, 12:22:08

CESAR CUNHA DE SOUZA **Assinou** (Conta af3d502a-f795-42e5-aca6-13c18fe2ede3) - Email: cesar.souza@petrobras.com.br - IP: 195.195.116.100 (195.195.116.100 porta: 23244) - Documento de identificação informado: 032.959.197-55 - **Assinado com EMBED** - Token validado por **sms** enviado para **+330613487406** - DATE_ATOM: 2020-01-29T12:22:08-03:00

29 Jan 2020, 14:02:11

CHARLES DE CARVALHO FERREIRA **Assinou** (Conta 243722f6-0798-4f0f-8089-63db90a68186) - Email:

charles.ferreira@loudonconsulting.com.br - IP: 189.80.247.90 (18980247090.user.veloxzone.com.br porta: 46514)
- Documento de identificação informado: 029.694.317-77 - **Assinado com EMBED** - Token validado por **sms**
enviado para **+5521992920182** - DATE_ATOM: 2020-01-29T14:02:11-03:00

29 Jan 2020, 14:11:36

NOEL LUIZ FERREIRA **Assinou** (Conta 5c06cbd1-7fff-440c-a592-9f1010604450) - Email: noel@lbai.com.br - IP: 187.15.118.118 (187-15-118-118.user.veloxzone.com.br porta: 62190) - Documento de identificação informado: 045.199.737-91 - **Assinado com EMBED** - Token validado por **sms** enviado para **+5521998748430** - DATE_ATOM: 2020-01-29T14:11:36-03:00

Hash do documento original

(SHA256):192A20650EFBA21C324BA87AA65EE43F3F79E81B05712E7730930764DB7D0AD2

(SHA512):36B24BCA3F57E95E0AF99F4F2710C5935F62C3318EA0A69C89D0365454C883550117FC9700FE7FC0792AB1650DC90BE96D0D5F81394A22C10D3B9F0E9D010514

Esse log pertence **única e exclusivamente** aos documentos de HASH acima

Esse documento está assinado e certificado pela D4Sign

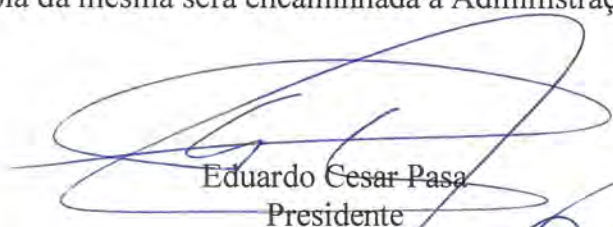
ANEXO IV

**Ata da Reunião e Parecer do Conselho Fiscal sobre
a incorporação da e-PETRO**

PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. – PETROBRAS**COMPANHIA ABERTA****CNPJ/MF nº 33.000.167/0001-01****NIRE nº 33300032061****ATA DA 797ª REUNIÃO DO CONSELHO FISCAL****REALIZADA EM 18 DE DEZEMBRO DE 2019**

Às 09:30 horas do dia 18 de dezembro de 2019, no Edifício Sede – Edise, localizado na Avenida República do Chile nº 65, 22º andar-sala 2202-B, Centro – Rio de Janeiro, reuniu-se o Conselho Fiscal da Petróleo Brasileiro S.A – PETROBRAS, comparecendo os Conselheiros Fiscais Daniel Alves Ferreira e Marcelo Gasparino da Silva, tendo os conselheiros Marisete Fátima Dadald Pereira e Eduardo Cesar Pasa participado da reunião através da sala de videoconferência da PETROBRAS no escritório de Brasília, localizado SAUN quadra 01 bloco D do Ed. Petrobras, 1º andar, com ausência justificada do conselheiro José Franco Medeiros de Moraes, presente o Assessor Técnico deste Colegiado, Antonio Roberto da Silva, que secretariou a reunião, com a seguinte Ordem do Dia: I - Parecer do Conselho Fiscal sobre a Proposta de Incorporação da PETROBRAS NEGÓCIOS ELETRÔNICOS S.A. (E-PETRO) na PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS. Iniciando os trabalhos, cabe consignar que os Conselheiros Fiscais Eduardo Cesar Pasa, Marcelo Gasparino da Silva, Marisete Fátima Dadald Pereira e Daniel Alves Ferreira em atenção ao convite constante do Correio Eletrônico SEGEPE/SCA, de 12.12.2019, participaram nas salas de videoconferências da PETROBRAS, localizadas nos escritórios de Brasília e Edifício Senado – EDISEN, localizados, respectivamente, SAUN quadra 01 bloco D do Ed. Petrobras, 1º andar e na Avenida Henrique Valadares nº 28, Torre A, 18º andar, Centro - Rio de Janeiro, da Reunião do Conselho de Administração (C.A) da PETROBRAS, realizada em 18.12.2019, às 8:30 horas, na qual o C.A. apreciou a proposta de incorporação acima mencionada, a qual será submetida à deliberação da Assembleia Geral Extraordinária dos Acionistas da PETROBRAS. Continuando a sessão, foram analisados diversos documentos, encaminhados tempestivamente pela Companhia, dos quais os principais estão relacionados a seguir: 1º) RESUMO EXECUTIVO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO originado pela Diretora Executiva de ASSUNTOS CORPORATIVOS; 2º) LAUDO DE AVALIAÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO CONTÁBIL APURADO POR MEIO DOS LIVROS CONTÁBEIS DA da PETROBRAS NEGÓCIOS ELETRÔNICOS S.A. (E-PETRO), data base em 31 de dezembro de 2018, emitido pelo Responsável Técnico da Loudon Blomquist Auditores Independentes - Noel Luiz Ferreira - CRC-RJ-23.317-T-SP-1458-S-RJ, em 10.04.2019; 3º) PROTOCOLO E JUSTIFICAÇÃO DE INCORPORAÇÃO DA PETROBRAS NEGÓCIOS ELETRÔNICOS S.A. (E-PETRO), pela PETRÓLEO BRASILEIRO S.A – PETROBRAS. O Conselho Fiscal da Petróleo Brasileiro S.A. - PETROBRAS, no exercício de suas funções legais e estatutárias, em reunião realizada nesta data, apreciou as decisões do Conselho de Administração da Companhia (tomadas na Reunião C.A. de 18.12.2019), no sentido de submeter à deliberação de Assembleia Geral Extraordinária – AGE - a Incorporação da Empresa PETROBRAS NEGÓCIOS ELETRÔNICOS S.A. (E-PETRO) pela PETROBRAS. Com base no conteúdo dos documentos que foram encaminhados a este Colegiado, e ainda no Laudo de Avaliação emitido em 10 de abril de 2019 pela Loudon Blomquist Auditores Independentes, a partir dos elementos constantes do Balanço Patrimonial da PETROBRAS NEGÓCIOS ELETRÔNICOS S.A. (E-PETRO) na data-base de 31.12.2018, e no Protocolo de Incorporação, em conformidade ao disposto nos artigos 224, 225 e 227 da Lei 6404/76, e em observância ao disposto na Instrução da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) nº 565, de 15 de junho de 2015, o Conselho Fiscal entende que foram observadas as formalidades aplicáveis ao caso, estando a documentação em ordem para ser submetida à discussão e votação em Assembleia Geral Extraordinária dos Acionistas da


PETROBRAS. Ressaltamos, no entanto, a necessidade de prévia manifestação da Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais - SEST, na forma do art. 41, inciso VI, alínea "b" do Decreto nº 9.035, de 20.04.2017, para deliberação da matéria na Assembleia Geral de Acionistas. Rio de Janeiro, 18 de dezembro de 2019. Ass.: Conselheiros, Eduardo Cesar Pasa, Marcelo Gasparino da Silva, Marisete Fátima Dadald Pereira e Daniel Alves Ferreira. Finalmente, considerando que ninguém mais quisesse fazer uso da palavra, deu-se por encerrada a reunião às 10:00 hs, da qual se lavrou a presente ata, que, depois de lida e aprovada, vai assinada pelos Conselheiros Fiscais e pelo Assessor Técnico do Conselho Fiscal; cópia da mesma será encaminhada à Administração da Companhia.




Eduardo Cesar Pasa
Presidente



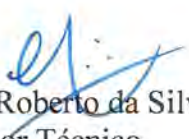
Marcelo Gasparino da Silva
Conselheiro



Marisete Fátima Dadald Pereira
Conselheira



Daniel Alves Ferreira
Conselheiro

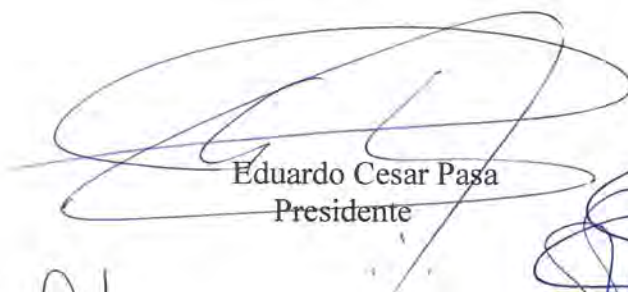


Antonio Roberto da Silva
Assessor Técnico
CRC/RJ- 055019/0-5

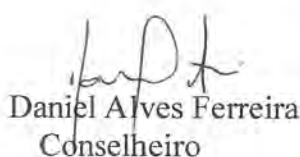
PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS
PARECER DO CONSELHO FISCAL DA PETROBRAS

O Conselho Fiscal da Petróleo Brasileiro S.A. - PETROBRAS, no exercício de suas funções legais e estatutárias, em reunião realizada nesta data, apreciou as decisões do Conselho de Administração da Companhia (tomadas na Reunião C.A. de 18.12.2019), no sentido de submeter à deliberação de Assembleia Geral Extraordinária – AGE - a Incorporação da Empresa PETROBRAS NEGÓCIOS ELETRÔNICOS S.A. (E-PETRO) pela PETROBRAS. Com base no conteúdo dos documentos que foram encaminhados a este Colegiado, e ainda no Laudo de Avaliação emitido em 10 de abril de 2019 pela Loudon Blomquist Auditores Independentes, a partir dos elementos constantes do Balanço Patrimonial da PETROBRAS NEGÓCIOS ELETRÔNICOS S.A. (E-PETRO), na data-base de 31.12.2018, e no Protocolo de Incorporação, em conformidade ao disposto nos artigos 224, 225 e 227 da Lei 6404/76, e em observância ao disposto na Instrução da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) nº 565, de 15 de junho de 2015, o Conselho Fiscal entende que foram observadas as formalidades aplicáveis ao caso, estando a documentação em ordem para ser submetida à discussão e votação em Assembleia Geral Extraordinária dos Acionistas da PETROBRAS. Ressaltamos, no entanto, a necessidade de prévia manifestação da Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais - SEST, na forma do art. 41, inciso VI, alínea "b" do Decreto nº 9.035, de 20.04.2017, para deliberação da matéria na Assembleia Geral de Acionistas.

Rio de Janeiro, 18 de dezembro de 2019.



Eduardo Cesar Pasa
Presidente



Daniel Alves Ferreira
Conselheiro



Marisete Fátima Dadald Pereira
Conselheira



Marcelo Gasparino da Silva
Conselheiro

ANEXO V

Informações Relativas à Incorporação
(conforme anexos 20A e 21 da ICVM 481/09)

INFORMAÇÕES RELATIVAS À INCORPORAÇÃO DA

PETROBRAS NEGÓCIOS ELETRÔNICOS S.A.

na qualidade de INCORPORADA, pela

PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. – PETROBRAS

na qualidade de INCORPORADORA

(Conforme Anexo 20-A da Instrução CVM nº 481, de 17 de dezembro de 2009)

Rio de Janeiro, 15 de Janeiro de 2019

1. Protocolo e justificação da operação, nos termos dos artigos 224 e 225 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976 (“Lei das Sociedades por Ações”).

O Protocolo e Justificação da Incorporação da PETROBRAS NEGÓCIOS ELETRÔNICOS S.A. (“INCORPORADA”) pela PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. – PETROBRAS (“INCORPORADORA”), doravante denominadas, em conjunto, como “PARTES”, ou qualquer delas, individualmente, como “PARTE”, se encontra no Anexo I – Protocolo e Justificação da Incorporação.

2. Demais acordos, contratos e pré-contratos regulando o exercício do direito de voto ou a transferência de ações de emissão das sociedades subsistentes ou resultantes da operação, arquivados na sede da companhia ou dos quais o controlador da companhia seja parte.

Não há acordos, contratos e pré-contratos regulando o exercício do direito de voto ou a transferência de ações de emissão da INCORPORADORA, arquivados em sua sede ou dos quais o seu controlador seja parte.

3. Descrição da operação, incluindo:

(a) Termos e condições

A Incorporação da PETROBRAS NEGÓCIOS ELETRÔNICOS S.A. pela PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. – PETROBRAS (“Incorporação”) tem por objetivo racionalizar custos, através da consolidação de suas atividades, tendo em vista que a manutenção de diversas estruturas administrativas gera acréscimos em seus custos operacionais, ao mesmo tempo em que implica em perda de sinergias relevantes na condução dos assuntos de seu interesse.

A Incorporação trará vantagens a ambas as PARTES e seus acionistas, proporcionando maior eficiência administrativa, redução de custos operacionais e gestão mais eficiente dos ativos envolvidos.

A avaliação do patrimônio líquido da INCORPORADA, para fins dos respectivos lançamentos contábeis na INCORPORADORA, foi realizada a valor patrimonial contábil, com base nos elementos constantes do Balanço Patrimonial pela empresa especializada LOUDON BLOMQUIST – AUDITORES INDEPENDENTES (“Empresa Avaliadora”), na data-base de 31/12/2018 (“Data Base”), conforme apurado no Laudo de Avaliação constante do Anexo II – Laudo de Avaliação.

Conforme o Laudo de Avaliação elaborado pela Empresa Avaliadora, o valor contábil do patrimônio líquido da INCORPORADA na Data-Base de 31/12/2018 corresponde a R\$ 39.397.000,00 (trinta e nove milhões, trezentos e noventa e sete mil reais).

As variações patrimoniais relativas ao patrimônio líquido da INCORPORADA, apuradas no período entre a Data-Base e a efetiva Incorporação, permanecerão registradas nos livros da INCORPORADA e serão absorvidas e transferidas para os livros da INCORPORADORA pelos seus respectivos valores na data da Incorporação, não modificando os valores adotados no Protocolo e Justificação para a realização da Incorporação.

Considerando que a INCORPORADORA é titular de 100% (cem por cento) das ações representativas do capital social da INCORPORADA, a Incorporação não implicará em alteração do capital social da INCORPORADORA, na medida em que suas demonstrações financeiras já consolidam os registros contábeis da INCORPORADA.

A substituição de investimentos da INCORPORADORA na INCORPORADA pelos elementos ativos e passivos constantes do Balanço Patrimonial da INCORPORADA não implicará em alteração no valor do patrimônio líquido e do capital social da INCORPORADORA, nem a emissão de novas ações ou qualquer modificação aos direitos de voto, dividendos ou quaisquer outros direitos políticos ou patrimoniais conferidos aos atuais acionistas da INCORPORADORA.

Os saldos das contas credoras e devedoras da INCORPORADA passarão para os livros contábeis da INCORPORADORA, fazendo-se as necessárias adaptações.

Os bens, direitos e obrigações da INCORPORADA, que compõem o patrimônio líquido a ser vertido para a INCORPORADORA, são aqueles detalhadamente descritos no Laudo de Avaliação, a valor contábil.

A aprovação da Incorporação acarretará a extinção de pleno direito da INCORPORADA, para todos os fins e efeitos legais, de maneira que a INCORPORADORA sucederá a INCORPORADA universalmente em todos os seus direitos e obrigações, na forma do artigo 227 da Lei nº 6.404/76.

(b) Obrigações de indenizar: (i) os administradores de qualquer das companhias envolvidas; e (ii) caso a operação não se concretize.

Não há obrigações de indenizar em decorrência da Incorporação.

(c) Tabela comparativa dos direitos, vantagens e restrições das ações das sociedades envolvidas ou resultantes, antes e depois da operação

Não haverá alterações nos direitos, vantagens e restrições das ações da INCORPORADORA em decorrência da Incorporação.

(d) Eventual necessidade de aprovação por debenturistas ou outros credores

Não há necessidade de aprovação da incorporação por credores das partes

(e) Elementos ativos e passivos que formarão cada parcela do patrimônio, em caso de cisão

Não se aplica.

(f) Intenção das companhias resultantes de obter registro de emissor de valores mobiliários

Não se aplica.

4. Planos para condução dos negócios sociais, notadamente no que se refere a eventos societários específicos que se pretenda promover.

Não há eventos societários específicos que se pretenda promover após a Incorporação.

5. Análise dos seguintes aspectos da operação:

(a) Descrição dos principais benefícios esperados, incluindo: (i) sinergias, (ii) benefícios fiscais, e (iii) vantagens estratégicas.

A Incorporação trará consideráveis benefícios de ordem administrativa, econômica e financeira às PARTES e seus acionistas, na medida em que:

(i) a integração operacional das PARTES permitirá melhor aproveitamento de sinergias já existentes, e racionalização dos custos através da consolidação de suas atividades, sendo, portanto, de todo benéfica aos interesses sociais das PARTES;

(ii) a união dos recursos empresariais e dos patrimônios das PARTES permitirá melhor gestão de operações, ativos e fluxos de caixa, resultando na otimização do emprego dos recursos operacionais e financeiros e, por conseguinte, na obtenção de maiores benefícios para as atividades sociais desempenhadas pelas PARTES, os quais não seriam possíveis se fosse adotada outra modalidade de operação societária; e

(iii) resultará na racionalização e simplificação da estrutura societária, e, consequentemente, na consolidação e redução de gastos e despesas operacionais.

(b) Custos

As PARTES estimam que os custos e despesas totais para realização e efetivação da Incorporação, incluindo os custos para realização e publicação dos atos societários, e as despesas com os honorários de avaliadores e demais profissionais contratados, não devem ultrapassar o montante de R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais).

(c) Fatores de Risco

A Administração entende não haver riscos que mereçam comentários ou destaque. Maiores detalhes sobre os fatores de risco da Sociedade estão detalhados no item 11 A

(d) Caso se trate de transação com parte relacionada, eventuais alternativas que poderiam ter sido utilizadas para atingir os mesmos objetivos, indicando as razões pelas quais essas alternativas foram descartadas

Não há eventuais alternativas, tendo em vista que o objetivo das PARTES é simplificar a estrutura societária do Sistema PETROBRAS e extinguir a INCORPORADA, o que somente poderia ser obtido mediante a operação de incorporação de sociedades.

(e) Relação de substituição

A Incorporação será realizada sem relação de substituição das ações de emissão da INCORPORADA, tendo em vista que: (i) a INCORPORADORA é titular da totalidade das ações representativas do capital social da INCORPORADA, inexistindo acionistas não controladores que devam migrar

para a INCORPORADORA; (ii) a totalidade das ações de emissão da INCORPORADA e de titularidade da INCORPORADORA serão extintas no ato da Incorporação; (iii) a Incorporação não acarretará aumento de capital social na INCORPORADORA; e (iv) a Incorporação não implicará emissão de novas ações pela INCORPORADORA.

(f) Nas operações envolvendo sociedades controladoras, controladas ou sociedades sob controle comum: (i) relação de substituição de ações calculada de acordo com o artigo 264 da Lei nº 6.404, de 1976; (ii) descrição detalhada do processo de negociação da relação de substituição e demais termos e condições da operação; (iii) caso a operação tenha sido precedida, nos últimos 12 (doze) meses, de uma aquisição de controle ou de aquisição de participação em bloco de controle: análise comparativa da relação de substituição e do preço pago na aquisição de controle, e razões que justificam eventuais diferenças de avaliação nas diferentes operações; e (iv) justificativa de por que a relação de substituição é comutativa, com a descrição dos procedimentos e critérios adotados para garantir a comutatividade da operação ou, caso a relação de substituição não seja comutativa, detalhamento do pagamento ou medidas equivalentes adotadas para assegurar compensação adequada.

A Incorporação será realizada sem relação de substituição das ações de emissão da INCORPORADA, pois a totalidade do capital social da INCORPORADA é detido pela INCORPORADORA.

6. Cópia das atas de todas as reuniões do conselho de administração, conselho fiscal e comitês especiais em que a operação foi discutida, incluindo eventuais votos dissidentes

As atas das reuniões do Conselho de Administração, Conselho Fiscal e do Comitê de Investimento, em que se discutiu a Incorporação, encontram-se no Anexo III – Atas das Reuniões.

7. Cópia de estudos, apresentações, relatórios, opiniões, pareceres ou laudos de avaliação das companhias envolvidas na operação postos à disposição do acionista controlador em qualquer etapa da operação

O Laudo de Avaliação elaborado pela LOUDON BLOMQUIST – AUDITORES INDEPENDENTES encontra-se disponível no Anexo II – Laudo de Avaliação.

7.1. Identificação de eventuais conflitos de interesse entre as instituições financeiras, empresas e os profissionais que tenham elaborado os documentos mencionados no item 7 e as sociedades envolvidas na operação

A Empresa Avaliadora declarou, no laudo de avaliação, que: (i) não existe qualquer conflito ou comunhão de interesses, atual ou potencial, com as PARTES, ou, ainda, referente à Incorporação; e (ii) as PARTES, seus sócios ou administradores das companhias envolvidas não direcionaram, limitaram, dificultaram ou praticaram quaisquer atos ou omissões que tenham ou possam ter comprometido o acesso, a utilização ou o conhecimento de informações, bens, documentos ou metodologias de trabalho relevantes para a qualidade das suas conclusões; e (iii) pelo serviço de avaliação, recebeu a remuneração fixa líquida, em moeda corrente nacional, no valor de equivalente a R\$ 14.989,99 (quatorze mil, novecentos e oitenta e nove reais e noventa e nove centavos).

8. Projetos de estatuto ou alterações estatutárias das sociedades resultantes da operação

Como a Incorporação será realizada sem cancelamento ou emissão de novas ações pela INCORPORADORA, sem alteração de seu capital social, não haverá qualquer modificação no estatuto social da INCORPORADORA.

9. Demonstrações financeiras usadas para os fins da operação, nos termos da norma específica

As demonstrações financeiras da INCORPORADA relativa ao período findo em 31/12/2018 e da INCORPORADORA relativa ao período findo em 31/12/2018, se encontram disponíveis no Anexo IV – Demonstrações Financeiras. A obrigação de divulgar demonstrações financeiras auditadas por auditor independente registrado na CVM, com data-base não anterior a 180 (cento e oitenta) dias da data da assembleia que deliberar sobre a operação, não se aplica à operação sob análise, por força do artigo 10, *caput*, da Instrução CVM nº 565, de 15 de junho de 2015.

10. Demonstrações financeiras *pro forma* elaboradas para os fins da operação, nos termos da norma específica

Não se faz necessária a elaboração das demonstrações financeiras *pro forma*, exigidas nos termos do artigo 7º da Instrução CVM nº 565, de 15 de junho de 2015, uma vez que os efeitos da Incorporação observam o disposto no artigo 10, *caput*, da referida Instrução.

11. Documento contendo informações sobre as sociedades diretamente envolvidas que não sejam companhias abertas (no caso, a INCORPORADA):

(a) Fatores de risco, nos termos dos itens 4.1 e 4.2 do formulário de referência

Não há riscos de mercado relevantes a serem reportados. A INCORPORADORA sucederá a INCORPORADA em todos os seus direitos e obrigações, assumindo a totalidade dos seus ativos e passivos.

(b) às controladas e coligadas da INCORPORADA

Não há riscos de mercado relevante em relação à empresa controlada pela INCORPORADA. A INCORPORADORA sucederá a INCORPORADA em todos os seus direitos e obrigações, assumindo a totalidade dos seus ativos e passivos.

(c) Descrição das principais alterações nos fatores de riscos ocorridas no exercício anterior e expectativas em relação à redução ou aumento na exposição a riscos como resultado da operação, nos termos do item 5.4 do formulário de referência

Em relação ao exercício anterior, a Administração entende que não ocorreram alterações relevantes na exposição a riscos

(d) Descrição de suas atividades, nos termos dos itens 7.1, 7.2, 7.3 e 7.4 do formulário de referência

A INCORPORADA tem por objeto social a participação no capital de outras sociedades, não tendo atividades operacionais.

(e) Descrição do grupo econômico, nos termos do item 15 do formulário de referência

A INCORPORADA é controlada pela INCORPORADORA, Petróleo Brasileiro S.A. – PETROBRAS, brasileira, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 33.000.167/0001-01.

O capital social da INCORPORADA, totalmente subscrito e integralizado, é de R\$ 21.000.000,00 (vinte e um milhões de reais), dividido em 20.989.500 (vinte milhões, novecentas e oitenta e nove mil e quinhentas) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, todas de titularidade da INCORPORADORA, conforme abaixo indicado:

PETROBRAS NEGÓCIOS ELETRÔNICOS S.A.								
Acionista	Nacionalidade	CPF/CNPJ	Ações Ordinárias		Ações Preferenciais		Total das Ações	
			Nº	%	Nº	%	Nº	%
PETROBRAS	Brasileira	33.000.167/0001-01	20.989.500	100%	0	0,00%	20.989.500	100%

Total	----	----	20.989.500	100%	0	0,00%	20.989.500	100%
--------------	------	------	------------	------	---	-------	------------	------

Não há acordo de acionistas arquivado na sede da INCORPORADA ou do qual o acionista controlador da INCORPORADA seja parte.

A INCORPORADORA é controlada diretamente pela União Federal, inscrita no CNPJ/MF nº 00.394.460/0409-50, detentora de 3.740.470.811 (três bilhões, setecentos e quarenta milhões, quatrocentas e setenta mil, oitocentas e onze) ações ordinárias, escriturais e sem valor nominal.

O capital social da INCORPORADORA, totalmente subscrito e integralizado, é de R\$ 205.431.960.490,52 (duzentos e cinco bilhões, quatrocentos e trinta e um milhões, novecentos e sessenta mil, quatrocentos e noventa reais e cinquenta e dois centavos), dividido em 13.044.496.930 (treze bilhões, quarenta e quatro milhões, quatrocentas e noventa e seis mil e novecentas e trinta) ações, sem valor nominal, sendo 7.442.454.142 (sete bilhões, quatrocentos e quarenta e dois milhões, quatrocentas e cinquenta e quatro mil e cento e quarenta e duas) ações ordinárias e 5.602.042.788 (cinco bilhões, seiscentos e dois milhões, quarenta e duas mil, setecentas e oitenta e oito) ações preferenciais, distribuídas entre os acionistas da INCORPORADORA da seguinte forma:

PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. – PETROBRAS						
Acionista Nacionalidade CPF/CNPJ	Ações Ordinárias		Ações Preferenciais		Total das Ações	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%
União Federal Brasileira 00.394.460/0409-50	3.740.470.811	50,26%	0	0%	3.740.470.811	28,67%
BNDES Participações – BNDESPAR Brasileira 00.383.281/0001-09	11.700.392	0,16%	1.254.203.296	22,39%	1.265.903.688	9,70%

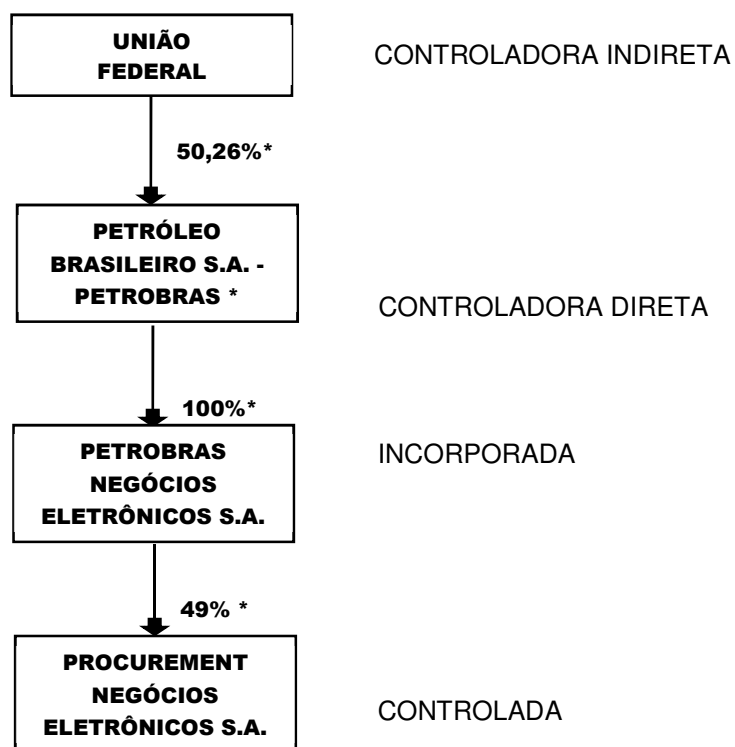
BNDES Brasileira 33.657.248/0001-89	734.202.699	9,87%	161.596.958	2,88%	895.799.657	6,87%
Fundo de Participação Social - FPS Brasileira	6.000.000	0,08%	0	0%	6.000.000	0,05%
Caixa Previdência Funcionários do Banco do Brasil – PREVI Brasileira 34.053.942/0001-50	14.375.115	0,19%	357.066.575	6,37%	371.441.690	2,85%
Caixa Econômica Federal Brasileira 00.360.305/0001-04	241.340.371	3,24%	61.401.782	1,1%	302.742.153	2,32%
BlackRock Inc. Estados Unidos	0	0%	282.121.985	5,04%	282.121.985	2,16%
Outros	2.694.364.754	36,20%	3.485.652.192	62,22%	6.180.016.946	0,00%
Ações em Tesouraria	0	0%	0	0%	0	0,00%
Totais:	7.442.454.142	100%	5.602.042.788	100%	13.044.496.930	100%

Não houve alteração do acionista controlador desde a constituição da INCORPORADA.

A INCORPORADA não possui outros acionistas além da INCORPORADORA.

PETROBRAS NEGÓCIOS ELETRÔNICOS S.A.
--

NÚMERO DE ACIONISTAS PESSOAS FÍSICAS	0
NÚMERO DE ACIONISTAS PESSOAS JURÍDICAS	1
NÚMERO DE INVESTIDORES INSTITUCIONAIS	NÃO SE APLICA
NÚMERO DE AÇÕES EM CIRCULAÇÃO	NÃO SE APLICA



* CAPITAL SOCIAL COM DIREITO A VOTO

(f) Descrição do capital social, nos termos do item 17.1 do formulário de referência

PETROBRAS NEGÓCIOS ELETRÔNICOS S.A.	
CAPITAL EMITIDO, SUBSCRITO E INTEGRALIZADO	R\$ 21.000.000,00
NÚMERO DE AÇÕES ORDINÁRIAS ATUAL	20.989.500
NÚMERO DE AÇÕES PREFERENCIAIS	0
CAPITAL AUTORIZADO	R\$ 21.000.00,00 21.000.000 AÇÕES ORDINÁRIAS AUTORIZADO NA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA DE 21/10/2002
TÍTULOS CONVERSÍVEIS EM AÇÕES	0

12. Descrição da estrutura de capital e controle depois da operação, nos termos do item 15 do formulário de referência.

Não haverá alteração na estrutura de capital e controle após a operação.

13. Número, classe, espécie e tipo dos valores mobiliários de cada sociedade envolvida na operação detidos por quaisquer outras sociedades envolvidas na operação, ou por pessoas vinculadas a essas sociedades, conforme definidas pelas normas que tratam de oferta pública para aquisição de ações.

Não há outros valores mobiliários de sociedades envolvidas na Incorporação, detidos por outras sociedades envolvidas na Incorporação, ou por pessoas vinculadas a essas sociedades, nos termos do artigo 3º, VI da Instrução CVM nº 361, de 5 de março de 2002, além das ações de emissão da INCORPORADA, detidas pela INCORPORADORA, conforme descrito no item 11, “d” acima.

14. Exposição de qualquer das sociedades envolvidas na operação, ou de pessoas a elas vinculadas, conforme definidas pelas normas que tratam de oferta pública para aquisição de ações, em derivativos referenciados em valores mobiliários emitidos pelas demais sociedades envolvidas na operação

Não há exposição de qualquer sociedade envolvida na Incorporação ou de pessoas a ela vinculadas, nos termos do artigo 3º, VI da Instrução CVM nº 361, de 5 de março de 2002, em derivativos referenciados em valores mobiliários emitidos pelas demais sociedades envolvidas na operação.

15. Relatório abrangendo todos os negócios realizados nos últimos 6 (seis) meses pelas pessoas abaixo indicadas com valores mobiliários de emissão das sociedades envolvidas na operação:

(a) Sociedades envolvidas na operação:

(i) Operações de compra privadas: o preço médio, quantidade de ações envolvidas, valor mobiliário envolvido; percentual em relação a classe e espécie do valor mobiliário; demais condições relevantes.

Não ocorreram transações entre a INCORPORADA e a INCORPORADORA nos últimos 6 (seis) meses.

(ii) Operações de venda privadas: o preço médio, quantidade de ações envolvidas, valor mobiliário envolvido; percentual em relação a classe e espécie do valor mobiliário; demais condições relevantes.

Não ocorreram transações entre a INCORPORADA e a INCORPORADORA nos últimos 6 (seis) meses.

(iii) Operações de compra em mercados regulamentados: o preço médio, quantidade de ações envolvidas, valor mobiliário envolvido; percentual em relação a classe e espécie do valor mobiliário; demais condições relevantes; e

Não ocorreram transações entre a INCORPORADA e a INCORPORADORA nos últimos 6 (seis) meses.

(iv) Operações de venda em mercados regulamentados: o preço médio, quantidade de ações envolvidas, valor mobiliário envolvido; percentual em relação a classe e espécie do valor mobiliário; demais condições relevantes.

Não ocorreram transações entre a INCORPORADA e a INCORPORADORA nos últimos 6 (seis) meses.

(b) Partes relacionadas a sociedades envolvidas na operação:

(i) Operações de compra privadas: o preço médio, quantidade de ações envolvidas, valor mobiliário envolvido; percentual em relação a classe e espécie do valor mobiliário; demais condições relevantes.

Não há operações a reportar

(ii) Operações de venda privadas: o preço médio, quantidade de ações envolvidas, valor mobiliário envolvido; percentual em relação a classe e espécie do valor mobiliário; demais condições relevantes.

Não há operações a reportar.

(iii) Operações de compra em mercados regulamentados: o preço médio, quantidade de ações envolvidas, valor mobiliário envolvido; percentual em relação a classe e espécie do valor mobiliário; demais condições relevantes.

		Conselho de Administração	Diretoria Executiva	Conselho Fiscal	Órgãos Técnicos ou Consultivos	Total
(1) Preço Médio	ON	-	-	-	-	-
	PN	N.D.	N.D.	N.D.	N.D.	N.D.
	Outros	-	-	-	-	-
	Total					
(2) Quantidade de Ações envolvidas	ON	-	-	-	-	-
	PN	680	-	7.910	-	8.590
	Outros	-	-	-	-	-
	Total	680	-	7.910	-	8.590
(3) Valor Mobiliário Envolvido	ADR ON*	-	-	-	-	-
	ADR PN*	-	-	-	30.210	30.210
	Quotas de Fundos	-	-	-	-	-
	Total	-	-	-	30.210	30.210
(4) % em relação à classe	ON		-	-	-	-
	PN	0,000012%	0,000000%	0,000141%	0,000539%	0,000693%
	Total					
(5) Demais condições relevantes	ON	N.A.	N.A.	N.A.	N.A.	N.A.
	PN	N.A.	N.A.	N.A.	N.A.	N.A.
	Total	N.A.	N.A.	N.A.	N.A.	N.A.

(*) Os valores dos ADRs estão expressos em quantidade de ações. Cada ADR equivale a 2 ações da Companhia.

(iv) Operações de venda em mercados regulamentados: o preço médio, quantidade de ações envolvidas, valor mobiliário envolvido; percentual em relação a classe e espécie do valor mobiliário; demais condições relevantes.

		Conselho de Administração	Diretoria Executiva	Conselho Fiscal	Órgãos Técnicos ou Consultivos	Total
(1) Preço Médio	ON	-	-	-	-	-
	PN	-	-	N.D.	N.D.	N.D.
	Outros	-	-	-	-	-
	Total					
(2) Quantidade de Ações envolvidas	ON	-	-	-	-	-
	PN	-	-	-	23.846	23.846
	Outros	-	-	-	-	-
	Total	-	-	-	23.846	23.846
(3) Valor Mobiliário Envolvido	ADR ON*	-	-	-	-	-
	ADR PN*	-	-	-	-	-
	Quotas de Fundos	-	-	2.158	-	-
	Total	-	-	2.158	-	2.158
(4) % em relação à classe	ON	-	-	-	-	-
	PN	0,000000%	0,000000%	N.D.	0,000426%	0,000426%
	Total					
(5) Demais condições relevantes	ON	N.A.	N.A.	N.A.	N.A.	N.A.
	PN	N.A.	N.A.	N.A.	N.A.	N.A.
	Total	N.A.	N.A.	N.A.	N.A.	N.A.

(*) Os valores dos ADRs estão expressos em quantidade de ações. Cada ADR equivale a 2 ações da Companhia.

16. Documento por meio do qual o Comitê Especial Independente submeteu suas recomendações ao Conselho de Administração, caso a

operação tenha sido negociada nos termos do Parecer de Orientação CVM nº 35, de 2008.

Não se aplica.

ANEXOS:

Anexo I – Protocolo e Justificação da Incorporação.

Anexo II – Laudo de Avaliação.

Anexo III – Atas das Reuniões.

Anexo IV – Demonstrações Financeiras.

ANEXO 21

1. Listar os avaliadores recomendados pela administração

A LOUDON BLOMQUIST – AUDITORES INDEPENDENTES, doravante denominada “Empresa Avaliadora”, foi nomeada para constatar o valor do patrimônio líquido contábil da empresa Petrobras Negócios Eletrônicos S.A – e-PETRO a ser incorporada na PETROBRAS.

2. Descrever a capacitação dos avaliadores recomendados

A LOUDON BLOMQUIST – AUDITORES INDEPENDENTES é uma firma de Auditoria, registrada perante o Conselho Regional de Contabilidade do Estado do Rio de Janeiro - CRC-RJ sob a inscrição nº 000064/F-8, encontra-se capacitada para emitir Laudo de Avaliação da Petrobras Negócios Eletrônicos S.A – e-PETRO de acordo com as normas vigentes.

3. Fornecer cópia das propostas de trabalho e remuneração dos avaliadores recomendados

Ver anexo 1 - Proposta da LOUDON BLOMQUIST – AUDITORES INDEPENDENTES

4. Descrever qualquer relação relevante existente nos últimos 3 (três) anos entre os avaliadores recomendados e partes relacionadas à companhia, tal como definidas pelas regras contábeis que tratam desse assunto.

Os Auditores não têm interesse, direto ou indireto, nas companhias envolvidas ou na operação, bem como não há qualquer outra circunstância relevante que possa caracterizar conflito de interesses.

ANEXO VI

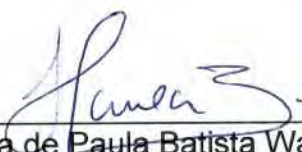
Extrato do reporte do Comitê de Investimentos
sobre a Incorporação da e-PETRO

Companhia Aberta
CNPJ/MF - 33.000.167/0001-01
NIRE - 33300032061

MANIFESTAÇÃO DO COMITÊ DE INVESTIMENTOS ("COINV")

O Comitê de Investimentos, órgão de assessoramento ao Conselho de Administração da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras, no uso de suas atribuições, em sua reunião nº 09, de 17-12-2019, sobre a pauta **Incorporação da Petrobras Negócios Eletrônicos (e-PETRO)**, recomendou ao Conselho de Administração da Petrobras a aprovação da matéria. -----

Rio de Janeiro, 23 de janeiro de 2020.



Heloísa de Paula Batista Warken
Coordenadora

ANEXO VII

**Certidão da Reunião do Conselho de
Administração sobre a incorporação da e-PETRO**

CERTIDÃO

Certifico, para os devidos fins, que o Conselho de Administração da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras, em reunião levada a efeito em 18-12-2019 (Reunião nº 1.616), sobre o assunto **INCORPORAÇÃO DA PETROBRAS NEGÓCIOS ELETRÔNICOS S.A. (E-PETRO) PELA PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. – PETROBRAS**, nos termos do respectivo Resumo Executivo, a) validou e encaminhou para deliberação da Assembleia Geral dos Acionistas da Petrobras os seguintes assuntos: (a.i) a proposta de aprovação do Protocolo e Justificação de Incorporação a ser firmado entre a Petrobras Negócios Eletrônicos S.A. (e-PETRO), na qualidade de incorporada, e a Petrobras, na qualidade de Incorporadora; (a.ii) o conhecimento e a ratificação da contratação da empresa Loudon Blomquist – Auditores Independentes para proceder a avaliação, a valor contábil, da e-PETRO; (a.iii) a aprovação do Laudo de Avaliação; (a.iv) a proposta de incorporação da e-PETRO pela Petrobras, com a consequente extinção da e-PETRO; (a.v) a autorização para que a Diretoria Executiva da Petrobras pratique todos os atos necessários à efetivação da incorporação e regularização da situação da incorporada e da incorporadora perante os órgãos competentes, no que for necessário; b) validou o encaminhamento ao Conselho Fiscal da documentação necessária à emissão de seu parecer sobre a operação de incorporação, nos moldes do artigo 163, inciso III, da Lei nº 6.404/76; c) autorizou a emissão, ao representante da Petrobras, de instrução de voto para Assembleia Geral de Acionistas a ser realizada pela e-PETRO com o propósito de (c.i) lavrar a ata da Assembleia em forma de sumário, conforme artigo 130, §1º, da Lei nº 6.404/76; (c.ii) aprovar o Protocolo e Justificação da Incorporação, firmado entre a e-PETRO, na qualidade de incorporada, e a Petrobras, na qualidade de incorporadora; (c.iii) conhecer e ratificar a contratação da empresa para proceder a avaliação, a valor



Companhia Aberta
CNPJ/MF - 33.000.167/0001-01
NIRE - 33300032061

contábil, da e-PETRO; (c.iv) aprovar o Laudo de Avaliação; (c.v) aprovar a incorporação da e-PETRO pela Petrobras, com a sua consequente extinção. -----

Rio de Janeiro, 14 de janeiro de 2020.



João Gonçalves Gabriel
Secretário-Geral da Petrobras

ANEXO VIII

Balanço Patrimonial em 31/12/2018
(Petrobras Negócios Eletrônicos S.A. – e-PETRO)

Petrobras Negócios Eletrônicos S.A. – e-PETRO
(Controlada da Petróleo
Brasileiro S.A. – Petrobras)
Demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2018 e
relatório dos auditores independentes

Petrobras Negócios Eletrônicos S.A.

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras)

Índice

Balanco Patrimonial.....	10
Demonstrações do Resultado.....	11
Demonstração dos Resultados Abrangentes.....	12
Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido	13
Demonstração dos Fluxos de Caixa	14
Demonstrações do Valor Adicionado	16
Notas explicativas	17
1. A companhia e suas operações	17
2. Base de elaboração e apresentação das demonstrações financeiras	17
3. Sumário das principais práticas contábeis	18
4. Novas normas e interpretações	26
5. Caixa e equivalentes de caixa.....	28
6. Contas a receber, líquidas	28
7. Investimentos.....	29
8. Imobilizado	30
9. Intangível.....	31
10. Fornecedores	32
11. Arrendamento mercantil financeiro.....	32
12. Partes Relacionadas.....	33
13. Tributos.....	35
14. Patrimônio líquido	37
15. Receita de serviços (consolidado)	39
16. Custos dos serviços prestados (consolidado).....	39
17. Despesas administrativas	40
18. Resultado financeiro líquido.....	40
19. Processos judiciais e contingências	40
20. Gerenciamento de riscos.....	41
Diretoria Executiva.....	43

Relatório da Administração

Srs. Acionistas,

1. Apresentação

A Administração da Petrobras Negócios Eletrônicos S.A. – e-PETRO (“e-PETRO” ou “Companhia”), em consonância com as disposições legais e estatutárias, submete à apreciação de V.Sas. o presente relatório, juntamente com as demonstrações financeiras consolidadas e individuais, acompanhadas do parecer dos auditores independentes KPMG Auditores Independentes, relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018.

2. Situação operacional da Companhia

A e-PETRO é uma empresa 100% Petrobras que tem por objeto a participação no capital social de outras sociedades que desenvolvam atividades realizadas pela internet ou outros meios eletrônicos.

A Companhia tem como única participação, parte do capital social da Procurement Negócios Eletrônicos S.A. – Petronect, que opera o portal de “procurement”, www.petronect.com.br, atendendo a compradores e fornecedores de empresas do conglomerado Petrobras.

O Relatório das Demonstrações Financeiras da e-PETRO retrata a consolidação contábil da Companhia com a Petronect e representa integralmente as atividades operacionais da Petronect, uma vez que a e-PETRO não tem atividade operacional.

No âmbito do interesse do Plano de Negócios e de Gestão da Petrobras, estão sendo realizadas ações para a incorporação da e-PETRO na Petrobras em data a ser definida.

3. Resultado consolidado e principais indicadores financeiros

Em 2018, o faturamento bruto consolidado atingiu R\$ 140.421 (R\$ 96.781 em 2017) e lucro bruto consolidado de R\$ 34.388 (R\$ 22.950 em 2017).

Petrobras Negócios Eletrônicos S.A.
 (Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras)
 Relatório dos Auditores Independentes

Valores em milhares de Reais

	Consolidado		
	2018	2017	%
Lucro líquido	8.525	4.312	98%
Ajustes:			
Tributos sobre o lucro	4.571	2.428	88%
Resultado financeiro	(631)	(1.635)	-61%
EBIT	12.465	5.105	144%
Lucro antes do resultado financeiro, participação e impostos	12.465	5.105	144%
Depreciação e amortização	5.405	7.005	-23%
Resultado na alienação e baixa do imobilizado	468	1.446	-68%
EBITDA	18.338	13.556	35%
Receita líquida de serviços prestados	120.642	83.228	
Custo dos serviços prestados	(86.254)	(60.278)	
Margem bruta	29%	28%	
Margem líquida	7%	5%	

	Controladora		
	2018	2017	%
Lucro líquido	6.050	2.997	102%
Ajustes:			
Tributos sobre o lucro	-	-	-
Resultado financeiro	19	43	-56%
EBIT	6.069	3.040	100%
Lucro antes do resultado financeiro, participação e impostos	6.069	3.040	100%
Depreciação e amortização	-	-	-
Resultado na alienação e baixa do imobilizado	-	-	-
EBITDA	6.069	3.040	100%
Receita líquida de serviços prestados	-	-	
Custo dos serviços prestados	-	-	
Margem bruta	-	-	
Margem líquida	-	-	

Houve elevação do lucro líquido consolidado em 98%, devido ao aumento no faturamento da Petronect, principalmente nas linhas de Cotações e Projetos, além de ter sido iniciada a cobrança da taxa de acesso dos fornecedores que acessam o Portal, o que também gerou impacto positivo na Receita.

A geração operacional de caixa, auferida pelo indicador do lucro antes de juros, impostos, depreciação e amortização (EBITDA) consolidado teve um acréscimo de 40%, ocasionado pelo aumento no nível de serviços.

Petrobras Negócios Eletrônicos S.A.

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras)

Relatório dos Auditores Independentes

4. Agradecimentos

Finalizando, agradecemos aos nossos Acionistas pelo apoio e confiança demonstrados e a cada um dos colaboradores da equipe pela competência, comprometimento e dedicação.

Rio de Janeiro, 19 de março de 2019.

A Diretoria

Cesar Cunha de Souza
Diretor Presidente

Luis Antônio Pereira de Araújo
Diretor

Alvaro Brazil Protasio
Diretor

KPMG Auditores Independentes
Rua do Passeio, 38 - Setor 2 - 17º andar - Centro
20021-290 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil
Caixa Postal 2888 - CEP 20001-970 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil
Telefone +55 (21) 2207-9400, Fax +55 (21) 2207-9000
www.kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Aos Administradores e Acionistas da
Petrobras Negócios Eletrônicos S.A.
Rio de Janeiro - RJ

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Petrobras Negócios Eletrônicos S.A. (“e-PETRO” ou “Companhia”), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da e-PETRO em 31 de dezembro de 2018, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas”. Somos independentes em relação à e-PETRO e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Petrobras Negócios Eletrônicos S.A.

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras)

Relatório dos Auditores Independentes

Ênfases

Chamamos a atenção para o fato que parte substancial das operações da Companhia referente a receita de serviços consolidada é realizada com seu acionista controlador Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras, conforme descrito nas notas explicativas 1 e 12 às demonstrações financeiras. Portanto, as demonstrações financeiras acima referidas devem ser lidas neste contexto. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.

Adicionalmente, chamamos a atenção para a nota explicativa 1, no âmbito do interesse do Plano de Negócios e Gestão do seu acionista controlador Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras, o qual indica a incorporação da e-PETRO pela Petrobras em data a ser definida pela Administração do acionista controlador. Portanto, as demonstrações financeiras acima referidas devem ser lidas neste contexto. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.

Outros assuntos

Demonstração do valor adicionado

A demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018, elaborada sob a responsabilidade da Administração da Companhia, e apresentada como informação suplementar para fins dessas demonstrações financeiras, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e está consistente em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A administração da e-PETRO é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a e-PETRO continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a e-PETRO e sua controlada ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas,

Petrobras Negócios Eletrônicos S.A.

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras)

Relatório dos Auditores Independentes

tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

1. Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
2. Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da e-PETRO e sua controlada.
3. Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

Petrobras Negócios Eletrônicos S.A.

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras)

Relatório dos Auditores Independentes

4. Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da e-PETRO e sua controlada. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a e-PETRO e sua controlada a não mais se manterem em continuidade operacional.
5. Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
6. Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com a administração da Companhia a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 19 de março de 2019.

KPMG Auditores Independentes
CRC SP-014428/O-6 F-RJ

Leandro Basto Pereira
Contador CRC RJ-115543/O-6

Petrobras Negócios Eletrônicos S.A.

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras)

Relatório dos Auditores Independentes

Balanço Patrimonial

Exercícios findos em 31 de dezembro (Em milhares de reais, exceto quando indicado em contrário)

Ativo	Nota	Consolidado		Controladora		Passivo	Nota	Consolidado		Controladora	
		2018	2017	2018	2017			2018	2017	2018	2017
Circulante											
Caixa e equivalentes de caixa	5	14.426	5.969	2.333	66	Arrendamento mercantil financeiro	11	1.306	1.419	-	-
Contas a receber, líquidos - clientes	6	17.972	14.185	283	125	Fornecedores	10	20.203	13.242	2.599	828
Contas a receber - FIDC	7	2.473	2.352	-	-	Imposto de renda, contribuição social e outros tributos a recolher	13	2.431	1.729	15	15
Imposto de renda, contribuição social e outros tributos a recuperar	13	3.128	5.311	3	9	Dividendos propostos	14	2.002	1.674	1.437	712
Dividendos a receber	12	-	-	1.535	2.608	Outros passivos		1.404	25	-	-
Despesas antecipadas		503	229	-	-						
		38.502	28.046	4.154	2.808			27.346	18.089	4.051	1.555
Não circulante											
Imposto de renda, contribuição social e outros tributos a recuperar	13	8.350	11.877	100	97	Arrendamento mercantil financeiro	11	653	1.913	-	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos	13	5.943	3.331	-	-	Fornecedores		1.906	-	-	-
Outros ativos não circulantes		139	676	-	-			2.559	1.913	-	-
		14.432	15.884	100	97						
						Patrimônio líquido	14				
Investimento	7	-	-	39.194	34.625	Capital social realizado		21.000	21.000	21.000	21.000
Imobilizado	8	2.672	2.914	-	-	Reservas de lucros		18.397	14.975	18.397	14.975
Intangível	9	28.971	22.653	-	-			39.397	35.975	39.397	35.975
		31.643	25.567	39.194	34.625						
						Participação de acionistas não controladores		15.274	13.520	-	-
Total do não circulante		46.075	41.451	39.294	34.722	Total do patrimônio líquido		54.671	49.495	39.397	35.975
Total do ativo		84.577	69.497	43.448	37.530	Total do passivo e patrimônio líquido		84.577	69.497	43.448	37.530

Petrobras Negócios Eletrônicos S.A.*(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras)***Demonstrações do Resultado***Exercícios findos em 31 de dezembro (Em milhares de reais, exceto quando indicado em contrário)*

	Nota	Consolidado		Controladora	
		2018	2017	2018	2017
Receita líquida de serviços prestados	15	120.642	83.228	-	-
Custos dos serviços prestados	16	(86.254)	(60.278)	-	-
Lucro bruto		34.388	22.950	-	-
Despesas administrativas	17	(19.010)	(15.872)	(282)	(276)
Outras despesas		(2.914)	(1.973)	(52)	(152)
Lucro (Prejuízo) antes do resultado financeiro, participação e impostos		12.464	5.105	(334)	(428)
Resultado financeiro líquido	18	631	1.635	19	44
Receitas financeiras		1.327	949	20	45
Despesas financeiras		(721)	(560)	(1)	(2)
Variação cambial		25	1.246	-	-
Resultado de participações em investimentos	7	-	-	6.365	3.381
Lucro antes dos impostos		13.096	6.740	6.050	2.997
Imposto de renda e contribuição social correntes	13	(7.116)	(3.842)	-	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos	13	2.545	1.414	-	-
Lucro líquido do exercício		8.525	4.312	6.050	2.997
Atribuível aos:					
Acionistas da companhia		6.050	2.997	6.050	2.997
Participação dos não controladores		2.475	1.315	-	-
Lucro básico e diluído por ação (em R\$)		0,406	0,205	0,288	0,143

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Petrobras Negócios Eletrônicos S.A.*(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras)***Demonstrações do Resultado Abrangente***Exercícios findos em 31 de dezembro (Em milhares de reais, exceto quando indicado em contrário)*

	Consolidado		Controladora	
	2018	2017	2018	2017
Lucro líquido do exercício	8.525	4.312	6.050	2.997
Resultado abrangente do exercício	-	-	-	-
	-	-	-	-
Resultado abrangente total	8.525	4.312	6.050	2.997

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Petrobras Negócios Eletrônicos S.A.

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras)

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro (Em milhares de reais, exceto quando indicado em contrário)

	Reservas de lucros					Total do Patrimônio líquido atribuível a controladora	Participação dos acionistas não controladores	Total do Patrimônio líquido
	Capital social	Reserva legal	Reserva de retenção de lucros	Reserva Especial	Lucros acumulados			
Saldos em 1º de janeiro de 2017	21.000	1.175	9.159	2.374	0	33.708	13.167	46.875
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	2.997	2.997	1.315	4.312
Destinações:						-		-
Reserva legal	-	150	-	-	(150)	-	-	-
Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	-	(712)	(712)	(962)	(1.674)
Apropriação do lucro líquido em reservas	-	-	2.135	-	(2.135)	-	-	-
Cancelamento de ações	-	-	(18)	-	-	(18)	-	(18)
Transferências	-	-	2.374	(2.374)	-	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2017	21.000	1.325	13.650	-	-	35.975	13.520	49.495
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	6.050	6.050	2.475	8.525
Destinações:								
Reserva legal	-	302	-	-	(302)	-	-	-
Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	-	(1.437)	(1.437)	(721)	(2.158)
Apropriação do lucro líquido em reservas	-	-		4.808	(4.311)	497	-	497
Dividendos adicionais de 2017 pagos	-	-	-	(1.688)	-	(1.688)	-	(1.688)
Transferências	-	-	(13.650)	13.650	-	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2018	21.000	1.627	-	16.770	-	39.397	15.274	54.671

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Petrobras Negócios Eletrônicos S.A.

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras)

Demonstração dos Fluxos de Caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro (Em milhares de reais, exceto quando indicado em contrário)

Petrobras Negócios Eletrônicos S.A.

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras)

	Consolidado		Controladora	
	2018	2017	2018	2017
Fluxo de caixa das atividades operacionais				
Lucro líquido do exercício	8.525	4.312	6.050	2.997
Ajustes para:				
Resultado de participações em investimentos	-	-	(6.364)	(3.381)
Encargos financeiros de arrendamento mercantil	445	445	-	-
Despesas/Receitas que não afetam o caixa	2.451			
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(2.545)	(1.414)	-	-
Baixa de ativos intangíveis e imobilizados	559	1.446	-	-
Depreciação e amortização	5.405	7.005	-	-
Variação cambial	(25)	-	-	-
Rendimento de recebíveis de títulos financeiros	(152)	(216)	-	-
Redução (aumento) de ativos				
Contas a receber	(3.591)	(5.516)	(159)	422
Impostos e contribuições a recuperar	6.086	(294)	3	(13)
Outros ativos	219	(26)	(44)	-
Aumento (redução) de passivos				
Impostos taxas e contribuições a recolher	1.580	987	(0)	5
Imposto de renda e contribuição social pagos	(877)	(203)	-	-
Fornecedores	5.676	5.145	1.770	(490)
Outros passivos	821	(35)	-	(1)
Recursos líquidos gerados (utilizados) nas atividades operacionais	24.577	11.636	1.257	(461)
Fluxo de caixa das atividades de investimento				
Aquisição de imobilizado	(159)	(335)	-	-
Aquisição de intangível	(11.587)	(12.728)	-	-
Recebimentos venda de ativo imobilizado	-	55	-	-
Resgate de recebíveis de títulos financeiros	(139)	46	-	-
Aquisição de participação de não controladores	-	(18)	-	(18)
Dividendos recebidos	-	-	2.913	218
Recursos líquidos gerados (utilizados) nas atividades de investimentos	(11.885)	(12.980)	2.913	200
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos				
Amortização de arrendamento	(1.260)	(1.720)	-	-
Dividendos pagos	(2.975)	(80)	(1.903)	-
Recursos líquidos gerados (utilizados) nas atividades de financiamento	(4.235)	(1.800)	(1.903)	-
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa no exercício	8.457	(3.144)	2.267	(261)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	5.969	9.113	66	327
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	14.426	5.969	2.333	66

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Petrobras Negócios Eletrônicos S.A.*(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras)***Demonstrações do Valor Adicionado***Exercícios findos em 31 de dezembro (Em milhares de reais, exceto quando indicado em contrário)*

	Consolidado		Controladora	
	2018	2017	2018	2017
Receitas				
Serviços prestados e outras	140.476	97.168	-	-
	140.476	97.168	-	-
Insumos adquiridos de terceiros				
Custos de desenvolvimento, serviços de terceiros e outros	(93.370)	(67.876)	(303)	(369)
	(93.370)	(67.876)	(303)	(369)
Valor adicionado bruto	47.106	29.292	(303)	(369)
Depreciação e amortização	(5.405)	(7.005)	-	-
Valor adicionado líquido produzido (consumido) pela companhia	41.701	22.287	(303)	(369)
Valor adicionado recebido em transferência				
Resultado de participações em investimentos	-	-	6.364	3.381
Receitas financeiras-inclui variações monetárias e cambiais	1.380	2.195	20	45
	1.380	2.195	6.384	3.426
Valor adicionado a distribuir	43.081	24.482	6.081	3.057
Distribuição do valor adicionado				
Pessoal e administradores				
Honorários da diretoria e pessoal	6.719	1.307	25	51
	6.719	1.307	25	51
Tributos				
Federais	17.556	11.319	2	3
Estaduais	3	12	3	4
Municipais	7.054	4.886	-	-
	24.613	16.217	5	7
Instituições financeiras e fornecedores				
Despesas financeiras	748	560	1	2
Despesas com Aluguéis	2.475	2.086	-	-
	3.223	2.646	1	2
Acionistas				
Constituição de reservas				
Legal	302	150	302	150
Retenção de lucros	4.311	2.135	4.311	2.135
Dividendos mínimos obrigatórios	1.437	1.674	1.437	712
Participação minoritária	2.475	353	-	-
	8.525	4.312	6.050	2.997
Valor adicionado distribuído	43.081	24.482	6.081	3.057

Petrobras Negócios Eletrônicos S.A.

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras)

Notas explicativas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 (Em milhares de reais, exceto quando indicado em contrário)

1. A companhia e suas operações

A Petrobras Negócios Eletrônicos S.A. (“e-PETRO” ou “companhia”) é uma sociedade por ações, de capital fechado controlada da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras, com sede na cidade do Rio de Janeiro. A companhia foi constituída em 12 de abril de 2002, e tem como objeto principal a participação no capital social de outras sociedades que desenvolvam atividades na internet ou outros meios eletrônicos, provendo serviços eletrônicos, gerência de portais e outros aplicativos, principalmente relacionados ao segmento de petróleo.

A companhia participa com 72%, juntamente com os acionistas SAP Brasil Ltda. com 17% e Accenture do Brasil Ltda. com 11%, no capital da Procurement Negócios Eletrônicos S.A. (“Petronect”) que é uma sociedade por ações, de capital fechado, com sede na cidade e Estado do Rio de Janeiro, constituída em 18 de outubro de 2002, tendo por objeto social atuar no provimento de serviços de comércio eletrônico, compreendendo o desenvolvimento de sistemas e gerência de portais eletrônicos relacionados ao processo de aquisição de materiais, serviços e produtos. Sua receita é principalmente auferida com a Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras, controladora e acionista da sociedade, e seu custo adquirido em grande parte com os também acionistas SAP Brasil Ltda. e Accenture do Brasil Ltda.

A companhia foi constituída com o objetivo de atender às necessidades das operações e o plano de negócios do seu acionista controlador Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras, sendo suas operações substancialmente realizadas com empresas do Sistema Petrobras. Estas demonstrações financeiras devem ser lidas neste contexto.

No âmbito do interesse do Plano de Negócios e de Gestão da Petrobras, está sendo avaliada a incorporação da e-PETRO pela Petrobras em data a ser definida pela Administração do acionista controlador.

2. Base de elaboração e apresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras consolidadas são preparadas de acordo em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

As demonstrações financeiras individuais da Controladora foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com base na Lei das Sociedades por Ações e incorporam as mudanças por intermédio das Leis 11.638/07 e 11.941/09 e nos Pronunciamentos, Interpretações e Orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovados por resoluções do Conselho Federal de Contabilidade CFC.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

A Diretoria Executiva da companhia, em reunião realizada em 19 de março de 2019, autorizou a emissão destas demonstrações financeiras.

2.1. Demonstração do valor adicionado

As demonstrações do valor adicionado - DVA apresentam informações relativas à riqueza criada pela companhia e a forma como tais riquezas foram distribuídas. Essas demonstrações foram preparadas de acordo com o CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado.

Esta demonstração tem como objetivo apresentar informações relativas à riqueza criada pela companhia e a forma como tais riquezas foram distribuídas.

Petrobras Negócios Eletrônicos S.A.

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras)

Notas explicativas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 (Em milhares de reais, exceto quando indicado em contrário)

2.2. Moeda funcional

A moeda funcional da E-PETRO e sua controlada é o Real, por ser a moeda de seu ambiente econômico de operação.

3. Sumário das principais práticas contábeis

As práticas contábeis descritas abaixo foram aplicadas de maneira consistente pela companhia nas demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2018.

3.1. Base de consolidação

As demonstrações financeiras consolidadas abrangem informações da e-PETRO e de sua controlada.

O controle é obtido quando a e-PETRO possui: i) poder sobre a investida; ii) exposição a, ou direitos sobre, retornos variáveis decorrentes de seu envolvimento com a investida; e iii) a capacidade de utilizar seu poder sobre a investida para afetar o valor de seus retornos.

A nota explicativa nº 8.1 apresenta informações sobre a empresa investida.

A controlada é consolidada a partir da data em que o controle é obtido até a data em que esse controle deixa de existir, utilizando práticas contábeis consistentes às adotadas pela companhia.

O processo de consolidação das contas patrimoniais e de resultado corresponde à soma dos saldos das contas de ativo, passivo, receitas e despesas, segundo a sua função, complementada com as eliminações das operações realizadas entre empresas consolidadas, bem como dos saldos e resultados não realizados entre as referidas empresas.

3.2. Instrumentos financeiros

Instrumento financeiro é qualquer contrato que dê origem a um ativo financeiro para a entidade e a um passivo financeiro ou instrumento patrimonial para outra entidade.

3.2.1. Ativos financeiros

a) Reconhecimento e mensuração inicial

Um ativo financeiro é reconhecido quando a entidade se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

Exceto por contas a receber de clientes que não contiverem componente de financiamento significativo e ativos financeiros mensurados ao valor justo, no reconhecimento inicial, ativos financeiros são mensurados a valor justo adicionado ou deduzido dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à aquisição ou à emissão de tais ativos.

b) Classificação e mensuração subsequente

Ativos financeiros são geralmente classificados como subsequentemente mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes ou ao valor justo por meio do resultado com base tanto: no modelo de negócios da entidade para a gestão dos ativos financeiros; quanto nas características de fluxo de caixa contratual do ativo financeiro, conforme segue:

Petrobras Negócios Eletrônicos S.A.

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras)

Notas explicativas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 (Em milhares de reais, exceto quando indicado em contrário)

- Custo amortizado: ativo financeiro (instrumento financeiro de dívida) cujo fluxo de caixa contratual resulta somente do pagamento de principal e juros sobre o principal em datas específicas e, cujo modelo de negócios objetiva manter o ativo com o fim de receber seus fluxos de caixa contratuais;
- Valor justo por meio de outros resultados abrangentes: ativo financeiro (instrumento financeiro de dívida) cujo fluxo de caixa contratual resulta somente do recebimento de principal e juros sobre o principal em datas específicas e, cujo modelo de negócios objetiva tanto o recebimento dos fluxos de caixa contratuais do ativo quanto sua venda, bem como investimentos em instrumento patrimoniais não mantidos para negociação nem contraprestação contingente, que no reconhecimento inicial, a companhia elegeu de forma irrevogável por apresentar alterações subsequentes no valor justo do investimento em outros resultados abrangentes; e
- Valor justo por meio do resultado: todos os demais ativos financeiros. Esta categoria geralmente inclui instrumentos financeiros derivativos.

c) Redução ao valor recuperável (Impairment)

Provisão para perdas de crédito esperadas são reconhecidas em ativos financeiros mensurados ao custo amortizado, bem como aqueles mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes.

A companhia reconhece provisão para perdas de crédito esperadas para contas a receber de clientes de curto prazo por meio da utilização de matriz de provisões baseada na experiência de perda de crédito histórica não ajustada, quando tal informação representa a melhor informação razoável e sustentável, ou, ajustada, com base em dados observáveis atuais para refletir os efeitos das condições atuais e futuras desde que tais dados estejam disponíveis sem custo ou esforços excessivos.

Em geral, para os demais instrumentos financeiros, a companhia reconhece provisão por valor equivalente à perda de crédito esperada para 12 meses, entretanto, quando o risco de crédito do instrumento financeiro tiver aumentado significativamente desde o seu reconhecimento inicial, a provisão será reconhecida por valor equivalente à perda de crédito esperada (vida toda).

Aumento significativo do risco de crédito

Ao avaliar o aumento significativo do risco de crédito, a companhia compara o risco de inadimplência (default) que ocorre no instrumento financeiro na data do balanço com o risco de inadimplência (default) que ocorre no instrumento financeiro na data de seu reconhecimento inicial. Para tal, a companhia utiliza, entre outros, os seguintes indicadores: alteração significativa real ou esperada na classificação de crédito externa do instrumento financeiro e informações sobre atrasos nos pagamentos.

Independentemente da avaliação do aumento significativo no risco de crédito, a companhia presume que o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o seu reconhecimento inicial quando os pagamentos contratuais estiverem vencidos há mais de 30 dias, exceto quando informações razoáveis e sustentáveis disponíveis demonstrarem o contrário.

A companhia assume que o risco de crédito de instrumento financeiro não aumentou significativamente desde o seu reconhecimento inicial quando o instrumento financeiro possui baixo risco de crédito na data do balanço. Baixo risco de crédito é determinado com base em classificações externas de riscos e metodologias internas de avaliação.

Definição de inadimplência (default)

A companhia considera um ativo financeiro como inadimplente quando a contraparte não cumpre com a obrigação legal de pagamento de seus débitos quando devidos ou, a depender do instrumento financeiro, quando ocorre atraso de recebimento devido contratualmente em prazo igual ou superior a 90 (noventa) dias.

Petrobras Negócios Eletrônicos S.A.

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras)

Notas explicativas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 (Em milhares de reais, exceto quando indicado em contrário)

Mensuração e reconhecimento de perdas de crédito esperadas

Perda de crédito esperada é a média ponderada de perdas de crédito com os respectivos riscos de inadimplência, que possam ocorrer conforme as ponderações. A perda de crédito sobre um ativo financeiro é mensurada pela diferença entre todos os fluxos de caixa contratuais devidos à companhia e todos os fluxos de caixa que a companhia espera receber, descontados à taxa efetiva original.

d) Apresentação

Caixa e equivalentes a caixa incluem numerário em espécie, depósitos bancários disponíveis e aplicações financeiras de curto prazo com alta liquidez, vencíveis em até três meses, contados da data da contratação original, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e com risco insignificante de mudança de valor.

Provisões para *impairment* sobre ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado são deduzidas do valor contábil bruto dos ativos tendo como contrapartida ganhos ou perdas no resultado.

3.2.2. Passivos Financeiros

a) Reconhecimento e mensuração inicial

Um passivo financeiro é reconhecido quando a entidade se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

Exceto por passivos financeiros mensurados ao valor justo, no reconhecimento inicial, passivos financeiros são mensurados a valor justo adicionado ou deduzido dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à aquisição ou à emissão de tais passivos.

b) Classificação e mensuração subsequente

Passivos financeiros são classificados como mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, exceto em determinadas circunstâncias, que incluem determinados passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado.

Financiamentos são mensurados ao custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos.

Quando passivos financeiros mensurados a custo amortizado tem seus termos contratuais modificados e tal modificação não for substancial, seus saldos contábeis refletirão o valor presente dos seus fluxos de caixa sob os novos termos, utilizando a taxa de juros efetiva original. A diferença entre o saldo contábil do instrumento remensurado quando da modificação não substancial dos seus termos e seu saldo contábil imediatamente anterior a tal modificação é reconhecida como ganho ou perda no resultado do período.

Instrumentos financeiros derivativos são mensurados subsequentemente ao valor justo por meio do resultado, exceto quando o derivativo é qualificado e designado para contabilidade de hedge (*hedge accounting*).

Os juros das debêntures no fluxo de caixa estão demonstrados nas atividades de financiamento.

A companhia não teve modificação substancial que tenha alterado o fluxo de caixa de seus passivos financeiros mensurados a custo amortizado, portanto, refletem o valor presente dos seus fluxos de caixa sob os novos termos do CPC 48.

Petrobras Negócios Eletrônicos S.A.

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras)

Notas explicativas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 (Em milhares de reais, exceto quando indicado em contrário)

3.3. Arrendamentos mercantis

Os arrendamentos mercantis que transferem substancialmente todos os riscos e benefícios sobre o ativo objeto do arrendamento são classificados como arrendamento financeiro.

Para os arrendamentos mercantis financeiros em que a Companhia é a arrendatária, ativos e passivos são reconhecidos pelo valor justo do item arrendado, ou se inferior, ao valor presente dos pagamentos mínimos do arrendamento mercantil, ambos determinados no início do arrendamento.

Ativos arrendados capitalizados são depreciados na mesma base que a Companhia utiliza os ativos que possui propriedade. Quando não há uma certeza razoável que a Companhia irá obter a propriedade do bem ao final do contrato, os ativos arrendados são depreciados pelo menor prazo entre a vida útil estimada do ativo e o prazo do contrato.

Quando a Companhia é arrendadora do bem, um contas a receber é constituído por valor igual ao investimento líquido no arrendamento mercantil.

Os arrendamentos mercantis nos quais uma parte significativa dos riscos e benefícios de propriedade permanecem com o arrendador são classificados como operacionais e os pagamentos são reconhecidos como despesa no resultado durante o prazo do contrato.

Pagamentos contingentes são reconhecidos como despesas quando incorridos.

3.4. Provisões, ativos e passivos contingentes

As provisões são reconhecidas quando existir uma obrigação presente como resultado de um evento passado e seja provável que uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos será necessária para liquidar a obrigação, cujo valor possa ser estimado de maneira confiável.

Os ativos e passivos contingentes não são reconhecidos, porém os passivos contingentes são objeto de divulgação em notas explicativas quando a probabilidade de saída de recursos for possível, inclusive aqueles cujos valores não possam ser estimados.

Petrobras Negócios Eletrônicos S.A.

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras)

Notas explicativas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 (Em milhares de reais, exceto quando indicado em contrário)

3.5. Ativo Imobilizado

a) Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzidos de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (“impairment”).

A depreciação dos ativos é calculada usando o método linear considerando os seus custos e seus valores residuais durante a vida útil estimada

b) Redução ao valor recuperável (“impairment”)

Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável.

Os valores contábeis dos ativos não financeiros são revistos a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é determinado. O valor recuperável de um ativo ou unidade geradora de caixa é o maior entre o valor em uso e o valor justo menos despesas de venda. Ao avaliar o valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados aos seus valores presentes por meio da taxa de desconto antes de impostos que reflita as condições vigentes de mercado quanto ao período de recuperabilidade do capital e os riscos específicos do ativo.

Para a finalidade de testar o valor recuperável, os ativos que não podem ser testados individualmente são agrupados juntos no menor grupo de ativos que gera entrada de caixa de uso contínuo que são em grande parte independentes dos fluxos de caixa de outros ativos ou grupos de ativos.

A perda por redução ao valor recuperável é reconhecida caso o valor contábil de um ativo exceda seu valor recuperável estimado. Perdas de valor são reconhecidas no resultado. A perda por redução ao valor recuperável é revertida somente na condição em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

3.6. Ativo Intangível

Os itens do ativo intangível são demonstrados ao custo histórico de aquisição menos o valor da amortização e de qualquer perda não recuperável acumulada. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis necessários para preparar o ativo para o uso pretendido pela administração, excluindo custos de financiamentos.

Os valores residuais, a vida útil e os métodos de amortização dos ativos são revisados e ajustados, se necessário, quando existir uma indicação de mudança significativa desde a última data de balanço.

O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado para seu valor recuperável se o valor contábil do ativo for maior que seu valor recuperável estimado.

A taxa de amortização utilizada é de 20% a.a. que é o percentual estimado com base na vida útil de cinco anos, salvo para itens objeto de arrendamento mercantil, os quais são amortizados durante o prazo do contrato de arrendamento financeiro.

A amortização dos ativos é calculada usando o método linear considerando os seus custos e seus valores residuais durante a vida útil estimada.

Petrobras Negócios Eletrônicos S.A.

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras)

Notas explicativas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 (Em milhares de reais, exceto quando indicado em contrário)

3.7. Imposto de renda e contribuição social

As despesas de imposto de renda e contribuição social do período compreendem os impostos correntes e diferidos.

a) Imposto de renda e contribuição social correntes

Para fins de apuração do imposto de renda e da contribuição social sobre o resultado corrente, a Companhia adotou e aplicou as disposições contidas na lei 12.973/14 a partir do exercício de 2015.

O imposto de renda e a contribuição social correntes são calculados com base no lucro tributável aplicando-se as alíquotas vigentes no final do período que está sendo reportado.

O imposto de renda e a contribuição social correntes são apresentados líquidos, por contribuinte, quando existe direito à compensação dos valores reconhecidos e quando há intenção de liquidar em bases líquidas, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

b) Imposto de renda e contribuição social diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados sobre as diferenças temporárias apuradas entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis, na data do período que está sendo reportado. Impostos diferidos ativos são reconhecidos somente na proporção em que o lucro real futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser utilizadas. Quando da existência de ativo fiscal diferido, situação esta que ocorre quando o valor do ativo fiscal diferido supera o valor reconhecido como passivo fiscal diferido, relacionados ao mesmo ente contribuinte, o reconhecimento baseia-se em estudo técnico de rentabilidade futura aprovado pela Administração da companhia.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são determinados mediante aplicação das alíquotas (e legislação fiscal) que estejam em vigor ao final do período que está sendo reportado.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são apresentados líquidos, por contribuinte, quando existe direito à compensação dos ativos fiscais correntes contra os passivos fiscais correntes e os ativos fiscais diferidos e os passivos fiscais diferidos estão relacionados com tributos sobre o lucro lançados pela mesma autoridade tributária na mesma entidade tributável.

3.8. Capital social e remuneração aos acionistas

a) Ações ordinárias

Ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido. Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações e opções de ações são reconhecidos como dedução do patrimônio líquido, líquido de quaisquer efeitos tributários.

b) Ações preferenciais

As ações preferenciais são classificadas como patrimônio líquido e possuem preferência na liquidação da sua parcela do capital social. Não dão direito a voto.

c) Remuneração aos acionistas

Quando proposta pela companhia, a remuneração aos acionistas se dá sob a forma de dividendos e/ou juros sobre o capital próprio com base nos limites definidos em lei e no estatuto social da companhia.

Petrobras Negócios Eletrônicos S.A.

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras)

Notas explicativas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 (Em milhares de reais, exceto quando indicado em contrário)

O benefício fiscal dos juros sobre o capital próprio é reconhecido no resultado do exercício.

O dividendo mínimo obrigatório conforme definido em estatuto é reconhecido como passivo, exceto quando por decisão da administração e acionista for destinado à Reserva Especial.

3.9. Receita de contrato com o cliente

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização dos serviços no curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida de impostos, abatimentos e descontos. Geralmente, o montante de receitas brutas é equivalente ao valor das notas fiscais emitidas.

A Companhia reconhece a receita quando: (i) o valor da receita pode ser mensurado com segurança; (ii) é provável que benefícios econômicos futuros fluam para a entidade e (iii) critérios específicos tenham sido atendidos para cada uma das atividades da Companhia.

A Companhia tem como base de reconhecimento das receitas as medições apuradas pelos clientes Sistema Petrobras e demais clientes. Uma vez medido o valor que cabe à Procurement Negócios Eletrônicos S.A, é reconhecido o relatório de medição aprovado, para o devido registro contábil e emissão.

3.8 - Mudanças nas principais políticas contábeis

A Companhia aplicou inicialmente o CPC 47 e CPC 48 a partir de 1º de janeiro de 2018, mas não afetaram materialmente as demonstrações financeiras.

Devido aos métodos de transição escolhidos pela Companhia na aplicação dessas normas, as informações comparativas dessas demonstrações financeiras não foram reapresentadas para refletir os requerimentos das novas normas, exceto para certas exigências de hedge e pela apresentação separada de redução ao valor recuperável de contas a receber e ativos contratuais.

i. CPC 47 Receita de contrato com cliente

O CPC 47 estabelece uma estrutura abrangente para determinar se e quando uma receita é reconhecida e por quanto a receita é mensurada. Ele substituiu o CPC 30 - Receitas, o CPC 17 - Contratos de Construção e interpretações relacionadas. De acordo com o CPC 47, a receita é reconhecida quando o cliente obtém o controle dos bens ou serviços. Determinar o momento da transferência de controle - em um momento específico no tempo ou ao longo do tempo - requer julgamento.

A Companhia determinou quando (ou a que medida) e por quais montantes as receitas de contratos com clientes devem ser reconhecidas de acordo com o modelo composto pelas cinco etapas a seguir: 1) identificação do contrato com o cliente; 2) identificação das obrigações de desempenho; 3) determinação do preço da transação; 4) alocação do preço às obrigações de desempenho; 5) reconhecimento quando (ou enquanto) a obrigação de desempenho é satisfeita. Uma obrigação de desempenho é considerada satisfeita quando (ou à medida que) o cliente obtém o controle sobre o bem ou serviço prometido.

A Companhia adotou o CPC 47 usando o método de efeito cumulativo (sem expedientes práticos), com o efeito de aplicação inicial da norma em 1º de janeiro de 2018, porém, verificou que não houve impacto significativo em suas operações.

Petrobras Negócios Eletrônicos S.A.

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras)

Notas explicativas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 (Em milhares de reais, exceto quando indicado em contrário)

Consequentemente, a informação apresentada para 2017 não foi reapresentada - isto é, está apresentada, conforme reportado anteriormente, sob o CPC 30, o CPC 17 e interpretações relacionadas. Além disso, os requerimentos de divulgação do CPC 47, em geral, não foram aplicados à informação comparativa.

ii. CPC 48 Instrumentos Financeiros

O CPC 48 inclui novos modelos para a classificação e mensuração de ativos/passivos financeiros e de perdas esperadas para ativos financeiros e contratuais, além de novos requisitos sobre a contabilização de hedge. Esta norma substitui o CPC 38 Instrumentos Financeiros - Reconhecimento e Mensuração.

Classificação - Ativos financeiros

O CPC 48 contém uma nova abordagem de classificação e mensuração de ativos financeiros que reflete o modelo de negócios em que os ativos são administrados e suas características de fluxo de caixa.

O CPC 48 contém três principais categorias de classificação para ativos financeiros: mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA) e ao valor justo por meio do resultado (VJR). A norma elimina as categorias existentes na CPC 38 de mantidos até o vencimento, empréstimos e recebíveis e disponíveis para venda.

Com base na sua avaliação, a Sociedade não considera que os novos requerimentos de classificação terão um impacto significativo na contabilização de seus ativos financeiros.

Redução no valor recuperável (impairment) - Ativos Financeiros e Ativos Contratuais

O CPC 48 substitui o modelo de "perdas incorridas" do CPC 38 por um modelo prospectivo de "perdas de crédito esperadas". Isso exigirá um julgamento relevante sobre como as mudanças em fatores econômicos afetam as perdas esperadas de crédito, que serão determinadas com base em probabilidades ponderadas.

O novo modelo de perdas esperadas se aplicará aos ativos financeiros mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA, com exceção de investimentos em instrumentos patrimoniais e ativos contratuais.

De acordo com o CPC 48, as provisões para perdas esperadas serão mensuradas em uma das seguintes bases:

- Perdas de crédito esperadas para 12 meses, ou seja, perdas de crédito que resultam de possíveis eventos de inadimplência dentro de 12 meses após a data base; e
- Perdas de crédito esperadas para a vida inteira, ou seja, perdas de crédito que resultam de todos os possíveis eventos de inadimplência ao longo da vida esperada de um instrumento financeiro.

A mensuração das perdas de crédito esperadas para a vida inteira se aplica se o risco de crédito de um ativo financeiro na data base tiver aumentado significativamente desde o seu reconhecimento inicial, e a mensuração de perda de crédito de 12 meses se aplica se o risco não tiver aumentado significativamente desde o seu reconhecimento inicial. Uma entidade pode determinar que o risco de crédito de um ativo financeiro não tenha aumentado significativamente se o ativo tiver baixo risco de crédito na data base. No entanto, a mensuração de perdas de crédito esperadas para a vida inteira sempre se aplica para contas a receber de clientes e ativos contratuais sem um componente de financiamento significativo, política pela qual a Companhia optou pela adoção.

A Companhia acredita que, apesar de as perdas por redução ao valor recuperável tenderem a aumentar e tornarem-se mais voláteis para os ativos no modelo da CPC 48, não identificou impacto significativo da adoção da norma em função de não existirem perdas recorrentes com saldo representativo e o índice de inadimplência ser

Petrobras Negócios Eletrônicos S.A.

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras)

Notas explicativas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 (Em milhares de reais, exceto quando indicado em contrário)

historicamente baixo.

Passivos financeiros

O CPC 48 retém grande parte dos requerimentos da CPC 38 para a classificação de passivos financeiros.

Contudo, de acordo com a CPC 38, todas as variações de valor justo dos passivos designados como VJR são reconhecidas no resultado, enquanto que, de acordo com o CPC 48, estas alterações de valor justo são geralmente apresentadas da seguinte forma:

- o valor da variação do valor justo que é atribuível às alterações no risco de crédito do passivo financeiro são apresentado em ORA; e
- o valor remanescente da variação do valor justo é apresentado no resultado.

A Sociedade não possui passivos financeiros mensurados ao VJR.

Divulgações

º CPC 48 exigirá extensivas novas divulgações, especificamente sobre a contabilidade de hedge, risco de crédito e perdas de crédito esperadas. A avaliação da Companhia incluiu uma análise para identificar deficiências em relação a informações requeridas nos processos atuais, os quais a Companhia avaliou que os impactos são imateriais na aplicação da norma.

4. Novas normas e interpretações

As principais normas emitidas pelo IASB que ainda não entraram em vigor e não tiveram sua adoção antecipada pela companhia até 31 de dezembro de 2018 são as seguintes:

4.1. International Accounting Standards Board (IASB)

4.1.1. CPC 06 - R2 - "Arrendamento Mercantil"

Em 13 de janeiro de 2016, o IASB emitiu o CPC 06-R2 – Arrendamento Mercantil, que vigorará para os exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2019, em substituição aos seguintes pronunciamentos e interpretações: CPC 06 (R1) – Operações de Arrendamento Mercantil e ICPC 03 – Aspectos Complementares das Operações de Arrendamento Mercantil.

O CPC 06 – R2 contém princípios para a identificação, o reconhecimento, a mensuração, a apresentação e a divulgação de arrendamentos mercantis, tanto por parte de arrendatários como de arrendadores. Esse pronunciamento deverá ser aplicado a todos os contratos de arrendamento mercantil, exceto:

- a) Arrendamentos para explorar ou usar minerais, petróleo, gás natural e recursos não renováveis similares;
- b) Arrendamentos de ativos biológicos dentro do alcance do CPC 29 – Ativo Biológico e Produto Agrícola mantidos por arrendatário;
- c) Acordos de concessão de serviço dentro do alcance da ICPC 01 – Contratos de Concessão;
- d) Licenças de propriedade intelectual concedidas por arrendador dentro do alcance do CPC 47; e

Petrobras Negócios Eletrônicos S.A.

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras)

Notas explicativas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 (Em milhares de reais, exceto quando indicado em contrário)

e) Direitos detidos por arrendatário previstos em contratos de licenciamento dentro do alcance do CPC 04 – Ativo Diferido para itens como: filmes, gravações de vídeo, reproduções, manuscritos, patentes e direitos autorais.

Dentre as mudanças para arrendatários, o CPC 06 – R2 eliminará a classificação entre arrendamentos mercantis financeiros e operacionais, requerida pelo CPC 06 – R1. Assim, passará a existir um único modelo no qual todos os arrendamentos mercantis resultarão no reconhecimento de ativos referentes aos direitos de uso dos ativos arrendados. Se os pagamentos previstos nos arrendamentos mercantis forem devidos ao longo do tempo, também deverão ser reconhecidos passivos financeiros.

Para os arrendadores, o CPC 06 – R2 manterá a classificação entre arrendamentos mercantis financeiros e operacionais, requerida pelo CPC 06 – R1. Dessa forma, o CPC 06 – R2 não deverá alterar substancialmente a forma como arrendamentos mercantis serão contabilizados por arrendadores, quando comparado ao CPC 06 – R1.

Transição

Conforme previsto nas disposições transitórias do CPC 06 – R2, para fins de adoção inicial a companhia adotará o método de abordagem de efeito cumulativo, não reapresentando suas demonstrações financeiras de períodos anteriores, bem como aplicará os seguintes expedientes:

Aplicará o pronunciamento aos contratos que foram anteriormente identificados como arrendamento;

O passivo de arrendamento será mensurado pelo valor presente dos pagamentos de arrendamentos remanescentes, líquidos de impostos recuperáveis, quando aplicável, descontado utilizando a taxa incremental sobre empréstimo da companhia na data da aplicação inicial;

O ativo de direito de uso será reconhecido com base no valor do passivo de arrendamento, ajustado por qualquer pagamento de arrendamento antecipado ou acumulado referente a esse arrendamento, reconhecido no balanço patrimonial imediatamente antes da data da aplicação inicial. Não serão considerados os custos diretos iniciais da mensuração do direito de uso na data da aplicação inicial.

A companhia avaliou as normas do CPC 06-R2 e concluiu que não terá impactos materiais em suas demonstrações financeiras.

Outras normas

As seguintes normas alteradas e interpretações não deverão ter um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia:

- ICPC 22 Incerteza sobre Tratamentos de Tributos sobre o Lucro.
- Características de Pré-Pagamento com Remuneração Negativa (Alterações na IFRS 9).
- Alterações no Plano, Reduções ou Liquidação do Plano (Alterações no CPC 33 / IAS 19).
- Ciclo de melhorias anuais nas normas IFRS 2015-2017 - várias normas.
- Alterações nas referências à estrutura conceitual nas normas IFRS.

Petrobras Negócios Eletrônicos S.A.

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras)

Notas explicativas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 (Em milhares de reais, exceto quando indicado em contrário)

5. Caixa e equivalentes de caixa

	Consolidado		Controladora	
	2018	2017	2018	2017
Bancos	3	2	-	-
Aplicações Financeiras	14.423	5.967	2.333	66
	14.426	5.969	2.333	66

As aplicações financeiras estão representadas por quotas de fundo de investimento do Banco do Brasil com rendimento atrelado à variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI), gerando rentabilidade de 6,38% Curto Prazo (para 2017, 9,74% Curto Prazo). Os valores estão atualizados pelos rendimentos auferidos até a data das demonstrações financeiras, não excedendo os seus respectivos valores de mercado.

A exposição da companhia a riscos de taxas de juros é divulgada na nota explicativa 20 (b).

6. Contas a receber, líquidas

	Consolidado		Controladora	
	2018	2017	2018	2017
Clientes				
Terceiros	128	0	2	-
Partes relacionadas (nota explicativa 12)	17.968	14.185	281	125
Recebíveis de ativos financeiros - FIDC (a)	2.473	2.352	-	-
	20.569	16.537	283	125

Os recebíveis de títulos financeiros referem-se ao Fundo de Investimentos em Direitos Creditórios Não-Padronizados do Sistema PETROBRAS (FIDCNP), igualmente lastreados em títulos públicos federais. Estes investimentos financeiros possuem prazos de vencimentos superiores a 3 meses e são apresentados no ativo circulante em função da expectativa de realização ou vencimento no curto prazo. Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017, os fundos acima apresentaram rendimentos de 6,42% e 9,95%, respectivamente.

O montante relativo à parte relacionada está detalhado na nota explicativa 12.

a) Recebíveis de ativos financeiros

Representam recursos aplicados em quotas seniores do Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Não Padronizados (FIDC-NP). O FIDC-NP é destinado preponderantemente à aquisição de direitos creditórios performados e/ou não performados de operações realizadas por subsidiárias e controladas, exclusivo do Sistema Petrobras. A aplicação desses recursos no FIDC-NP é tratada como valor justo por meio do resultado "Recebíveis de ativos financeiros", considerando que o lastro desse fundo é, principalmente, em direitos creditórios adquiridos.

A exposição da Companhia ao risco de crédito associado aos clientes está divulgada na nota explicativa 20 (b).

Petrobras Negócios Eletrônicos S.A.

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras)

Notas explicativas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 (Em milhares de reais, exceto quando indicado em contrário)

7. Investimentos

7.1. Informações sobre a investida

	Procurement Negócios Eletrônicos S.A.	
	2018	2017
Participação no capital social	72%	72%
Participação no capital votante	49%	49%
Quantidade de ações detidas:		
Ordinárias	11.919.978	11.919.978
Preferenciais	23.110.161	23.110.161
Capital social integralizado	34.057	24.326
Patrimônio líquido	54.468	48.145
Lucro líquido do exercício	8.839	4.696

7.2. Mutação do investimento

	Petronect	
	2018	2017
No início do exercício	34.625	33.853
Equivalência patrimonial	6.365	3.381
Dividendos propostos	(1.796)	(2.609)
No final do exercício	39.194	34.625

7.3. Informação sobre o investimento

A companhia possui participação societária na Petronect, que foi constituída em 18 de outubro de 2002, tendo por objeto social atuar no provimento de serviços de comércio eletrônico, compreendendo o desenvolvimento de sistemas e gerência de portais eletrônicos relacionados ao processo de aquisição de materiais, serviços e produtos. A maior parte de sua receita é auferida com a Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras, controladora e acionista da companhia, e seu custo adquirido em grande parte com os também acionistas SAP Brasil Ltda. e Accenture do Brasil Ltda. Estas demonstrações financeiras devem ser lidas neste contexto.

Petrobras Negócios Eletrônicos S.A.

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras)

Notas explicativas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 (Em milhares de reais, exceto quando indicado em contrário)

8. Imobilizado

	Consolidado					Total
	Benfeitorias	Máquinas e equipamentos	Móveis e utensílios	Equipamento de processamento de dados	Equipamento de Telecomunicação	
Saldos em 1º de janeiro de 2017	2.807	851	317	1.030	6	5.011
Aquisições	100	57	-	170	8	335
Baixas	(1.685)	(388)	(171)	(402)	-	(2.646)
Transferências	-	(3)	-	3	-	-
Depreciação	(384)	(137)	(38)	(371)	(2)	(932)
Baixa de depreciação	473	200	86	387	-	1.146
Saldos em 31 de dezembro de 2017	1.311	580	194	817	12	2.914
Aquisições	18	92	-	303	13	426
Transferência	-	-	-	120	-	120
Depreciação	(276)	(127)	(30)	(351)	(4)	(788)
Saldos em 31 de dezembro de 2018	1.053	545	164	889	21	2.672

A depreciação dos ativos é calculada usando o método linear considerando os seus custos e seus valores residuais durante a vida útil estimada, como segue:

	Anos
Benfeitorias	10
Máquinas e equipamentos	10
Móveis e utensílios	10
Equipamentos de processamento de dados	5
Equipamentos de telecomunicação	5

Confirmamos que não temos conhecimento de quaisquer indicativos, internos ou externos, conforme definido no item 12 do CPC 01(R1), que possam gerar dúvida de que os ativos da Companhia possam estar registrados por valor acima ao de sua recuperação.

Petrobras Negócios Eletrônicos S.A.

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras)

Notas explicativas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 (Em milhares de reais, exceto quando indicado em contrário)

9. Intangível

	Consolidado		Total
	Direitos de uso	Desenvolvimento de serviços e projetos	
SalDOS em 1º de janeiro de 2017	12.420	4.191	16.611
Aquisições	12.728	-	12.728
Transferências de custo	1	(1)	-
Amortização	(4.089)	(2.597)	(6.686)
SalDOS em 31 de dezembro de 2017	21.060	1.593	22.653
Aquisições	12.060	-	12.060
Baixas	(559)	-	(559)
Transferências de custo	(120)	-	(120)
Amortização	(4.268)	(819)	(5.087)
Baixas de amortização	24	-	24
SalDOS em 31 de dezembro de 2018	28.197	774	28.971

A Petronect apresenta em seu ativo intangível softwares e desenvolvimentos que são adquiridos na Accenture do Brasil Ltda. e na SAP Brasil Ltda., referente às licenças, utilizados na manutenção e criação de projetos customizados. Tais projetos formam sistemas de acesso aos clientes, definidos como Portal de Compras, Biodiesel, Portal Cadastro de Fornecedores e outros.

A Petronect está investindo, desde 2006, na ampliação e aperfeiçoamento de sua estrutura de prestação de serviços, por meio do desenvolvimento da solução SRM (*Supplier Relationship Management*), a qual entrou em operação em 20 de novembro de 2006.

Confirmamos que não temos conhecimento de quaisquer indicativos, internos ou externos, conforme definido no item 12 do CPC 01(R1), que possam gerar dúvida de que os ativos da Sociedade possam estar registrados por valor acima ao de sua recuperação, bem como, não possuímos quaisquer ativos intangíveis com vida útil indefinida ou ágios pagos por expectativa de rentabilidade futura (*goodwill*) em combinação de negócios.

A amortização dos ativos é calculada usando o método linear considerando os seus custos e seus valores residuais durante a vida útil estimada, como segue:

	Anos
Direito de uso	5
Desenvolvimento de serviços e projetos	5

Petrobras Negócios Eletrônicos S.A.

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras)

Notas explicativas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 (Em milhares de reais, exceto quando indicado em contrário)

10. Fornecedores

	Consolidado		Controladora	
	2018	2017	2018	2017
Fornecedor:				
Terceiros	10.401	1.203	8	5
Partes relacionadas (nota explicativa 12)	9.802	12.039	2.591	823
Total	20.203	13.242	2.599	828

11. Arrendamento mercantil financeiro

Obrigações de arrendamento financeiro

As obrigações de arrendamento financeiro, que se refere a um Contrato Master para aquisição de licenças diversas da SAP pela Petronect, são garantidas por meio de alienação fiduciária dos bens arrendados.

	Consolidado	
	2018	2017
Obrigações brutas de arrendamento financeiro - pagamentos mínimos de arrendamento		
Menos de um ano	1.751	1.864
Mais de um ano e menos de cinco anos	875	2.580
	2.626	4.444
Encargos de financiamento futuros sobre os arrendamentos financeiros	(667)	(1.112)
Valor presente das obrigações de arrendamento financeiro	1.959	3.332

O valor presente das obrigações de arrendamento financeiro é como segue:

	2018	2017
Menos de um ano	1.306	1.419
Mais de um ano e menos de cinco anos	653	1.913
	1.959	3.332

Petrobras Negócios Eletrônicos S.A.

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras)

Notas explicativas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 (Em milhares de reais, exceto quando indicado em contrário)

12. Partes Relacionadas

12.1. Transações Comerciais e outras operações

		Consolidado				Controladora			
		Petrobras	Transpetro	2018	2017	Petrobras	Petronect	2018	2017
Ativo:									
Circulante									
Contas a Receber	(a)	17.969	-	17.969	14.185	-	281	281	125
Dividendos a receber		-	-	-	-	-	1.535	1.535	2.608
Não Circulante									
Outros ativos		139	-	139	-	-	-	-	-
		18.108		18.108	14.185	-	1.816	1.816	2.733
Passivo:									
Circulante									
Fornecedor	(b)	9.257	545	9.802	3.062	2.591	-	2.591	823
Dividendos a pagar		1.437	-	1.437	712	1.437	-	1.437	712
Não Circulante									
Fornecedor		-	1.906	1.906		-	-	-	-
		10.694	2.451	13.146	3.774	4.028	-	4.028	1.535
Resultado - Receitas (despesas):									
Receita líquida de serviços prestados	(a)	118.041		118.041	83.101	-	-	-	-
Custos com serviços profissionais - (Hosting)	(c)	(6.886)		(6.886)	(4.510)	-	-	-	-
Honorários da diretoria e pessoal cedido	(d)	(2.290)		(2.290)	(2.385)	(36)	-	(36)	(53)
		108.865		108.865	76.206	(36)	-	(36)	(53)

(a) Refere-se à prestação de serviços de provimento de soluções e de facilidades de comércio eletrônico para a execução de cotações, coletas de preços, licitações e leilões em meio eletrônico para a Petrobras e empresas do Sistema.

(b) Refere-se, principalmente, a provisão para pagamento de gastos com pessoal cedido à companhia pela Petrobras.

Petrobras Negócios Eletrônicos S.A.

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras)

Notas explicativas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 (Em milhares de reais, exceto quando indicado em contrário)

- (c) Corresponde a custos incorridos na prestação de serviços de hospedagem de sistemas, cujo objetivo é a atuação coordenada entre as empresas, nas atividades de TI na área de implementação, manutenção e operação de infraestrutura, de hardware e software básico.
- (d) Corresponde, principalmente, a gastos com pessoal cedido à companhia pela controladora Petrobras.
- (e) Refere-se a retenções contratuais firmadas com clientes, referente a prestação dos serviços mencionados na nota 9 (a). O recebível está contratualmente atrelado a comprovação das obrigações trabalhistas por parte da contratada.

Petrobras Negócios Eletrônicos S.A.

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras)

Notas explicativas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 (Em milhares de reais, exceto quando indicado em contrário)

12.2. Outras partes relacionadas (Consolidado)

	2018			2017		
	SAP Brasil Ltda.	Accenture do Brasil Ltda.	Total	SAP Brasil Ltda.	Accenture do Brasil Ltda.	Total
Ativo						
Aquisição de intangível - licenciamento e implantação de <i>software</i>	1.023	9.923	10.946	125	12.813	12.938
	1.023	9.923	10.946	125	12.813	12.938
Passivo						
Fornecedores	3.585	7.485	11.070	2.146	6.832	8.977
Dividendos propostos	315	205	520	582	380	962
	3.900	7.690	11.590	2.728	7.212	9.939
Resultado						
Custo com serviços profissionais/licença <i>software</i>	6.755	55.205	61.960	8.078	33.670	41.748
Despesas com consultorias	1.062	(96)	966	-	2.101	2.101
	7.817	55.109	62.926	8.078	35.771	43.849

A Petronect possui contratos com as acionistas Accenture do Brasil Ltda. e SAP Brasil Ltda. para execução de serviços em plataforma eletrônica de operação de portais, desenvolvimento de soluções, operação de cotações e diligenciamento.

As operações com as referidas empresas foram realizadas em condições de mercado.

12.3. Remuneração da administração da companhia

Os valores constantes na tabela apresentada no item 12.1, relativos à rubrica Honorários da diretoria e pessoal cedido, referem-se ao reembolso à Petrobras, pela cessão de pessoal à Petronect, bem como os honorários do conselho fiscal e contratação de pessoal próprio.

13. Tributos

13.1. Imposto e contribuições a recuperar e diferidos

13.1.1. Impostos de renda, contribuição social e outros tributos a recuperar

Os saldos dos créditos tributários no ativo não circulante correspondem a pedidos de restituição junto à Receita Federal do Brasil, de tributos incidentes sobre o lucro da empresa.

Petrobras Negócios Eletrônicos S.A.

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras)

Notas explicativas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 (Em milhares de reais, exceto quando indicado em contrário)

A Companhia tem por rotina revisar e atualizar pela taxa Selic os impostos e contribuições que afetam os seus negócios, objetivando assegurar que os pagamentos sejam devidamente realizados e que não haja valores recolhidos desnecessariamente. A Administração iniciou a compensação desses créditos com os débitos tributários administrados pela Receita Federal do Brasil, relativos a retenções na fonte de terceiros. Essas compensações são efetuadas através do programa PERDCOMP disponibilizado pela Receita Federal em sua página eletrônica, e possui o prazo de homologação de cinco anos. Além da compensação através de transmissão da PERDCOMP, a Petronect também possui Pedidos de Restituição enviados para a Receita Federal do Brasil e que estão dentro do prazo de cinco anos para homologação.

	Consolidado		Controladora	
	2018	2017	2018	2017
Ativo Circulante				
Imposto de renda	2.841	4.109	3	9
Contribuição social	151	662	-	-
PIS/COFINS	-	454	-	-
Outros	136	86	0	-
	3.128	5.311	3	9
Ativo Não Circulante				
Imposto de renda	5.971	9.977	98	95
Contribuição social	1.330	1.340	2	2
Outros	1.049	560	-	-
	8.350	11.877	100	97

13.1.2. Imposto de renda e contribuição social diferidos

São registrados para refletir os efeitos futuros atribuíveis às diferenças temporárias entre a base fiscal de ativos e passivos e seu respectivo valor contábil.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos têm a seguinte origem:

Ativo	Consolidado	
	2018	2017
Imposto de renda	4.315	2.443
Contribuição social	1.628	888
	5.943	3.331

A Administração considera que o imposto de renda e a contribuição social diferidos decorrentes de diferenças temporárias serão realizados na proporção da resolução final dos eventos futuros.

Petrobras Negócios Eletrônicos S.A.

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras)

Notas explicativas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 (Em milhares de reais, exceto quando indicado em contrário)

13.2. Conciliação da despesa

A conciliação entre a despesa total calculada pela aplicação das alíquotas fiscais combinadas e as despesas de imposto de renda e contribuição social debitadas no resultado é demonstrada como segue:

	Consolidado	
	2018	2017
Lucro antes dos impostos	13.095	6.740
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas nominais (34%)	(4.453)	(2.292)
Ajustes para apuração da alíquota efetiva:		
Exclusões/(Adições permanentes, líquidas)	(118)	(136)
Imposto de renda e contribuição social	(4.571)	(2.428)
Imposto de renda e contribuição social corrente	(7.116)	(3.842)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	2.545	1.414
	(4.571)	(2.428)
Alíquota efetiva de imposto de renda e contribuição social	35%	36%

13.3. Impostos e contribuições sociais

Passivo Circulante	Consolidado	
	2018	2017
Imposto sobre serviços	715	647
Imposto de Renda	226	145
Contribuição social	302	82
PIS	76	-
COFINS	350	-
Contribuições a recolher (Lei nº 10.833/03)	328	347
ISS terceiros	18	53
INSS	416	455
	2.431	1.729

14. Patrimônio líquido

14.1. Capital social realizado

Em 31 de dezembro de 2018 o capital social subscrito e totalmente integralizado é de R\$ 21.000, permanecendo inalterado com relação à 31 de dezembro de 2017.

Petrobras Negócios Eletrônicos S.A.

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras)

Notas explicativas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 (Em milhares de reais, exceto quando indicado em contrário)

Em 22 de agosto de 2017 a Companhia efetuou a recompra de 10.500 ações ordinárias no montante de R\$18, até então pertencentes a Downstream Participações S.A. Essas ações foram canceladas no mês seguinte, conforme ata da Assembleia Geral Extraordinária, datada de 25 de setembro de 2017. Este cancelamento de ações não alterou o capital social.

	Número de ações	%	Número de ações	%
Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras	20.989.500	100,00	20.989.500	100,00
	20.989.500	100,00	20.989.500	100,00

14.2. Reserva legal

É constituído à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do artigo 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social. Em 2018, a companhia constituiu o montante de R\$ 302 de reserva legal, alcançando o montante de R\$ 1.627.

14.3. Dividendos

O estatuto social da companhia assegura aos acionistas o recebimento de um dividendo mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido do exercício ajustado, calculados nos termos do artigo 202 da lei 6.404/76, e rateado pelas ações em que se dividir o capital social.

Conforme decisão da Administração, o montante de R\$ 13.650 até então mantidos na Reserva de Retenção de Lucros foram realocados em 2018 para Reserva Especial por não haver expectativa futura de entradas de caixa suficientes para pagamento de dividendos, nos termos do artigo 202, parágrafos 4º e 5º da Lei 6.404/76.

Em Assembleia Geral Ordinária (AGO), realizada em 28 de dezembro de 2018, foi alterada a destinação do resultado do exercício social de 2017 da companhia, sendo aprovada pelos acionistas a transferência de R\$497 da conta de dividendos adicionais para a conta de Reserva Especial e o pagamento adicional de dividendos de R\$ 1.688.

Em 31 de dezembro de 2018, a proposta da Administração para destinação do lucro será, após a constituição da reserva legal, pela destinação dos dividendos mínimos obrigatórios de 25% no montante de R\$ 1.437. O saldo remanescente de R\$ 4.311 foi destinado a reserva de especial, a ser submetida à apreciação do Conselho Fiscal e aprovação do acionista e da Assembleia Geral Ordinária que será realizada em abril de 2019.

A proposta a ser submetida à aprovação está demonstrada a seguir:

	2018	2017
Lucro Líquido	6.050	2.997
(-) Reserva Legal	(302)	(150)
Lucro líquido ajustado	5.748	2.847
Dividendos mínimos obrigatórios	(1.437)	(712)
Destinação para reserva especial	4.311	2.135

Petrobras Negócios Eletrônicos S.A.

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras)

Notas explicativas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 (Em milhares de reais, exceto quando indicado em contrário)

15. Receita de serviços (consolidado)

	Consolidado	
	2018	2017
Receita bruta de serviços:		
Mercado interno	138.839	94.705
Mercado externo	1.582	2.076
	<u>140.421</u>	<u>96.781</u>
Encargos sobre serviços:		
ISS	(6.942)	(4.793)
PIS	(2.290)	(1.563)
COFINS	(10.547)	(7.197)
	<u>(19.779)</u>	<u>(13.553)</u>
Receita líquida de serviços prestados	<u>120.642</u>	<u>83.228</u>

16. Custos dos serviços prestados (consolidado)

2017	OPERAÇÕES	PROJETOS	COTAÇÕES	FINANÇAS	CADASTRO	COFIP	TOTAL
Custo de serviços de operação	8.400	-	9.961	1.783	1.949	1.249	23.342
Custo de serviços s/ encomenda	-	17.340	-	-	-	-	17.340
Amortização SRM	4.574	783	-	361	181	120	6.019
Manutenção software	6.139	970	-	565	323	81	8.078
Hosting	2.752	541	-	496	541	180	4.510
Pessoal Cedido	276	-	544	49	63	57	989
Custos dos serviços prestados	<u>22.141</u>	<u>19.634</u>	<u>10.505</u>	<u>3.254</u>	<u>3.057</u>	<u>1.687</u>	<u>60.278</u>

2018	OPERAÇÕES	PROJETOS	COTAÇÕES	FINANÇAS	CADASTRO	COFIP	TOTAL
Custo de pessoal de operação	409	431	383	31	56	22	1.332
Custo de serviços de operação	11.605	-	20.611	1.111	2.422	1.055	36.804
Custo de serviços s/ encomenda	-	30.129	-	-	-	-	30.129
Amortização SRM	4.137	127	(0)	49	24	16	4.353
Manutenção software	6.266	193	10	(1)	(1)	-	6.467
Hosting	3.812	739	35	408	594	235	5.823
Pessoal Cedido	46	599	662	11	15	13	1.346
Custos dos serviços prestados	<u>26.275</u>	<u>32.218</u>	<u>21.701</u>	<u>1.609</u>	<u>3.110</u>	<u>1.341</u>	<u>86.254</u>

A Petronect aplica na sua prestação de serviços custos diretamente relacionados às Operações, os quais se referem aos portais Progredir, Cadastro, Compras, Contratações, COFIP e demais linhas de serviços tais como Diligenciamento e Cotações. Também são aplicados como custos serviços sob encomenda e manutenção e desenvolvimento de software. Estes custos são referentes aos contratos de prestação de serviços com os sócios Accenture e SAP, os quais são alocados aos projetos, e vinculados à prestação de serviços. Aos custos de operações (Progredir, Cadastro, Compras e Contratações) incorrem créditos dos impostos PIS e COFINS.

Petrobras Negócios Eletrônicos S.A.

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras)

Notas explicativas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 (Em milhares de reais, exceto quando indicado em contrário)

17. Despesas administrativas

A seguir, as despesas incorridas pela companhia distribuídas de acordo com sua classe:

	Consolidado		Controladora	
	2018	2017	2018	2017
Gastos com pessoal, diretoria e CA	(5.786)	(2.385)	(25)	(53)
Ocupação (Aluguel e manutenção)	(2.930)	(2.086)	-	-
Depreciação	(1.052)	(985)	-	-
Serviços de terceiros	(8.463)	(8.851)	(76)	(30)
Outras	(779)	(1.565)	(181)	(193)
	(19.010)	(15.872)	(282)	(276)

18. Resultado financeiro líquido

O resultado financeiro da companhia é composto por receitas financeiras de seus rendimentos em cotas de fundos de investimentos e também de seus recebíveis em títulos financeiros, de despesas financeiras originados essencialmente dos encargos financeiros sobre os arredamentos mercantis, além de resultado positivo de variações cambiais relativas aos contratos de prestação de serviços às empresas do Sistema Petrobras no exterior.

19. Processos judiciais e contingências

A Companhia não possui causas cuja classificação de perda seja considerada provável e, portanto, nenhuma provisão para perda em processos judiciais foi constituída. Adicionalmente, a Companhia tem somente duas ações de naturezas tributária e trabalhista, ambas como devedora subsidiária, envolvendo riscos de perda classificado pela administração como possível, com base na avaliação de seus assessores legais, para a qual não há provisão constituída, conforme composição e estimativa a seguir:

Natureza	Autor	Nº do processo	Valor 2018	Valor 2017	Status
Tributária	União Federal	12448910197201000	157	153	Aguardando julgamento da manifestação de inconformidade perante a Delegacia da Receita Federal de Julgamento (Ribeirão Preto/SP)

Petrobras Negócios Eletrônicos S.A.

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras)

Notas explicativas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 (Em milhares de reais, exceto quando indicado em contrário)

20. Gerenciamento de riscos

A companhia mantém operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar sua liquidez e rentabilidade. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas versus condições vigentes no mercado.

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, a companhia não possuía nenhum instrumento financeiro derivativo para mitigar os riscos associados aos seus instrumentos financeiros e durante o exercício também não efetuou aplicações de caráter especulativo ou quaisquer outros ativos de risco. Os resultados estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela Administração da companhia.

Os controles para identificação de eventuais derivativos embutidos nas operações da companhia são corporativos e aplicados por sua controladora Petrobras. Tais controles estão relacionados principalmente à identificação de possíveis derivativos embutidos e orientação relacionada ao tratamento contábil a ser dado pelas empresas do sistema Petrobras. Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 não foram identificados derivativos embutidos nas operações da companhia.

Todas as operações com instrumentos financeiros estão reconhecidas nas demonstrações financeiras da Companhia e estão demonstradas abaixo:

Instrumentos financeiros por categoria	Nota	Consolidado		Controladora	
		2018	2017	2018	2017
Ativos					
Caixa e equivalentes de caixa	5	14.426	5.969	2.333	66
Contas a receber	6	17.972	14.185	283	125
FIDC	6	2.473	2.352	-	-
		34.871	22.506	2.616	191
Passivos					
Fornecedores	10	20.203	13.242	2.599	828
Arrendamento mercantil	11	3.332	3.332	-	-
		23.535	16.574	2.599	828

Os saldos de caixa e equivalentes de caixa, contas a receber e fornecedores estão mensurados ao custo amortizado. Os valores justos dos instrumentos financeiros da companhia são equivalentes aos seus valores contábeis.

As operações da companhia estão sujeitas aos fatores de riscos abaixo descritos:

a) Risco de crédito

A companhia está exposta ao risco de crédito das instituições financeiras decorrentes da administração de seu caixa, que é feita com base nas orientações corporativas de sua controladora Petrobras. Tal risco consiste na possibilidade de não saque ou resgate dos valores depositados, aplicados ou garantidos por instituições financeiras ou de não recebimento dos clientes. A exposição máxima ao risco de crédito está representada pelos saldos de caixa de equivalentes de caixa e contas a receber, respectivamente, em 31 de dezembro de 2016 e 2015.

Petrobras Negócios Eletrônicos S.A.

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras)

Notas explicativas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 (Em milhares de reais, exceto quando indicado em contrário)

A Administração avalia que os riscos de crédito associados aos saldos de caixa e equivalente de caixa, e contas a receber são reduzidos, em função de suas operações serem realizadas com base em análise e orientações corporativas de sua controladora Petrobras e com instituições financeiras brasileiras de reconhecida liquidez.

b) Risco de taxas de juros

Decorre da possibilidade da companhia incorrer ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. A Administração avalia que os riscos das aplicações financeiras de suas disponibilidades são reduzidos, em função de suas operações serem realizadas com base em análise e orientações corporativas de sua controladora indireta Petrobras e em bancos de reconhecida liquidez.

c) Risco de liquidez

A companhia utiliza seus recursos principalmente com despesas de capital e pagamentos de dividendos. Historicamente, as condições são atendidas com recursos gerados internamente, por dívidas de curto e longo prazos e transações de vendas. Estas origens de recursos somadas a posição financeira da companhia tendem a continuar permitindo o cumprimento dos requisitos de capital estabelecidos de forma corporativa.

Os saldos de caixa e equivalentes de caixa, contas a receber, contas a pagar estão mensurados ao custo amortizado. Os valores justos dos instrumentos financeiros da companhia são equivalentes aos seus valores contábeis.

d) Mensuração dos instrumentos financeiros

Os saldos de caixa e equivalentes de caixa, contas a receber, arrendamentos e fornecedores estão mensurados ao custo amortizado. Os valores justos dos instrumentos financeiros da Companhia são equivalentes aos seus valores contábeis.

Petrobras Negócios Eletrônicos S.A

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras)

Diretoria Executiva

Cesar Cunha de Souza
Diretor Presidente

Luis Antônio Pereira de Araújo
Diretor

Alvaro Brazil Protasio
Diretor

Contador responsável

Marcio de Castro Barboza
Contador
CRC RJ-095491/O-4

* * *

**À
ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA**

EXPOSIÇÃO AOS ACIONISTAS

ITEM II

**PROPOSTA DE REFORMA E CONSOLIDAÇÃO DO ESTATUTO SOCIAL DA
PETROBRAS**

Senhores Acionistas,

O Conselho de Administração da Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras (Companhia) vem apresentar as seguintes informações em relação à proposta de alteração do Estatuto Social da Companhia:

- (i) A alteração do art. 18, §5º em decorrência da decisão da Companhia de se desligar do Programa Destaque em Governança de Empresas Estatais;
- (ii) A alteração do art. 18, §7º para a exclusão da obrigatoriedade de seleção de conselheiros por *headhunter* para atingir a percentual mínimo de conselheiros independentes indicados pela União, ficando a cargo da Petrobras a elaboração da lista, mantidas as exigências para caracterização da independência;
- (iii) A alteração do art. 21, §2º, X em decorrência da decisão de desligamento da Petrobras do Programa Destaque em Governança de Empresas Estatais.
- (iv) A alteração do art. 22, §3º para permitir aos membros do Conselho de Administração e da Diretoria Executiva a possibilidade de optar pelo preenchimento de formulário específico ou autorização de acesso aos dados de Bens e Rendas de suas declarações anuais de imposto de renda e respectivas retificações, pelo período de seu mandato;
- (v) A alteração do art. 23, com criação do §1º para adequar a redação ao disposto na Política de Indicações de membros da Alta Administração e do Conselho Fiscal (Itens 4.1.3 e 4.7.3) e para permitir a deliberação de administradores indicados pela Companhia em outras sociedades;
- (vi) Alteração dos arts. 30, II e 34, V para alteração da competência de indicação e destituição de Gerentes Executivos e Gerentes Gerais do Conselho de Administração para a Diretoria Executiva, mantendo no Conselho de Administração tão somente a designação e destituição dos titulares da estrutura geral diretamente vinculados ao referido órgão, a saber: Auditoria Interna, Ouvidoria-Geral e Secretaria-Geral.

- (vii) Exclusão do art. 60, tendo em vista que a legislação na qual o referido dispositivo tinha fundamento (itens 1.11 e 1.11.1 do Decreto 2.745/98) foi revogada e não possui paralelo na Lei 13.303/16.
- (viii) Ajustes de referência cruzada e renumeração nos arts. 63, 64 e 65.

Como a reforma do Estatuto Social – e, conseqüentemente, a sua consolidação – é tema de competência da Assembleia Geral de Acionistas, submete-se, portanto, a proposta para apreciação da Assembleia Geral, conforme cópia do Estatuto Social em anexo.

Em anexo: cópia do Estatuto Social contendo, em destaque, as modificações propostas, quadro comparativo com as propostas de alteração do Estatuto Social e as suas justificativas e estatuto social consolidado.

Rio de Janeiro, 29 de janeiro de 2020.

Presidente
Roberto Castello Branco

ANEXO I

Quadro comparativo as alterações propostas no Estatuto Social

Quadro Comparativo		
Versão anterior	Versão proposta	Justificativa:
<p>Art. 18 – (...) §5º-O Conselho de Administração deve ser composto, no mínimo, por 40% (quarenta por cento) de membros independentes, incidindo este percentual sobre o número total de Conselheiros de Administração, sendo que os critérios de independência deverão respeitar os termos do art. 22, §1º, da Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016, do art. 36, §1º, do Decreto nº 8.945, de 27 de dezembro de 2016, do Regimento do Programa Destaque em Governança de Estatais da B3 e do Regulamento do Nível 2, respeitando-se o critério mais rigoroso, em caso de divergência entre as regras.</p>	<p>Art. 18 – (...) §5º-O Conselho de Administração deve ser composto, no mínimo, por 40% (quarenta por cento) de membros independentes, incidindo este percentual sobre o número total de Conselheiros de Administração, sendo que os critérios de independência deverão respeitar os termos do art. 22, §1º, da Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016, do art. 36, §1º, do Decreto nº 8.945, de 27 de dezembro de 2016, do Regimento do Programa Destaque em Governança de Estatais da B3 e do Regulamento do Nível 2, respeitando-se o critério mais rigoroso, em caso de divergência entre as regras.</p>	<p>Exclusão em decorrência da decisão de desligamento da Petrobras do Programa Destaque em Governança de Empresas Estatais.</p>
<p>Art.18- (...) §7º- Os membros do Conselho de Administração a serem indicados pela União com a finalidade de atender o número mínimo de independentes previsto no §5º deste artigo serão selecionados em lista tríplice, elaborada por empresa especializada e com experiência</p>	<p>Art.18- (...) §7º Os membros do Conselho de Administração a serem indicados pela União com a finalidade de atender o número mínimo de independentes previsto no §5º deste artigo serão selecionados em lista tríplice elaborada pelo Conselho de Administração da Petrobras. por empresa especializada e com experiência comprovada,</p>	<p>Exclusão da obrigatoriedade de seleção de conselheiros por <i>headhunter</i> para atingir a percentual mínimo de independentes no CA, ficando a cargo da Petrobras a elaboração da lista.</p>

comprovada, não sendo permitida a interferência na indicação desta lista, que será de inteira responsabilidade da empresa especializada.	não sendo permitida a interferência na indicação desta lista, que será de inteira responsabilidade da empresa especializada.	
Art. 21- (...) §2º- É vedada a indicação, para o cargo de administração: (...) X - de parentes consanguíneos ou afins até o terceiro grau das pessoas mencionadas nos incisos I a IX; e (...)	Art. 21- (...) §2º- É vedada a indicação, para o cargo de administração: (...) X - de parentes consanguíneos ou afins até o terceiro grau das pessoas mencionadas nos incisos I a IVIX ; e (...)	Ajuste em decorrência da decisão de desligamento da Petrobras do Programa Destaque em Governança de Empresas Estatais.
Art. 22- Os Conselheiros e membros da Diretoria Executiva serão investidos nos seus cargos mediante assinatura de termos de posse no livro de atas do Conselho de Administração e da Diretoria Executiva, respectivamente. (...) §3º- Antes de tomar posse, e ao deixar o cargo, os membros do Conselho de Administração e da Diretoria Executiva apresentarão declaração de bens, que será arquivada na Companhia.	Art. 22- Os Conselheiros e membros da Diretoria Executiva serão investidos nos seus cargos mediante assinatura de termos de posse no livro de atas do Conselho de Administração e da Diretoria Executiva, respectivamente. (...) §3º- Antes de tomar posse, e ao deixar o cargo, os membros do Conselho de Administração e da Diretoria Executiva apresentarão declaração de bens, que será arquivada na Companhia, devendo ser atualizada anualmente e ao deixar o cargo, ou poderão autorizar o acesso aos dados de bens e rendas das suas Declarações de Ajuste Anual do Imposto de Renda Pessoa Física e	Alinhamento à Instrução Normativa – TCU Nº 67, de 06/07/2011, que permite a autorização de acesso aos dados de Bens e Rendas com alternativa à apresentação de declaração.

	respectivas retificações, pelo período de seu mandato.	
<p>Art. 23- Os membros do Conselho de Administração e da Diretoria Executiva responderão, nos termos do art. 158, da Lei das Sociedades por Ações, individual e solidariamente, pelos atos que praticarem e pelos prejuízos que deles decorram para a Companhia, sendo-lhes vedado participar na deliberação acerca de operações envolvendo outras sociedades em que participem ou tenham ocupado cargo de gestão em período imediatamente anterior à investidura na Companhia. (...)</p>	<p>Art. 23- Os membros do Conselho de Administração e da Diretoria Executiva responderão, nos termos do art. 158, da Lei das Sociedades por Ações, individual e solidariamente, pelos atos que praticarem e pelos prejuízos que deles decorram para a Companhia, sendo-lhes vedado participar na deliberação acerca de operações envolvendo outras sociedades em que participem ou tenham ocupado cargo de gestão em período imediatamente anterior à investidura na Companhia.</p> <p>§ 1º - A vedação de participação em deliberações não deverá incidir:</p> <p>I - no caso de participações societárias, diretas e indiretas, não relevantes, nos termos da regulação da Comissão de Valores Mobiliários, em sociedades anônimas de capital aberto, que não tenham potencial de gerar conflito de interesses com a Petrobras, ou;</p> <p>II - no caso de administradores que atuem na administração de outras sociedades por indicação da Companhia. (...)</p>	<p>Adequação da redação ao disposto na Política de Indicações de membros da Alta Administração e do Conselho Fiscal (Item 4.7.3) e para permitir a deliberação de administradores indicados pela Companhia em outras sociedades.</p>

<p>Art. 30- Compete, ainda, ao Conselho de Administração deliberar sobre as seguintes matérias:(...)</p> <p>II- indicação e destituição dos titulares da estrutura geral da Companhia, proposta pela Diretoria Executiva, conforme definido no Plano Básico de Organização, com base nos critérios fixados pelo próprio Conselho de Administração; (...)</p>	<p>Art. 30- Compete, ainda, ao Conselho de Administração deliberar sobre as seguintes matérias:(...)</p> <p>II- indicação e destituição dos titulares da estrutura geral da Companhia diretamente vinculados ao Conselho, proposta pela Diretoria Executiva, conforme definido no Plano Básico de Organização, com base nos critérios fixados pelo próprio Conselho de Administração;(...)</p>	<p>Alteração da competência de indicação e destituição de Gerentes Executivos e Gerentes Gerais do Conselho de Administração para a Diretoria Executiva.</p> <p>Conselho de Administração permanece competente para designar e destituir titulares da estrutura geral diretamente vinculados ao Conselho como Auditoria Interna, Ouvidoria-Geral e Secretaria-Geral.</p>
<p>Art. 34- Compete à Diretoria Executiva (...)</p>	<p>Art. 34- Compete à Diretoria Executiva (...)</p> <p>V - indicação e destituição dos titulares da estrutura geral da Companhia diretamente vinculados à Diretoria Executiva, conforme definido no Plano Básico de Organização, com base nos critérios fixados pelo Conselho de Administração.</p>	<p>Alteração da competência de indicação e destituição de Gerentes Executivos e Gerentes Gerais do Conselho de Administração para a Diretoria Executiva.</p>
<p>Art. 60- Com o objetivo de compor suas propostas para participar de licitações que precedem as concessões de que trata a Lei nº 9.478, de 06 de agosto de 1997, a Petrobras poderá assinar pré-contratos, mediante a expedição de cartas-convite,</p>	<p>Art. 60- Com o objetivo de compor suas propostas para participar de licitações que precedem as concessões de que trata a Lei nº 9.478, de 06 de agosto de 1997, a Petrobras poderá assinar pré-contratos, mediante a expedição de cartas-convite, assegurando</p>	<p>Exclusão para adequar ao fato de que a atual redação refere-se a legislação revogada (itens 1.11 e 1.11.1 do Decreto 2.745/98, não replicados pela Lei 13.303/16.</p>

<p>assegurando preços e compromissos de fornecimento de bens e serviços.</p> <p>Parágrafo único. Os pré-contratos conterão cláusula resolutiva de pleno direito, a ser exercitada sem penalidade ou indenização de qualquer espécie no caso de outro licitante ser declarado vencedor, e serão submetidos, posteriormente, à apreciação dos órgãos de controle externo e fiscalização.</p>	<p>preços e compromissos de fornecimento de bens e serviços.</p> <p>Parágrafo único. Os pré-contratos conterão cláusula resolutiva de pleno direito, a ser exercitada sem penalidade ou indenização de qualquer espécie no caso de outro licitante ser declarado vencedor, e serão submetidos, posteriormente, à apreciação dos órgãos de controle externo e fiscalização.</p>	
<p>Art. 63- Caso seja deliberada a saída da Companhia do Nível 2 para que os valores mobiliários por ela emitidos passem a ser admitidos à negociação fora do Nível 2, ou em virtude de operação de reorganização societária, na qual a sociedade resultante dessa reorganização não tenha seus valores mobiliários admitidos à negociação no Nível 2 no prazo de 120 (cento e vinte) dias contados da data da assembleia geral que aprovou a referida operação, o acionista controlador deverá efetivar oferta pública de aquisição das ações pertencentes aos demais acionistas da Companhia, no mínimo, pelo respectivo valor econômico, a ser</p>	<p>Art. 6263- Caso seja deliberada a saída da Companhia do Nível 2 para que os valores mobiliários por ela emitidos passem a ser admitidos à negociação fora do Nível 2, ou em virtude de operação de reorganização societária, na qual a sociedade resultante dessa reorganização não tenha seus valores mobiliários admitidos à negociação no Nível 2 no prazo de 120 (cento e vinte) dias contados da data da assembleia geral que aprovou a referida operação, o acionista controlador deverá efetivar oferta pública de aquisição das ações pertencentes aos demais acionistas da Companhia, no mínimo, pelo respectivo valor econômico, a ser apurado em laudo de avaliação</p>	<p>Ajuste de referência cruzada</p>

<p>apurado em laudo de avaliação elaborado nos termos do art. 40, inciso XI deste Estatuto, respeitadas as normas legais e regulamentares aplicáveis.</p>	<p>elaborado nos termos do art. 40, inciso XXI deste Estatuto, respeitadas as normas legais e regulamentares aplicáveis.</p>	
<p>Art. 64- Na hipótese de não haver acionista controlador, caso seja deliberada a saída da Companhia do Nível 2 de Governança Corporativa para que os valores mobiliários por ela emitidos passem a ser admitidos à negociação fora do Nível 2 de Governança Corporativa, ou em virtude de operação de reorganização societária, na qual a sociedade resultante dessa reorganização não tenha seus valores mobiliários admitidos à negociação no Nível 2 de Governança Corporativa ou no Novo Mercado no prazo de 120 (cento e vinte) dias contados da data da assembleia geral que aprovou a referida operação, a saída estará condicionada à realização de oferta pública de aquisição de ações nas mesmas condições previstas no art. 63 deste Estatuto.</p>	<p>Art. 6364- Na hipótese de não haver acionista controlador, caso seja deliberada a saída da Companhia do Nível 2 de Governança Corporativa para que os valores mobiliários por ela emitidos passem a ser admitidos à negociação fora do Nível 2 de Governança Corporativa, ou em virtude de operação de reorganização societária, na qual a sociedade resultante dessa reorganização não tenha seus valores mobiliários admitidos à negociação no Nível 2 de Governança Corporativa ou no Novo Mercado no prazo de 120 (cento e vinte) dias contados da data da assembleia geral que aprovou a referida operação, a saída estará condicionada à realização de oferta pública de aquisição de ações nas mesmas condições previstas no art. 6263 deste Estatuto.</p>	<p>Ajuste de referência cruzada em decorrência da exclusão do art. 60.</p>

Art. 65- A saída da Petrobras do Nível 2 de Governança Corporativa em razão de descumprimento de obrigações constantes do Regulamento do Nível 2 está condicionada à efetivação de oferta pública de aquisição de ações, no mínimo, pelo Valor Econômico das ações, a ser apurado em laudo de avaliação de que trata o art. 40, inciso XI deste Estatuto, respeitadas as normas legais e regulamentares aplicáveis.	Art. 6465- A saída da Petrobras do Nível 2 de Governança Corporativa em razão de descumprimento de obrigações constantes do Regulamento do Nível 2 está condicionada à efetivação de oferta pública de aquisição de ações, no mínimo, pelo Valor Econômico das ações, a ser apurado em laudo de avaliação de que trata o art. 40, inciso XXI deste Estatuto, respeitadas as normas legais e regulamentares aplicáveis.	Ajuste de referência cruzada
--	---	------------------------------

ANEXO II

Estatuto Social com proposições de alterações

“ESTATUTO SOCIAL DA PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. – PETROBRAS

Capítulo I - Da Natureza, Sede e Objeto da Sociedade

Art. 1º- A Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras, doravante denominada “Petrobras” ou “Companhia”, é uma sociedade de economia mista, sob controle da União com prazo de duração indeterminado, que se regerá pelas normas de direito privado - em geral - e, especificamente, pela Lei das Sociedades por Ações (Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976), pela Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016, pelo Decreto nº 8.945, de 27 de dezembro de 2016, e pelo presente Estatuto.

§1º- O controle da União será exercido mediante a propriedade e posse de, no mínimo, 50% (cinquenta por cento), mais 1 (uma) ação, do capital votante da Companhia.

§2º- Com a admissão da Petrobras no segmento especial de listagem denominado Nível 2, da B3, a Companhia, seus acionistas, administradores e membros do Conselho Fiscal sujeitam-se às disposições do Regulamento de Listagem do Nível 2 de Governança Corporativa da Brasil Bolsa Balcão – B3 (Regulamento do Nível 2).

§3º- As disposições do Regulamento do Nível 2 prevalecerão sobre as disposições estatutárias, nas hipóteses de prejuízo aos direitos dos destinatários das ofertas públicas previstas neste Estatuto, exceto quanto ao disposto nos arts. 30, §§4º e 5º, 40, §§3º e 4º e 58, parágrafo único deste Estatuto.

Art. 2º- A Petrobras tem sede e foro na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, podendo estabelecer, no País e no exterior, filiais, agências, sucursais e escritórios.

Art. 3º- A Companhia tem como objeto a pesquisa, a lavra, a refinação, o processamento, o comércio e o transporte de petróleo proveniente de poço, de xisto ou de outras rochas, de seus derivados, de gás natural e de outros hidrocarbonetos fluidos, além das atividades vinculadas à energia, podendo promover a pesquisa, o desenvolvimento, a produção, o transporte, a distribuição e a comercialização de todas as formas de energia, bem como quaisquer outras atividades correlatas ou afins.

§1º- As atividades econômicas vinculadas ao seu objeto social serão desenvolvidas pela Companhia em caráter de livre competição com outras empresas, segundo as condições de mercado, observados os demais princípios e diretrizes da Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997 e da Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002.

§2º- A Petrobras, diretamente ou através de suas subsidiárias integrais e de suas controladas, associada ou não a terceiros, poderá exercer no País ou fora do território nacional qualquer das atividades integrantes de seu objeto social.

§3º- A Petrobras poderá ter suas atividades, desde que consentâneas com seu objeto social, orientadas pela União de modo a contribuir para o interesse público que justificou a sua criação, visando ao atendimento do objetivo da política energética nacional previsto no art. 1º, inciso V, da Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997.

§4º- No exercício da prerrogativa de que trata o §3º acima, a União somente poderá orientar a Companhia a assumir obrigações ou responsabilidades, incluindo a realização de projetos de investimento e assunção de custos/resultados operacionais específicos, como aqueles relativos à comercialização de combustíveis, bem como outras atividades correlatas, em condições diversas às de qualquer outra sociedade do setor privado que atue no mesmo mercado, quando:

I– estiver definida em lei ou regulamento, bem como prevista em contrato, convênio ou ajuste celebrado com o ente público competente para estabelecê-la, observada a ampla publicidade desses instrumentos; e

II– tiver seu custo e receitas discriminados e divulgados de forma transparente, inclusive no plano contábil.

§5º- Na hipótese dos §§3º e 4º acima, o Comitê de Investimentos e o Comitê de Minoritários, em suas atribuições de assessoramento ao Conselho de Administração, avaliarão e mensurarão, com base nos critérios de avaliação técnico-econômica para projetos de investimentos e para custos/resultados operacionais específicos praticados pela administração da Companhia, se as obrigações e responsabilidades a serem assumidas são diversas às de qualquer outra sociedade do setor privado que atue no mesmo mercado.

§6º- Quando orientada pela União a contribuir para o interesse público, a Companhia somente assumirá obrigações ou responsabilidades:

I– que respeitem as condições de mercado definidas conforme §5º acima; ou

II– que se adequem ao disposto nos incisos I e II do §4º acima, observados os critérios de que trata o §5º acima, sendo que, nesta hipótese, a União compensará, a cada exercício social, a Companhia pela diferença entre as condições de mercado definidas conforme o §5º acima e o resultado operacional ou retorno econômico da obrigação assumida.

§7º- O exercício da prerrogativa de que trata o §3º acima será objeto da carta anual, subscrita pelos membros do Conselho de Administração, de que trata o art. 13, inciso I, do Decreto nº 8.945, de 27 de dezembro de 2016.

Capítulo II - Do Capital Social, das Ações e dos Acionistas

Art. 4º- O Capital Social é de R\$ 205.431.960.490,52 (duzentos e cinco bilhões, quatrocentos e trinta e um milhões, novecentos e sessenta mil, quatrocentos e noventa reais e cinquenta e dois centavos), dividido em 13.044.496.930 (treze bilhões, quarenta e quatro milhões, quatrocentos e noventa e seis mil e novecentos e trinta) ações sem valor nominal, sendo 7.442.454.142 (sete bilhões, quatrocentos e quarenta e dois milhões, quatrocentos e cinquenta e quatro mil e cento e quarenta e duas) ações ordinárias e 5.602.042.788 (cinco bilhões, seiscentos e dois milhões, quarenta e dois mil e setecentos e oitenta e oito) ações preferenciais.

§1º- Os aumentos de capital mediante a emissão de ações serão submetidos previamente à deliberação da Assembleia Geral.

§2º- A Companhia, por deliberação do Conselho de Administração, poderá adquirir as próprias ações para permanência em tesouraria, cancelamento ou posterior alienação, até o montante do saldo de lucros e de reservas disponíveis, exceto a legal, sem diminuição do capital social, observada a legislação em vigor.

§3º- O capital social poderá ser aumentado com a emissão de ações preferenciais, sem guardar proporção com as ações ordinárias, respeitado o limite legal de dois terços do capital social, bem como observado o direito de preferência de todos os acionistas.

§4º- O acionista controlador promoverá medidas tendentes a manter em circulação, no mínimo, 25% (vinte e cinco por cento) das ações de emissão da Companhia.

Art. 5º- As ações da Companhia serão ordinárias, com direito de voto, e preferenciais, estas sempre sem direito a voto.

§1º- As ações preferenciais serão inconversíveis em ações ordinárias, e vice-versa.

§2º- As ações preferenciais terão prioridade no caso de reembolso do capital e no recebimento dos dividendos, no mínimo, de 5% (cinco por cento) calculado sobre a parte do capital representada por essa espécie de ações, ou de 3% (três por cento) do valor do patrimônio líquido da ação, prevalecendo sempre o maior, participando, em igualdade com as ações ordinárias, nos aumentos do capital social decorrentes de incorporação de reservas e lucros.

§3º- As ações preferenciais participarão, não cumulativamente, em igualdade de condições com as ações ordinárias, na distribuição dos dividendos, quando superiores ao percentual mínimo que lhes é assegurado no parágrafo anterior.

§4º- As ações preferenciais terão o direito de serem incluídas em oferta pública de aquisição de ações em decorrência de alienação de controle da Companhia ao mesmo preço e nas mesmas condições ofertadas ao acionista controlador alienante.

Art. 6º- A integralização das ações obedecerá às normas estabelecidas pela Assembleia Geral. Em caso de mora do acionista, e independentemente de interpelação, poderá a Companhia promover a execução ou determinar a venda das ações, por conta e risco do mesmo.

Art. 7º- As ações da Companhia, todas escriturais, serão mantidas, em nome de seus titulares, em conta de depósito de instituição financeira autorizada pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM, sem emissão de certificado.

Art. 8º- Os acionistas terão direito, em cada exercício, aos dividendos e/ou juros de capital próprio, que não poderão ser inferiores a 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido ajustado, na forma da Lei das Sociedades por Ações, rateado pelas ações em que se dividir o capital da Companhia.

Art. 9º- Salvo deliberação em contrário da Assembleia Geral, a Companhia efetuará o pagamento de dividendos e de juros de capital próprio, devidos aos acionistas, no prazo de 60 (sessenta) dias a partir da data em que forem declarados e, em qualquer caso, dentro do exercício social correspondente, observadas as normas legais pertinentes.

Parágrafo único. A Companhia poderá, mediante deliberação de seu Conselho de Administração, antecipar valores a seus acionistas, a título de dividendos ou juros sobre o capital próprio, sendo esses corrigidos pela taxa SELIC desde a data do efetivo pagamento até o encerramento do respectivo exercício social, na forma prevista no art. 204 da Lei das Sociedades por Ações.

Art. 10- Os dividendos não reclamados pelos acionistas dentro de 3 (três) anos, a contar da data em que tenham sido postos à disposição dos acionistas, prescreverão em favor da Companhia.

Art. 11- Os valores dos dividendos e juros, a título de remuneração sobre o capital próprio, devidos ao Tesouro Nacional e aos demais acionistas, sofrerão incidência de encargos financeiros equivalentes à taxa SELIC, a partir do encerramento do exercício social até o dia do efetivo recolhimento ou pagamento, sem prejuízo da incidência de juros moratórios quando esse recolhimento não se verificar na data fixada pela Assembleia Geral.

Art. 12- Além da União, na qualidade de acionista controladora da Companhia, poderão ser acionistas pessoas físicas ou jurídicas, brasileiras ou estrangeiras, residentes ou não no País.

Art. 13- O acionista poderá ser representado nas Assembleias Gerais na forma prevista no art. 126 da Lei das Sociedades por Ações, exibindo, no ato, ou depositando, previamente, o comprovante expedido pela instituição financeira depositária, acompanhado do documento de identidade ou procuração com poderes especiais.

§1º- A representação da União nas Assembleias Gerais da Companhia far-se-á nos termos da legislação federal específica.

§2º- Na Assembleia Geral de Acionistas que delibere sobre a eleição de membros do Conselho de Administração, fica condicionado o direito de voto dos acionistas titulares de ações preferenciais ao preenchimento da condição prevista no § 6º do art. 141 da Lei das Sociedades por Ações, de comprovada titularidade ininterrupta da participação acionária durante o período de 3 (três) meses, no mínimo, imediatamente anterior à realização da Assembleia.

Capítulo III - Das Subsidiárias Integrais, Controladas e Coligadas

Art. 14- Para o estrito cumprimento de atividades vinculadas ao seu objeto, a Petrobras poderá, na conformidade da autorização conferida pela Lei nº 9.478, de 06 de agosto de 1997, constituir, e, na forma da legislação vigente, extinguir subsidiárias integrais, sociedades cujo objeto social seja participar de outras sociedades, na forma do art. 8º, § 2º do Decreto nº 8.945, de 27 de dezembro de 2016, bem como associar-se, majoritária e/ou minoritariamente a outras empresas.

Art. 15- Observado o disposto na Lei nº 9.478, de 06 de agosto de 1997, a Petrobras e suas subsidiárias integrais, controladas e coligadas poderão adquirir ações ou cotas de outras sociedades, participar de sociedades de propósito específico, bem como associar-se a empresas brasileiras e estrangeiras e com elas formar consórcios, na condição ou não de empresa líder, objetivando expandir atividades, reunir tecnologias e ampliar investimentos aplicados às atividades vinculadas ao seu objeto.

Art. 16- As regras de governança da Petrobras, bem como as regras corporativas comuns fixadas pela Petrobras, por meio de orientação de natureza técnica, administrativa, contábil, financeira e jurídica, aplicam-se integralmente às suas sociedades subsidiárias integrais e controladas, e na medida do possível, às coligadas observadas as deliberações dos órgãos de administração de cada sociedade e o planejamento estratégico aprovado pelo Conselho de Administração da Petrobras.

Parágrafo único. As indicações para cargo de administração ou de conselheiro fiscal que couberem à Companhia nas suas subsidiárias, controladas e coligadas, ainda que provenientes de indicação da União nos termos da legislação vigente, deverão observar integralmente os requisitos e vedações impostos pela Lei de Sociedades por Ações, bem como aqueles previstos nos arts. 21, §§1º, 2º e 3º e 43 e seus parágrafos deste Estatuto, na Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016 e no Decreto nº 8.945, de 27 de dezembro de 2016.

Capítulo IV - Da Administração da Companhia

Seção I - Dos Conselheiros e Diretores Executivos

Art.17- A Petrobras será dirigida por um Conselho de Administração, com funções deliberativas, e uma Diretoria Executiva.

Art.18- O Conselho de Administração será integrado por, no mínimo, 7 (sete) e, no máximo, 11 (onze) membros, cabendo à Assembleia Geral dos Acionistas designar dentre eles o Presidente do Conselho, todos com prazo de gestão unificado que não poderá ser superior a 2 (dois) anos, admitida a reeleição.

§1º- Respeitado o prazo de gestão unificado dos seus membros, a composição do Conselho de Administração deverá ser alternada, de modo a permitir a constante renovação do órgão, sem comprometer o histórico e experiência a respeito dos negócios da Companhia, respeitadas as seguintes regras:

I- Não participarão do rodízio o conselheiro presidente da Companhia, os eleitos pelos minoritários ordinaristas, pelos preferencialistas e pelos empregados;

II- 20% (vinte por cento) dos demais conselheiros deverão ser renovados a cada 4 (quatro) anos. Se resultar número fracionário de conselheiros, proceder-se-á ao arredondamento para o número inteiro imediatamente superior.

§2º- No caso de vacância no cargo de Presidente do Conselho, o substituto será eleito na primeira reunião ordinária do Conselho de Administração até a próxima Assembleia Geral.

§3º- O membro do Conselho de Administração eleito na forma do caput deste artigo poderá ser reeleito no máximo 3 (três) vezes consecutivas.

§4º- No caso do membro do Conselho de Administração eleito pelos empregados, o limite de reeleição deverá observar a legislação e regulações vigentes.

§5º- O Conselho de Administração deve ser composto, no mínimo, por 40% (quarenta por cento) de membros independentes, incidindo este percentual sobre o número total de Conselheiros de Administração, sendo que os critérios de independência deverão respeitar os termos do art. 22, §1º, da Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016, do art. 36, §1º, do Decreto nº 8.945, de 27 de dezembro de 2016, ~~do Regimento do Programa Destaque em Governança de Estatais da B3~~ e do Regulamento do Nível 2, respeitando-se o critério mais rigoroso, em caso de divergência entre as regras.

§6º- O Conselho de Administração deve ser composto apenas por membros externos, sem vínculos estatutários ou empregatícios atuais com a Companhia, exceto quanto ao membro designado como Presidente da Companhia e ao membro eleito pelos empregados.

§7º Os membros do Conselho de Administração a serem indicados pela União com a finalidade de atender o número mínimo de independentes previsto no §5º deste artigo serão selecionados em lista ~~tríplice~~, elaborada ~~pelo Conselho de Administração da Petrobras. por empresa especializada e com experiência comprovada, não sendo permitida a interferência na indicação desta lista, que será de inteira responsabilidade da empresa especializada.~~

§8º- As funções de Presidente do Conselho de Administração e de Presidente da Companhia ou principal executivo não serão exercidas pela mesma pessoa.

§9º- A qualificação como Conselheiro Independente será expressamente declarada na ata da assembleia geral que o eleger.

§10º- Quando, em decorrência da observância do percentual referido no parágrafo 5º deste artigo, resultar número fracionário de conselheiros, proceder-se-á ao arredondamento para o número inteiro imediatamente superior, quando a fração for igual ou superior a 0,5.

§11- É vedada a recondução do Conselheiro de Administração, que não participar de nenhum treinamento anual disponibilizado pela Companhia nos últimos 2 (dois) anos.

§12- Atingido o prazo máximo de recondução, o retorno de Conselheiro de Administração para a Companhia só poderá ocorrer após decorrido período equivalente a 1 (um) prazo de gestão.

Art. 19- No processo de eleição dos membros do Conselho de Administração pela Assembleia Geral de Acionistas serão observadas as seguintes regras:

I- É assegurado aos acionistas minoritários o direito de eleger 1 (um) Conselheiro, se maior número não lhes couber pelo processo de voto múltiplo;

II- É assegurado aos acionistas titulares de ações preferenciais, que representem em conjunto, no mínimo, 10% (dez por cento) do capital social, excluído o acionista controlador, eleger e destituir 1 (um) membro do Conselho de Administração, em votação em separado na Assembleia Geral;

III- Sempre que, cumulativamente, a eleição do Conselho de Administração se der pelo sistema de voto múltiplo e os titulares de ações ordinárias ou preferenciais exercerem o direito de eleger Conselheiro, será assegurado à União o direito de eleger Conselheiros em número igual ao dos eleitos pelos demais acionistas e pelos empregados, mais 1 (um), independentemente do número de Conselheiros estabelecido no art. 18 deste Estatuto;

IV- É assegurado aos empregados o direito de indicar 1 (um) membro do Conselho de Administração em votação em separado, pelo voto direto de seus pares, conforme §1º do art. 2º da Lei nº 12.353 de 28 de dezembro de 2010;

V – Desde que respeitado o disposto na legislação aplicável, é assegurado ao Ministério da Economia indicar um membro do Conselho de Administração.

Art. 20- A Diretoria Executiva será composta de 1 (um) Presidente, escolhido pelo Conselho de Administração dentre os seus membros, e até 8 (oito) Diretores Executivos, eleitos pelo Conselho de Administração, dentre pessoas naturais residentes no País, com prazo de gestão unificado que não poderá ser superior a 2 (dois) anos, permitidas, no máximo, 3 (três) reeleições consecutivas, podendo ser destituídos a qualquer tempo.

§1º- O Conselho de Administração deverá observar na escolha e eleição dos membros da Diretoria Executiva a sua capacidade profissional, notório conhecimento e especialização nas respectivas áreas de contato em que esses administradores irão atuar, observado o Plano Básico de Organização.

§2º- Os membros da Diretoria Executiva exercerão seus cargos em regime de tempo integral e de dedicação exclusiva ao serviço da Petrobras, permitido, porém, após justificativa e aprovação pelo Conselho de Administração, o exercício concomitante em cargos de administração de subsidiárias integrais, controladas e coligadas da Companhia e, excepcionalmente, no Conselho de Administração de outras sociedades.

§3º- Os membros da Diretoria Executiva, além dos requisitos exigíveis dos membros do Conselho de Administração, conforme art. 21 abaixo, deverão atender ao requisito de 10 (dez) anos de experiência em liderança, preferencialmente, no negócio ou em área correlata, conforme especificado na Política de Indicação da Companhia.

§4º- É vedada a recondução de membro da Diretoria Executiva, que não participar de nenhum treinamento anual disponibilizado pela Companhia nos últimos 2 (dois) anos.

§5º- Atingido o prazo máximo de recondução, o retorno de Diretor Executivo para a Petrobras só poderá ocorrer após decorrido período equivalente a 1 (um) prazo de gestão.

Art. 21- A investidura em cargo de administração da Companhia observará as condições impostas pelo art. 147 e complementadas por aquelas previstas no art. 162 da Lei das Sociedades por Ações, bem como aquelas previstas na Política de Indicação, na Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016 e no Decreto nº 8.945, de 27 de dezembro de 2016.

§1º- Para fins de cumprimento dos requisitos e vedações legais, a Companhia considerará ainda as seguintes condições para a caracterização da reputação ilibada do indicado para o cargo de administração, as quais serão detalhadas na Política de Indicação:

I- não possuir contra si processos judiciais ou administrativos com acórdão desfavorável ao indicado, em segunda instância, observada a atividade a ser desempenhada;

II- não possuir pendências comerciais ou financeiras que tenham sido objeto de protesto ou de inclusão em cadastros oficiais de inadimplentes, sendo possível o esclarecimento à Companhia sobre tais fatos;

III- demonstrar a diligência adotada na resolução de apontamentos indicados em relatórios de órgãos de controle interno ou externo em processos e/ou atividades sob sua gestão, quando aplicável;

IV- não possuir falta grave relacionada ao descumprimento do Código de Ética, Guia de Conduta, Manual do Programa Petrobras de Prevenção à Corrupção ou outros normativos internos, quando aplicável;

V- não ter sido enquadrado no sistema de consequência disciplinar no âmbito de qualquer sociedade subsidiária, controlada ou coligada da Petrobras ou ter sofrido penalidade trabalhista ou administrativa em outra pessoa jurídica de direito público ou privado nos últimos 3 (três) anos em decorrência de apurações internas, quando aplicável.

§2º- É vedada a indicação, para o cargo de administração:

I - de representante do órgão regulador ao qual a Companhia está sujeita;

II - de Ministro de Estado, de Secretário Estadual e de Secretário Municipal;

III - de titular de cargo em comissão na administração pública federal, direta ou indireta, sem vínculo permanente com o serviço público;

IV - de dirigente estatutário de partido político e de titular de mandato no Poder Legislativo de qualquer ente federativo, ainda que licenciado;

V - de pessoa que atuou, nos últimos 36 (trinta e seis) meses, como participante de estrutura decisória de partido político;

VI - de pessoa que atuou, nos últimos 36 (trinta e seis) meses, em trabalho vinculado a organização, estruturação e realização de campanha eleitoral;

VII - de pessoa que exerça cargo em organização sindical;

VIII - de pessoa física que tenha firmado contrato ou parceria, como fornecedor ou comprador, demandante ou ofertante, de bens ou serviços de qualquer natureza, com a União, com a própria Companhia ou com suas controladas sediadas no Brasil, nos 3 (três) anos anteriores à data de sua nomeação;

IX - de pessoa que tenha ou possa ter qualquer forma de conflito de interesse com a União ou com a própria Companhia;

X - de parentes consanguíneos ou afins até o terceiro grau das pessoas mencionadas nos incisos I a **IV** ~~IX~~; e

XI - de pessoa que se enquadre em qualquer uma das hipóteses de inelegibilidade previstas nas alíneas do inciso I do caput do art. 1º da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990.

§3º- O indicado não poderá acumular mais de 2 (duas) posições remuneradas em conselhos de administração ou fiscal na Companhia ou em qualquer sociedade subsidiária, controlada ou coligada da Petrobras.

§4º- Os requisitos legais e de integridade deverão ser analisados pelo Comitê de Pessoas, no prazo de 8 (oito) dias úteis, a partir da entrega das informações por parte do candidato ou de quem o indica, podendo ser prorrogado por mais 8 (oito) dias úteis a pedido do Comitê. Caso haja motivo objetivamente comprovado, o prazo de análise poderá ser suspenso, por ato formal do Comitê.

§5º- Será vedada a investidura em cargos de administração daqueles que possuírem ascendentes, descendentes ou parentes colaterais ocupando cargos no Conselho de Administração, na Diretoria Executiva ou no Conselho Fiscal da Companhia.

§6º- A investidura de representante dos empregados no Conselho de Administração estará sujeita aos requisitos e impedimentos fixados na Lei das Sociedades por Ações, na Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016, no Decreto nº 8.945, de 27 de dezembro de 2016, na Política de Indicação e nos §§1º e 2º deste artigo.

§7º- O Comitê de Pessoas poderá solicitar ao indicado para o cargo que compareça a uma entrevista para esclarecimento sobre os requisitos deste artigo, sendo que a aceitação do convite obedecerá à vontade do indicado.

Art. 22- Os Conselheiros e membros da Diretoria Executiva serão investidos nos seus cargos mediante assinatura de termos de posse no livro de atas do Conselho de Administração e da Diretoria Executiva, respectivamente.

§1º- O termo de posse deverá conter, sob pena de nulidade: (i) a indicação de pelo menos 1 (um) domicílio no qual o administrador receberá as citações e intimações em processos administrativos e judiciais relativos a atos de sua gestão, as quais reputar-se-ão cumpridas mediante entrega no domicílio indicado, o qual somente poderá ser alterado mediante comunicação por escrito à Companhia; (ii) a adesão ao Termo de Anuência dos Administradores nos termos do disposto no Regulamento do Nível 2, bem como ao atendimento dos requisitos legais aplicáveis, e (iii) anuência aos termos da cláusula compromissória de que trata o art. 58 deste Estatuto e demais termos estabelecidos pela legislação e pela Companhia.

§2º- A posse do Conselheiro residente ou domiciliado no exterior fica condicionada à constituição de representante residente no País, com poderes para receber citação em

ações contra ele propostas com base na legislação societária, mediante procuração com prazo de validade que deverá estender-se por, no mínimo, 3 (três) anos após o término do prazo de gestão do Conselheiro.

§3º- Antes de tomar posse, ~~e ao deixar o cargo,~~ os membros do Conselho de Administração e da Diretoria Executiva apresentarão declaração de bens, que será arquivada na Companhia, ~~devendo ser atualizada anualmente e ao deixar o cargo, ou poderão autorizar o acesso aos dados de bens e rendas das suas Declarações de Ajuste Anual do Imposto de Renda Pessoa Física e respectivas retificações, pelo período de seu mandato.~~

Art. 23- Os membros do Conselho de Administração e da Diretoria Executiva responderão, nos termos do art. 158, da Lei das Sociedades por Ações, individual e solidariamente, pelos atos que praticarem e pelos prejuízos que deles decorram para a Companhia, sendo-lhes vedado participar na deliberação acerca de operações envolvendo outras sociedades em que participem ou tenham ocupado cargo de gestão em período imediatamente anterior à investidura na Companhia.

§ 1º - A vedação de participação em deliberações não deverá incidir:

I - no caso de participações societárias, diretas e indiretas, não relevantes, nos termos da regulação da Comissão de Valores Mobiliários, em sociedades anônimas de capital aberto, que não tenham potencial de gerar conflito de interesses com a Petrobras, ou;

II - no caso de administradores que atuem na administração de outras sociedades por indicação da Companhia.

§21º- A Companhia assegurará a defesa em processos judiciais e administrativos aos seus administradores, presentes e passados, além de manter contrato de seguro permanente em favor desses administradores, para resguardá-los das responsabilidades por atos decorrentes do exercício do cargo ou função, cobrindo todo o prazo de exercício dos respectivos mandatos.

§32º- A garantia prevista no parágrafo anterior se estende aos membros do Conselho Fiscal, bem como a todos os empregados e prepostos que legalmente atuem por delegação dos administradores da Companhia.

§43º- A Companhia poderá, ainda, celebrar contratos de indenidade com os membros do Conselho de Administração, Conselho Fiscal, Diretoria Executiva, comitês e todos os demais empregados e prepostos que legalmente atuem por delegação dos administradores da Companhia, de forma a fazer frente a determinadas despesas relacionadas a processos arbitrais, judiciais ou administrativos que envolvam atos praticados no exercício de suas atribuições ou poderes, desde a data de sua posse ou do início do vínculo contratual com a Companhia.

§54º- Os contratos de indenidade não abarcarão:

I- atos praticados fora do exercício das atribuições ou poderes de seus signatários;

II- atos com má-fé, dolo, culpa grave ou fraude;

III- atos praticados em interesse próprio ou de terceiros, em detrimento do interesse social da companhia;

IV- indenizações decorrentes de ação social prevista no Art. 159 da Lei nº 6.404/76 ou ressarcimento de prejuízos de que trata o art. 11, § 5º, II da Lei nº 6.385, de 07 de dezembro de 1976; ou

V- demais casos previstos no contrato de indenidade.

§65º- O contrato de indenidade deverá ser adequadamente divulgado e prever, entre outras coisas:

I- o valor limite da cobertura oferecida;

II- o prazo de cobertura; e

III- o procedimento decisório quanto ao pagamento da cobertura, que deverá garantir a independência das decisões e assegurar que sejam tomadas no interesse da Companhia.

§76º- O beneficiário do contrato de indenidade estará obrigado a devolver à Companhia os valores adiantados nos casos em que, após decisão final irreversível, restar comprovado que o ato praticado pelo beneficiário não é passível de indenização, nos termos do contrato de indenidade.

Art. 24- Perderá o cargo o Conselheiro que deixar de participar de 3 (três) reuniões ordinárias consecutivas, sem motivo justificado ou licença concedida pelo Conselho de Administração.

Art. 25- No caso de vacância do cargo de Conselheiro, o substituto será nomeado pelos Conselheiros remanescentes e servirá até a primeira Assembleia Geral, na forma prevista no art. 150 da Lei das Sociedades por Ações.

§1º- O Conselheiro, ou membro da Diretoria Executiva, eleito em substituição, completará o prazo de gestão do substituído, e, quando findo o prazo de gestão, permanecerá no cargo até a posse do sucessor.

§2º- Caso o Conselheiro representante dos empregados não complete o prazo de gestão, será observado o seguinte:

I- assumirá o segundo colocado mais votado, se não houver transcorrido mais da metade do prazo de gestão;

II- serão convocadas novas eleições, se houver transcorrido mais da metade do prazo de gestão.

§3º- Na hipótese de que trata o § 2º, o Conselheiro substituto completará o prazo de gestão do Conselheiro substituído.

§4º - No caso de vacância dos cargos dos conselheiros eleitos pelos acionistas minoritários detentores de ações ordinárias ou preferenciais, o Conselho de Administração deverá convocar Assembleia Geral para eleição de substituto em até 60 (sessenta) dias, contados da data da efetiva vacância do cargo.

Art. 26- A Companhia será representada, em juízo ou fora dele, individualmente, por seu Presidente ou por, no mínimo, 2 (dois) Diretores Executivos em conjunto, podendo nomear procuradores ou representantes.

Art. 27- O Presidente e os Diretores Executivos não poderão ausentar-se do exercício do cargo, anualmente, por mais de 30 (trinta) dias consecutivos ou não, sem licença ou autorização do Conselho de Administração.

§1º- O Presidente e os Diretores Executivos farão jus, anualmente, a 30 (trinta) dias de licença remunerada, mediante prévia autorização da Diretoria Executiva, vedado o pagamento em dobro da remuneração pela licença não gozada no ano anterior.

§2º- Ao Presidente, compete designar, dentre os Diretores Executivos, seu substituto eventual.

§3º- No caso de vacância do cargo de Presidente, o Presidente do Conselho de Administração indicará o substituto dentre os demais membros da Diretoria Executiva até a eleição do novo Presidente nos termos do art. 20 deste Estatuto.

§4º- No caso de ausência ou impedimento de um Diretor Executivo, os seus encargos serão assumidos por um substituto escolhido pelo mesmo, dentre outros integrantes da Diretoria Executiva ou um de seus subordinados diretos, este último até um prazo máximo de 30 (trinta) dias.

§5º- No caso da indicação ser feita a um subordinado, condicionada à aprovação do Presidente, o mesmo participará de todas as atividades rotineiras do Diretor Executivo, inclusive com a presença em reuniões de Diretoria, para instruir as matérias da área de contato do respectivo Diretor Executivo, sem, no entanto, exercer direito de voto.

Art. 28- Após o término da gestão, os ex-membros da Diretoria Executiva, do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal ficam impedidos, por um período de 6 (seis) meses,

contados do término do mandato, se maior prazo não for fixado nas normas regulamentares, de:

I- aceitar cargo de administrador ou conselheiro fiscal, exercer atividades ou prestar qualquer serviço a empresas concorrentes da Companhia;

II- aceitar cargo de administrador ou conselheiro fiscal, ou estabelecer vínculo profissional com pessoa física ou jurídica com a qual tenham mantido relacionamento oficial direto e relevante nos 6 (seis) meses anteriores ao término do mandato, se maior prazo não for fixado nas normas regulamentares; e

III- patrocinar, direta ou indiretamente, interesse de pessoa física ou jurídica, perante órgão ou entidade da Administração Pública Federal com que tenha tido relacionamento oficial direto e relevante nos 6 (seis) meses anteriores ao término do mandato, se maior prazo não for fixado nas normas regulamentares.

§1º- Incluem-se no período a que se refere o caput deste artigo, eventuais períodos de licença anual remunerada não gozados.

§2º- Durante o período de impedimento, os ex-membros da Diretoria Executiva, do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal farão jus a remuneração compensatória equivalente apenas ao honorário mensal da função que ocupavam, condicionado ao disposto no §6º deste artigo.

§3º- Não terão direito à remuneração compensatória, os ex-membros da Diretoria Executiva, do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal que optarem pelo retorno, antes do término do período de impedimento, ao desempenho da função ou cargo, efetivo ou superior, que, anteriormente à sua investidura, ocupavam na administração pública ou privada.

§4º- O descumprimento do impedimento de 6 (seis) meses implica, além da perda de remuneração compensatória, a devolução do valor já recebido a esse título e o pagamento de multa de 20% (vinte por cento) sobre o total da remuneração compensatória que seria devida no período, sem prejuízo do ressarcimento das perdas e danos a que eventualmente der causa.

§5º- Cessará o direito à percepção da remuneração compensatória, sem prejuízo das demais sanções cabíveis e restituição dos valores já recebidos, ao ex-membro da Diretoria Executiva, do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal que:

I- incorrer em qualquer das hipóteses que configuram conflito de interesses de que trata o art. 5º da Lei nº 12.813, de 16 de maio de 2013;

II- for condenado judicialmente, com trânsito em julgado, por crimes contra a administração pública;

III- for condenado judicialmente, com trânsito em julgado, por improbidade administrativa; ou

IV- sofrer cassação de aposentadoria, demissão ou conversão de exoneração em destituição do cargo em comissão.

§6º- O início do pagamento da remuneração compensatória está condicionado à caracterização do conflito de interesse e o impedimento para o exercício de atividade profissional e será precedido de manifestação formal sobre a caracterização de conflito:

I- da Comissão de Ética da Presidência da República, nos termos do art. 8º da Lei nº 12.813, de 16 de maio de 2013, para os membros da Diretoria Executiva, inclusive para o Presidente da Companhia;

II- da Comissão de Ética da Petrobras, que decidirá com o subsídio das áreas técnicas, quando necessários ao exame da matéria, para os membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal.

Seção II - Do Conselho de Administração

Art. 29- O Conselho de Administração é o órgão de orientação e direção superior da Petrobras, competindo-lhe:

I- fixar a orientação geral dos negócios da Companhia, definindo sua missão, seus objetivos estratégicos e diretrizes;

II- aprovar, por proposta da Diretoria Executiva, o plano estratégico, os respectivos planos plurianuais, bem como planos e programas anuais de dispêndios e de investimentos, promovendo, anualmente, análise quanto ao atendimento das metas e dos resultados na execução dos referidos planos, devendo publicar suas conclusões e informá-las ao Congresso Nacional e ao Tribunal de Contas da União;

III- fiscalizar a gestão da Diretoria Executiva e de seus membros e fixar-lhes as atribuições, examinando, a qualquer tempo, os livros e papéis da Companhia;

IV- avaliar, anualmente, resultados de desempenho, individual e coletivo, dos administradores e dos membros dos Comitês do Conselho, com o apoio metodológico e procedimental do Comitê de Pessoas, observados os seguintes quesitos mínimos: a) exposição dos atos de gestão praticados quanto à licitude e à eficácia da ação gerencial e administrativa; b) contribuição para o resultado do exercício; e c) consecução dos objetivos estabelecidos no plano de negócios e atendimento à estratégia de longo prazo de que tratam o art. 37, §1º do Decreto nº 8.945, de 27 de dezembro de 2016;

V- avaliar e divulgar anualmente quem são os conselheiros independentes, bem como indicar e justificar quaisquer circunstâncias que possam comprometer sua independência;

VI- aprovar o valor acima do qual os atos, contratos ou operações, embora de competência da Diretoria Executiva ou de seus membros, deverão ser submetidos à aprovação do Conselho de Administração;

VII- deliberar sobre a emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações e sem garantia real;

VIII- fixar as políticas globais da Companhia, incluindo a de gestão estratégica comercial, financeira, de riscos, de investimentos, de meio ambiente, de divulgação de informações, de distribuição de dividendos, de transações com partes relacionadas, de porta-vozes, de recursos humanos e de participações minoritárias, em atendimento ao disposto no art. 9º, § 1º do Decreto nº 8.945, de 27 de dezembro de 2016;

IX- aprovar a transferência da titularidade de ativos da Companhia, inclusive contratos de concessão e autorizações para refino de petróleo, processamento de gás natural, transporte, importação e exportação de petróleo, seus derivados e gás natural, podendo fixar limites de valor para a prática desses atos pela Diretoria Executiva ou por seus membros;

X- aprovar o Regulamento Eleitoral de escolha do membro do Conselho de Administração eleito pelos empregados;

XI- aprovar os planos que disponham sobre a admissão, carreira, sucessão, vantagens e regime disciplinar dos empregados da Petrobras;

XII- aprovar a Política de Indicação que contenha os requisitos mínimos para indicação de membros do Conselho de Administração e de seus Comitês, do Conselho Fiscal e da Diretoria Executiva, a ser disponibilizada, de forma ampla, aos acionistas e ao mercado, nos limites da legislação aplicável;

XIII- aprovar e divulgar Carta Anual e Carta de Governança Corporativa, na forma prevista na Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016;

XIV- implementar, diretamente ou por intermédio de outros órgãos da Companhia, e supervisionar os sistemas de gestão de riscos e de controle interno estabelecidos para a prevenção e a mitigação dos principais riscos, inclusive os riscos relacionados à integridade

das informações contábeis e financeiras e àqueles relacionados à ocorrência de corrupção e fraude;

XV- manifestar-se formalmente quando da realização de ofertas públicas de aquisição de ações de emissão da Companhia;

XVI- definir lista tríplice de empresas especializadas em avaliação econômica de empresas para a elaboração de laudo de avaliação das ações da Companhia, nos casos de oferta pública para cancelamento de registro de companhia aberta ou para saída do Nível 2 de Governança Corporativa.

§1º- A fixação da política de recursos humanos de que trata o inciso VIII não poderá contar com a participação do Conselheiro representante dos empregados, caso as discussões e deliberações em pauta envolvam assuntos de relações sindicais, remuneração, benefícios e vantagens, inclusive matérias de previdência complementar e assistenciais, hipóteses em que fica configurado o conflito de interesse.

§2º- Sempre que a Política de Indicação pretender impor requisitos adicionais àqueles constantes da legislação aplicável para os Conselheiros de Administração e para os Conselheiros Fiscais, tais requisitos deverão ser encaminhados para deliberação dos acionistas, em Assembleia Geral.

§3º- A manifestação formal, favorável ou contrária, de que trata o inciso XV será por meio de parecer prévio fundamentado, divulgado em até 15 (quinze) dias da publicação do edital da oferta pública de ações, abordando, pelo menos: (i) a conveniência e a oportunidade da oferta pública de ações quanto ao interesse do conjunto dos acionistas e em relação à liquidez dos valores mobiliários de sua titularidade; (ii) as repercussões da oferta pública de aquisição de ações sobre os interesses da Petrobras; (iii) os planos estratégicos divulgados pelo ofertante em relação à Petrobras; (iv) outros pontos que o Conselho de Administração considerar pertinentes, bem como as informações exigidas pelas regras aplicáveis estabelecidas pela CVM.

Art. 30- Compete, ainda, ao Conselho de Administração deliberar sobre as seguintes matérias:

I- atribuições de cada membro da Diretoria Executiva que constarão no Plano Básico de Organização, a ser divulgado pela Companhia em seu sítio eletrônico;

II- indicação e destituição dos titulares da estrutura geral da Companhia **diretamente vinculados ao Conselho** ~~proposta pela Diretoria Executiva~~, conforme definido no Plano Básico de Organização, com base nos critérios fixados pelo próprio Conselho de Administração;

III- autorização para aquisição de ações de emissão da Companhia para permanência em tesouraria ou cancelamento, bem como posterior alienação dessas ações, exceto nos casos de competência da Assembleia Geral, conforme as disposições legais, regulamentares e estatutárias;

IV- permuta de valores mobiliários de sua emissão;

IV- eleição e destituição dos membros da Diretoria Executiva;

VI- constituição de subsidiárias integrais, participações da Companhia em sociedades controladas ou coligadas, a transferência ou a cessação dessa participação, bem como a aquisição de ações ou cotas de outras sociedades;

VII- convocação de Assembleia Geral dos acionistas, nos casos previstos em lei, publicando o edital de convocação com, no mínimo, 15 (quinze) dias de antecedência;

VIII- Código de Ética, Código de Boas Práticas e Regimento Interno do Conselho de Administração e Guia de Conduta do Sistema Petrobras;

IX- Política e Diretrizes de Governança Corporativa da Petrobras;

X- escolha e destituição de auditores independentes, os quais não poderão prestar à Companhia serviços de consultoria durante a vigência do contrato;

- XI-** relatório da administração e contas da Diretoria Executiva;
- XII-** escolha dos integrantes dos Comitês do Conselho, dentre seus membros e/ou dentre pessoas de mercado de notória experiência e capacidade técnica em relação à especialidade do respectivo Comitê, e aprovação das atribuições e regras de funcionamento dos Comitês;
- XIII-** assuntos que, em virtude de disposição legal ou por determinação da Assembleia Geral, dependam de sua deliberação;
- XIV-** critérios de integridade e conformidade, bem como os demais critérios e requisitos pertinentes aplicáveis à eleição dos membros da Diretoria Executiva e à indicação dos titulares da estrutura geral, que deverão atender, no mínimo, àqueles constantes do art. 21, §§1º, 2º e 3º deste Estatuto;
- XV-** o contrato de indenidade a ser firmado pela Companhia e os procedimentos que garantam a independência das decisões, conforme definido no art. 23, §§3º a 6º deste Estatuto Social;
- XVI-** alienação do controle do capital social de subsidiárias integrais da Companhia;
- XVII-** casos omissos deste Estatuto Social.
- §1º-** O Conselho de Administração contará com 6 (seis) Comitês de assessoramento, com atribuições específicas de análise e recomendação sobre determinadas matérias, vinculados diretamente ao Conselho: Comitê de Investimentos; Comitê de Auditoria; Comitê de Auditoria do Conglomerado Petrobras; Comitê de Segurança, Meio Ambiente e Saúde; Comitê de Pessoas; e Comitê de Minoritários.
- I-** Os pareceres dos Comitês não constituem condição necessária para a apresentação de matérias ao exame e deliberação do Conselho de Administração, à exceção da hipótese prevista no §4º deste artigo, quando o parecer do Comitê de Minoritários será obrigatório;
- II-** Os membros dos Comitês poderão participar como convidados de todas as reuniões do Conselho de Administração;
- III-** A composição e as regras de funcionamento dos Comitês serão disciplinadas em regimentos a serem aprovados pelo Conselho de Administração, sendo vedada a participação, seja como membro, seja como convidado permanente destes comitês, do Presidente da Companhia, dos Diretores Executivos e dos empregados, salvo, neste último caso, o Conselheiro eleito pelos empregados e os titulares das unidades organizacionais vinculadas diretamente ao Conselho de Administração;
- IV –** O Conselheiro eleito pelos empregados da Companhia não poderá participar do Comitê de Auditoria, do Comitê de Auditoria do Conglomerado Petrobras e do Comitê de Pessoas;
- §2º-** O Comitê de Pessoas terá as atribuições previstas nos arts. 21 a 23 do Decreto nº 8.945, de 27 de dezembro de 2016, bem como deverá analisar os requisitos de integridade previstos no art. 21 deste Estatuto para a investidura em cargo de administração e de conselheiro fiscal da Companhia.
- §3º-** Sempre que houver necessidade de avaliar operações com a União, suas autarquias e fundações e empresas estatais federais, desde que fora do curso normal dos negócios da Companhia, e que estejam na alçada de aprovação do Conselho de Administração, o Comitê de Minoritários deverá prestar o assessoramento prévio, emitindo seu parecer a respeito da transação pretendida.
- §4º-** De modo a permitir a representação dos acionistas preferencialistas, o Comitê de Minoritários também realizará o assessoramento prévio aos acionistas, emitindo seu parecer sobre as seguintes operações abaixo indicadas, em reunião que deverá contar obrigatoriamente com a participação do conselheiro de administração eleito pelos preferencialistas, sendo que o parecer do Comitê deverá constar integralmente, incluindo o inteiro teor das manifestações divergentes, do Manual da Assembleia que for convocada para deliberar sobre:

- I-** transformação, incorporação, fusão ou cisão da Companhia;
 - II-** aprovação de contratos entre a Companhia e o acionista controlador, diretamente ou por meio de terceiros, assim como de outras sociedades nas quais o acionista controlador tenha interesse, sempre que, por força de disposição legal ou estatutária, sejam deliberados em Assembleia Geral;
 - III-** avaliação de bens destinados à integralização de aumento de capital da Companhia;
 - IV-** escolha de instituição ou empresa especializada para determinação do valor econômico da Companhia, conforme Art. 40, X deste Estatuto; e
 - V-** alteração ou revogação de dispositivos estatutários que alterem ou modifiquem quaisquer das exigências previstas no item 4.1 do Regulamento do Nível 2, enquanto estiver em vigor Contrato de Participação no Nível 2 de Governança Corporativa.
- §5º-** Caso a decisão final do Conselho de Administração divirja do parecer do Comitê de Minoritários indicado no parágrafo anterior, a manifestação do Conselho, incluindo a integralidade das manifestações divergentes, também deverá constar do Manual da Assembleia que for convocada para deliberar sobre as operações acima mencionadas, de modo a melhor instruir o voto dos acionistas.
- §6º-** O referido Comitê de Minoritários será formado pelos 2 (dois) membros do Conselho de Administração indicados pelos acionistas minoritários ordinaristas e pelos preferencialistas, além de 1 (um) terceiro membro independente, que se enquadre nos quesitos do art. 18, §5º deste Estatuto, escolhido pelos demais membros do Comitê, podendo ser ou não membro do Conselho de Administração.
- Art. 31-** O Conselho de Administração poderá determinar a realização de inspeções, auditorias ou tomadas de contas na Companhia, bem como a contratação de especialistas, peritos ou auditores externos, para melhor instruírem as matérias sujeitas a sua deliberação.
- Art. 32-** O Conselho de Administração reunir-se-á com a presença da maioria de seus membros, mediante convocação do seu Presidente ou da maioria dos Conselheiros, ordinariamente, no mínimo a cada mês e, extraordinariamente, sempre que necessário.
- §1º-** Fica facultada, se necessária, a participação dos Conselheiros na reunião, por telefone, videoconferência, ou outro meio de comunicação que possa assegurar a participação efetiva e a autenticidade do seu voto. O Conselheiro, nessa hipótese, será considerado presente à reunião, e seu voto será considerado válido para todos os efeitos legais, e incorporado à ata da referida reunião.
- §2º-** As matérias submetidas à apreciação do Conselho de Administração serão instruídas com a decisão da Diretoria Executiva, as manifestações da área técnica ou do Comitê competente, e ainda o parecer jurídico, quando necessários ao exame da matéria.
- §3º-** O Presidente do Conselho, por iniciativa própria ou por solicitação de qualquer Conselheiro, poderá convocar membros da Diretoria Executiva da Companhia para assistir às reuniões e prestar esclarecimentos ou informações sobre as matérias em apreciação.
- §4º-** As deliberações do Conselho de Administração serão tomadas pelo voto da maioria dos Conselheiros presentes e serão registradas no livro próprio de atas.
- §5º-** As operações previstas nos §§3º e 4º do art. 30 deste Estatuto serão aprovadas pelo voto de 2/3 (dois terços) dos Conselheiros presentes.
- §6º-** Em caso de empate, o Presidente do Conselho terá o voto de qualidade.

Seção III - Da Diretoria Executiva

Art. 33- Cabe à Diretoria Executiva e aos seus membros exercer a gestão dos negócios da Companhia, de acordo com a missão, os objetivos, as estratégias e diretrizes fixadas pelo Conselho de Administração.

§1º- É assegurada ao Diretor Executivo de Governança e Conformidade, no exercício de suas atribuições, a possibilidade de se reportar diretamente ao Conselho de Administração nas hipóteses do art. 9º, §4º da Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016.

§2º- O Conselho de Administração poderá delegar atribuições à Diretoria Executiva, ressalvadas aquelas expressamente previstas na lei societária e observadas as alçadas estabelecidas em tais delegações.

Art. 34- Compete à Diretoria Executiva:

I- Avaliar, aprovar e submeter à aprovação do Conselho de Administração:

- a)** as bases e diretrizes para a elaboração do plano estratégico, bem como dos programas anuais e planos plurianuais;
- b)** o plano estratégico, os respectivos planos plurianuais, bem como planos e programas anuais de dispêndios e de investimentos da Companhia com os respectivos projetos;
- c)** os orçamentos de custeio e de investimentos da Companhia;
- d)** o resultado de desempenho das atividades da Companhia;
- e)** a indicação dos titulares da estrutura geral da Companhia, com base nos critérios estabelecidos pelo Conselho de Administração;
- f)** os planos que disponham sobre a admissão, carreira, sucessão, vantagens e regime disciplinar dos empregados da Petrobras.

II- aprovar:

- a)** os critérios de avaliação técnico-econômica para os projetos de investimentos, com os respectivos planos de delegação de responsabilidade para sua execução e implantação;
- b)** os critérios de aproveitamento econômico de áreas produtoras e coeficiente mínimo de reservas de óleo e gás, observada a legislação específica;
- c)** a política de preços e estruturas básicas de preço dos produtos da Companhia;
- d)** os planos de contas, critérios básicos para apuração de resultados, amortização e depreciação de capitais investidos, e mudanças de práticas contábeis;
- e)** os manuais e normas corporativas de governança, contabilidade, finanças, administração de pessoal, contratação e execução de obras e serviços, suprimento e alienação de materiais e equipamentos, de operação e outras regras corporativas necessárias à orientação do funcionamento da Companhia;
- f)** as normas para cessão de uso, locação ou arrendamento de bens imóveis de propriedade da Companhia;
- g)** alterações na a estrutura organizacional da Companhia, conforme competências estabelecidas no Plano Básico de Organização, bem como criar, transformar ou extinguir Unidades de Operação, agências, filiais, sucursais e escritórios no País e no exterior;
- h)** a criação e a extinção de Comitês não estatutários, vinculados a Diretoria Executiva ou a seus membros, aprovando as respectivas regras de funcionamento, atribuições e limites de competência para atuação;
- i)** o valor acima do qual os atos, contratos ou operações, embora de competência do Presidente ou dos Diretores Executivos, deverão ser submetidos para aprovação da Diretoria Executiva, respeitada a alçada definida pelo Conselho de Administração;
- j)** o plano anual de seguros da Companhia;
- l)** convenções ou acordos coletivos de trabalho, bem como a propositura de dissídios coletivos de trabalho;

m) a prestação de garantias reais ou fidejussórias, observadas as disposições legais e contratuais pertinentes;

III- garantir a implementação do Plano Estratégico e dos planos plurianuais e programas anuais de dispêndios e de investimentos da Companhia com os respectivos projetos, respeitando os limites orçamentários aprovados;

IV- deliberar sobre marcas e patentes, nomes e insígnias;

V - indicação e destituição dos titulares da estrutura geral da Companhia diretamente vinculados à Diretora Executiva, conforme definido no Plano Básico de Organização, com base nos critérios fixados pelo Conselho de Administração.

Art. 35- Em havendo pautas de sua competência, a Diretoria Executiva reunir-se-á, com a maioria de seus membros, dentre eles o Presidente ou o seu substituto, e, extraordinariamente, mediante convocação do Presidente ou de 2/3 (dois terços) dos Diretores Executivos.

§1º- A Diretoria Executiva contará com o assessoramento do Comitê Técnico Estatutário de Investimento e Desinvestimento.

§2º- Os membros da Diretoria Executiva contarão com até 8 (oito) Comitês Técnicos Estatutários de assessoramento, compostos por titulares da estrutura geral da Companhia, com atribuições específicas de análise e recomendação sobre determinadas matérias, na forma do respectivo Regimento Interno, observado o disposto no art. 160 da Lei das Sociedades por Ações.

§3º- Os assessoramentos dos Comitês Técnicos Estatutários não vinculam a Diretoria Executiva ou seus membros, conforme o caso, porém serão condição necessária para o exame e deliberação da matéria no âmbito das respectivas competências.

§4º- A composição, as regras de funcionamento e as atribuições dos Comitês Técnicos Estatutários serão disciplinadas em Regimento Interno a ser aprovado pelo Conselho de Administração.

Art. 36- Compete, individualmente:

§1º- Ao Presidente:

I- convocar, presidir e coordenar os trabalhos das reuniões da Diretoria Executiva;

II- propor ao Conselho de Administração a indicação dos Diretores Executivos;

III- prestar informações ao Conselho de Administração, ao Ministro de Estado ao qual a Companhia está vinculada, e aos órgãos de controle do Governo Federal, bem como ao Tribunal de Contas da União e ao Congresso Nacional;

IV- garantir a mobilização de recursos para fazer frente às situações de risco severo à segurança, meio ambiente e saúde;

V- exercer outras atribuições que lhe forem conferidas pelo Conselho de Administração.

§2º- Ao Diretor Executivo a quem for atribuído o relacionamento com investidores, responsabilizar-se pela prestação de informações ao público investidor, à Comissão de Valores Mobiliários - CVM e às bolsas de valores ou mercados de balcão, nacionais e internacionais, bem como às entidades de regulação e fiscalização correspondentes, e manter atualizados os registros da Companhia nessas instituições.

§3º- Ao Diretor Executivo a quem for atribuída a área de conformidade e de governança orientar e promover a aplicação das normas, diretrizes e procedimentos de governança e de conformidade.

§4º- Ao Presidente e a cada Diretor Executivo, dentre as áreas de contato descritas no Plano Básico de Organização:

I- implementar o plano estratégico e orçamento aprovado pelo Conselho de Administração, com utilização do sistema de gestão da Companhia;

II- admitir e demitir empregados e formalizar as designações para cargos e funções gerenciais;

III- designar empregados para missões no exterior;

IV- acompanhar, controlar e reportar à Diretoria Executiva as atividades técnicas e operacionais das subsidiárias integrais e empresas das quais a Petrobras participe ou com as quais esteja associada;

V- designar e instruir os representantes da Companhia nas Assembleias Gerais das subsidiárias integrais, controladas e coligadas, em conformidade com as diretrizes fixadas pelo Conselho de Administração, bem como com as orientações corporativas aplicáveis;

VI- administrar, supervisionar e avaliar desempenho das atividades das unidades sob sua responsabilidade direta, conforme definido no Plano Básico de Organização, bem como praticar atos de gestão correlacionados a essas atividades, podendo fixar limites de valor para delegação da prática desses atos, respeitadas as regras corporativas aprovadas pela Diretoria Executiva;

VII- aprovar as normas e procedimentos para desempenho das atividades das unidades sob sua responsabilidade direta, conforme definido no Plano Básico de Organização.

Art. 37- As deliberações da Diretoria Executiva serão tomadas pelo voto da maioria dos presentes e registradas no livro próprio de atas.

Parágrafo único. Em caso de empate, o Presidente terá o voto de qualidade.

Art. 38- A Diretoria Executiva encaminhará ao Conselho de Administração cópias das atas de suas reuniões e prestará as informações que permitam avaliar o desempenho das atividades da Companhia.

Capítulo V - Da Assembleia Geral

Art. 39- A Assembleia Geral Ordinária realizar-se-á, anualmente, no prazo previsto no art. 132 da Lei das Sociedades por Ações, em local, data e hora previamente fixados pelo Conselho de Administração, para deliberar sobre as matérias de sua competência, especialmente:

I- tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras;

II- deliberar sobre a destinação do lucro líquido do exercício e a distribuição de dividendos;

III- eleger os membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal.

Art. 40- A Assembleia Geral Extraordinária, além dos casos previstos em lei, reunir-se-á mediante convocação do Conselho de Administração, esta última precedida de assessoramento do Comitê de Minoritários, na forma do art. 30, §§4º e 5º deste Estatuto, quando for o caso, para deliberar sobre assuntos de interesse da Companhia, especialmente:

I- reforma do Estatuto;

II- modificação no capital social;

III - avaliação de bens com que o acionista concorrer para o aumento do capital social;

IV- emissão de debêntures conversíveis em ações ou a sua venda quando em tesouraria;

V- incorporação da Companhia a outra sociedade, sua dissolução, transformação, cisão, fusão;

VI- participação da Companhia em grupo de sociedades;

VII- destituição de membros do Conselho de Administração;

VIII- alienação de debêntures conversíveis em ações de titularidade da Companhia e de emissão de suas subsidiárias integrais e controladas;

IX- cancelamento do registro de Companhia aberta;

X- escolha de empresa especializada, a partir da apresentação pelo Conselho de Administração de uma lista tríplice de empresas especializadas, com experiência comprovada e independência quanto ao poder de decisão da Companhia, de seus

administradores e/ou do acionista controlador, além de satisfazer os requisitos e responsabilidades dos §§1º e 6º do art. 8º da Lei das Sociedades por Ações, para a elaboração de laudo de avaliação de suas ações pelo respectivo valor econômico, a ser utilizado nas hipóteses de cancelamento do registro de Companhia aberta ou de saída do Nível 2;

XI- renúncia a direito de subscrição de ações ou debêntures conversíveis em ações de subsidiárias integrais, controladas ou coligadas;

XII- aprovação dos requisitos da Política de Indicação que sejam adicionais àqueles constantes da legislação aplicável para os Conselheiros de Administração e Conselheiros Fiscais.

§1º- A deliberação da matéria prevista no inciso XI deste artigo deverá ser tomada por maioria absoluta de votos das ações ordinárias em circulação, não se computando os votos em branco.

§2º- Na hipótese de oferta pública formulada pelo acionista controlador, este arcará com os custos da elaboração do laudo de avaliação.

§3º- Nas hipóteses do art. 30, §§4º e 5º, o parecer do Comitê de Minoritários e a manifestação do Conselho de Administração, quando divergir do parecer do Comitê de Minoritários, deverão ser incluídos na proposta da administração que instruirá o voto dos acionistas ordinaristas em Assembleia Geral.

§4º- O acionista controlador poderá se manifestar em sentido contrário ao assessoramento do Comitê de Minoritários, sendo-lhe facultado fundamentar as razões pelas quais entende que tais recomendações não devem ser seguidas.

Art. 41- A Assembleia Geral fixará, anualmente, o montante global ou individual da remuneração dos administradores, bem como os limites de sua participação nos lucros, observadas as normas da legislação específica, e dos membros dos Comitês de assessoramento ao Conselho de Administração.

Art. 42- As Assembleias Gerais serão presididas pelo Presidente da Companhia ou substituto que este vier a designar, e, na ausência de ambos, por 1 (um) acionista escolhido pela maioria dos votos dos presentes.

Parágrafo único. O Presidente da Assembleia escolherá, dentre os acionistas presentes, o Secretário da mesa.

Capítulo VI - Do Conselho Fiscal

Art. 43- O Conselho Fiscal, de caráter permanente, compõe-se de até 5 (cinco) membros e respectivos suplentes, eleitos pela Assembleia Geral Ordinária, todos residentes no País, observados os requisitos e impedimentos fixados na Lei das Sociedades por Ações, na Política de Indicação, no Decreto nº 8.945, de 27 de dezembro de 2016 e no art. 21, §§1º, 2º e 3º deste Estatuto, acionistas ou não, dos quais 1 (um) será eleito pelos detentores das ações ordinárias minoritárias e outro pelos detentores das ações preferenciais, em votação em separado.

§1º- Dentre os membros do Conselho Fiscal, 1 (um) será indicado pelo Ministro da Economia, como representante do Tesouro Nacional.

§2º- Em caso de vaga, renúncia, impedimento ou ausência injustificada a 2 (duas) reuniões consecutivas, será o membro do Conselho Fiscal substituído, até o término do prazo de atuação, pelo respectivo suplente.

§3º- Os membros do Conselho Fiscal serão investidos nos seus cargos mediante a assinatura de termo de posse no livro de atas e pareceres do Conselho Fiscal, do qual constará: (i) a subscrição ao Termo de Anuência dos Membros do Conselho Fiscal nos termos do disposto no Regulamento do Nível 2, bem como ao atendimento dos requisitos

legais aplicáveis, e (ii) anuência aos termos da cláusula compromissória de que trata o art. 58 deste Estatuto.

§4º- Aplica-se o procedimento previsto no art. 21, §§4º, 5º e 7º deste Estatuto às indicações para membros do Conselho Fiscal.

§5º- Os membros do Conselho Fiscal também deverão declarar se atendem aos critérios de independência constantes do art. 18, §5º deste Estatuto.

Art. 44- O prazo de atuação dos membros do Conselho Fiscal é de 1 (um) ano, permitidas 2 (duas) reeleições consecutivas.

§1º- É vedada a recondução do Conselheiro Fiscal, que não participar de nenhum treinamento anual disponibilizado pela Companhia nos últimos 2 (dois) anos.

§2º- Atingido o prazo máximo de recondução, o retorno de Conselheiro Fiscal para a Petrobras só poderá ocorrer após decorrido período equivalente a 1 (um) prazo de atuação.

Art. 45- A remuneração dos membros do Conselho Fiscal, além do reembolso obrigatório das despesas de locomoção e estada necessárias ao desempenho da função será fixada pela Assembleia Geral que os eleger, observado o limite estabelecido na Lei nº 9.292, de 12 de julho de 1996.

Art. 46- Compete ao Conselho Fiscal, sem prejuízo de outras atribuições que lhe sejam conferidas em virtude de disposição legal ou por determinação da Assembleia Geral:

I- fiscalizar, por qualquer de seus membros, os atos dos administradores e verificar o cumprimento dos seus deveres legais e estatutários;

II- opinar sobre o relatório anual da administração, fazendo constar do seu parecer as informações complementares que julgar necessárias ou úteis à deliberação da Assembleia Geral;

III- opinar sobre as propostas dos administradores, a serem submetidas à Assembleia Geral, relativas à modificação do capital social, emissão de debêntures ou bônus de subscrição, planos de investimentos ou orçamentos de capital, distribuição de dividendos, transformação, incorporação, fusão ou cisão da Companhia;

IV- denunciar, por qualquer de seus membros, aos órgãos de administração e, se estes não tomarem as providências necessárias para proteção dos interesses da Companhia, à Assembleia Geral, os erros, fraudes ou crimes que descobrirem, e sugerir providências úteis à Companhia;

V- convocar a Assembleia Geral Ordinária se os administradores retardarem por mais de 1 (um) mês essa convocação, e a Extraordinária sempre que ocorrerem motivos graves ou urgentes, incluindo na pauta das assembleias as matérias que considerarem necessárias;

VI- analisar, pelo menos trimestralmente, o balancete e demais demonstrações financeiras elaboradas periodicamente pela Diretoria Executiva;

VII- examinar as demonstrações financeiras do exercício social e sobre elas opinar;

VIII- exercer essas atribuições durante a liquidação.

Parágrafo único. Os membros do Conselho Fiscal participarão, obrigatoriamente, das reuniões do Conselho de Administração em que devam ser apreciadas as matérias referidas nos incisos II, III e VII deste artigo.

Capítulo VII - Dos Empregados da Companhia

Art. 47- Os empregados da Petrobras estão sujeitos à legislação do trabalho e aos regulamentos internos da Companhia, observando-se as normas legais aplicáveis aos empregados das sociedades de economia mista.

Art. 48- A admissão de empregados pela Petrobras e por suas subsidiárias integrais e controladas obedecerá a processo seletivo público, nos termos aprovados pela Diretoria Executiva.

Art. 49- As funções da Administração Superior e as responsabilidades dos respectivos titulares serão definidas no Plano Básico de Organização da Companhia.

§1º- As funções a que se refere o caput deste artigo, vinculadas ao Conselho de Administração, poderão, excepcionalmente, e, a critério do Conselho de Administração, ser atribuídas a técnicos ou especialistas que não integrem o quadro permanente da Companhia, por meio de cargos em comissão de livre provimento.

§2º- As funções a que se refere o caput deste artigo, vinculadas à Diretoria Executiva ou aos seus membros, poderão, mediante proposta e justificativa da Diretoria Executiva e aprovação do Conselho de Administração, de forma excepcional, ser atribuídas a técnicos ou especialistas que não integrem o quadro permanente da Companhia, por meio de cargos em comissão de livre provimento.

§3º- As funções gerenciais que integram o quadro organizacional da Companhia, nos demais níveis, terão as responsabilidades dos titulares definidas nas normas dos respectivos órgãos.

Art. 50- Sem prejuízo das requisições previstas em lei, a cessão de empregados da Petrobras e de suas subsidiárias integrais ou controladas dependerá de autorização, em cada caso, da Diretoria Executiva e será feita, sempre que possível, mediante o reembolso dos custos correspondentes.

Art. 51- A Companhia destinará uma parcela dos resultados anuais a ser distribuída entre seus empregados, de acordo com os critérios aprovados pelo Conselho de Administração, observada a legislação em vigor.

Capítulo VIII - Disposições Gerais

Art. 52- As atividades da Petrobras obedecerão ao Plano Básico de Organização, que conterá, dentre outros, o modelo de organização e definirá a natureza e as atribuições de cada unidade da estrutura geral e as relações de subordinação necessárias ao funcionamento da Petrobras, de acordo com o presente Estatuto.

Art. 53- O exercício social coincidirá com o ano civil, encerrando-se a 31 de dezembro de cada ano, quando serão levantados o balanço patrimonial e demais demonstrações financeiras, que deverão atender às disposições legais aplicáveis.

§1º- Observadas as disposições legais, a Companhia poderá realizar a distribuição de dividendos intercalares ou juros sobre o capital próprio, com base nos lucros apurados nos balanços semestrais ou em periodicidade inferior, considerando os resultados apurados em cada trimestre, por deliberação do Conselho de Administração.

§2º- O Conselho de Administração poderá aprovar o pagamento de dividendos intermediários à conta de reserva de lucros existentes no último balanço aprovado em Assembleia Geral.

§3º- Os dividendos intermediários e intercalares e os juros sobre o capital próprio serão imputados ao dividendo mínimo obrigatório.

Art. 54- Sobre os recursos transferidos pela União ou depositados por acionistas minoritários, para fins de aumento do capital da Companhia, incidirão encargos financeiros equivalentes à taxa SELIC desde o dia da transferência até a data da capitalização.

Art. 55- A Petrobras destinará, do lucro líquido apurado no seu Balanço Anual, a parcela de 0,5% (cinco décimos por cento) sobre o capital social integralizado, para constituição de reserva especial, destinada ao custeio dos programas de pesquisa e de desenvolvimento tecnológico da Companhia.

Parágrafo único. O saldo acumulado da reserva prevista neste artigo não poderá exceder 5% (cinco por cento) do capital social integralizado.

Art. 56- Após deliberada a distribuição do dividendo mínimo previsto no art. 8º deste Estatuto, poderá a Assembleia Geral, observados os termos da legislação societária e as normas federais específicas, atribuir percentagens ou gratificação aos membros da Diretoria Executiva da Companhia, a título de remuneração variável.

Art. 57- A Diretoria Executiva poderá autorizar a prática de atos gratuitos razoáveis em benefício dos empregados ou da comunidade de que participe a empresa, inclusive a doação de bens inservíveis, tendo em vista suas responsabilidades sociais, na forma prevista no § 4º do art. 154 da Lei das Sociedades por Ações.

Art. 58- A Companhia, seus acionistas, administradores e membros do Conselho Fiscal obrigam-se a resolver por meio de arbitragem, perante a Câmara de Arbitragem do Mercado, toda e qualquer disputa ou controvérsia que possa surgir entre eles, relacionada ou oriunda, em especial, da aplicação, validade, eficácia, interpretação, violação e seus efeitos, das disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, na Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016, no Estatuto Social da Companhia, nas normas editadas pelo Conselho Monetário Nacional, pelo Banco Central do Brasil e pela Comissão de Valores Mobiliários, bem como nas demais normas aplicáveis ao funcionamento do mercado de capitais em geral, além daquelas constantes do Regulamento do Nível 2, do Regulamento de Arbitragem, do Contrato de Participação e do Regulamento de Sanções do Nível 2.

Parágrafo único. O disposto no caput não se aplica às disputas ou controvérsias que se refiram às atividades da Petrobras fundamentadas no art. 1º da Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997 e observado o disposto neste Estatuto no que tange ao interesse público que justificou a criação da Companhia, bem como às disputas ou controvérsias que envolvam direitos indisponíveis.

Art. 59- Os contratos celebrados pela Petrobras para aquisição de bens e serviços serão precedidos de procedimento licitatório, na forma da legislação aplicável.

~~**Art. 60-** Com o objetivo de compor suas propostas para participar de licitações que precedem as concessões de que trata a Lei nº 9.478, de 06 de agosto de 1997, a Petrobras poderá assinar pré-contratos, mediante a expedição de cartas-convite, assegurando preços e compromissos de fornecimento de bens e serviços.~~

~~**Parágrafo único.** Os pré-contratos conterão cláusula resolutiva de pleno direito, a ser exercitada sem penalidade ou indenização de qualquer espécie no caso de outro licitante ser declarado vencedor, e serão submetidos, posteriormente, à apreciação dos órgãos de controle externo e fiscalização.~~

Art. 6061- A alienação do controle acionário da Petrobras, tanto por meio de uma única operação, quanto por meio de operações sucessivas, somente poderá ser contratada sob a condição, suspensiva ou resolutiva, de que o adquirente se obrigue a, observando as condições e prazos previstos na legislação vigente e no Regulamento do Nível 2, realizar oferta pública de aquisição das ações dos demais acionistas, de forma a assegurar-lhes tratamento igualitário àquele dado ao acionista controlador alienante.

§1º- A oferta pública, prevista no caput deste artigo, será também realizada quando houver (i) cessão onerosa de direitos de subscrição de ações e de outros títulos ou direitos relativos a valores mobiliários conversíveis em ações, de que venha resultar a alienação do controle da Companhia; ou (ii) em caso de alienação do controle de sociedade que detenha o poder de controle da Petrobras, sendo que, nesse caso, o acionista controlador alienante ficará obrigado a declarar à B3 o valor atribuído à Petrobras nessa alienação e anexar documentação que comprove esse valor.

§2º- Aquele que adquirir o poder de controle, em razão de contrato particular de compra de ações celebrado com o acionista controlador, envolvendo qualquer quantidade de ações,

estará obrigado a: (i) efetivar a oferta pública referida no caput deste artigo, e (ii) pagar, nos termos a seguir indicados, quantia equivalente à diferença entre o preço da oferta pública e o valor pago por ação eventualmente

adquirida em bolsa nos 6 (seis) meses anteriores à data da aquisição do poder de controle, devidamente atualizado até a data do pagamento. Referida quantia deverá ser distribuída entre todas as pessoas que venderam ações da Petrobras nos pregões em que o adquirente realizou as aquisições, proporcionalmente ao saldo líquido vendedor diário de cada uma, cabendo à B3 operacionalizar a distribuição, nos termos de seus regulamentos.

§3º- O acionista controlador alienante somente transferirá a propriedade de suas ações se o comprador subscrever o Termo de Anuência dos Controladores. A Companhia somente registrará a transferência de ações para o comprador, ou para aquele(s) que vier(em) a deter o poder de controle, se este(s) subscrever(em) o Termo de Anuência dos Controladores a que alude o Regulamento do Nível 2.

§4º- A Petrobras somente registrará acordo de acionistas que disponha sobre o exercício do poder de controle se os seus signatários subscreverem o Termo de Anuência dos Controladores.

Art. 6162- Na hipótese de cancelamento de registro de companhia aberta da Petrobras e consequente saída do Nível 2, deverá ser ofertado um preço mínimo às ações, correspondente ao valor econômico apurado por empresa especializada escolhida pela Assembleia Geral, na forma da Lei das Sociedades por Ações, e conforme previsto no art. 40, inciso XI deste Estatuto.

Parágrafo único. Os custos com a contratação de empresa especializada de que trata este artigo serão suportados pelo acionista ofertante.

Art. 6263- Caso seja deliberada a saída da Companhia do Nível 2 para que os valores mobiliários por ela emitidos passem a ser admitidos à negociação fora do Nível 2, ou em virtude de operação de reorganização societária, na qual a sociedade resultante dessa reorganização não tenha seus valores mobiliários admitidos à negociação no Nível 2 no prazo de 120 (cento e vinte) dias contados da data da assembleia geral que aprovou a referida operação, o acionista controlador deverá efetivar oferta pública de aquisição das ações pertencentes aos demais acionistas da Companhia, no mínimo, pelo respectivo valor econômico, a ser apurado em laudo de avaliação elaborado nos termos do art. 40, inciso ~~XXI~~ deste Estatuto, respeitadas as normas legais e regulamentares aplicáveis.

§1º- O acionista controlador estará dispensado de proceder à oferta pública de aquisição de ações referida no caput deste artigo se a Companhia sair do Nível 2 de Governança Corporativa em razão da celebração do contrato de participação da Companhia no segmento especial da B3 denominado Novo Mercado (“Novo Mercado”) ou se a companhia resultante de reorganização societária obtiver autorização para negociação de valores mobiliários no Novo Mercado no prazo de 120 (cento e vinte) dias contados da data da assembleia geral que aprovou a referida operação.

Art. 6364- Na hipótese de não haver acionista controlador, caso seja deliberada a saída da Companhia do Nível 2 de Governança Corporativa para que os valores mobiliários por ela emitidos passem a ser admitidos à negociação fora do Nível 2 de Governança Corporativa, ou em virtude de operação de reorganização societária, na qual a sociedade resultante dessa reorganização não tenha seus valores mobiliários admitidos à negociação no Nível 2 de Governança Corporativa ou no Novo Mercado no prazo de 120 (cento e vinte) dias contados da data da assembleia geral que aprovou a referida operação, a saída estará condicionada à realização de oferta pública de aquisição de ações nas mesmas condições previstas no art. ~~6263~~ deste Estatuto.

§1º- A referida assembleia geral deverá definir o(s) responsável(is) pela realização da oferta pública de aquisição de ações, o(s) qual(is), presente(s) na

assembleia, deverá(ão) assumir expressamente a obrigação de realizar a oferta.

§2º- Na ausência de definição dos responsáveis pela realização da oferta pública de aquisição de ações, no caso de operação de reorganização societária, na qual a companhia resultante dessa reorganização não tenha seus valores mobiliários admitidos à negociação no Nível 2 de Governança Corporativa, caberá aos acionistas que votaram favoravelmente à reorganização societária realizar a referida oferta.

Art. 6465- A saída da Petrobras do Nível 2 de Governança Corporativa em razão de descumprimento de obrigações constantes do Regulamento do Nível 2 está condicionada à efetivação de oferta pública de aquisição de ações, no mínimo, pelo Valor Econômico das ações, a ser apurado em laudo de avaliação de que trata o art. 40, inciso ~~XXI~~ deste Estatuto, respeitadas as normas legais e regulamentares aplicáveis.

§1º- O acionista controlador deverá efetivar a oferta pública de aquisição de ações prevista no caput desse artigo.

§2º- Na hipótese de não haver acionista controlador e a saída do Nível 2 de Governança Corporativa referida no caput decorrer de deliberação da assembleia geral, os acionistas que tenham votado a favor da deliberação que implicou o respectivo descumprimento deverão efetivar a oferta pública de aquisição de ações prevista no caput.

§3º- Na hipótese de não haver acionista controlador e a saída do Nível 2 de Governança Corporativa referida no caput ocorrer em razão de ato ou fato da administração, os Administradores da Companhia deverão convocar assembleia geral de acionistas cuja ordem do dia será a deliberação sobre como sanar o descumprimento das obrigações constantes do Regulamento do Nível 2 ou, se for o caso, deliberar pela saída da Companhia do Nível 2 de Governança Corporativa.

§4º- Caso a assembleia geral mencionada no §3ª acima delibere pela saída da Companhia do Nível 2 de Governança Corporativa, a referida assembleia geral deverá definir o(s) responsável(is) pela realização da oferta pública de aquisição de ações prevista no caput, o(s) qual(is), presente(s) na assembleia, deverá(ão) assumir expressamente a obrigação de realizar a oferta.”

ANEXO III

Estatuto Social Consolidado após as alterações

“ESTATUTO SOCIAL DA PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. – PETROBRAS

Capítulo I - Da Natureza, Sede e Objeto da Sociedade

Art. 1º- A Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras, doravante denominada “Petrobras” ou “Companhia”, é uma sociedade de economia mista, sob controle da União com prazo de duração indeterminado, que se regerá pelas normas de direito privado - em geral - e, especificamente, pela Lei das Sociedades por Ações (Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976), pela Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016, pelo Decreto nº 8.945, de 27 de dezembro de 2016, e pelo presente Estatuto.

§1º- O controle da União será exercido mediante a propriedade e posse de, no mínimo, 50% (cinquenta por cento), mais 1 (uma) ação, do capital votante da Companhia.

§2º- Com a admissão da Petrobras no segmento especial de listagem denominado Nível 2, da B3, a Companhia, seus acionistas, administradores e membros do Conselho Fiscal sujeitam-se às disposições do Regulamento de Listagem do Nível 2 de Governança Corporativa da Brasil Bolsa Balcão – B3 (Regulamento do Nível 2).

§3º- As disposições do Regulamento do Nível 2 prevalecerão sobre as disposições estatutárias, nas hipóteses de prejuízo aos direitos dos destinatários das ofertas públicas previstas neste Estatuto, exceto quanto ao disposto nos arts. 30, §§4º e 5º, 40, §§3º e 4º e 58, parágrafo único deste Estatuto.

Art. 2º- A Petrobras tem sede e foro na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, podendo estabelecer, no País e no exterior, filiais, agências, sucursais e escritórios.

Art. 3º- A Companhia tem como objeto a pesquisa, a lavra, a refinação, o processamento, o comércio e o transporte de petróleo proveniente de poço, de xisto ou de outras rochas, de seus derivados, de gás natural e de outros hidrocarbonetos fluidos, além das atividades vinculadas à energia, podendo promover a pesquisa, o desenvolvimento, a produção, o transporte, a distribuição e a comercialização de todas as formas de energia, bem como quaisquer outras atividades correlatas ou afins.

§1º- As atividades econômicas vinculadas ao seu objeto social serão desenvolvidas pela Companhia em caráter de livre competição com outras empresas, segundo as condições de mercado, observados os demais princípios e diretrizes da Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997 e da Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002.

§2º- A Petrobras, diretamente ou através de suas subsidiárias integrais e de suas controladas, associada ou não a terceiros, poderá exercer no País ou fora do território nacional qualquer das atividades integrantes de seu objeto social.

§3º- A Petrobras poderá ter suas atividades, desde que consentâneas com seu objeto social, orientadas pela União de modo a contribuir para o interesse público que justificou a sua criação, visando ao atendimento do objetivo da política energética nacional previsto no art. 1º, inciso V, da Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997.

§4º- No exercício da prerrogativa de que trata o §3º acima, a União somente poderá orientar a Companhia a assumir obrigações ou responsabilidades, incluindo a realização de projetos de investimento e assunção de custos/resultados operacionais específicos, como aqueles relativos à comercialização de combustíveis, bem como outras atividades correlatas, em condições diversas às de qualquer outra sociedade do setor privado que atue no mesmo mercado, quando:

I– estiver definida em lei ou regulamento, bem como prevista em contrato, convênio ou ajuste celebrado com o ente público competente para estabelecê-la, observada a ampla publicidade desses instrumentos; e

II– tiver seu custo e receitas discriminados e divulgados de forma transparente, inclusive no plano contábil.

§5º- Na hipótese dos §§3º e 4º acima, o Comitê de Investimentos e o Comitê de Minoritários, em suas atribuições de assessoramento ao Conselho de Administração, avaliarão e mensurarão, com base nos critérios de avaliação técnico-econômica para projetos de investimentos e para custos/resultados operacionais específicos praticados pela administração da Companhia, se as obrigações e responsabilidades a serem assumidas são diversas às de qualquer outra sociedade do setor privado que atue no mesmo mercado.

§6º- Quando orientada pela União a contribuir para o interesse público, a Companhia somente assumirá obrigações ou responsabilidades:

I– que respeitem as condições de mercado definidas conforme §5º acima; ou

II– que se adequem ao disposto nos incisos I e II do §4º acima, observados os critérios de que trata o §5º acima, sendo que, nesta hipótese, a União compensará, a cada exercício social, a Companhia pela diferença entre as condições de mercado definidas conforme o §5º acima e o resultado operacional ou retorno econômico da obrigação assumida.

§7º- O exercício da prerrogativa de que trata o §3º acima será objeto da carta anual, subscrita pelos membros do Conselho de Administração, de que trata o art. 13, inciso I, do Decreto nº 8.945, de 27 de dezembro de 2016.

Capítulo II - Do Capital Social, das Ações e dos Acionistas

Art. 4º- O Capital Social é de R\$ 205.431.960.490,52 (duzentos e cinco bilhões, quatrocentos e trinta e um milhões, novecentos e sessenta mil, quatrocentos e noventa reais e cinquenta e dois centavos), dividido em 13.044.496.930 (treze bilhões, quarenta e quatro milhões, quatrocentos e noventa e seis mil e novecentos e trinta) ações sem valor nominal, sendo 7.442.454.142 (sete bilhões, quatrocentos e quarenta e dois milhões, quatrocentos e cinquenta e quatro mil e cento e quarenta e duas) ações ordinárias e 5.602.042.788 (cinco bilhões, seiscentos e dois milhões, quarenta e dois mil e setecentos e oitenta e oito) ações preferenciais.

§1º- Os aumentos de capital mediante a emissão de ações serão submetidos previamente à deliberação da Assembleia Geral.

§2º- A Companhia, por deliberação do Conselho de Administração, poderá adquirir as próprias ações para permanência em tesouraria, cancelamento ou posterior alienação, até o montante do saldo de lucros e de reservas disponíveis, exceto a legal, sem diminuição do capital social, observada a legislação em vigor.

§3º- O capital social poderá ser aumentado com a emissão de ações preferenciais, sem guardar proporção com as ações ordinárias, respeitado o limite legal de dois terços do capital social, bem como observado o direito de preferência de todos os acionistas.

§4º- O acionista controlador promoverá medidas tendentes a manter em circulação, no mínimo, 25% (vinte e cinco por cento) das ações de emissão da Companhia.

Art. 5º- As ações da Companhia serão ordinárias, com direito de voto, e preferenciais, estas sempre sem direito a voto.

§1º- As ações preferenciais serão inconversíveis em ações ordinárias, e vice-versa.

§2º- As ações preferenciais terão prioridade no caso de reembolso do capital e no recebimento dos dividendos, no mínimo, de 5% (cinco por cento) calculado sobre a parte do capital representada por essa espécie de ações, ou de 3% (três por cento) do valor do

patrimônio líquido da ação, prevalecendo sempre o maior, participando, em igualdade com as ações ordinárias, nos aumentos do capital social decorrentes de incorporação de reservas e lucros.

§3º- As ações preferenciais participarão, não cumulativamente, em igualdade de condições com as ações ordinárias, na distribuição dos dividendos, quando superiores ao percentual mínimo que lhes é assegurado no parágrafo anterior.

§4º- As ações preferenciais terão o direito de serem incluídas em oferta pública de aquisição de ações em decorrência de alienação de controle da Companhia ao mesmo preço e nas mesmas condições ofertadas ao acionista controlador alienante.

Art. 6º- A integralização das ações obedecerá às normas estabelecidas pela Assembleia Geral. Em caso de mora do acionista, e independentemente de interpelação, poderá a Companhia promover a execução ou determinar a venda das ações, por conta e risco do mesmo.

Art. 7º- As ações da Companhia, todas escriturais, serão mantidas, em nome de seus titulares, em conta de depósito de instituição financeira autorizada pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM, sem emissão de certificado.

Art. 8º- Os acionistas terão direito, em cada exercício, aos dividendos e/ou juros de capital próprio, que não poderão ser inferiores a 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido ajustado, na forma da Lei das Sociedades por Ações, rateado pelas ações em que se dividir o capital da Companhia.

Art. 9º- Salvo deliberação em contrário da Assembleia Geral, a Companhia efetuará o pagamento de dividendos e de juros de capital próprio, devidos aos acionistas, no prazo de 60 (sessenta) dias a partir da data em que forem declarados e, em qualquer caso, dentro do exercício social correspondente, observadas as normas legais pertinentes.

Parágrafo único. A Companhia poderá, mediante deliberação de seu Conselho de Administração, antecipar valores a seus acionistas, a título de dividendos ou juros sobre o capital próprio, sendo esses corrigidos pela taxa SELIC desde a data do efetivo pagamento até o encerramento do respectivo exercício social, na forma prevista no art. 204 da Lei das Sociedades por Ações.

Art. 10- Os dividendos não reclamados pelos acionistas dentro de 3 (três) anos, a contar da data em que tenham sido postos à disposição dos acionistas, prescreverão em favor da Companhia.

Art. 11- Os valores dos dividendos e juros, a título de remuneração sobre o capital próprio, devidos ao Tesouro Nacional e aos demais acionistas, sofrerão incidência de encargos financeiros equivalentes à taxa SELIC, a partir do encerramento do exercício social até o dia do efetivo recolhimento ou pagamento, sem prejuízo da incidência de juros moratórios quando esse recolhimento não se verificar na data fixada pela Assembleia Geral.

Art. 12- Além da União, na qualidade de acionista controladora da Companhia, poderão ser acionistas pessoas físicas ou jurídicas, brasileiras ou estrangeiras, residentes ou não no País.

Art. 13- O acionista poderá ser representado nas Assembleias Gerais na forma prevista no art. 126 da Lei das Sociedades por Ações, exibindo, no ato, ou depositando, previamente, o comprovante expedido pela instituição financeira depositária, acompanhado do documento de identidade ou procuração com poderes especiais.

§1º- A representação da União nas Assembleias Gerais da Companhia far-se-á nos termos da legislação federal específica.

§2º- Na Assembleia Geral de Acionistas que delibere sobre a eleição de membros do Conselho de Administração, fica condicionado o direito de voto dos acionistas titulares de ações preferenciais ao preenchimento da condição prevista no § 6º do art. 141 da Lei das Sociedades por Ações, de comprovada titularidade ininterrupta da participação acionária

durante o período de 3 (três) meses, no mínimo, imediatamente anterior à realização da Assembleia.

Capítulo III - Das Subsidiárias Integrais, Controladas e Coligadas

Art. 14- Para o estrito cumprimento de atividades vinculadas ao seu objeto, a Petrobras poderá, na conformidade da autorização conferida pela Lei nº 9.478, de 06 de agosto de 1997, constituir, e, na forma da legislação vigente, extinguir subsidiárias integrais, sociedades cujo objeto social seja participar de outras sociedades, na forma do art. 8º, § 2º do Decreto nº 8.945, de 27 de dezembro de 2016, bem como associar-se, majoritária e/ou minoritariamente a outras empresas.

Art. 15- Observado o disposto na Lei nº 9.478, de 06 de agosto de 1997, a Petrobras e suas subsidiárias integrais, controladas e coligadas poderão adquirir ações ou cotas de outras sociedades, participar de sociedades de propósito específico, bem como associar-se a empresas brasileiras e estrangeiras e com elas formar consórcios, na condição ou não de empresa líder, objetivando expandir atividades, reunir tecnologias e ampliar investimentos aplicados às atividades vinculadas ao seu objeto.

Art. 16- As regras de governança da Petrobras, bem como as regras corporativas comuns fixadas pela Petrobras, por meio de orientação de natureza técnica, administrativa, contábil, financeira e jurídica, aplicam-se integralmente às suas sociedades subsidiárias integrais e controladas, e na medida do possível, às coligadas observadas as deliberações dos órgãos de administração de cada sociedade e o planejamento estratégico aprovado pelo Conselho de Administração da Petrobras.

Parágrafo único. As indicações para cargo de administração ou de conselheiro fiscal que couberem à Companhia nas suas subsidiárias, controladas e coligadas, ainda que provenientes de indicação da União nos termos da legislação vigente, deverão observar integralmente os requisitos e vedações impostos pela Lei de Sociedades por Ações, bem como aqueles previstos nos arts. 21, §§1º, 2º e 3º e 43 e seus parágrafos deste Estatuto, na Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016 e no Decreto nº 8.945, de 27 de dezembro de 2016.

Capítulo IV - Da Administração da Companhia

Seção I - Dos Conselheiros e Diretores Executivos

Art.17- A Petrobras será dirigida por um Conselho de Administração, com funções deliberativas, e uma Diretoria Executiva.

Art.18- O Conselho de Administração será integrado por, no mínimo, 7 (sete) e, no máximo, 11 (onze) membros, cabendo à Assembleia Geral dos Acionistas designar dentre eles o Presidente do Conselho, todos com prazo de gestão unificado que não poderá ser superior a 2 (dois) anos, admitida a reeleição.

§1º- Respeitado o prazo de gestão unificado dos seus membros, a composição do Conselho de Administração deverá ser alternada, de modo a permitir a constante renovação do órgão, sem comprometer o histórico e experiência a respeito dos negócios da Companhia, respeitadas as seguintes regras:

I- Não participarão do rodízio o conselheiro presidente da Companhia, os eleitos pelos minoritários ordinaristas, pelos preferencialistas e pelos empregados;

II- 20% (vinte por cento) dos demais conselheiros deverão ser renovados a cada 4 (quatro) anos. Se resultar número fracionário de conselheiros, proceder-se-á ao arredondamento para o número inteiro imediatamente superior.

§2º- No caso de vacância no cargo de Presidente do Conselho, o substituto será eleito na primeira reunião ordinária do Conselho de Administração até a próxima Assembleia Geral.

§3º- O membro do Conselho de Administração eleito na forma do caput deste artigo poderá ser reeleito no máximo 3 (três) vezes consecutivas.

§4º- No caso do membro do Conselho de Administração eleito pelos empregados, o limite de reeleição deverá observar a legislação e regulações vigentes.

§5º- O Conselho de Administração deve ser composto, no mínimo, por 40% (quarenta por cento) de membros independentes, incidindo este percentual sobre o número total de Conselheiros de Administração, sendo que os critérios de independência deverão respeitar os termos do art. 22, §1º, da Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016, do art. 36, §1º, do Decreto nº 8.945, de 27 de dezembro de 2016 e do Regulamento do Nível 2, respeitando-se o critério mais rigoroso, em caso de divergência entre as regras.

§6º- O Conselho de Administração deve ser composto apenas por membros externos, sem vínculos estatutários ou empregatícios atuais com a Companhia, exceto quanto ao membro designado como Presidente da Companhia e ao membro eleito pelos empregados.

§7º Os membros do Conselho de Administração a serem indicados pela União com a finalidade de atender o número mínimo de independentes previsto no §5º deste artigo serão selecionados em lista elaborada pelo Conselho de Administração da Petrobras.

§8º- As funções de Presidente do Conselho de Administração e de Presidente da Companhia ou principal executivo não serão exercidas pela mesma pessoa.

§9º- A qualificação como Conselheiro Independente será expressamente declarada na ata da assembleia geral que o eleger.

§10º- Quando, em decorrência da observância do percentual referido no parágrafo 5º deste artigo, resultar número fracionário de conselheiros, proceder-se-á ao arredondamento para o número inteiro imediatamente superior, quando a fração for igual ou superior a 0,5.

§11- É vedada a recondução do Conselheiro de Administração, que não participar de nenhum treinamento anual disponibilizado pela Companhia nos últimos 2 (dois) anos.

§12- Atingido o prazo máximo de recondução, o retorno de Conselheiro de Administração para a Companhia só poderá ocorrer após decorrido período equivalente a 1 (um) prazo de gestão.

Art. 19- No processo de eleição dos membros do Conselho de Administração pela Assembleia Geral de Acionistas serão observadas as seguintes regras:

I- É assegurado aos acionistas minoritários o direito de eleger 1 (um) Conselheiro, se maior número não lhes couber pelo processo de voto múltiplo;

II- É assegurado aos acionistas titulares de ações preferenciais, que representem em conjunto, no mínimo, 10% (dez por cento) do capital social, excluído o acionista controlador, eleger e destituir 1 (um) membro do Conselho de Administração, em votação em separado na Assembleia Geral;

III- Sempre que, cumulativamente, a eleição do Conselho de Administração se der pelo sistema de voto múltiplo e os titulares de ações ordinárias ou preferenciais exercerem o direito de eleger Conselheiro, será assegurado à União o direito de eleger Conselheiros em número igual ao dos eleitos pelos demais acionistas e pelos empregados, mais 1 (um), independentemente do número de Conselheiros estabelecido no art. 18 deste Estatuto;

IV- É assegurado aos empregados o direito de indicar 1 (um) membro do Conselho de Administração em votação em separado, pelo voto direto de seus pares, conforme §1º do art. 2º da Lei nº 12.353 de 28 de dezembro de 2010;

V – Desde que respeitado o disposto na legislação aplicável, é assegurado ao Ministério da Economia indicar um membro do Conselho de Administração.

Art. 20- A Diretoria Executiva será composta de 1 (um) Presidente, escolhido pelo Conselho de Administração dentre os seus membros, e até 8 (oito) Diretores Executivos, eleitos pelo Conselho de Administração, dentre pessoas naturais residentes no País, com prazo de gestão unificado que não poderá ser superior a 2 (dois) anos, permitidas, no máximo, 3 (três) reeleições consecutivas, podendo ser destituídos a qualquer tempo.

§1º- O Conselho de Administração deverá observar na escolha e eleição dos membros da Diretoria Executiva a sua capacidade profissional, notório conhecimento e especialização nas respectivas áreas de contato em que esses administradores irão atuar, observado o Plano Básico de Organização.

§2º- Os membros da Diretoria Executiva exercerão seus cargos em regime de tempo integral e de dedicação exclusiva ao serviço da Petrobras, permitido, porém, após justificativa e aprovação pelo Conselho de Administração, o exercício concomitante em cargos de administração de subsidiárias integrais, controladas e coligadas da Companhia e, excepcionalmente, no Conselho de Administração de outras sociedades.

§3º- Os membros da Diretoria Executiva, além dos requisitos exigíveis dos membros do Conselho de Administração, conforme art. 21 abaixo, deverão atender ao requisito de 10 (dez) anos de experiência em liderança, preferencialmente, no negócio ou em área correlata, conforme especificado na Política de Indicação da Companhia.

§4º- É vedada a recondução de membro da Diretoria Executiva, que não participar de nenhum treinamento anual disponibilizado pela Companhia nos últimos 2 (dois) anos.

§5º- Atingido o prazo máximo de recondução, o retorno de Diretor Executivo para a Petrobras só poderá ocorrer após decorrido período equivalente a 1 (um) prazo de gestão.

Art. 21- A investidura em cargo de administração da Companhia observará as condições impostas pelo art. 147 e complementadas por aquelas previstas no art. 162 da Lei das Sociedades por Ações, bem como aquelas previstas na Política de Indicação, na Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016 e no Decreto nº 8.945, de 27 de dezembro de 2016.

§1º- Para fins de cumprimento dos requisitos e vedações legais, a Companhia considerará ainda as seguintes condições para a caracterização da reputação ilibada do indicado para o cargo de administração, as quais serão detalhadas na Política de Indicação:

I- não possuir contra si processos judiciais ou administrativos com acórdão desfavorável ao indicado, em segunda instância, observada a atividade a ser desempenhada;

II- não possuir pendências comerciais ou financeiras que tenham sido objeto de protesto ou de inclusão em cadastros oficiais de inadimplentes, sendo possível o esclarecimento à Companhia sobre tais fatos;

III- demonstrar a diligência adotada na resolução de apontamentos indicados em relatórios de órgãos de controle interno ou externo em processos e/ou atividades sob sua gestão, quando aplicável;

IV- não possuir falta grave relacionada ao descumprimento do Código de Ética, Guia de Conduta, Manual do Programa Petrobras de Prevenção à Corrupção ou outros normativos internos, quando aplicável;

V- não ter sido enquadrado no sistema de consequência disciplinar no âmbito de qualquer sociedade subsidiária, controlada ou coligada da Petrobras ou ter sofrido penalidade trabalhista ou administrativa em outra pessoa jurídica de direito público ou privado nos últimos 3 (três) anos em decorrência de apurações internas, quando aplicável.

§2º- É vedada a indicação, para o cargo de administração:

I - de representante do órgão regulador ao qual a Companhia está sujeita;

II - de Ministro de Estado, de Secretário Estadual e de Secretário Municipal;

III - de titular de cargo em comissão na administração pública federal, direta ou indireta, sem vínculo permanente com o serviço público;

IV - de dirigente estatutário de partido político e de titular de mandato no Poder Legislativo de qualquer ente federativo, ainda que licenciado;

V - de pessoa que atuou, nos últimos 36 (trinta e seis) meses, como participante de estrutura decisória de partido político;

VI - de pessoa que atuou, nos últimos 36 (trinta e seis) meses, em trabalho vinculado a organização, estruturação e realização de campanha eleitoral;

VII - de pessoa que exerça cargo em organização sindical;

VIII - de pessoa física que tenha firmado contrato ou parceria, como fornecedor ou comprador, demandante ou ofertante, de bens ou serviços de qualquer natureza, com a União, com a própria Companhia ou com suas controladas sediadas no Brasil, nos 3 (três) anos anteriores à data de sua nomeação;

IX - de pessoa que tenha ou possa ter qualquer forma de conflito de interesse com a União ou com a própria Companhia;

X - de parentes consanguíneos ou afins até o terceiro grau das pessoas mencionadas nos incisos I a IV; e

XI - de pessoa que se enquadre em qualquer uma das hipóteses de inelegibilidade previstas nas alíneas do inciso I do caput do art. 1º da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990.

§3º- O indicado não poderá acumular mais de 2 (duas) posições remuneradas em conselhos de administração ou fiscal na Companhia ou em qualquer sociedade subsidiária, controlada ou coligada da Petrobras.

§4º- Os requisitos legais e de integridade deverão ser analisados pelo Comitê de Pessoas, no prazo de 8 (oito) dias úteis, a partir da entrega das informações por parte do candidato ou de quem o indica, podendo ser prorrogado por mais 8 (oito) dias úteis a pedido do Comitê. Caso haja motivo objetivamente comprovado, o prazo de análise poderá ser suspenso, por ato formal do Comitê.

§5º- Será vedada a investidura em cargos de administração daqueles que possuírem ascendentes, descendentes ou parentes colaterais ocupando cargos no Conselho de Administração, na Diretoria Executiva ou no Conselho Fiscal da Companhia.

§6º- A investidura de representante dos empregados no Conselho de Administração estará sujeita aos requisitos e impedimentos fixados na Lei das Sociedades por Ações, na Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016, no Decreto nº 8.945, de 27 de dezembro de 2016, na Política de Indicação e nos §§1º e 2º deste artigo.

§7º- O Comitê de Pessoas poderá solicitar ao indicado para o cargo que compareça a uma entrevista para esclarecimento sobre os requisitos deste artigo, sendo que a aceitação do convite obedecerá à vontade do indicado.

Art. 22- Os Conselheiros e membros da Diretoria Executiva serão investidos nos seus cargos mediante assinatura de termos de posse no livro de atas do Conselho de Administração e da Diretoria Executiva, respectivamente.

§1º- O termo de posse deverá conter, sob pena de nulidade: (i) a indicação de pelo menos 1 (um) domicílio no qual o administrador receberá as citações e intimações em processos administrativos e judiciais relativos a atos de sua gestão, as quais reputar-se-ão cumpridas mediante entrega no domicílio indicado, o qual somente poderá ser alterado mediante comunicação por escrito à Companhia; (ii) a adesão ao Termo de Anuência dos Administradores nos termos do disposto no Regulamento do Nível 2, bem como ao atendimento dos requisitos legais aplicáveis, e (iii) anuência aos termos da cláusula compromissória de que trata o art. 58 deste Estatuto e demais termos estabelecidos pela legislação e pela Companhia.

§2º- A posse do Conselheiro residente ou domiciliado no exterior fica condicionada à constituição de representante residente no País, com poderes para receber citação em

ações contra ele propostas com base na legislação societária, mediante procuração com prazo de validade que deverá estender-se por, no mínimo, 3 (três) anos após o término do prazo de gestão do Conselheiro.

§3º- Antes de tomar posse, os membros do Conselho de Administração e da Diretoria Executiva apresentarão declaração de bens, que será arquivada na Companhia, devendo ser atualizada anualmente e ao deixar o cargo, ou poderão autorizar o acesso aos dados de bens e rendas das suas Declarações de Ajuste Anual do Imposto de Renda Pessoa Física e respectivas retificações, pelo período de seu mandato.

Art. 23- Os membros do Conselho de Administração e da Diretoria Executiva responderão, nos termos do art. 158, da Lei das Sociedades por Ações, individual e solidariamente, pelos atos que praticarem e pelos prejuízos que deles decorram para a Companhia, sendo-lhes vedado participar na deliberação acerca de operações envolvendo outras sociedades em que participem ou tenham ocupado cargo de gestão em período imediatamente anterior à investidura na Companhia.

§ 1º - A vedação de participação em deliberações não deverá incidir:

I - no caso de participações societárias não significativas em sociedades anônimas de capital aberto, que não tenham potencial de gerar conflito de interesses com a Petrobras, ou;

II - no caso de administradores que atuem na administração de outras sociedades por indicação da Companhia.

§2º- A Companhia assegurará a defesa em processos judiciais e administrativos aos seus administradores, presentes e passados, além de manter contrato de seguro permanente em favor desses administradores, para resguardá-los das responsabilidades por atos decorrentes do exercício do cargo ou função, cobrindo todo o prazo de exercício dos respectivos mandatos.

§3º- A garantia prevista no parágrafo anterior se estende aos membros do Conselho Fiscal, bem como a todos os empregados e prepostos que legalmente atuem por delegação dos administradores da Companhia.

§4º- A Companhia poderá, ainda, celebrar contratos de indenidade com os membros do Conselho de Administração, Conselho Fiscal, Diretoria Executiva, comitês e todos os demais empregados e prepostos que legalmente atuem por delegação dos administradores da Companhia, de forma a fazer frente a determinadas despesas relacionadas a processos arbitrais, judiciais ou administrativos que envolvam atos praticados no exercício de suas atribuições ou poderes, desde a data de sua posse ou do início do vínculo contratual com a Companhia.

§5º- Os contratos de indenidade não abarcarão:

I- atos praticados fora do exercício das atribuições ou poderes de seus signatários;

II- atos com má-fé, dolo, culpa grave ou fraude;

III- atos praticados em interesse próprio ou de terceiros, em detrimento do interesse social da companhia;

IV- indenizações decorrentes de ação social prevista no Art. 159 da Lei nº 6.404/76 ou ressarcimento de prejuízos de que trata o art. 11, § 5º, II da Lei nº 6.385, de 07 de dezembro de 1976; ou

V- demais casos previstos no contrato de indenidade.

§6º- O contrato de indenidade deverá ser adequadamente divulgado e prever, entre outras coisas:

I- o valor limite da cobertura oferecida;

II- o prazo de cobertura; e

III- o procedimento decisório quanto ao pagamento da cobertura, que deverá garantir a independência das decisões e assegurar que sejam tomadas no interesse da Companhia.

§7º- O beneficiário do contrato de indenidade estará obrigado a devolver à Companhia os valores adiantados nos casos em que, após decisão final irrecorrível, restar comprovado que o ato praticado pelo beneficiário não é passível de indenização, nos termos do contrato de indenidade.

Art. 24- Perderá o cargo o Conselheiro que deixar de participar de 3 (três) reuniões ordinárias consecutivas, sem motivo justificado ou licença concedida pelo Conselho de Administração.

Art. 25- No caso de vacância do cargo de Conselheiro, o substituto será nomeado pelos Conselheiros remanescentes e servirá até a primeira Assembleia Geral, na forma prevista no art. 150 da Lei das Sociedades por Ações.

§1º- O Conselheiro, ou membro da Diretoria Executiva, eleito em substituição, completará o prazo de gestão do substituído, e, quando findo o prazo de gestão, permanecerá no cargo até a posse do sucessor.

§2º- Caso o Conselheiro representante dos empregados não complete o prazo de gestão, será observado o seguinte:

I- assumirá o segundo colocado mais votado, se não houver transcorrido mais da metade do prazo de gestão;

II- serão convocadas novas eleições, se houver transcorrido mais da metade do prazo de gestão.

§3º- Na hipótese de que trata o § 2º, o Conselheiro substituto completará o prazo de gestão do Conselheiro substituído.

§4º - No caso de vacância dos cargos dos conselheiros eleitos pelos acionistas minoritários detentores de ações ordinárias ou preferenciais, o Conselho de Administração deverá convocar Assembleia Geral para eleição de substituto em até 60 (sessenta) dias, contados da data da efetiva vacância do cargo.

Art. 26- A Companhia será representada, em juízo ou fora dele, individualmente, por seu Presidente ou por, no mínimo, 2 (dois) Diretores Executivos em conjunto, podendo nomear procuradores ou representantes.

Art. 27- O Presidente e os Diretores Executivos não poderão ausentar-se do exercício do cargo, anualmente, por mais de 30 (trinta) dias consecutivos ou não, sem licença ou autorização do Conselho de Administração.

§1º- O Presidente e os Diretores Executivos farão jus, anualmente, a 30 (trinta) dias de licença remunerada, mediante prévia autorização da Diretoria Executiva, vedado o pagamento em dobro da remuneração pela licença não gozada no ano anterior.

§2º- Ao Presidente, compete designar, dentre os Diretores Executivos, seu substituto eventual.

§3º- No caso de vacância do cargo de Presidente, o Presidente do Conselho de Administração indicará o substituto dentre os demais membros da Diretoria Executiva até a eleição do novo Presidente nos termos do art. 20 deste Estatuto.

§4º- No caso de ausência ou impedimento de um Diretor Executivo, os seus encargos serão assumidos por um substituto escolhido pelo mesmo, dentre outros integrantes da Diretoria Executiva ou um de seus subordinados diretos, este último até um prazo máximo de 30 (trinta) dias.

§5º- No caso da indicação ser feita a um subordinado, condicionada à aprovação do Presidente, o mesmo participará de todas as atividades rotineiras do Diretor Executivo, inclusive com a presença em reuniões de Diretoria, para instruir as matérias da área de contato do respectivo Diretor Executivo, sem, no entanto, exercer direito de voto.

Art. 28- Após o término da gestão, os ex-membros da Diretoria Executiva, do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal ficam impedidos, por um período de 6 (seis)

meses, contados do término do mandato, se maior prazo não for fixado nas normas regulamentares, de:

I- aceitar cargo de administrador ou conselheiro fiscal, exercer atividades ou prestar qualquer serviço a empresas concorrentes da Companhia;

II- aceitar cargo de administrador ou conselheiro fiscal, ou estabelecer vínculo profissional com pessoa física ou jurídica com a qual tenham mantido relacionamento oficial direto e relevante nos 6 (seis) meses anteriores ao término do mandato, se maior prazo não for fixado nas normas regulamentares; e

III- patrocinar, direta ou indiretamente, interesse de pessoa física ou jurídica, perante órgão ou entidade da Administração Pública Federal com que tenha tido relacionamento oficial direto e relevante nos 6 (seis) meses anteriores ao término do mandato, se maior prazo não for fixado nas normas regulamentares.

§1º- Incluem-se no período a que se refere o caput deste artigo, eventuais períodos de licença anual remunerada não gozados.

§2º- Durante o período de impedimento, os ex-membros da Diretoria Executiva, do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal farão jus a remuneração compensatória equivalente apenas ao honorário mensal da função que ocupavam, condicionado ao disposto no §6º deste artigo.

§3º- Não terão direito à remuneração compensatória, os ex-membros da Diretoria Executiva, do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal que optarem pelo retorno, antes do término do período de impedimento, ao desempenho da função ou cargo, efetivo ou superior, que, anteriormente à sua investidura, ocupavam na administração pública ou privada.

§4º- O descumprimento do impedimento de 6 (seis) meses implica, além da perda de remuneração compensatória, a devolução do valor já recebido a esse título e o pagamento de multa de 20% (vinte por cento) sobre o total da remuneração compensatória que seria devida no período, sem prejuízo do ressarcimento das perdas e danos a que eventualmente der causa.

§5º- Cessará o direito à percepção da remuneração compensatória, sem prejuízo das demais sanções cabíveis e restituição dos valores já recebidos, ao ex-membro da Diretoria Executiva, do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal que:

I- incorrer em qualquer das hipóteses que configuram conflito de interesses de que trata o art. 5º da Lei nº 12.813, de 16 de maio de 2013;

II- for condenado judicialmente, com trânsito em julgado, por crimes contra a administração pública;

III- for condenado judicialmente, com trânsito em julgado, por improbidade administrativa; ou

IV- sofrer cassação de aposentadoria, demissão ou conversão de exoneração em destituição do cargo em comissão.

§6º- O início do pagamento da remuneração compensatória está condicionado à caracterização do conflito de interesse e o impedimento para o exercício de atividade profissional e será precedido de manifestação formal sobre a caracterização de conflito:

I- da Comissão de Ética da Presidência da República, nos termos do art. 8º da Lei nº 12.813, de 16 de maio de 2013, para os membros da Diretoria Executiva, inclusive para o Presidente da Companhia;

II- da Comissão de Ética da Petrobras, que decidirá com o subsídio das áreas técnicas, quando necessários ao exame da matéria, para os membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal.

Seção II - Do Conselho de Administração

Art. 29- O Conselho de Administração é o órgão de orientação e direção superior da Petrobras, competindo-lhe:

I- fixar a orientação geral dos negócios da Companhia, definindo sua missão, seus objetivos estratégicos e diretrizes;

II- aprovar, por proposta da Diretoria Executiva, o plano estratégico, os respectivos planos plurianuais, bem como planos e programas anuais de dispêndios e de investimentos, promovendo, anualmente, análise quanto ao atendimento das metas e dos resultados na execução dos referidos planos, devendo publicar suas conclusões e informá-las ao Congresso Nacional e ao Tribunal de Contas da União;

III- fiscalizar a gestão da Diretoria Executiva e de seus membros e fixar-lhes as atribuições, examinando, a qualquer tempo, os livros e papéis da Companhia;

IV- avaliar, anualmente, resultados de desempenho, individual e coletivo, dos administradores e dos membros dos Comitês do Conselho, com o apoio metodológico e procedimental do Comitê de Pessoas, observados os seguintes quesitos mínimos: a) exposição dos atos de gestão praticados quanto à licitude e à eficácia da ação gerencial e administrativa; b) contribuição para o resultado do exercício; e c) consecução dos objetivos estabelecidos no plano de negócios e atendimento à estratégia de longo prazo de que tratam o art. 37, §1º do Decreto nº 8.945, de 27 de dezembro de 2016;

V- avaliar e divulgar anualmente quem são os conselheiros independentes, bem como indicar e justificar quaisquer circunstâncias que possam comprometer sua independência;

VI- aprovar o valor acima do qual os atos, contratos ou operações, embora de competência da Diretoria Executiva ou de seus membros, deverão ser submetidos à aprovação do Conselho de Administração;

VII- deliberar sobre a emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações e sem garantia real;

VIII- fixar as políticas globais da Companhia, incluindo a de gestão estratégica comercial, financeira, de riscos, de investimentos, de meio ambiente, de divulgação de informações, de distribuição de dividendos, de transações com partes relacionadas, de porta-vozes, de recursos humanos e de participações minoritárias, em atendimento ao disposto no art. 9º, § 1º do Decreto nº 8.945, de 27 de dezembro de 2016;

IX- aprovar a transferência da titularidade de ativos da Companhia, inclusive contratos de concessão e autorizações para refino de petróleo, processamento de gás natural, transporte, importação e exportação de petróleo, seus derivados e gás natural, podendo fixar limites de valor para a prática desses atos pela Diretoria Executiva ou por seus membros;

X- aprovar o Regulamento Eleitoral de escolha do membro do Conselho de Administração eleito pelos empregados;

XI- aprovar os planos que disponham sobre a admissão, carreira, sucessão, vantagens e regime disciplinar dos empregados da Petrobras;

XII- aprovar a Política de Indicação que contenha os requisitos mínimos para indicação de membros do Conselho de Administração e de seus Comitês, do Conselho Fiscal e da Diretoria Executiva, a ser disponibilizada, de forma ampla, aos acionistas e ao mercado, nos limites da legislação aplicável;

XIII- aprovar e divulgar Carta Anual e Carta de Governança Corporativa, na forma prevista na Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016;

XIV- implementar, diretamente ou por intermédio de outros órgãos da Companhia, e supervisionar os sistemas de gestão de riscos e de controle interno estabelecidos para a prevenção e a mitigação dos principais riscos, inclusive os riscos relacionados à

integridade das informações contábeis e financeiras e àqueles relacionados à ocorrência de corrupção e fraude;

XV- manifestar-se formalmente quando da realização de ofertas públicas de aquisição de ações de emissão da Companhia;

XVI- definir lista tríplice de empresas especializadas em avaliação econômica de empresas para a elaboração de laudo de avaliação das ações da Companhia, nos casos de oferta pública para cancelamento de registro de companhia aberta ou para saída do Nível 2 de Governança Corporativa.

§1º- A fixação da política de recursos humanos de que trata o inciso VIII não poderá contar com a participação do Conselheiro representante dos empregados, caso as discussões e deliberações em pauta envolvam assuntos de relações sindicais, remuneração, benefícios e vantagens, inclusive matérias de previdência complementar e assistenciais, hipóteses em que fica configurado o conflito de interesse.

§2º- Sempre que a Política de Indicação pretender impor requisitos adicionais àqueles constantes da legislação aplicável para os Conselheiros de Administração e para os Conselheiros Fiscais, tais requisitos deverão ser encaminhados para deliberação dos acionistas, em Assembleia Geral.

§3º- A manifestação formal, favorável ou contrária, de que trata o inciso XV será por meio de parecer prévio fundamentado, divulgado em até 15 (quinze) dias da publicação do edital da oferta pública de ações, abordando, pelo menos: (i) a conveniência e a oportunidade da oferta pública de ações quanto ao interesse do conjunto dos acionistas e em relação à liquidez dos valores mobiliários de sua titularidade; (ii) as repercussões da oferta pública de aquisição de ações sobre os interesses da Petrobras; (iii) os planos estratégicos divulgados pelo ofertante em relação à Petrobras; (iv) outros pontos que o Conselho de Administração considerar pertinentes, bem como as informações exigidas pelas regras aplicáveis estabelecidas pela CVM.

Art. 30- Compete, ainda, ao Conselho de Administração deliberar sobre as seguintes matérias:

I- atribuições de cada membro da Diretoria Executiva que constarão no Plano Básico de Organização, a ser divulgado pela Companhia em seu sítio eletrônico;

II- indicação e destituição dos titulares da estrutura geral da Companhia diretamente vinculados ao Conselho, conforme definido no Plano Básico de Organização, com base nos critérios fixados pelo próprio Conselho de Administração;

III- autorização para aquisição de ações de emissão da Companhia para permanência em tesouraria ou cancelamento, bem como posterior alienação dessas ações, exceto nos casos de competência da Assembleia Geral, conforme as disposições legais, regulamentares e estatutárias;

IV- permuta de valores mobiliários de sua emissão;

IV- eleição e destituição dos membros da Diretoria Executiva;

VI- constituição de subsidiárias integrais, participações da Companhia em sociedades controladas ou coligadas, a transferência ou a cessação dessa participação, bem como a aquisição de ações ou cotas de outras sociedades;

VII- convocação de Assembleia Geral dos acionistas, nos casos previstos em lei, publicando o edital de convocação com, no mínimo, 15 (quinze) dias de antecedência;

VIII- Código de Ética, Código de Boas Práticas e Regimento Interno do Conselho de Administração e Guia de Conduta do Sistema Petrobras;

IX- Política e Diretrizes de Governança Corporativa da Petrobras;

X- escolha e destituição de auditores independentes, os quais não poderão prestar à Companhia serviços de consultoria durante a vigência do contrato;

XI- relatório da administração e contas da Diretoria Executiva;

XII- escolha dos integrantes dos Comitês do Conselho, dentre seus membros e/ou dentre pessoas de mercado de notória experiência e capacidade técnica em relação à especialidade do respectivo Comitê, e aprovação das atribuições e regras de funcionamento dos Comitês;

XIII- assuntos que, em virtude de disposição legal ou por determinação da Assembleia Geral, dependam de sua deliberação;

XIV- critérios de integridade e conformidade, bem como os demais critérios e requisitos pertinentes aplicáveis à eleição dos membros da Diretoria Executiva e à indicação dos titulares da estrutura geral, que deverão atender, no mínimo, àqueles constantes do art. 21, §§1º, 2º e 3º deste Estatuto;

XV- o contrato de indenidade a ser firmado pela Companhia e os procedimentos que garantam a independência das decisões, conforme definido no art. 23, §§3º a 6º deste Estatuto Social;

XVI- alienação do controle do capital social de subsidiárias integrais da Companhia;

XVII- casos omissos deste Estatuto Social.

§1º- O Conselho de Administração contará com 6 (seis) Comitês de assessoramento, com atribuições específicas de análise e recomendação sobre determinadas matérias, vinculados diretamente ao Conselho: Comitê de Investimentos; Comitê de Auditoria; Comitê de Auditoria do Conglomerado Petrobras; Comitê de Segurança, Meio Ambiente e Saúde; Comitê de Pessoas; e Comitê de Minoritários.

I- Os pareceres dos Comitês não constituem condição necessária para a apresentação de matérias ao exame e deliberação do Conselho de Administração, à exceção da hipótese prevista no §4º deste artigo, quando o parecer do Comitê de Minoritários será obrigatório;

II- Os membros dos Comitês poderão participar como convidados de todas as reuniões do Conselho de Administração;

III- A composição e as regras de funcionamento dos Comitês serão disciplinadas em regimentos a serem aprovados pelo Conselho de Administração, sendo vedada a participação, seja como membro, seja como convidado permanente destes comitês, do Presidente da Companhia, dos Diretores Executivos e dos empregados, salvo, neste último caso, o Conselheiro eleito pelos empregados e os titulares das unidades organizacionais vinculadas diretamente ao Conselho de Administração;

IV – O Conselheiro eleito pelos empregados da Companhia não poderá participar do Comitê de Auditoria, do Comitê de Auditoria do Conglomerado Petrobras e do Comitê de Pessoas;

§2º- O Comitê de Pessoas terá as atribuições previstas nos arts. 21 a 23 do Decreto nº 8.945, de 27 de dezembro de 2016, bem como deverá analisar os requisitos de integridade previstos no art. 21 deste Estatuto para a investidura em cargo de administração e de conselheiro fiscal da Companhia.

§3º- Sempre que houver necessidade de avaliar operações com a União, suas autarquias e fundações e empresas estatais federais, desde que fora do curso normal dos negócios da Companhia, e que estejam na alçada de aprovação do Conselho de Administração, o Comitê de Minoritários deverá prestar o assessoramento prévio, emitindo seu parecer a respeito da transação pretendida.

§4º- De modo a permitir a representação dos acionistas preferencialistas, o Comitê de Minoritários também realizará o assessoramento prévio aos acionistas, emitindo seu parecer sobre as seguintes operações abaixo indicadas, em reunião que deverá contar obrigatoriamente com a participação do conselheiro de administração eleito pelos preferencialistas, sendo que o parecer do Comitê deverá constar integralmente, incluindo o inteiro teor das manifestações divergentes, do Manual da Assembleia que for convocada para deliberar sobre:

- I-** transformação, incorporação, fusão ou cisão da Companhia;
- II-** aprovação de contratos entre a Companhia e o acionista controlador, diretamente ou por meio de terceiros, assim como de outras sociedades nas quais o acionista controlador tenha interesse, sempre que, por força de disposição legal ou estatutária, sejam deliberados em Assembleia Geral;
- III-** avaliação de bens destinados à integralização de aumento de capital da Companhia;
- IV-** escolha de instituição ou empresa especializada para determinação do valor econômico da Companhia, conforme Art. 40, X deste Estatuto; e
- V-** alteração ou revogação de dispositivos estatutários que alterem ou modifiquem quaisquer das exigências previstas no item 4.1 do Regulamento do Nível 2, enquanto estiver em vigor Contrato de Participação no Nível 2 de Governança Corporativa.

§5º- Caso a decisão final do Conselho de Administração divirja do parecer do Comitê de Minoritários indicado no parágrafo anterior, a manifestação do Conselho, incluindo a integralidade das manifestações divergentes, também deverá constar do Manual da Assembleia que for convocada para deliberar sobre as operações acima mencionadas, de modo a melhor instruir o voto dos acionistas.

§6º- O referido Comitê de Minoritários será formado pelos 2 (dois) membros do Conselho de Administração indicados pelos acionistas minoritários ordinaristas e pelos preferencialistas, além de 1 (um) terceiro membro independente, que se enquadre nos quesitos do art. 18, §5º deste Estatuto, escolhido pelos demais membros do Comitê, podendo ser ou não membro do Conselho de Administração.

Art. 31- O Conselho de Administração poderá determinar a realização de inspeções, auditorias ou tomadas de contas na Companhia, bem como a contratação de especialistas, peritos ou auditores externos, para melhor instruírem as matérias sujeitas a sua deliberação.

Art. 32- O Conselho de Administração reunir-se-á com a presença da maioria de seus membros, mediante convocação do seu Presidente ou da maioria dos Conselheiros, ordinariamente, no mínimo a cada mês e, extraordinariamente, sempre que necessário.

§1º- Fica facultada, se necessária, a participação dos Conselheiros na reunião, por telefone, videoconferência, ou outro meio de comunicação que possa assegurar a participação efetiva e a autenticidade do seu voto. O Conselheiro, nessa hipótese, será considerado presente à reunião, e seu voto será considerado válido para todos os efeitos legais, e incorporado à ata da referida reunião.

§2º- As matérias submetidas à apreciação do Conselho de Administração serão instruídas com a decisão da Diretoria Executiva, as manifestações da área técnica ou do Comitê competente, e ainda o parecer jurídico, quando necessários ao exame da matéria.

§3º- O Presidente do Conselho, por iniciativa própria ou por solicitação de qualquer Conselheiro, poderá convocar membros da Diretoria Executiva da Companhia para assistir às reuniões e prestar esclarecimentos ou informações sobre as matérias em apreciação.

§4º- As deliberações do Conselho de Administração serão tomadas pelo voto da maioria dos Conselheiros presentes e serão registradas no livro próprio de atas.

§5º- As operações previstas nos §§3º e 4º do art. 30 deste Estatuto serão aprovadas pelo voto de 2/3 (dois terços) dos Conselheiros presentes.

§6º- Em caso de empate, o Presidente do Conselho terá o voto de qualidade.

Seção III - Da Diretoria Executiva

Art. 33- Cabe à Diretoria Executiva e aos seus membros exercer a gestão dos negócios da Companhia, de acordo com a missão, os objetivos, as estratégias e diretrizes fixadas pelo Conselho de Administração.

§1º- É assegurada ao Diretor Executivo de Governança e Conformidade, no exercício de suas atribuições, a possibilidade de se reportar diretamente ao Conselho de Administração nas hipóteses do art. 9º, §4º da Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016.

§2º- O Conselho de Administração poderá delegar atribuições à Diretoria Executiva, ressalvadas aquelas expressamente previstas na lei societária e observadas as alçadas estabelecidas em tais delegações.

Art. 34- Compete à Diretoria Executiva:

I- Avaliar, aprovar e submeter à aprovação do Conselho de Administração:

- a)** as bases e diretrizes para a elaboração do plano estratégico, bem como dos programas anuais e planos plurianuais;
- b)** o plano estratégico, os respectivos planos plurianuais, bem como planos e programas anuais de dispêndios e de investimentos da Companhia com os respectivos projetos;
- c)** os orçamentos de custeio e de investimentos da Companhia;
- d)** o resultado de desempenho das atividades da Companhia;
- e)** a indicação dos titulares da estrutura geral da Companhia, com base nos critérios estabelecidos pelo Conselho de Administração;
- f)** os planos que disponham sobre a admissão, carreira, sucessão, vantagens e regime disciplinar dos empregados da Petrobras.

II- aprovar:

- a)** os critérios de avaliação técnico-econômica para os projetos de investimentos, com os respectivos planos de delegação de responsabilidade para sua execução e implantação;
- b)** os critérios de aproveitamento econômico de áreas produtoras e coeficiente mínimo de reservas de óleo e gás, observada a legislação específica;
- c)** a política de preços e estruturas básicas de preço dos produtos da Companhia;
- d)** os planos de contas, critérios básicos para apuração de resultados, amortização e depreciação de capitais investidos, e mudanças de práticas contábeis;
- e)** os manuais e normas corporativas de governança, contabilidade, finanças, administração de pessoal, contratação e execução de obras e serviços, suprimento e alienação de materiais e equipamentos, de operação e outras regras corporativas necessárias à orientação do funcionamento da Companhia;
- f)** as normas para cessão de uso, locação ou arrendamento de bens imóveis de propriedade da Companhia;
- g)** alterações na a estrutura organizacional da Companhia, conforme competências estabelecidas no Plano Básico de Organização, bem como criar, transformar ou extinguir Unidades de Operação, agências, filiais, sucursais e escritórios no País e no exterior;
- h)** a criação e a extinção de Comitês não estatutários, vinculados a Diretoria Executiva ou a seus membros, aprovando as respectivas regras de funcionamento, atribuições e limites de competência para atuação;
- i)** o valor acima do qual os atos, contratos ou operações, embora de competência do Presidente ou dos Diretores Executivos, deverão ser submetidos para aprovação da Diretoria Executiva, respeitada a alçada definida pelo Conselho de Administração;
- j)** o plano anual de seguros da Companhia;
- l)** convenções ou acordos coletivos de trabalho, bem como a propositura de dissídios coletivos de trabalho;

m) a prestação de garantias reais ou fidejussórias, observadas as disposições legais e contratuais pertinentes;

III- garantir a implementação do Plano Estratégico e dos planos plurianuais e programas anuais de dispêndios e de investimentos da Companhia com os respectivos projetos, respeitando os limites orçamentários aprovados;

IV- deliberar sobre marcas e patentes, nomes e insígnias;

V - indicação e destituição dos titulares da estrutura geral da Companhia diretamente vinculados à Diretora Executiva, conforme definido no Plano Básico de Organização, com base nos critérios fixados pelo Conselho de Administração.

Art. 35- Em havendo pautas de sua competência, a Diretoria Executiva reunir-se-á, com a maioria de seus membros, dentre eles o Presidente ou o seu substituto, e, extraordinariamente, mediante convocação do Presidente ou de 2/3 (dois terços) dos Diretores Executivos.

§1º- A Diretoria Executiva contará com o assessoramento do Comitê Técnico Estatutário de Investimento e Desinvestimento.

§2º- Os membros da Diretoria Executiva contarão com até 8 (oito) Comitês Técnicos Estatutários de assessoramento, compostos por titulares da estrutura geral da Companhia, com atribuições específicas de análise e recomendação sobre determinadas matérias, na forma do respectivo Regimento Interno, observado o disposto no art. 160 da Lei das Sociedades por Ações.

§3º- Os assessoramentos dos Comitês Técnicos Estatutários não vinculam a Diretoria Executiva ou seus membros, conforme o caso, porém serão condição necessária para o exame e deliberação da matéria no âmbito das respectivas competências.

§4º- A composição, as regras de funcionamento e as atribuições dos Comitês Técnicos Estatutários serão disciplinadas em Regimento Interno a ser aprovado pelo Conselho de Administração.

Art. 36- Compete, individualmente:

§1º- Ao Presidente:

I- convocar, presidir e coordenar os trabalhos das reuniões da Diretoria Executiva;

II- propor ao Conselho de Administração a indicação dos Diretores Executivos;

III- prestar informações ao Conselho de Administração, ao Ministro de Estado ao qual a Companhia está vinculada, e aos órgãos de controle do Governo Federal, bem como ao Tribunal de Contas da União e ao Congresso Nacional;

IV- garantir a mobilização de recursos para fazer frente às situações de risco severo à segurança, meio ambiente e saúde;

V- exercer outras atribuições que lhe forem conferidas pelo Conselho de Administração.

§2º- Ao Diretor Executivo a quem for atribuído o relacionamento com investidores, responsabilizar-se pela prestação de informações ao público investidor, à Comissão de Valores Mobiliários - CVM e às bolsas de valores ou mercados de balcão, nacionais e internacionais, bem como às entidades de regulação e fiscalização correspondentes, e manter atualizados os registros da Companhia nessas instituições.

§3º- Ao Diretor Executivo a quem for atribuída a área de conformidade e de governança orientar e promover a aplicação das normas, diretrizes e procedimentos de governança e de conformidade.

§4º- Ao Presidente e a cada Diretor Executivo, dentre as áreas de contato descritas no Plano Básico de Organização:

I- implementar o plano estratégico e orçamento aprovado pelo Conselho de Administração, com utilização do sistema de gestão da Companhia;

II- admitir e demitir empregados e formalizar as designações para cargos e funções gerenciais;

III- designar empregados para missões no exterior;

IV- acompanhar, controlar e reportar à Diretoria Executiva as atividades técnicas e operacionais das subsidiárias integrais e empresas das quais a Petrobras participe ou com as quais esteja associada;

V- designar e instruir os representantes da Companhia nas Assembleias Gerais das subsidiárias integrais, controladas e coligadas, em conformidade com as diretrizes fixadas pelo Conselho de Administração, bem como com as orientações corporativas aplicáveis;

VI- administrar, supervisionar e avaliar desempenho das atividades das unidades sob sua responsabilidade direta, conforme definido no Plano Básico de Organização, bem como praticar atos de gestão correlacionados a essas atividades, podendo fixar limites de valor para delegação da prática desses atos, respeitadas as regras corporativas aprovadas pela Diretoria Executiva;

VII- aprovar as normas e procedimentos para desempenho das atividades das unidades sob sua responsabilidade direta, conforme definido no Plano Básico de Organização.

Art. 37- As deliberações da Diretoria Executiva serão tomadas pelo voto da maioria dos presentes e registradas no livro próprio de atas.

Parágrafo único. Em caso de empate, o Presidente terá o voto de qualidade.

Art. 38- A Diretoria Executiva encaminhará ao Conselho de Administração cópias das atas de suas reuniões e prestará as informações que permitam avaliar o desempenho das atividades da Companhia.

Capítulo V - Da Assembleia Geral

Art. 39- A Assembleia Geral Ordinária realizar-se-á, anualmente, no prazo previsto no art. 132 da Lei das Sociedades por Ações, em local, data e hora previamente fixados pelo Conselho de Administração, para deliberar sobre as matérias de sua competência, especialmente:

I- tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras;

II- deliberar sobre a destinação do lucro líquido do exercício e a distribuição de dividendos;

III- eleger os membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal.

Art. 40- A Assembleia Geral Extraordinária, além dos casos previstos em lei, reunir-se-á mediante convocação do Conselho de Administração, esta última precedida de assessoramento do Comitê de Minoritários, na forma do art. 30, §§4º e 5º deste Estatuto, quando for o caso, para deliberar sobre assuntos de interesse da Companhia, especialmente:

I- reforma do Estatuto;

II- modificação no capital social;

III - avaliação de bens com que o acionista concorrer para o aumento do capital social;

IV- emissão de debêntures conversíveis em ações ou a sua venda quando em tesouraria;

V- incorporação da Companhia a outra sociedade, sua dissolução, transformação, cisão, fusão;

VI- participação da Companhia em grupo de sociedades;

VII- destituição de membros do Conselho de Administração;

VIII- alienação de debêntures conversíveis em ações de titularidade da Companhia e de emissão de suas subsidiárias integrais e controladas;

IX- cancelamento do registro de Companhia aberta;

X- escolha de empresa especializada, a partir da apresentação pelo Conselho de Administração de uma lista tríplice de empresas especializadas, com experiência

comprovada e independência quanto ao poder de decisão da Companhia, de seus administradores e/ou do acionista controlador, além de satisfazer os requisitos e responsabilidades dos §§1º e 6º do art. 8º da Lei das Sociedades por Ações, para a elaboração de laudo de avaliação de suas ações pelo respectivo valor econômico, a ser utilizado nas hipóteses de cancelamento do registro de Companhia aberta ou de saída do Nível 2;

XI- renúncia a direito de subscrição de ações ou debêntures conversíveis em ações de subsidiárias integrais, controladas ou coligadas;

XII- aprovação dos requisitos da Política de Indicação que sejam adicionais àqueles constantes da legislação aplicável para os Conselheiros de Administração e Conselheiros Fiscais.

§1º- A deliberação da matéria prevista no inciso XI deste artigo deverá ser tomada por maioria absoluta de votos das ações ordinárias em circulação, não se computando os votos em branco.

§2º- Na hipótese de oferta pública formulada pelo acionista controlador, este arcará com os custos da elaboração do laudo de avaliação.

§3º- Nas hipóteses do art. 30, §§4º e 5º, o parecer do Comitê de Minoritários e a manifestação do Conselho de Administração, quando divergir do parecer do Comitê de Minoritários, deverão ser incluídos na proposta da administração que instruirá o voto dos acionistas ordinaristas em Assembleia Geral.

§4º- O acionista controlador poderá se manifestar em sentido contrário ao assessoramento do Comitê de Minoritários, sendo-lhe facultado fundamentar as razões pelas quais entende que tais recomendações não devem ser seguidas.

Art. 41- A Assembleia Geral fixará, anualmente, o montante global ou individual da remuneração dos administradores, bem como os limites de sua participação nos lucros, observadas as normas da legislação específica, e dos membros dos Comitês de assessoramento ao Conselho de Administração.

Art. 42- As Assembleias Gerais serão presididas pelo Presidente da Companhia ou substituto que este vier a designar, e, na ausência de ambos, por 1 (um) acionista escolhido pela maioria dos votos dos presentes.

Parágrafo único. O Presidente da Assembleia escolherá, dentre os acionistas presentes, o Secretário da mesa.

Capítulo VI - Do Conselho Fiscal

Art. 43- O Conselho Fiscal, de caráter permanente, compõe-se de até 5 (cinco) membros e respectivos suplentes, eleitos pela Assembleia Geral Ordinária, todos residentes no País, observados os requisitos e impedimentos fixados na Lei das Sociedades por Ações, na Política de Indicação, no Decreto nº 8.945, de 27 de dezembro de 2016 e no art. 21, §§1º, 2º e 3º deste Estatuto, acionistas ou não, dos quais 1 (um) será eleito pelos detentores das ações ordinárias minoritárias e outro pelos detentores das ações preferenciais, em votação em separado.

§1º- Dentre os membros do Conselho Fiscal, 1 (um) será indicado pelo Ministro da Economia, como representante do Tesouro Nacional.

§2º- Em caso de vaga, renúncia, impedimento ou ausência injustificada a 2 (duas) reuniões consecutivas, será o membro do Conselho Fiscal substituído, até o término do prazo de atuação, pelo respectivo suplente.

§3º- Os membros do Conselho Fiscal serão investidos nos seus cargos mediante a assinatura de termo de posse no livro de atas e pareceres do Conselho Fiscal, do qual constará: (i) a subscrição ao Termo de Anuência dos Membros do Conselho Fiscal nos

termos do disposto no Regulamento do Nível 2, bem como ao atendimento dos requisitos legais aplicáveis, e (ii) anuência aos termos da cláusula compromissória de que trata o art. 58 deste Estatuto.

§4º- Aplica-se o procedimento previsto no art. 21, §§4º, 5º e 7º deste Estatuto às indicações para membros do Conselho Fiscal.

§5º- Os membros do Conselho Fiscal também deverão declarar se atendem aos critérios de independência constantes do art. 18, §5º deste Estatuto.

Art. 44- O prazo de atuação dos membros do Conselho Fiscal é de 1 (um) ano, permitidas 2 (duas) reeleições consecutivas.

§1º- É vedada a recondução do Conselheiro Fiscal, que não participar de nenhum treinamento anual disponibilizado pela Companhia nos últimos 2 (dois) anos.

§2º- Atingido o prazo máximo de recondução, o retorno de Conselheiro Fiscal para a Petrobras só poderá ocorrer após decorrido período equivalente a 1 (um) prazo de atuação.

Art. 45- A remuneração dos membros do Conselho Fiscal, além do reembolso obrigatório das despesas de locomoção e estada necessárias ao desempenho da função será fixada pela Assembleia Geral que os eleger, observado o limite estabelecido na Lei nº 9.292, de 12 de julho de 1996.

Art. 46- Compete ao Conselho Fiscal, sem prejuízo de outras atribuições que lhe sejam conferidas em virtude de disposição legal ou por determinação da Assembleia Geral:

I- fiscalizar, por qualquer de seus membros, os atos dos administradores e verificar o cumprimento dos seus deveres legais e estatutários;

II- opinar sobre o relatório anual da administração, fazendo constar do seu parecer as informações complementares que julgar necessárias ou úteis à deliberação da Assembleia Geral;

III- opinar sobre as propostas dos administradores, a serem submetidas à Assembleia Geral, relativas à modificação do capital social, emissão de debêntures ou bônus de subscrição, planos de investimentos ou orçamentos de capital, distribuição de dividendos, transformação, incorporação, fusão ou cisão da Companhia;

IV- denunciar, por qualquer de seus membros, aos órgãos de administração e, se estes não tomarem as providências necessárias para proteção dos interesses da Companhia, à Assembleia Geral, os erros, fraudes ou crimes que descobrirem, e sugerir providências úteis à Companhia;

V- convocar a Assembleia Geral Ordinária se os administradores retardarem por mais de 1 (um) mês essa convocação, e a Extraordinária sempre que ocorrerem motivos graves ou urgentes, incluindo na pauta das assembleias as matérias que considerarem necessárias;

VI- analisar, pelo menos trimestralmente, o balancete e demais demonstrações financeiras elaboradas periodicamente pela Diretoria Executiva;

VII- examinar as demonstrações financeiras do exercício social e sobre elas opinar;

VIII- exercer essas atribuições durante a liquidação.

Parágrafo único. Os membros do Conselho Fiscal participarão, obrigatoriamente, das reuniões do Conselho de Administração em que devam ser apreciadas as matérias referidas nos incisos II, III e VII deste artigo.

Capítulo VII - Dos Empregados da Companhia

Art. 47- Os empregados da Petrobras estão sujeitos à legislação do trabalho e aos regulamentos internos da Companhia, observando-se as normas legais aplicáveis aos empregados das sociedades de economia mista.

Art. 48- A admissão de empregados pela Petrobras e por suas subsidiárias integrais e controladas obedecerá a processo seletivo público, nos termos aprovados pela Diretoria Executiva.

Art. 49- As funções da Administração Superior e as responsabilidades dos respectivos titulares serão definidas no Plano Básico de Organização da Companhia.

§1º- As funções a que se refere o caput deste artigo, vinculadas ao Conselho de Administração, poderão, excepcionalmente, e, a critério do Conselho de Administração, ser atribuídas a técnicos ou especialistas que não integrem o quadro permanente da Companhia, por meio de cargos em comissão de livre provimento.

§2º- As funções a que se refere o caput deste artigo, vinculadas à Diretoria Executiva ou aos seus membros, poderão, mediante proposta e justificativa da Diretoria Executiva e aprovação do Conselho de Administração, de forma excepcional, ser atribuídas a técnicos ou especialistas que não integrem o quadro permanente da Companhia, por meio de cargos em comissão de livre provimento.

§3º- As funções gerenciais que integram o quadro organizacional da Companhia, nos demais níveis, terão as responsabilidades dos titulares definidas nas normas dos respectivos órgãos.

Art. 50- Sem prejuízo das requisições previstas em lei, a cessão de empregados da Petrobras e de suas subsidiárias integrais ou controladas dependerá de autorização, em cada caso, da Diretoria Executiva e será feita, sempre que possível, mediante o reembolso dos custos correspondentes.

Art. 51- A Companhia destinará uma parcela dos resultados anuais a ser distribuída entre seus empregados, de acordo com os critérios aprovados pelo Conselho de Administração, observada a legislação em vigor.

Capítulo VIII - Disposições Gerais

Art. 52- As atividades da Petrobras obedecerão ao Plano Básico de Organização, que conterá, dentre outros, o modelo de organização e definirá a natureza e as atribuições de cada unidade da estrutura geral e as relações de subordinação necessárias ao funcionamento da Petrobras, de acordo com o presente Estatuto.

Art. 53- O exercício social coincidirá com o ano civil, encerrando-se a 31 de dezembro de cada ano, quando serão levantados o balanço patrimonial e demais demonstrações financeiras, que deverão atender às disposições legais aplicáveis.

§1º- Observadas as disposições legais, a Companhia poderá realizar a distribuição de dividendos intercalares ou juros sobre o capital próprio, com base nos lucros apurados nos balanços semestrais ou em periodicidade inferior, considerando os resultados apurados em cada trimestre, por deliberação do Conselho de Administração.

§2º- O Conselho de Administração poderá aprovar o pagamento de dividendos intermediários à conta de reserva de lucros existentes no último balanço aprovado em Assembleia Geral.

§3º- Os dividendos intermediários e intercalares e os juros sobre o capital próprio serão imputados ao dividendo mínimo obrigatório.

Art. 54- Sobre os recursos transferidos pela União ou depositados por acionistas minoritários, para fins de aumento do capital da Companhia, incidirão encargos financeiros equivalentes à taxa SELIC desde o dia da transferência até a data da capitalização.

Art. 55- A Petrobras destinará, do lucro líquido apurado no seu Balanço Anual, a parcela de 0,5% (cinco décimos por cento) sobre o capital social integralizado, para constituição de reserva especial, destinada ao custeio dos programas de pesquisa e de desenvolvimento tecnológico da Companhia.

Parágrafo único. O saldo acumulado da reserva prevista neste artigo não poderá exceder 5% (cinco por cento) do capital social integralizado.

Art. 56- Após deliberada a distribuição do dividendo mínimo previsto no art. 8º deste Estatuto, poderá a Assembleia Geral, observados os termos da legislação societária e as normas federais específicas, atribuir percentagens ou gratificação aos membros da Diretoria Executiva da Companhia, a título de remuneração variável.

Art. 57- A Diretoria Executiva poderá autorizar a prática de atos gratuitos razoáveis em benefício dos empregados ou da comunidade de que participe a empresa, inclusive a doação de bens inservíveis, tendo em vista suas responsabilidades sociais, na forma prevista no § 4º do art. 154 da Lei das Sociedades por Ações.

Art. 58- A Companhia, seus acionistas, administradores e membros do Conselho Fiscal obrigam-se a resolver por meio de arbitragem, perante a Câmara de Arbitragem do Mercado, toda e qualquer disputa ou controvérsia que possa surgir entre eles, relacionada ou oriunda, em especial, da aplicação, validade, eficácia, interpretação, violação e seus efeitos, das disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, na Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016, no Estatuto Social da Companhia, nas normas editadas pelo Conselho Monetário Nacional, pelo Banco Central do Brasil e pela Comissão de Valores Mobiliários, bem como nas demais normas aplicáveis ao funcionamento do mercado de capitais em geral, além daquelas constantes do Regulamento do Nível 2, do Regulamento de Arbitragem, do Contrato de Participação e do Regulamento de Sanções do Nível 2.

Parágrafo único. O disposto no caput não se aplica às disputas ou controvérsias que se refiram às atividades da Petrobras fundamentadas no art. 1º da Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997 e observado o disposto neste Estatuto no que tange ao interesse público que justificou a criação da Companhia, bem como às disputas ou controvérsias que envolvam direitos indisponíveis.

Art. 59- Os contratos celebrados pela Petrobras para aquisição de bens e serviços serão precedidos de procedimento licitatório, na forma da legislação aplicável.

Art. 60- A alienação do controle acionário da Petrobras, tanto por meio de uma única operação, quanto por meio de operações sucessivas, somente poderá ser contratada sob a condição, suspensiva ou resolutiva, de que o adquirente se obrigue a, observando as condições e prazos previstos na legislação vigente e no Regulamento do Nível 2, realizar oferta pública de aquisição das ações dos demais acionistas, de forma a assegurar-lhes tratamento igualitário àquele dado ao acionista controlador alienante.

§1º- A oferta pública, prevista no caput deste artigo, será também realizada quando houver (i) cessão onerosa de direitos de subscrição de ações e de outros títulos ou direitos relativos a valores mobiliários conversíveis em ações, de que venha resultar a alienação do controle da Companhia; ou (ii) em caso de alienação do controle de sociedade que detenha o poder de controle da Petrobras, sendo que, nesse caso, o acionista controlador alienante ficará obrigado a declarar à B3 o valor atribuído à Petrobras nessa alienação e anexar documentação que comprove esse valor.

§2º- Aquele que adquirir o poder de controle, em razão de contrato particular de compra de ações celebrado com o acionista controlador, envolvendo qualquer quantidade de ações, estará obrigado a: (i) efetivar a oferta pública referida no caput deste artigo, e (ii)

pagar, nos termos a seguir indicados, quantia equivalente à diferença entre o preço da oferta pública e o valor pago por ação eventualmente

adquirida em bolsa nos 6 (seis) meses anteriores à data da aquisição do poder de controle, devidamente atualizado até a data do pagamento. Referida quantia deverá ser distribuída entre todas as pessoas que venderam ações da Petrobras nos pregões em que o adquirente realizou as aquisições, proporcionalmente ao saldo líquido vendedor diário de cada uma, cabendo à B3 operacionalizar a distribuição, nos termos de seus regulamentos.

§3º- O acionista controlador alienante somente transferirá a propriedade de suas ações se o comprador subscrever o Termo de Anuência dos Controladores. A Companhia somente registrará a transferência de ações para o comprador, ou para aquele(s) que vier(em) a deter o poder de controle, se este(s) subscrever(em) o Termo de Anuência dos Controladores a que alude o Regulamento do Nível 2.

§4º- A Petrobras somente registrará acordo de acionistas que disponha sobre o exercício do poder de controle se os seus signatários subscreverem o Termo de Anuência dos Controladores.

Art. 61- Na hipótese de cancelamento de registro de companhia aberta da Petrobras e consequente saída do Nível 2, deverá ser ofertado um preço mínimo às ações, correspondente ao valor econômico apurado por empresa especializada escolhida pela Assembleia Geral, na forma da Lei das Sociedades por Ações, e conforme previsto no art. 40, inciso XI deste Estatuto.

Parágrafo único. Os custos com a contratação de empresa especializada de que trata este artigo serão suportados pelo acionista ofertante.

Art. 62- Caso seja deliberada a saída da Companhia do Nível 2 para que os valores mobiliários por ela emitidos passem a ser admitidos à negociação fora do Nível 2, ou em virtude de operação de reorganização societária, na qual a sociedade resultante dessa reorganização não tenha seus valores mobiliários admitidos à negociação no Nível 2 no prazo de 120 (cento e vinte) dias contados da data da assembleia geral que aprovou a referida operação, o acionista controlador deverá efetivar oferta pública de aquisição das ações pertencentes aos demais acionistas da Companhia, no mínimo, pelo respectivo valor econômico, a ser apurado em laudo de avaliação elaborado nos termos do art. 40, inciso X deste Estatuto, respeitadas as normas legais e regulamentares aplicáveis.

§1º- O acionista controlador estará dispensado de proceder à oferta pública de aquisição de ações referida no caput deste artigo se a Companhia sair do Nível 2 de Governança Corporativa em razão da celebração do contrato de participação da Companhia no segmento especial da B3 denominado Novo Mercado (“Novo Mercado”) ou se a companhia resultante de reorganização societária obtiver autorização para negociação de valores mobiliários no Novo Mercado no prazo de 120 (cento e vinte) dias contados da data da assembleia geral que aprovou a referida operação.

Art. 63- Na hipótese de não haver acionista controlador, caso seja deliberada a saída da Companhia do Nível 2 de Governança Corporativa para que os valores mobiliários por ela emitidos passem a ser admitidos à negociação fora do Nível 2 de Governança Corporativa, ou em virtude de operação de reorganização societária, na qual a sociedade resultante dessa reorganização não tenha seus valores mobiliários admitidos à negociação no Nível 2 de Governança Corporativa ou no Novo Mercado no prazo de 120 (cento e vinte) dias contados da data da assembleia geral que aprovou a referida operação, a saída estará condicionada à realização de oferta pública de aquisição de ações nas mesmas condições previstas no art. 62 deste Estatuto.

§1º- A referida assembleia geral deverá definir o(s) responsável(is) pela realização da oferta pública de aquisição de ações, o(s) qual(is), presente(s) na assembleia, deverá(ão) assumir expressamente a obrigação de realizar a oferta.

§2º- Na ausência de definição dos responsáveis pela realização da oferta pública de aquisição de ações, no caso de operação de reorganização societária, na qual a companhia resultante dessa reorganização não tenha seus valores mobiliários admitidos à negociação no Nível 2 de Governança Corporativa, caberá aos acionistas que votaram favoravelmente à reorganização societária realizar a referida oferta.

Art. 64- A saída da Petrobras do Nível 2 de Governança Corporativa em razão de descumprimento de obrigações constantes do Regulamento do Nível 2 está condicionada à efetivação de oferta pública de aquisição de ações, no mínimo, pelo Valor Econômico das ações, a ser apurado em laudo de avaliação de que trata o art. 40, inciso X deste Estatuto, respeitadas as normas legais e regulamentares aplicáveis.

§1º- O acionista controlador deverá efetivar a oferta pública de aquisição de ações prevista no caput desse artigo.

§2º- Na hipótese de não haver acionista controlador e a saída do Nível 2 de Governança Corporativa referida no caput decorrer de deliberação da assembleia geral, os acionistas que tenham votado a favor da deliberação que implicou o respectivo descumprimento deverão efetivar a oferta pública de aquisição de ações prevista no caput.

§3º- Na hipótese de não haver acionista controlador e a saída do Nível 2 de Governança Corporativa referida no caput ocorrer em razão de ato ou fato da administração, os Administradores da Companhia deverão convocar assembleia geral de acionistas cuja ordem do dia será a deliberação sobre como sanar o descumprimento das obrigações constantes do Regulamento do Nível 2 ou, se for o caso, deliberar pela saída da Companhia do Nível 2 de Governança Corporativa.

§4º- Caso a assembleia geral mencionada no §3ª acima delibere pela saída da Companhia do Nível 2 de Governança Corporativa, a referida assembleia geral deverá definir o(s) responsável(is) pela realização da oferta pública de aquisição de ações prevista no caput, o(s) qual(is), presente(s) na assembleia, deverá(ão) assumir expressamente a obrigação de realizar a oferta.”

**À
ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA**

EXPOSIÇÃO AOS ACIONISTAS

ITEM III

ELEIÇÃO DOS MEMBROS DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas,

A eleição de membro do Conselho de Administração, de acordo com o estabelecido no Estatuto Social da Companhia, faz-se necessária, tendo em vista a existência de vacância no Conselho de Administração.

O acionista controlador indica o seguinte nome para a composição do Conselho de Administração: Sra. Maria Cláudia Guimarães.

As instruções para a indicação de Conselheiro de Administração constam do capítulo de “Verificação dos Requisitos e Vedações Legais e Estatutários exigidos para Indicação de Conselheiro de Administração da Petrobras” deste Manual.

A seguir, o Anexo I com as informações relativas à indicada para membro do Conselho de Administração, conforme os itens 12.5 a 12.10 do Formulário de Referência (Art. 10 da Instrução CVM 481).

Rio de Janeiro, 29 de janeiro de 2020.

Presidente
Roberto Castello Branco

ANEXO I

**INFORMAÇÕES SOBRE A CANDIDATA INDICADA PELO ACIONISTA
CONTROLADOR PARA O CARGO DE CONSELHEIRA DE
ADMINISTRAÇÃO DA PETROBRAS**

Nome	Data de Nasc.	Órgão da Administração	Prazo do Mandato
CPF	Profissão	Cargo eletivo a ocupar	Nº de Mandatos Consecutivos
Maria Cláudia Guimarães 000.109.237-56	18/09/1965 Engenheira de Produção	Conselho de Administração Membro do CA	até AGO de 2020 0

Currículo resumido da indicada:

Maria Cláudia Guimarães - A Sra. Maria Cláudia Guimarães possui sólida carreira no mercado financeiro, onde atua há 33 anos. Foi Diretora Executiva no Bank of America Merrill Lynch, ING Bank N.V. e Bank Boston, liderando setores de Óleo & Gás, Mineração, Siderurgia e Energia. Hoje é Sócia da KPC Consultoria Financeira focada em gestão patrimonial. Recentemente, atuou como Conselheira na Constellation Oil Services em Luxemburgo.

Possui ampla experiência em finanças corporativas, mercado de capitais, fusões e aquisições, reestruturação de dívidas e financiamento de projetos.

Ao longo de sua carreira se relacionou com a Petrobras e suas subsidiárias no Brasil e no exterior, através de financiamento de projetos para desenvolvimento da Bacia de Campos e Bacia de Santos, emissões de ações e bonds, desenvolvimento de produtos de tesouraria e gestão de caixa e assessoria ao desinvestimento em área offshore, tendo inclusive coordenado curso sobre Fusões, Aquisições e Mercado de Capitais na Universidade Petrobras. A Sra. Maria Cláudia é graduada em Engenharia de Produção pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), com MBA Executivo pela COPPEAD (UFRJ).

Conselheira independente segundo os critérios contidos no artigo 36, §1º do Decreto nº 8.945/2016 e no Regulamento de Listagem do Nível 2 de Governança Corporativa.

A candidata indicada acima:

- Não esteve sujeita, nos últimos 5 anos, a condenação criminal, a condenação em processo administrativo da CVM ou a condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que a tenha suspenso ou inabilitado para a prática de atividade profissional ou comercial.
- Não possui relação conjugal, união estável ou parentescos passíveis de informação de acordo com o item 12.9 do Formulário de Referência.
- Não possui relação de subordinação com partes relacionadas da Companhia.

O Comitê de Pessoas do Conselho de Administração da Petrobras verificou a aderência da indicada aos requisitos da Política de Indicação de Membros da Alta Administração e do Conselho Fiscal da Petrobras ("Política de Indicação"), cuja ata estará disponível no endereço eletrônico da Companhia (<http://www.petrobras.com.br/ri>) em "Governança Corporativa", "Assembleias e Reuniões".

Em atendimento às Instruções CVM 480/09 e 481/09, não há percentuais de participação da indicada nas reuniões do Conselho de Administração e dos Comitês de Assessoramento ao Conselho de Administração a serem informados.

A Sra. Maria Cláudia Guimarães foi nomeada Conselheira de Administração, nos termos dos artigos 150, caput, da Lei nº 6.404/76 e 25 do Estatuto Social da Petrobras, na reunião do Conselho de Administração, ocorrida em 29/01/2020, com prazo de gestão até a primeira Assembleia Geral de Acionistas da Petrobras.

VERIFICAÇÃO DOS REQUISITOS E VEDAÇÕES LEGAIS E ESTATUTÁRIOS EXIGIDOS PARA INDICAÇÃO DE CONSELHEIRO DE ADMINISTRAÇÃO DA PETROBRAS

A indicação de membro do Conselho de Administração da Petrobras, seja pelo acionista controlador, pelo acionista minoritário ou pelos detentores de ações preferenciais, deverá atender integralmente aos requisitos e vedações impostos pela Lei de Sociedades por Ações, pela Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016, pelo Decreto nº 8.945, de 27 de dezembro de 2016, pelo Estatuto Social da Petrobras e pela Política de Indicação de Membros da Alta Administração e do Conselho Fiscal ("Política de Indicação"), sob pena de não ser deferida sua indicação.

Conforme disposto no art. 21-L da Instrução CVM nº 481, de 17 de dezembro de 2009, recentemente alterada pela Instrução CVM nº 594/17, para as indicações serem incluídas no boletim de voto à distância, estas deverão ser realizadas pelos acionistas com antecedência mínima de 25 (vinte e cinco) dias à data da Assembleia Geral.

Nos termos do art. 21, §4º do Estatuto Social, as indicações de candidatos deverão ser feitas em até 16 (dezesesseis) dias úteis antes da data da Assembleia Geral Extraordinária, ou seja, até 06/02/2020, mediante a entrega dos Formulários, constantes dos Anexos, devidamente preenchidos, bem como anexada a documentação nele elencada, de forma atestar o atendimento aos requisitos.

As indicações deverão ser encaminhadas para os seguintes endereços eletrônicos: indicacoes@petrobras.com.br e investidores@petrobras.com.br.

Uma vez recebida toda documentação, o Comitê de Pessoas ("COPE"), adaptado em atendimento ao art. 64, §1º do Decreto 8.945/2016, irá analisar as informações prestadas pelo indicado, conforme Formulário e documentação comprobatória, assessorando os acionistas sobre o atendimento aos requisitos e inoccorrência das vedações do cargo estabelecidos na Lei 6.404/76, na Lei 13.303/16, no Decreto nº 8.945/16, no Estatuto Social e na Política de Indicação da Petrobras.

Excepcionalmente, as indicações realizadas pelos acionistas em data posterior aos 16 (dezesesseis) dias úteis, e que não tenham tempo hábil para análise pelo COPE, serão analisadas pela Secretaria da Assembleia, na forma prevista no art. 22, §4º, do Decreto nº 8.945/16.

Na hipótese de análise dos requisitos pela Secretaria da Assembleia, a posse do candidato ficará condicionada à análise dos requisitos adicionais previstos no Anexo II pelo COPE e à recomendação de aprovação pelo referido Comitê, conforme dispõe o item 4.6.5.1 da Política de Indicação da Petrobras.

Ainda nos termos do item 4.6.5.2 da Política de Indicação, caso o COPE não recomende a aprovação do candidato cuja análise de requisitos foi realizada na forma do item 4.6.5, o cargo permanecerá não preenchido e nova assembleia geral será convocada para seu preenchimento.

Anexo I: Formulário - Cadastro de Administrador – Diretor ou Conselho de Administração do Ministério da Economia

Anexo II: Formulário – Cadastro de Requisitos Adicionais de Integridade para Conselho Fiscal, Conselheiros de Administração, Diretoria Executiva, Membros Externos dos Comitês Estatutários de Assessoramento do Conselho de Administração e Titulares da Estrutura Geral da Petrobras

Anexo III: Declaração de Independência

Anexo IV: Formulário - Declaração de elegibilidade e reputação ilibada

Anexo V: Formulário - Informação sobre participações societárias

Anexo VI – Declaração CVM e Lei 13.303/2016

ANEXO I



MINISTÉRIO DA ECONOMIA

Secretaria Especial de Desestatização, Desinvestimento e Mercados

Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais

Esse cadastro deve ser assinado e com rubrica em todas as páginas, escaneado em arquivo único juntamente com a documentação comprobatória das **qualificações** informadas nos itens 15, 17 e 19.

CADASTRO DE ADMINISTRADOR – Diretor ou Conselho de Administração (a)

Conformidade com a Lei 13.303, de 30 de junho de 2016, e com o Decreto 8.945, de 27 de dezembro de 2016. Verificação dos requisitos e vedações legais e estatutários exigidos para indicação de Administrador (conselheiro de administração ou diretor) de empresa estatal com receita operacional bruta igual ou superior a R\$ 90 milhões.

A. DADOS GERAIS

1. Nome completo:		
2. CPF:	3. Data Nascimento:	4. Sexo: () M () F
5. Cargo efetivo:		
6. Função comissionada:		7. Código da função:
8. Telefone profissional:	9. Telefone pessoal:	
10. E-mail profissional:		
11. E-mail pessoal:		
12. Cargo para o qual foi indicado: () Conselho de Administração () Diretor		
13. Caso tenha marcado o cargo de Diretor, especificar a diretoria:		
14. Empresa à qual foi indicado:		

B. REQUISITOS - Necessidade de comprovação documental (itens 15, 17 e 19)

15. Possui formação acadêmica compatível com o cargo para o qual foi indicado, contemplando curso de graduação ou pós-graduação reconhecido ou credenciado pelo Ministério da Educação? (art. 28, inciso III e § 1º, do Decreto 8.945/16)*

() Sim () Não

**Anexar cópia do diploma de graduação (frente e verso) e/ou cópia do certificado de pós-graduação (frente e verso) reconhecido ou credenciado pelo Ministério da Educação*

16. Qual a área de sua formação acadêmica mais aderente ao cargo para o qual foi indicado (inciso III do art. 28 e § 2º, I do art. 62 do Decreto 8.945/16)?*

*Formação acadêmica preferencialmente em: a) Administração ou Administração Pública; b) Ciências Atuariais; c) Ciências Econômicas; d) Comércio Internacional; e) Contabilidade ou Auditoria; f) Direito; g) Engenharia; h) Estatística; i) Finanças; j) Matemática; e k) curso aderente à área de atuação da empresa para a qual foi indicado.

17. Assinale a experiência profissional abaixo que você possui: (art. 28, inciso IV, do Decreto 8.945/16)*

Favor assinalar apenas uma opção que possa ser comprovada documentalmente.

a. () 10 anos, no setor público ou privado, na área de atuação da estatal;

Experiência na área de atuação da empresa significa o exercício de profissão/função no mesmo ramo de atividade em que se insere ou atua a empresa no mercado: setor de infraestrutura, financeiro, área de tecnologia da informação, etc.

b. () 10 anos no setor público em área conexa ao cargo para o qual foi indicado em função de direção superior;

Experiência em área conexa para a qual foi indicado o candidato significa o exercício prévio de atribuições semelhantes ou equivalentes a que está sendo designado em função de direção superior. De acordo com entendimentos da área jurídica do Ministério da Economia, a função de direção superior no setor público deve ser interpretada como qualquer cargo em comissão ou função de confiança exercidos dentre aqueles listados como Cargos do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores (DAS) ou Funções Comissionadas do Poder Executivo (FCPE), devendo-se considerar, inclusive, o exercício de cargos e funções a eles equivalentes no âmbito dos demais Poderes (Legislativo e Judiciário) ou mesmo no âmbito dos demais entes políticos nacionais (Estados, Municípios e Distrito Federal), justamente porque o exercício de cargo comissionados ou função de confiança corresponde à prática de atribuições de chefia na seara pública.

c. () 10 anos no setor privado em área conexa ao cargo para o qual foi indicado em função de direção superior;

Experiência em área conexa para a qual foi indicado o candidato significa o exercício prévio de atribuições semelhantes ou equivalentes a que está sendo designado em função de direção superior. De acordo com entendimentos da área jurídica do Ministério da Economia, a função de direção superior no setor privado deve ser interpretada como qualquer função de chefia.

d. () 04 anos em cargo de direção (conselho de administração, diretoria ou comitê de auditoria) em empresa de porte ou objeto semelhante ao da estatal;**

e. () 04 anos em chefia superior (dois níveis hierárquicos não estatutários mais altos da empresa) em empresa de porte ou objeto semelhante ao da estatal;**

f. () 04 anos em cargo equivalente a DAS-4 ou superior em pessoa jurídica de direito público interno;

g. () 04 anos como docente ou pesquisador, de nível superior, na área de atuação da estatal;

h. () 04 anos como profissional liberal em atividade vinculada à área de atuação da estatal.

**Apresentar como documentos comprobatórios (itens "a" - "h"):*

- Atos de nomeação e de exoneração (de preferência, extrato do SIAPE com a contagem efetiva de exercício);
- Declaração da empresa/órgão/instituição;
- Registros em carteira de trabalho;
- Outros comprovantes de efetivo exercício como profissional liberal.

***Adicionalmente, para os itens "d" e "e", demonstrar que a empresa na qual atuou é de porte ou objeto semelhante ao da estatal. E, para o item "e", comprovar ainda que a chefia superior ocupada se situa nos dois níveis hierárquicos não estatutários mais altos da empresa.*

18. Da opção assinalada no item 17, descreva a experiência mais aderente ao cargo de administrador:*

*Indicar só a principal. Exemplos: a) empregado; b) superintendente; c) coordenador-geral; d) professor de economia; e) advogado

19. Possui notório conhecimento compatível com o cargo para o qual foi indicado*? () Sim () Não

(art. 28 do Decreto 8.945/16)

*Apresentar como documentos comprobatórios:

- Cópia do diploma de pós-graduação, Mestrado ou Doutorado (frente e verso);
- Declaração de realização de cursos;
- Artigo(s) publicado(s);
- Declaração da empresa/órgão de trabalhos profissionais desenvolvidos.

20. Qual é o elemento mais aderente para indicar seu notório conhecimento compatível com o cargo de administrador?*

O notório conhecimento pode ser reconhecido, a título exemplificativo, com as seguintes formações ou experiências: a) Pós-graduação, Mestrado ou Doutorado compatíveis com o cargo para o qual foi indicado; ou b) artigos publicados, trabalhos profissionais desenvolvidos compatíveis com o cargo para o qual foi indicado; ou

c) Cursos de extensão compatíveis com o cargo para o qual foi indicado.

21. É residente no Brasil (requisito obrigatório apenas para indicação de Diretor):

() Sim () Não

22. Cumpre as exigências do estatuto social da estatal, que foi lido e verificado pelo indicado:

() Sim () Não

C. VEDAÇÕES E IMPEDIMENTOS

23. Lei 13.303/16, art. 17, § 2º, incisos I a V e Decreto 8.945/16, art. 29, incisos I a X	Se enquadra?
I - é representante do órgão regulador ao qual a empresa estatal está sujeita?	() Sim () Não
II - é Ministro de Estado, Secretário Estadual ou Secretário Municipal?	() Sim () Não
III - é titular de cargo em comissão na administração pública federal, estadual ou municipal, direta ou indireta, sem vínculo permanente com o serviço público? (aplica-se a servidor ou ao empregado público aposentado que seja titular de cargo em comissão da administração pública federal direta ou indireta)	() Sim () Não
IV - é dirigente estatutário de partido político ou titular de mandato no Poder Legislativo de qualquer ente federativo, ainda que licenciado?	() Sim () Não
V - é parente consanguíneo ou afim até o terceiro grau das pessoas mencionadas nos incisos I a IV?	() Sim () Não
VI - é pessoa que atuou, nos últimos trinta e seis meses, como participante de estrutura decisória de partido político?	() Sim () Não
VII - é pessoa que atuou, nos últimos trinta e seis meses, em trabalho vinculado a organização, estruturação e realização de campanha eleitoral?	() Sim () Não
VIII - é pessoa que exerça cargo em organização sindical?	() Sim () Não
IX - é pessoa física que tenha firmado contrato ou parceria, como fornecedor ou comprador,	() Sim ()

demandante ou ofertante, de bens ou serviços de qualquer natureza, com a União, com a própria estatal ou com empresa estatal do seu conglomerado estatal, nos três anos anteriores à data de sua nomeação?	Não
X - é pessoa que tenha ou possa ter qualquer forma de conflito de interesse com a pessoa político-administrativa controladora da empresa estatal ou com a própria estatal?	() Sim () Não
24. Lei Complementar nº 64/1990, art. 1º-I (Ficha limpa) e Decreto 8.945/16, art. 29, inciso XI	Se enquadra?
a) é pessoa inalistável ou analfabeto?	() Sim () Não
b) é membro do Congresso Nacional, das Assembleias Legislativas, da Câmara Legislativa e das Câmaras Municipais, que haja perdido o respectivo mandato por infringência do disposto nos incisos I e II do art. 55 da Constituição Federal, dos dispositivos equivalentes sobre perda de mandato das Constituições Estaduais e Leis Orgânicas dos Municípios e do Distrito Federal, para as eleições que se realizarem durante o período remanescente do mandato para o qual foi eleito e nos oito anos subsequentes ao término da legislatura?	() Sim () Não
c) foi Governador ou Vice-Governador de Estado e do Distrito Federal ou Prefeito ou Vice-Prefeito que perdeu seu cargo eletivo por infringência a dispositivo da Constituição Estadual, da Lei Orgânica do Distrito Federal ou da Lei Orgânica do Município, para as eleições que se realizarem durante o período remanescente e nos 8 (oito) anos subsequentes ao término do mandato para o qual tenha sido eleito?	() Sim () Não
d) tem contra sua pessoa representação julgada procedente pela Justiça Eleitoral, em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão colegiado, em processo de apuração de abuso do poder econômico ou político, para a eleição na qual concorre ou tenha sido diplomado, bem como para as que se realizarem nos 8 (oito) anos seguintes?	() Sim () Não
e) foi condenado, em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado, desde a condenação até o transcurso do prazo de 8 (oito) anos após o cumprimento da pena, por qualquer dos crimes abaixo? 1. contra a economia popular, a fé pública, a administração pública e o patrimônio público; 2. contra o patrimônio privado, o sistema financeiro, o mercado de capitais e os previstos na lei que regula a falência; 3. contra o meio ambiente e a saúde pública; 4. eleitorais, para os quais a lei comine pena privativa de liberdade; 5. de abuso de autoridade, nos casos em que houver condenação à perda do cargo ou à inabilitação para o exercício de função pública; 6. de lavagem ou ocultação de bens, direitos e valores; 7. de tráfico de entorpecentes e drogas afins, racismo, tortura, terrorismo e hediondos; 8. de redução à condição análoga à de escravo; 9. contra a vida e a dignidade sexual; e 10. praticados por organização criminosa, quadrilha ou bando	() Sim () Não
f) foi declarado indigno do oficialato, ou com ele incompatível, pelo prazo de 8 (oito) anos?	() Sim () Não
g) teve suas contas relativas ao exercício de cargos ou funções públicas rejeitadas por irregularidade insanável que configure ato doloso de improbidade administrativa, e por decisão irrecorrível do órgão competente, salvo se esta houver sido suspensa ou anulada pelo Poder Judiciário, para as eleições que se realizarem nos 8 (oito) anos seguintes, contados a partir da data da decisão, aplicando-se o disposto no inciso II do art. 71 da Constituição Federal, a todos os ordenadores de despesa, sem exclusão de mandatários que houverem agido nessa condição?	() Sim () Não
h) foi detentor de cargo na administração pública direta, indireta ou fundacional, que beneficiou a si ou a terceiros, pelo abuso do poder econômico ou político, condenado em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado, para a eleição na qual concorrem ou tenha sido diplomado, bem como para as que se realizarem nos 8 (oito) anos seguintes?	() Sim () Não
i) exerceu cargo ou função de direção, administração ou representação em estabelecimentos de crédito, financiamento ou seguro que tenham sido ou estejam sendo objeto processo de liquidação judicial ou extrajudicial, nos 12 (doze) meses anteriores à respectiva decretação?	() Sim () Não
j) foi condenado, em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão colegiado da Justiça	() Sim () Não

Eleitoral, por corrupção eleitoral, por captação ilícita de sufrágio, por doação, captação ou gastos ilícitos de recursos de campanha ou por conduta vedada aos agentes públicos em campanhas eleitorais que impliquem cassação do registro ou do diploma, pelo prazo de 8 (oito) anos a contar da eleição?	
k) foi Presidente da República, o Governador de Estado e do Distrito Federal, o Prefeito, membro do Congresso Nacional, das Assembleias Legislativas, da Câmara Legislativa, das Câmaras Municipais, que renunciou a seu mandato desde o oferecimento de representação ou petição capaz de autorizar a abertura de processo por infringência a dispositivo da Constituição Federal, da Constituição Estadual, da Lei Orgânica do Distrito Federal ou da Lei Orgânica do Município, para as eleições que se realizarem durante o período remanescente do mandato para o qual foram eleitos e nos 8 (oito) anos subsequentes ao término da legislatura?	() Sim () Não
l) foi condenado à suspensão dos direitos políticos, em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado, por ato doloso de improbidade administrativa que importe lesão ao patrimônio público e enriquecimento ilícito, desde a condenação ou o trânsito em julgado até o transcurso do prazo de 8 (oito) anos após o cumprimento da pena?	() Sim () Não
m) foi excluído do exercício da profissão, por decisão sancionatória do órgão profissional competente, em decorrência de infração ético-profissional, pelo prazo de 8 (oito) anos, salvo se o ato houver sido anulado ou suspenso pelo Poder Judiciário?	() Sim () Não
n) foi condenado, em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado, em razão de ter desfeito ou simulado desfazer vínculo conjugal ou de união estável para evitar caracterização de inelegibilidade, pelo prazo de 8 (oito) anos após a decisão que reconhecer a fraude?	() Sim () Não
o) foi demitido do serviço público em decorrência de processo administrativo ou judicial, pelo prazo de 8 (oito) anos, contado da decisão, salvo se o ato houver sido suspenso ou anulado pelo Poder Judiciário?	() Sim () Não
p) é pessoa física e ou dirigente de pessoa jurídica responsável por doações eleitorais tidas por ilegais por decisão transitada em julgado ou proferida por órgão colegiado da Justiça Eleitoral, pelo prazo de 8 (oito) anos após a decisão?	() Sim () Não
q) é magistrado ou membro do Ministério Público que foi aposentado compulsoriamente por decisão sancionatória, que tenha perdido o cargo por sentença ou que tenha pedido exoneração ou aposentadoria voluntária na pendência de processo administrativo disciplinar, pelo prazo de 8 (oito) anos?	() Sim () Não
25. Lei 6.404/76, art. 147: Lei societária	Se enquadra?
§ 1º - é pessoa impedida por lei especial, ou condenada por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, contra a economia popular, a fé pública ou a propriedade, ou a pena criminal que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos?	() Sim () Não
§ 2º - é pessoa declarada inabilitadas por ato da Comissão de Valores Mobiliários?*	() Sim () Não
* Site da CVM, no link de Atuação Sancionadora - Pesquisa Avançada	
§ 3º (...): I - ocupa cargo em sociedade que possa ser considerada concorrente no mercado, em especial, em conselhos consultivos, de administração ou fiscal?	() Sim () Não
§ 3º (...): II - tem interesse conflitante com a sociedade?	() Sim () Não
26. Estatuto social e Tribunal de Contas da União (TCU): Se enquadra?	
a) se enquadra em qualquer vedação prevista no estatuto social da empresa?	() Sim () Não
b) está incluído na lista de responsáveis a quem o TCU declarou Irregulares, Inidôneos e Inabilitados?*	() Sim () Não
* Site do TCU, no link de Serviços e Consultas - Irregulares, Inidôneos e Inabilitados	

Tenho conhecimento que configuram conflito de interesse no exercício de cargo ou emprego no âmbito do Poder Executivo federal as situações abaixo, constantes do art. 5º da Lei 12.813/13:

- I - divulgar ou fazer uso de informação privilegiada, em proveito próprio ou de terceiro, obtida em razão das atividades exercidas;
- II - exercer atividade que implique a prestação de serviços ou a manutenção de relação de negócio com pessoa física ou jurídica que tenha interesse em decisão do agente público ou de colegiado do qual este participe;
- III - exercer, direta ou indiretamente, atividade que em razão da sua natureza seja incompatível com as atribuições do cargo ou emprego, considerando-se como tal, inclusive, a atividade desenvolvida em áreas ou matérias correlatas;
- IV - atuar, ainda que informalmente, como procurador, consultor, assessor ou intermediário de interesses privados nos órgãos ou entidades da administração pública direta ou indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios;
- V - praticar ato em benefício de interesse de pessoa jurídica de que participe o agente público, seu cônjuge, companheiro ou parentes, consanguíneos ou afins, em linha reta ou colateral, até o terceiro grau, e que possa ser por ele beneficiada ou influir em seus atos de gestão;
- VI - receber presente de quem tenha interesse em decisão do agente público ou de colegiado do qual este participe fora dos limites e condições estabelecidos em regulamento; e
- VII - prestar serviços, ainda que eventuais, a empresa cuja atividade seja controlada, fiscalizada ou regulada pelo ente ao qual o agente público está vinculado.

Ciente das possíveis penalidades cíveis, administrativas e penais, que eventuais declarações falsas podem acarretar, afirmo que as informações prestadas e os comprovantes anexos são exatos, verdadeiros e sem rasuras de qualquer espécie, podendo ser utilizados pelo Comitê de Análise de Requisitos, Vedações e Avaliação.

Local e data

Assinatura do(a) Indicado(a)

SEST/ME: atualizado em 16/01/2020.

ANEXO II

FORMULÁRIO

Cadastro de Requisitos Adicionais de Integridade

Aplicável às indicações para Conselheiros Fiscais, Conselheiros de Administração, Membros Externos dos Comitês Estatutários de Assessoramento do Conselho de Administração, Diretores Executivos e Titulares da Estrutura Geral da Petrobras

INFORMAÇÕES DA POSIÇÃO PRETENDIDA		
POSIÇÃO PRETENDIDA:		
EMPRESA:		
ATRIBUIÇÃO DA POSIÇÃO:		
MANDATO ESTATUTÁRIO <input type="checkbox"/> FUNÇÃO GERENCIAL <input type="checkbox"/> OUTROS <input type="checkbox"/>		

INFORMAÇÕES DO CANDIDATO	
NOME:	Matrícula:
CPF:	
Estado Civil:	
RG:	Data de emissão/Órgão Expedidor:
Data de Nascimento:	Naturalidade (Município/UF):
Nome do Pai:	
Nome da Mãe:	
Responsável pela indicação ¹ :	
Aos cuidados de ² :	

¹ Campo para uso de indicados Petrobras.

² Campo para uso de indicados Petrobras, devendo ser preenchido o nome, função e chave da pessoa autorizada a receber o relatório e dar seguimento ao fluxo junto aos órgãos responsáveis. Destacamos que o delegado receberá senha pessoal e intransferível para acessar o conteúdo do relatório. Compete a ele zelar pela segurança das informações.

Requisitos Adicionais de Integridade	
I) Regularidade Cadastral – CPF	
Possui CPF com status “Nulo” na base de dados da Receita Federal.	() Sim () Não
II) Participação Empresarial	
Possui participação societária relevante em sociedades limitadas (art. 1.099 do Código Civil) e anônimas de capital fechado (art. 243, §§ 4º e 5º da Lei 6.404/76), que constem no cadastro da Petrobras e que tenham transacionado na condição de fornecedor, cliente, entidade patrocinada, consorciada ou conveniada, com a Petrobras, suas subsidiárias, controladas e coligadas, nos últimos 3 (três) anos.	() Sim () Não
Deteve o controle ou participou de órgão estatutário de pessoa jurídica em recuperação judicial, falida ou insolvente, no período de 5 (cinco) anos anteriores à data de sua eleição ou nomeação, salvo na condição de síndico, comissário ou administrador judicial.	() Sim () Não
III) Histórico em Investigação Interna / Sanções Disciplinares discriminadas na Ficha de Registro do Empregado	
Foi enquadrado no sistema de consequência no âmbito do Sistema Petrobras ou ter sofrido penalidade trabalhista ou administrativa em outra pessoa jurídica de direito público ou privado nos últimos 3 (três) anos em decorrência de apurações internas, quando aplicável.	() Sim () Não
Possui falta grave relacionada ao descumprimento do Código de Ética, Guia de Conduta, Manual do Programa Petrobras de Prevenção à Corrupção ou outros normativos internos relacionados nos últimos 3 (três) anos, quando aplicável.	() Sim () Não
IV) Destaques de Auditoria:	
É responsável por não conformidades apontadas em relatórios trimestrais de Auditoria Interna que estejam pendentes de regularização por mais de 2 anos.	() Sim () Não
V) Pendências comerciais e financeiras:	

Possui pendências financeiras que tenham sido objeto de protesto ou de inclusão em cadastros oficiais de inadimplentes, salvo se regularizadas ou se estiverem em discussão judicial ou por intermédio de órgão de defesa do consumidor na data da indicação.	() Sim () Não
Possui débito tributário federal, estadual ou municipal, salvo se estiver em discussão judicial ou administrativa na data da indicação.	() Sim () Não
VI) Processos judiciais e/ou administrativos:	
Foi condenado, em segunda instância, em processo criminal, no Brasil ou no exterior, relacionado à atividade a ser exercida.	() Sim () Não
Possui contra si processos judiciais, no Brasil ou no exterior, com acórdão desfavorável em segunda instância, em qualquer esfera que não a criminal, desde que relacionados à atividade a ser desempenhada.	() Sim () Não
Foi multado em decisão definitiva no âmbito de órgãos externos de fiscalização, regulação e controle nos últimos 5 anos.	() Sim () Não
VII) Indicação em cargos em Conselhos de Administração ou Fiscal das subsidiárias, controladas e coligadas da Petrobras	
Atualmente, participa de 3 ou mais cargos em Conselhos de Administração ou Fiscal das subsidiárias, controladas e coligadas da Petrobras ^(a) ? Indicar as sociedades e se alguma encontra-se em liquidação:	() Sim () Não
Atualmente, recebe remuneração em 2 (dois) em Conselhos de Administração ou Fiscal das subsidiárias, controladas e coligadas da Petrobras ^(a) ?	() Sim () Não

^(a) Cada indicado somente poderá participar, concomitantemente, em até 3 (três) Conselhos de Administração ou Fiscal das subsidiárias, controladas e coligadas da Petrobras, sendo vedada a indicação para participação remunerada em mais de 2 (dois) destes Conselhos. Essa vedação não se aplica quando o indicado ocupar cargo de administração ou fiscal em sociedades, subsidiárias, controladas ou coligadas da Petrobras, em liquidação.

Documentos em anexo para comprovação dos requisitos adicionais:	
Requisitos	Meio de comprovação
Pendências comerciais e financeiras e Processos Judiciais e/ou Administrativos	<ul style="list-style-type: none"> A Petrobras poderá solicitar a apresentação de documentos complementares, caso verifique alguma incompatibilidade na autodeclaração do indicado ou durante o processo de verificação da conformidade da indicação.
Documentos de identificação	<ul style="list-style-type: none"> Cópia do CPF e RG Cópia da Certidão de Casamento

Débitos tributários (federal, estadual ou municipal)	<ul style="list-style-type: none"> • Certidões negativas, ou positiva com efeitos de negativa, de débitos tributários/fiscais federal, estadual e municipal do seu domicílio nos últimos 5 (cinco) anos.
--	---

Ciente das possíveis penalidades cíveis, administrativas e penais, que eventuais declarações falsas podem acarretar, afirmo que as informações prestadas e os comprovantes anexos são exatos, verdadeiros e sem rasuras de qualquer espécie, podendo ser utilizados pelo Comitê de Pessoas.

Local e Data

Assinatura do(a) Indicado(a)

ANEXO III

Declaração de Independência

(Artigo 36, § 1º do Decreto nº 8.945/16 e Regulamento de Listagem do Nível 2 de Governança Corporativa)

Em cumprimento às disposições da Instrução nº 480, de 7 de dezembro de 2009, e alterações posteriores, da Comissão de Valores Mobiliários, solicitamos o preenchimento das seguintes questões:

I – o (a) senhor (a) tem ou teve, nos últimos 3 (três) anos, vínculo com a Petrobras ou com suas controladas sediadas no Brasil, exceto quanto à participação em Conselho de Administração da Petrobras ou à participação em seu capital social?

() sim () não

II – o (a) senhor (a) é cônjuge ou parente consanguíneo ou afim ou por adoção, até o terceiro grau, de chefe do Poder Executivo, de Ministro de Estado ou Secretário do Controlador Público, de Secretário de Estado, do Distrito Federal ou de Município ou de administrador da Petrobras ou de suas controladas sediadas no Brasil?

() sim () não

III – o (a) senhor (a) mantém ou manteve, nos últimos três anos, vínculo de qualquer natureza com a Petrobras, seu Acionista Controlador ou entidade relacionada às pessoas mencionadas no inciso II acima, que possa vir a comprometer a sua independência? (pessoas vinculadas a instituições públicas de ensino e/ou pesquisa estão excluídas desta restrição)

() sim () não

IV – o (a) senhor (a) é ou foi, nos últimos 3 (três) anos, empregado (a) ou Diretor (a) da Petrobras, do Acionista Controlador, de suas controladas ou de suas coligadas?

() sim () não

V – o (a) senhor (a) é fornecedor (a) ou comprador (a), direto ou indireto, de serviços e/ou produtos da Petrobras ou de suas controladas sediadas no Brasil?

() sim () não

VI – o (a) senhor (a) é empregado (a) ou administrador (a) de empresa ou entidade que ofereça ou demande serviços ou produtos à Petrobras ou às suas controladas sediadas no Brasil?

() sim () não

VII – o (a) senhor (a) recebe outra remuneração da Petrobras ou de suas controladas sediadas no Brasil, além daquela relativa ao cargo de Conselheiro, exceto a remuneração decorrente de participação no capital da empresa?

() sim () não

DECLARAÇÃO

DECLARO para os devidos fins que:

☐ **SIM** sou Conselheiro Independente, de acordo com os critérios acima elencados e constantes do art. 36, §1º do Decreto nº 8.945 e do Regulamento de Listagem do Nível 2 de Governança Corporativa.

☐ **NÃO** sou Conselheiro Independente, de acordo com os critérios acima elencados e constantes do art. 36, §1º do Decreto nº 8.945, de 27 de dezembro de 2016 e do Regulamento de Listagem do Nível 2 de Governança Corporativa.

[cidade], [dia] de [mês] de 2018.

[ASSINATURA]

[NOME COMPLETO]
[CARGO]

ANEXO IV

Declaração de elegibilidade e reputação ilibada – Companhias abertas

Aplicável às indicações para Conselheiros de Administração e Diretores Executivos.

Declaro, sob as penas da lei (Artigo 147 da Lei nº 6.404/76):

Dados Pessoais e de Contato		
Nome Completo:		
RG:	Órgão emissor:	Data Emissão:
CPF:		
Domicílio(s) no(s) qual(is), se nomeado administrador, receberá as citações e intimações em processos administrativos e judiciais relativos a atos de gestão as quais reputar-se-ão cumpridas mediante entrega no domicílio indicado, o qual somente poderá ser alterado mediante comunicação à companhia.		
Endereço 1:		
Endereço 2:		
Endereço 3:		
I - estou impedido por lei especial, ou condenado por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, contra a economia popular, a fé pública ou a propriedade, ou a pena criminal que veda, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos, como previsto no § 1º do art. 147 da Lei nº 6.404/76;	() Sim () Não	
II - estou condenado a pena de suspensão ou inabilitação temporária aplicada pela Comissão de Valores Mobiliários, que me torna inelegível para os cargos de administração de companhia aberta, como estabelecido no § 2º do art. 147 da Lei nº 6.404/76;	() Sim () Não	
III - atendo ao requisito de reputação ilibada estabelecido pelo § 3º do art. 147 da Lei nº 6.404/76;	() Sim () Não	
IV - ocupo cargo em sociedade que pode ser considerada concorrente da companhia, e tenho ou represento, interesse conflitante com o da companhia, na forma dos incisos I e II do § 3º do art. 147 da Lei nº 6.404/76*.	() Sim () Não	

* Para os fins do item IV acima, presume-se ter interesse conflitante com o da companhia a pessoa que, cumulativamente:

I - tenha sido eleita por acionista que também tenha eleito conselheiro de administração em sociedade concorrente; e

II - mantenha vínculo de subordinação com o acionista que o elegeu.

Na hipótese de não preenchimento da resposta ao item IV, acima, é preciso que o declarante esclareça detalhadamente as razões que impedem a declaração.

Ciente das possíveis penalidades cíveis, administrativas e penais, que eventuais declarações falsas podem acarretar, afirmo que as informações prestadas e os comprovantes anexos são exatos, verdadeiros e sem rasuras de qualquer espécie, podendo ser utilizados pelo Comitê de Pessoas.

Local e Data

Assinatura do(a) Indicado(a)

ANEXO V

Informação sobre participações societárias

Aplicável às indicações para Conselheiros de Administração, Diretoria Executiva, Membros Externos dos Comitês Estatutários de Assessoramento do Conselho de Administração, Diretores Executivos e Titulares da Estrutura Geral da Petrobras

Dados Pessoais e Contato:		
Nome Completo:		
RG:	Data de emissão:	CPF:

Informações sobre participações societárias detidas pelo indicado*:		
Razão Social:	CNPJ ou identificação equivalente no país de registro:	Participação Societária detida (percentuais com relação ao capital total e votante):

* É dispensada a apresentação de informação acerca das participações societárias não significativas em sociedades anônimas de capital aberto, que não tenham potencial de gerar conflito de interesses com a Petrobras.

Ciente das possíveis penalidades cíveis, administrativas e penais, que eventuais declarações falsas podem acarretar, afirmo que as informações prestadas e os comprovantes anexos são exatos, verdadeiros e sem rasuras de qualquer espécie, podendo ser utilizados pelo Comitê de Pessoas.

Local e Data

Assinatura do(a) Indicado(a)

ANEXO VI

DECLARAÇÃO

Em cumprimento às disposições da Instrução nº 367, de 29 de maio de 2002, da Comissão de Valores Mobiliários, bem como em atenção ao disposto na Lei nº 13.303/2016, eu, abaixo assinado, declaro, sob as penas da lei, que:

I - não estou impedido nem incorro nas vedações estabelecidas por lei especial, incluindo a Lei nº 13.303/2016, e não estou condenado por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, contra a economia popular, a fé pública ou a propriedade, ou a pena criminal que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos, como previsto no parágrafo 1º do artigo 147 da Lei nº 6.404/76;

II - não estou condenado a pena de suspensão ou inabilitação temporária aplicada pela Comissão de Valores Mobiliários, que me torne inelegível para os cargos de administração de companhia aberta, como estabelecido no parágrafo 2º do artigo 147 da Lei nº 6.404/76;

III - atendo ao requisito de reputação ilibada estabelecido pelo parágrafo 3º do artigo 147 da Lei nº 6.404/76;

IV - não ocupo cargo em sociedade que possa ser considerada concorrente da Companhia, e não tenho, nem represento, interesse conflitante com o da Companhia, na forma dos incisos I e II do parágrafo 3º do artigo 147 da Lei nº 6.404/76.

[Local], [data].

[nome]

